

57

SETEMBRO 2020 – DEZEMBRO 2020

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (IN MEMORIAM)

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (IN MEMORIAM)

JOÃO LEONARDO MEDEIROS (UFF) PRESIDENTE

MARISA SILVA AMARAL (UFU) VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Ellen Lucy Tristão UFVJM

Marcelo Dias Carcanholo UFF

Leda Maria Paulani USP

Henrique Pereira Braga UFES

Maria de Lourdes R. Mollo UNB

Marco Antonio Rocha UNICAMP

Giliad de Souza Silva UNIFESSPA

Marcelo José Braga ANPEC

José Rubens Damas Garlipp ANGE

COMITÊ EDITORIAL

EDITORES CIENTÍFICOS

Adriano Lopes Almeida Teixeira UFES

Daniel Pereira Sampaio UFES

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello UFES

EDITORES ASSISTENTES

Arnon Manhães Ceolin PPGPS/UFES

Giovanna Borges Bortotto PPGPS/UFES

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2020**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 20 – 2016 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2020
ISSN 1415-1979
ISSN-E 2595-6892
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

NÚMERO 57
SET 2020 – DEZ 2020

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

11 **A instabilidade do sistema monetário internacional e estratégias recentes dos países emergentes**

Adriano Vilela Sampaio e Mauricio Andrade Weiss

45 **Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone**

Mário Duayer e Paulo Henrique Furtado de Araujo

83 **Increasing inequality in working time: an international trend**

Lygia Sabbag Fares e Ana Luíza Matos de Oliveira

114 **Apontamentos acerca da origem do debate sobre heranças na visão da economia política clássica e de Marx**

Antônio Albano de Freitas, Alexis Saludjian e Eduardo Costa Pinto

143 ***Uneven and combined development* as a methodological tool: a dynamic approach after a dialogue between Kondratiev and Trotsky**

Eduardo da Motta e Albuquerque

174 **Crise do capital, estado e neofascismo: bolsonaro, saúde pública e atenção primária**

Áquilas Mendes e Leonardo Carnut

RESENHA

211 **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra, volume I (1818-1841). Heinrich, Michael - São Paulo: Boitempo, 2018. 472 pp.**

Marcelo Fernandes

APRESENTAÇÃO

Publicamos o número 57 da *Revista da SEP* em um contexto que permanece bastante grave. A crise global anunciada, e catalisada pela pandemia de covid-19, segue seu trágico curso marcado por retração econômica, desemprego, miséria, precarização do trabalho, e tantas outras mazelas sociais dela decorrente. Ao mesmo tempo, acirram-se as tensões geopolíticas e, em particular, a dimensão coercitiva da hegemonia norte-americana, cujos desmandos representam novas fontes de instabilidade econômica. Em escala mundial, no final de setembro a covid-19 já havia feito mais de 1 milhão de vítimas fatais, e contaminado dezenas de milhões de pessoas. No Brasil, até meados de novembro, e a despeito de grande subnotificação, já se somava mais de 160 mil mortos, cuja magnitude poderia ser evitada mediante comunicação e adoção de políticas mais efetivas no combate à pandemia, principalmente por parte do governo federal. Via de regra, trata-se das vítimas de sempre: pessoas pobres, negras, sem acesso a saneamento básico e ao devido atendimento hospitalar, portadoras de doenças pré-existentes relacionadas ao pauperismo, e premidas pela sobrevivência a se exporem diariamente ao contágio.

Como era de se esperar, essa gestão catastrófica da pandemia fez com que seus impactos sobre a economia brasileira fossem particularmente severos em comparação com o restante do mundo. Desse modo, o quadro econômico recessivo que se anunciava no final de 2019 e no início de 2020 degenera-se numa verdadeira depressão, com drástica contração do

nível de atividade, desemprego galopante, recrudescimento da pobreza e da subnutrição, agravado pela forte elevação do preço dos alimentos, dentre outros fatores.

Nesse mesmo contexto, vê-se avançar a implementação de técnicas de vigilância e de controle social coercitivo, bem como a intolerância, o reacionarismo, o obscurantismo, o fanatismo, que marcam a forte ascensão da extrema direita no Brasil e no mundo. Não obstante, grande parte desse avanço tem por base a agudização dos antagonismos sociais inerentes a um tipo de sociabilidade que nada tem a oferecer senão a acumulação de barbárie, como produto necessário da dinâmica contemporânea de acumulação de capital. Seu caráter cada vez mais predatório em relação à população trabalhadora e à natureza revela seus limites históricos. Logo, a resposta oferecida pela condução dos governos de extrema direita revela-se falsa, e está longe de ser a única possível, de tal modo que também é possível prever, proximamente, novas vagas de lutas populares, além das que já se encontram em curso, e que podem eventualmente inaugurar outros horizontes.

Direta ou indiretamente, este número da *Revista da SEP* traz artigos que buscam contribuir com a análise crítica dos dilemas impostos por esta conjuntura, e, também, com a reflexão sobre as perspectivas que se abrem. O primeiro deles, intitulado “A instabilidade do sistema monetário internacional e estratégias recentes dos países emergentes”, de autoria de Adriano Vilela Sampaio e de Maurício Weiss, analisa a atual configuração do sistema monetário internacional à luz das turbulências econômicas que caracterizam o capitalismo contemporâneo, em particular a partir da crise mundial deflagrada em 2007/2008. Destaca-se aqui a investigação sobre o sentido e os limites dos posicionamentos de um conjunto dos assim chamados países emergentes diante de tal contexto, sobretudo no que tange à criação da “rede global de proteção financeira” (*global financial safety net* - GFSN).

No texto seguinte, “Valor como Forma de Mediação Social: Interpretação de Marx a partir de Postone”, Paulo Henrique Furtado de Araujo e Mário Duayer, valendo-se da obra de Moishe Postone, analisam o valor e sua

substância, o trabalho abstrato, como formas elementares de mediação social e de dominação abstratas, cujo movimento tautológico de autorreprodução constitui, objetiva e subjetivamente, as diferentes dimensões da vida social moderna.

O terceiro artigo, “Increasing inequality in working time: an international trend”, de Lygia Sabbag Fares e Ana Luíza Matos de Oliveira, investiga, com base em abundantes evidências empíricas, relevantes tendências que caracterizam as relações de trabalho na atualidade, em escala mundial, sob a égide da “flexibilização”. Salientam-se seus efeitos deletérios sobre a população trabalhadora em geral, e, em particular, o incremento da exploração do trabalho feminino e das desigualdades de gênero nos mercados de trabalho.

Na sequência, o artigo “Apontamentos acerca da origem do debate sobre heranças na visão da economia política clássica e Marx”, de Antonio Albano de Freitas, Alexis Saludjian e Eduardo Costa Pinto, resgata as origens das querelas em torno do papel que têm as heranças no processo de constituição de patrimônio e na reprodução e concentração intergeracional da riqueza, tendo por base principal as análises de Adam Smith, John Stuart Mill e Karl Marx.

Já no artigo “Uneven and combined development as a methodological tool: a dynamic approach after a dialogue between Kondratiev and Trotsky”, o autor Eduardo da Motta e Albuquerque sustenta a pertinência de se atualizar a análise de Leon Trotsky para a compreensão do capitalismo contemporâneo e das relações que se estabelecem entre os países capitalistas centrais e periféricos, em particular à luz dos impactos provocados mundialmente pelas revoluções tecnológicas, cuja análise nutre-se da obra de Nicolai Kondratiev.

No sexto e último texto da sessão de artigos, intitulado “Crise do capital, Estado e neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária”, Aquilas Mendes e Leonardo Carnut articulam duas análises: a do caráter neofascista do bolsonarismo, emergente num contexto de crise econômica

com importantes repercussões sobre o Estado e, em suas manifestações mais concretas, na constituição de um regime político restrito e fortemente autoritário. Com base nesse arcabouço conceitual, os autores analisam o novo modelo de alocação de recursos federais à Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), que confronta o seu princípio de universalidade em favor do grande capital que encontra no setor da saúde um terreno fértil para sua reprodução.

Na sessão de resenhas, Marcelo Pereira Fernandes trata do livro *Karl Marx e o nascimento da sociedade Moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra. (Volume 1: 1818-1841)*, de Michael Heinrich, um importante estudioso do pensamento de Marx, que se vale aqui de um vasto leque de biografias e interpretações da obra marxiana, bem como de textos que têm sido disponibilizados nos últimos anos no âmbito do projeto da MEGA-2.

Também neste número registramos nossos agradecimentos à Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), que mais uma vez contribuiu com apoio financeiro para a realização da presente edição da *Revista da SEP*, como subproduto do nosso XXV Encontro Nacional de Economia Política, que também contou com o apoio da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e que, a despeito de seu caráter virtual e das circunstâncias adversas, foi bastante exitoso.

Novembro de 2020,

Os/as Editores/as

ADRIANO VILELA SAMPAIO
MAURICIO ANDRADE WEISS

A INSTABILIDADE DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E ESTRATÉGIAS RECENTES DOS PAÍSES EMERGENTES

Recebido em 09/12/2019
Aprovado em 19/06/2020

A INSTABILIDADE DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E ESTRATÉGIAS RECENTES DOS PAÍSES EMERGENTES

Resumo

A crise global deflagrada em 2007/2008 impulsionou iniciativas de mudanças no sistema monetário internacional (SMI). É defendido neste artigo que é possível encontrar padrões nas estratégias dos países emergentes (PEs) desde a década de 1990 e mais acentuadamente após a crise de 2008, os quais indicariam o desejo destes por um SMI mais estável, especialmente no que se refere aos fluxos financeiros internacionais. Para isso, além de medidas individuais, os maiores PEs fortaleceram as iniciativas de cooperação e pressionaram por alterações nas instituições econômicas internacionais (IEI). São analisados dois conjuntos de medidas. O primeiro refere-se à chamada rede global de proteção financeira (*global financial safety net* - GFSN). O segundo está relacionado às medidas de gestão sobre os fluxos de capitais. Enquanto o primeiro conjunto atua no sentido de mitigar os impactos negativos das instabilidades dos fluxos de capitais, o segundo tem por objetivo reduzir as instabilidades em si. Concluímos que, embora o fortalecimento da GFSN tenha sido importante para amortecer os choques negativos, ela se mostrou insuficiente frente às vicissitudes inerentes aos ciclos de liquidez internacional e por isso a adoção de medidas de gestão de fluxos de capitais ainda se faz necessária.

Palavras-chave: Sistema Monetário Internacional; países emergentes; gestão de fluxos de capitais; cooperação monetária, rede global de proteção financeira

ADRIANO VILELA SAMPAIO

Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: adrianovs@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1866-4118>

MAURICIO ANDRADE WEISS

Prof. Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Prof. Permanente do Programa de Mestrado Profissional de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: mauricio.weiss@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0731-7716>

Abstract

The global crisis triggered in 2007/2008 has propelled changing initiatives on the international monetary system (IMS). It is argued on this paper that it is possible to find patterns in emerging countries' strategies since the 1990s and more markedly after the 2008 crisis, which would suggest their desire for a more stable IMS, especially regarding international financial flows. To this end, in addition to individual measures, the largest emerging countries have strengthened cooperation initiatives and pushed for changes in international economic institutions (IEI). Two sets of measures are analyzed. The first refers to the so called global financial safety net (GFSN). The second relates to management measures on capital flows. While the former works to mitigate the negative impacts of the instabilities of capital flows, the latter aims to reduce the own instabilities. We conclude that although the strengthening of the GFSN was important as a cushion for negative shocks, it has proved insufficient regarding the inherent vicissitudes of international liquidity cycles, so the need for management measures on capital flows still remains

Keywords: International Monetary System; emerging countries; management of capital flows; monetary cooperation, global financial safety network.

Introdução

Desde o padrão ouro-libra até os dias atuais, os países buscaram mecanismos de cooperação em torno de questões como regras de conversibilidade, regimes cambiais, investimento externo, entre outros, com o objetivo de desenvolver um sistema monetário internacional (SMI) estável e que propiciasse a integração comercial e financeira. As várias crises econômicas desde então, especialmente as de grande magnitude, como a crise financeira global deflagrada em 2007-2008 – doravante, crise de 2008 –, mostraram-se momentos favoráveis a mudanças. Outro elemento que contribuiu para tal sentimento no período recente foi a boa *performance* econômica de um grupo dos chamados países emergentes (PEs)¹. O acelerado crescimento no período anterior à crise e a maior resiliência a ela (especialmente em seus momentos iniciais) apontariam para a necessidade de dar maior voz aos PEs nos processos de governança global.

Segundo Prates (2002) e De Conti (2011), a configuração do SMI pode ser dada a partir de seus componentes, quais sejam, o regime cambial prevalente nos países centrais, o grau de mobilidade de capitais, a natureza da divisa-chave e as instituições econômicas internacionais (IEIs). Esses elementos podem condicionar a orientação do sistema, dando-lhe um caráter mais ou menos expansivo, estável ou instável, simétrico ou assimétrico, etc. O SMI sempre foi caracterizado pela hierarquia de moedas e o sistema contemporâneo ainda é marcado pela elevada instabilidade dos fluxos de capitais, combinação que leva a recorrentes movimentos desestabilizadores sobre as moedas dos PEs.

Neste artigo, busca-se entender de que forma os PEs procuraram alterar ou se adaptar à atual dinâmica do SMI. A hipótese aqui adotada é que,

¹ Neste artigo, os termos “emergentes”, “em desenvolvimento” e “periféricos” são usados como sinônimos e se referem a países cujas moedas têm pouca ou nenhuma aceitação internacional. Difere-se, portanto, das definições mais usuais empregadas por diferentes instituições internacionais. A título de exemplo, a Coreia do Sul é classificada como país desenvolvido pelo FMI. Todavia, sua moeda ainda não pode ser classificada como central e o país ainda se encontra exposto aos ciclos internacionais de liquidez, por isso aqui ela é tratada como periférica, como em De Conti (2011). Optou-se também por manter os termos utilizados originalmente pelos autores mencionados.

apesar de serem uma forma relativamente eficaz de autodefesa, as diversas medidas relacionadas à GFSN (individuais e cooperativas) dos países emergentes não alteram a estrutura e a dinâmica do SMI, sendo, portanto, insuficientes. O presente trabalho será dividido em três seções, além dessa breve introdução e da conclusão. A primeira seção tem por objetivo trazer aspectos teóricos e empíricos que justificariam a necessidade de alterações na configuração do SMI contemporâneo por parte dos PEs. A seção seguinte trata da chamada rede global de proteção financeira (*global financial safety net* - GFSN), tanto sua conceituação quanto sua capacidade de mitigar as instabilidades do SMI. Já a terceira seção fará um resgate da discussão sobre a implementação de medidas de gestão sobre os fluxos de capitais para os PEs, em especial no que tange aos controles em si.

I. Países emergentes e o SMI contemporâneo

A fim de compreender as motivações dos PEs em empreender mudanças no SMI, faz-se necessário analisar como eles são impactados pela sua dinâmica atual. O SMI contemporâneo é caracterizado pela livre movimentação de capitais, taxas de câmbio flutuantes e padrão monetário fundado no dólar fiduciário. Nesse contexto, a taxa de câmbio passou a ser a responsável para ajustar o balanço de pagamentos, mantendo o Fundo Monetário Internacional (FMI) como instrumento de auxílio de última instância.

Tal mudança no SMI teve impacto marcante sobre as economias emergentes. Por ocuparem uma posição inferior na hierarquia de moedas, os fluxos de capitais para tais países dependeriam, em última instância, da liquidez internacional, sendo, portanto, mais voláteis. Segundo Dow (2001), em momentos em que a preferência pela liquidez dos agentes privados se acirra no âmbito internacional, estes buscam a moeda internacional ou ativos nela denominados, enquanto as posições em moedas nos patamares mais baixos da hierarquia (de maior risco e retorno) seriam desfeitas.

Diferentes trabalhos empíricos com distintas abordagens econométricas vêm demonstrando desde os anos 1990 o caráter preponderantemente exógeno dos fluxos financeiros direcionados aos PEs e sua relação com o grau de aversão ao risco², como Bruno e Shin (2013), Rey (2013) e Weiss e Prates (2017). Esse caráter exógeno dos fluxos de capitais é agravado por outro fator da assimetria financeira apontado por Prates (2002). De um lado, o volume dos fluxos de capitais destinados aos PEs representa um elevado volume frente ao mercado financeiro desses países. De outro, esse volume equivale a uma pequena parte do portfólio dos grandes *players* globais e, caso eles decidam por alterar suas posições, ocasionariam impactos muito severos nessas economias.

A fragilidade dessa configuração do SMI mostrou-se latente com as crises cambiais da década de 1990 que atingiram PEs da Ásia, Europa e América Latina. Como forma de se defenderem da fragilidade estrutural do sistema, esses países buscaram reduzir a dependência de fluxos privados dos mercados financeiros internacionais e passaram a intervir mais no mercado de câmbio. A preocupação com a volatilidade cambial é amplamente justificável não apenas em contextos de crises econômicas, como também nos momentos de maior liquidez internacional, podendo, nesses casos, levar a fortes ondas de apreciação das moedas, tal como argumentam Combes, Kindae e Plane (2012).

Aizenman e Binici (2016) corroboram tanto o estudo empírico anterior, quanto a diferença da sensibilidade dos países desenvolvidos e emergentes às mudanças nos ciclos de liquidez internacional. Segundo os autores, entre 2000 a 2014, fatores externos desempenharam um papel significativo na pressão no mercado de câmbio para países da OCDE e mercados emergentes, embora com um impacto maior sobre os segundos. Todavia, quando se trata de fluxos de carteira de curto prazo e fluxos de investimento direto de longo prazo, os efeitos sobre o mercado de câmbio foram significativos apenas para os PEs.

² A variável VIX CBOE vem sendo usada de forma crescente na literatura como *proxy* do grau de aversão ao risco ou, em termos keynesianos, da preferência pela liquidez.

Outros estudos tiveram como foco a dependência dos fluxos financeiros direcionados aos PEs em relação à política monetária dos EUA. Esta teria se ampliado após a crise de 2008, com a disseminação de políticas monetárias não convencionais (PMNC)³ e com a posterior fase de especulação quanto ao fim e o fim de fato dessas políticas monetárias por parte dos EUA.

Tillmann (2016) mostra que a propensão do Fed a realizar QE impacta os influxos de capital (investimento de portfólio direcionado para PEs), preços das ações, taxas de câmbio e reduz os *spreads* dos títulos (*EMBI spread*) nos mercados financeiros emergentes. Anaya, Hachula e Offermanns (2017) encontraram evidências de que um choque expansionista na política monetária dos EUA se mostra significativo para uma alta nos investimentos de portfólio para os PEs e tem provocado impactos persistentes em variáveis reais e financeiras nos respectivos países. Além disso, predomina como resposta desses países um afrouxamento de sua própria política monetária. Ainda merece destacar que a heterogeneidade dos países não aparentou relevância para a diferenciação dos impactos decorrentes das alterações na política monetária dos EUA. Já o trabalho de Koepke (2018), que abarca o período de 2000 a 2013, destaca que, embora a política monetária *per se* apresente resultados significativos, os efeitos das alterações de expectativas da política monetária são superiores. Ademais, cabe ressaltar que há um efeito assimétrico sobre as alterações nas expectativas, pois quando elas se deterioram, a queda dos fluxos de capitais para os PEs é mais aguda que a elevação ocorrida nos momentos em que elas melhoram.

O que se pode observar a partir dos textos analisados é que, em geral, eles sugerem que bons fundamentos macroeconômicos domésticos possuem influência limitada para reduzir os impactos da política monetária dos EUA nos sistemas financeiros dos PEs. Deste modo, faz-se necessária a discussão de um conjunto mais amplo de medidas, visando dar maior estabilidade aos PEs.

³ Estas envolvem, de forma geral, políticas ultraexpansionistas de oferta monetária via compra maciça de ativos financeiros, conhecidas como *quantitative easing* (QE) e até mesmo o uso de taxas de juros negativas. Foram usadas em países como Dinamarca, EUA, Inglaterra, Japão, Suécia, Suíça e os países da zona do euro.

2. Rede global de proteção financeira

Antes da análise das medidas em si, vale a discussão para uma melhor compreensão da GFSN. Segundo o FMI (IMF, 2017), a formação dessa rede global ganhou força após a crise de 2008⁴. A GFSN é composta por cinco instrumentos: reservas internacionais, arranjos bilaterais de swaps entre bancos centrais, arranjos financeiros regionais (RFAs), instituições financeiras internacionais (como o FMI) e instrumentos de mercado (*market-based instruments*⁵). As principais funções dessa rede seriam: desenvolver mecanismos de prevenção de crises, provisão de recursos para momentos de crises e o incentivo a boas políticas macroeconômicas (*ibidem*).

Sobre a definição de GFSN utilizada pelo FMI, é questionável a inclusão das reservas internacionais como parte dela. Sendo um instrumento individual, não acessível a terceiros, elas não são uma linha de defesa para grupos de países, mas apenas para seu detentor. Nesse sentido, a GFSN deveria ser dividida em medidas individuais e cooperativas. Por medidas individuais, entendem-se aquelas que um país decidir autonomamente adotar, que, no caso específico, estariam relacionadas com o acúmulo de reservas internacionais. As cooperativas, por sua vez, são aquelas cujas adoção e configuração são decididas de forma conjunta, seja em acordos específicos, seja em organizações multilaterais. Assim, iremos dividir a presente seção entre reservas internacionais, na seção 2.1, e as demais medidas dentro do arcabouço da GFSN, na seção 2.2. Em seguida, na seção 2.3 far-se-á uma breve análise de tais medidas.

⁴ Embora desde a crise da Ásia já houvesse movimentações nesse sentido, principalmente na formação de reservas.

⁵ Conjunto de instrumentos financeiros que visam reduzir as pressões sobre mercados financeiros domésticos em períodos de maior turbulência. Contudo, no próprio texto essas medidas não são analisadas com maiores detalhes, dado que ainda são muito pouco utilizadas e de difícil aplicação. Denbee, Jung e Paternò (2016), por sua vez, sequer as adicionam como parte da GFSN. Deste modo, no presente artigo, elas não serão analisadas.

2.1. Reservas internacionais

Com intuito de evitar novas crises como as que ocorreram nos anos 1990 e ainda mitigar as pressões sobre o câmbio, diversos PEs aproveitaram o período de alta liquidez internacional vigente de 2003 a 2007 e adotaram estratégias defensivas, com destaque para o acúmulo de grandes volumes de reservas internacionais.

O acúmulo de reservas como estratégia defensiva encontra respaldo em diferentes estudos empíricos. Steiner (2013), por exemplo, observa que os bancos centrais de diversos PEs passaram a incorporar de forma permanente em seus balanços um volume crescente de reservas após a ocorrência de crises cambiais, principalmente as dos anos 1990. Um elemento importante nessa estratégia é que, embora as reservas possam auxiliar na mitigação de movimentos indesejados na taxa de câmbio, não se pode afirmar que essa seja a única ou principal função das mesmas. Mesmo os PEs que acumularam grandes volumes de reservas no período pré-crise optaram para que a pressão sobre as suas moedas fosse absorvida pela sua depreciação em vez da redução das reservas.

Segundo Denbee, Jung e Paternò (2016), nos momentos mais agudos da crise (entre julho de 2008 e fevereiro de 2009) a maioria dos PEs não usou mais que 25% de suas reservas. Essa atitude tem levado diferentes autores⁶ a concluir que o medo da flutuação cambial (*fear of floating*) de Calvo e Reinhart (2002) teria sido substituído pelo medo da perda de reservas (*fear of losing international reserves*). Tal conclusão é corroborada pelo estudo anterior de Steiner (2013), o qual observou que mesmo em períodos de grande pressão para depreciação sobre suas moedas, entre 2008 e 2010, os países detentores de grandes reservas optaram por não as utilizar.

A absorção dos choques externos por meio da taxa de câmbio em vez do uso das reservas pode ser observada na comparação entre os gráficos 1 e 2. Para analisar os impactos da crise financeira global e em fases posteriores,

⁶ Como Aizenman e Hutchison (2012) e Steiner (2013)

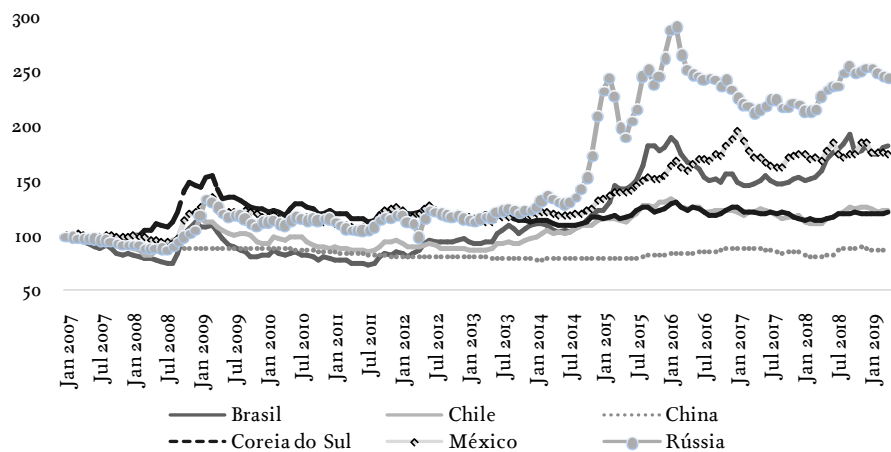
optou-se por escolher os seguintes PEs: Brasil, Chile, Coreia do Sul, México e Rússia. Além de apresentarem superávits ou pequenos déficits em transações correntes, possuíam um volume significativo de reservas. Eles têm em comum a abertura financeira durante os anos 2000, as quais possibilitaram tanto a liberdade de entrada e saída de capitais como a participação de bancos estrangeiros nessas economias (MIHALIJEK, 2005; AREAER, 2008, 2010 e 2012). Ou seja, com a análise desses importantes PEs busca-se reduzir o papel de eventuais problemas de indicadores de vulnerabilidade externa e centrar na dinâmica mais geral que relaciona os PEs com os ciclos de liquidez internacional. A observação de instabilidades cambiais em países com relativos bons indicadores de vulnerabilidade externa iria ao encontro do observado na seção anterior, isto é, condicionantes externos se sobrepõem aos internos. Ademais, para efeito de comparação, foi incluída a China, cujos aspectos específicos serão tratados posteriormente.

Como pode ser observado no gráfico 1, com o deflagrar da crise, a partir de setembro de 2008 até o início de 2009, as moedas listadas (exceto a chinesa) passam por um processo de depreciação. Passada a fase mais aguda, no segundo trimestre de 2009 há uma recuperação dos fluxos de capitais para os PEs e a tendência anterior à crise de apreciação das moedas é retomada, desta vez impulsionada pela adoção de políticas monetárias não convencionais (PMNC) nas economias avançadas, mais especificamente, os programas de *quantitative easing*.

No entanto, desde meados de 2013, e mais intensamente no início de 2014, ocorre um movimento generalizado de depreciação das moedas desses países, especialmente no Brasil, no México e, ainda mais acentuado, na Rússia. Para as moedas desses países, a depreciação chegou inclusive a ser mais intensa do que fora no auge da crise de 2008. Essa nova onda de depreciação pode ser compreendida a partir do contexto de estabilização do processo de forte expansão do balanço do Fed no início de 2013, da posterior onda de especulação quanto ao fim das PMNC nos EUA (fase conhecida

como *taper talks*) e do seu encerramento em outubro de 2014⁷. Porém, a especulação quanto ao início da elevação da taxa básica de juros se prolongou até o início do ciclo de alta, em dezembro de 2015. Desde então, as moedas têm oscilado (em diferentes graus), sem mudanças relevantes de nível.

Gráfico 1. Taxa de câmbio nominal - Países selecionados (jan/2007-abril/2019; jan/2007 = 100)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistic. Elaboração própria.

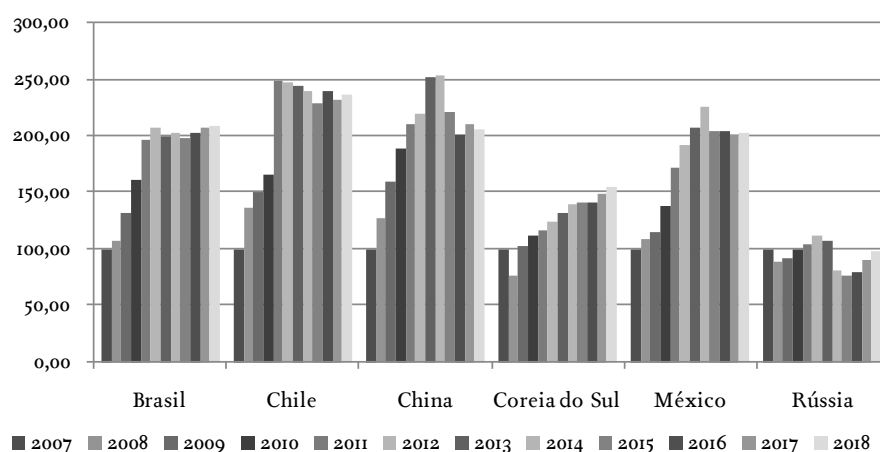
Já no que tange às reservas internacionais, conforme o gráfico 2, elas mantiveram suas trajetórias de alta na maior parte dos países no período mais intenso da crise, quando os países analisados, ressalva à China, sofreram depreciações significativas em suas moedas. As exceções foram Rússia e Coreia do Sul e apenas em 2008, quando as reservas desses países se reduziram em 10,96% e 23,26%, respectivamente, semelhante ao supramencionado teto de 25% de utilização das reservas observado em Denbee, Jung e Paternò (2016). Para efeito de comparação, a depreciação das taxas de câmbio entre dezembro de 2007 e 2008 foi de 14,5% e 47,1%, respectivamente. Contudo, como observado acima, a fase mais aguda se estendeu até o primeiro trimestre de 2009. Os dados trimestrais das reservas internacionais da Rússia junto ao BP/FMI se iniciam apenas no quarto trimestre de 2013. Fazendo a análise exclusivamente para a Coreia do Sul, observa-se que a taxa de

⁷ Sobre o impacto da política monetária dos EUA nos países emergentes, em especial no contexto das PMNC, ver Tillmann (2016), Anaya, Hachula e Offermanns (2017) e Koepeke (2018).

câmbio média de março de 2009 teve uma elevação de 47,9% para o mesmo mês do ano anterior, enquanto as reservas tiveram uma queda relativamente menos intensa, variando negativamente em 20% entre o primeiro trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009.

De modo geral, os PEs começaram a sentir pressões contra suas moedas desde os primeiros sinais de interrupção das PMNC nos EUA, ao fim de 2012. O encerramento desse programa elevou as incertezas em diversos mercados, não apenas de moedas periféricas, como também de *commodities*. A Rússia, por ser amplamente dependente das exportações de petróleo e derivados, passou a sofrer ataques contra sua moeda de forma crescente a partir de 2013 e principalmente 2014, o que acabou por se refletir nas suas reservas. Para efeitos de comparação, o rublo variou 64,34% entre março de 2014 e 2015. As reservas, por sua vez, tiveram uma queda de 26,69%. A depreciação da moeda russa continuou até meados de 2016 e foi retomada em 2018, mas, ao contrário do período anterior, as reservas tiveram trajetória inversa e se elevaram. Já o Brasil e o México, outros países que tiveram depreciação acentuada de suas moedas, variaram entre pequenas oscilações negativas e positivas das reservas após 2013, bastante distinto do comportamento de suas moedas.

Gráfico 2. Variação das reservas internacionais - Países selecionados (2007-2018; 2007 = 100)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistic. Elaboração própria.

Portanto, a análise da evolução das taxas de câmbio e das reservas internacionais corrobora o argumento do medo da perda de reservas, já que foi possível observar uma maior variação das primeiras. Isso levanta questões importantes quanto à efetividade e, principalmente, ao custo-benefício do acúmulo de reservas como estratégia de proteção, questão que será retomada na seção 2.3.

2.2. Cooperação e as instituições econômicas internacionais

Nesta seção é feita uma análise de medidas cooperativas adotadas nos últimos anos. Elas são divididas em multilaterais (no âmbito do FMI⁸), RFA e linhas de *swaps*.

Em relação ao FMI, segundo Duran (2015), no processo de mitigação dos efeitos da crise de 2008, a busca de auxílio no FMI se mostrou como uma última opção, em especial entre os grandes PEs. A percepção de que a instituição trabalha com um modelo de “receita pronta”, ainda influenciado pelo Consenso de Washington, sem levar em conta as especificidades de cada país, e a memória de experiências negativas no passado recente criaram um estigma político associado ao Fundo. Isso foi apontado pelo próprio *Independent Evaluation Office* (IEO) da instituição (IEO, 2013).

A relutância de governos em recorrer ao FMI por conta das condicionalidades e do custo político associado (estigma) fez com que o Fundo buscasse novos instrumentos e mudanças nas regras de condicionalidades (WOODS, 2014). Para fazer frente a eventos como a crise de 2008, o FMI aumentou os recursos disponíveis e criou novos instrumentos de auxílio financeiro. Nesse sentido, pode-se dizer que o FMI reconheceu que, com práticas como as das décadas de 1980 e 1990, seu papel de órgão estabilizador do SMI seria cada vez menor.

Um dos novos instrumentos foi a linha de crédito flexível (FCL), a qual provê fundos para países com “fundamentos sólidos” e por isso não tem

⁸ Por ser o responsável por questões relativas ao balanço de pagamentos, fluxos de capitais, regimes cambiais, etc.

condicionalidades *ex-post*. Já a linha de liquidez precaucionária (PLL) exige pré-requisitos para qualificação e condicionalidades *ex-post*, mas são menos abrangentes se comparadas a outras linhas. Em ambos, o acesso é automático, ou seja, o país pode acessar mesmo antes de haver efetivamente um problema, o que pode gerar uma sinalização positiva e evitar fugas de capitais e grandes desvalorizações (IMF, 2014a). No entanto, a baixa demanda por essas linhas, em um contexto de alta demanda por recursos, reforça a ideia do estigma, que estaria ligado mais ao FMI como instituição do que ao desenho de instrumentos específicos (*ibidem*).

Além da melhora de seus instrumentos, o FMI se propôs a funcionar de forma complementar a mecanismos de cooperação regional e linhas de *swaps*⁹, buscando melhorar sua imagem (*ibidem*). E abrandou sua posição sobre temas como estímulos fiscais, redução e melhoras de condicionalidades, regimes cambiais e controles de capitais para certos casos (IEO, 2013). Em relação à governança, a principal mudança se deu na questão das cotas. Na reforma de 2008, foi aprovada a duplicação do capital permanente do Fundo e a elaboração da atual fórmula de quotas, a qual serve como orientação para aumentos na distribuição das cotas (ver observações na tabela 1). Já no “Fourteenth General Review of Quotas” (14th Review) do FMI (IMF, 2010) ocorreu a redistribuição das cotas de forma *ad hoc* em favor dos grandes PEs. Por sua vez, no “Fifteenth General Review of Quotas” (15th Review) de 2016, houve a proposta de reformulação da metodologia de ponderações, com impactos potenciais significativos na distribuição de cotas. Concluindo essa nova metodologia, os PEs teriam um acréscimo de 13,1 p.p. entre 2005 e 2014 e os maiores países desenvolvidos teriam um decréscimo de 11,5 p.p. no mesmo período (IMF, 2016a). Em dezembro de 2019 o processo foi encerrado e as mudanças não foram aprovadas, de forma que as cotas se mantiveram inalteradas. Houve, no entanto, compromisso de continuar as discussões no 16th General Review of Quotas, que tem previsão de encerramento em 2023.

⁹ Como o CRA dos BRICS e a IMCM, abordados mais abaixo.

A última atualização das cotas calculadas, ainda com base na metodologia aprovada na reforma de 2008, ocorreu em julho de 2018 e fez uma revisão para os anos de 2004 a 2016. Ela apresenta uma tabela com os dados da evolução da distribuição de cotas efetiva e da distribuição de cotas calculada, a qual é reproduzida abaixo para os dez maiores cotistas (tabela 1). Nas duas primeiras colunas são trazidas as distribuições de cotas efetivas, com os valores da reforma de 2008 e após o 14th Review¹⁰. Adicionou-se ainda uma terceira coluna para demonstrar a evolução percentual com as alterações nas distribuições ocorridas no 14th Review. As próximas quatro colunas trazem as distribuições de cotas calculadas para os anos de 2005, 2008, 2015 e 2016. Mais uma vez adicionou-se uma nova coluna, dessa vez para observar a variação entre a distribuição de cotas efetiva após o 14th Review e a distribuição de cotas calculada.

Como pode ser observado, apesar da efetivação na mudança de distribuição de cotas já ter tido um impacto relevante em prol dos principais PEs, caso a distribuição seguisse estritamente a de cotas calculadas, ela seria significativamente alterada. Por exemplo, a China, que já havia subido ao terceiro posto, passaria ao segundo lugar, próximo à participação dos EUA. Com a mudança metodológica prometida no 15th Review, a diferença entre a distribuição de cotas real e calculada seria acentuada. Como o FMI tem destacado a importância de uma representação de cotas mais condizente com a relevância dos países emergentes em diversos documentos, como em IMF (2016a), é de se esperar que essa nova metodologia resulte em mudanças efetivas na distribuição de cotas.

¹⁰ Para um melhor dimensionamento, em termos nominais, os EUA, após a 14ª revisão, tinham 82,994 bilhões de DES, cerca de US\$ 114,6 bilhões pela cotação de 02/07/2020.

Tabela 1. Distribuição de cotas e cálculo de novas repartições de cotas (%)

	Divisão efetiva de cotas *			Divisão calculada de cotas**				Variação % entre cota calculada (2016) e efetiva (14th Review)
	Reforma de 2008	14th Review	Variação % após 14th Review	2005	2008	2015	2016	
EUA	17,7	17,4	-1,5	19,0	17,0	14,5	14,7	-15,3
Japão	6,6	6,5	-1,4	8,0	6,5	5,1	5,1	-21,0
China	4,0	6,4	60,0	6,4	7,9	12,6	12,9	101,2
Alemanha	6,1	5,6	-8,6	6,2	5,7	5,0	4,9	-12,1
França	4,5	4,2	-6,2	4,0	3,8	3,2	3,1	-26,3
Reino Unido	4,5	4,2	-6,2	4,4	4,7	3,6	3,6	-14,9
Itália	3,3	3,2	-4,4	3,3	3,0	2,4	2,3	-26,8
Índia	2,4	2,7	12,6	2,0	2,4	3,1	3,2	16,6
Rússia	2,5	2,7	8,5	2,1	2,9	2,6	2,4	-9,5
Brasil	1,8	2,3	29,9	1,7	2,2	2,3	2,2	-6,5

(*) Divisões estabelecidas na reforma de 2008 e na reforma após o 14th Review, a qual se mantém até o presente trabalho.

(**) Distribuição de cotas com base na metodologia proposta na reforma de 2008 e que é ainda a fórmula corrente, a qual leva em consideração o tamanho do PIB (50%), o grau de abertura (30%), o crescimento econômico (15%) e as reservas internacionais (5%).

Fonte: Updated IMF Quota Data—July 2018 (August 9, 2018)

Há também propostas para o fortalecimento do Direito Especial de Saque (DES) como ativo de reserva internacional. Em 2009 houve novas alocações, no valor total de 170,5 bilhões de DES¹¹(OCAMPO, 2017). O DES pode ser um instrumento eficiente no gerenciamento da liquidez global e facilitar o equacionamento de crises de balanços de pagamentos caso se tornassem efetivamente a divisa-chave do sistema. Entre os principais benefícios estariam a desvinculação da provisão da divisa-chave de um país ou região e a possibilidade de controle anticíclico da liquidez (*ibidem*). O autor defende

¹¹ Aproximadamente US\$235,4 bilhões.

até mesmo a possibilidade do DES ser uma moeda gerenciada somente pelo FMI (ao invés de lastreada por uma cesta de moedas), de forma que o Fundo pudesse prover recursos aos países de forma elástica, como um banco comercial.

Ao mesmo tempo que buscam alterações nas IEIs, os países podem desenvolver mecanismos paralelos e complementares a elas, como os RFAs, que podem abarcar fundos conjuntos de reservas, acordos multilaterais de *swap*, linhas de curto prazo, entre outros. Embora a constituição de arranjos financeiros regionais venha já da década de 1970, eles se fortaleceram e/ou se expandiram após 2008 (IMF, 2014a). Houve, por exemplo, a expansão da Iniciativa de Chiang Mai (ICM). Criada em 2000, após a crise da Ásia em 1997-1998, a ICM era uma rede de *swaps* bilaterais da ASEAN+3¹² para fortalecer a cooperação econômica entre seus membros¹³. Em março de 2010, a CMI foi rebatizada de Iniciativa de Multilateralização de Chiang Mai (IMCM), tornando-se um arranjo multilateral, governado por um acordo único (até então havia dezesseis acordos bilaterais em vigor) (KHOR, 2017). Essa “multilateralização” teve dois principais objetivos: equacionar problemas de balanço de pagamentos e prover liquidez de curto prazo em dólares aos países membros e complementar arranjos financeiros internacionais já existentes (*ibidem*).

Em relação aos instrumentos, houve extensão de prazos das linhas já existentes e expressiva elevação dos volumes disponíveis, que passaram de US\$39,5 bilhões para US\$120 bilhões em 2010, e para US\$240 bilhões em 2014. Foi criada também uma linha de prevenção de crises (*CMIM-Precautionary Line*) como complemento à linha de resolução de crises já existente. Além disso, a parcela não condicionada ao FMI foi elevada de 20% para 30%. Cabe observar que, para alguns países membros, os recursos disponíveis via CMIM já são maiores que os via FMI (KHOR, 2017). O autor destaca ainda

¹² Composta pelos países da ASEAN, China, Coreia do Sul e Japão.

¹³ Antes da ICM, o Japão defendia a criação de um Fundo Monetário Asiático, mas com a oposição dos EUA e do FMI a iniciativa não vingou (OCAMPO, 2017).

que, por não exigir subscrição de capital, os custos associados à IMCM são menores que outros RFAs.

Além disso, houve uma importante iniciativa dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que em 2014 criaram um fundo comum de moedas conversíveis para auxílio mútuo em períodos de crise, nos moldes do que foi feito pelos países asiáticos. O fundo (*Contingent Reserve Arrangement* - CRA) tem US\$100 bilhões em recursos, sendo US\$41 bilhões disponibilizados pela China, enquanto Brasil, Índia e Rússia disponibilizaram US\$18 bilhões cada e a África do Sul, US\$5 bilhões. É importante destacar que se um país demandar mais que 30% do total disponível a ele, a liberação dos recursos fica sujeita a condicionalidades, como um acordo com o FMI. Mesmo os países avançados desenvolveram mecanismos dessa natureza. Em 2010 foi criado o Mecanismo Europeu de Estabilidade Fiscal, que em 2012 se tornou o Mecanismo Europeu de Estabilidade (EFSF e ESM nas siglas em inglês, respectivamente). No entanto, apesar da proliferação de tais instrumentos, com exceção da Europa, o uso dos mesmos foi limitado (IMF, 2014a).

O estabelecimento ou reforço de linhas de *swaps* foi outro importante mecanismo de cooperação após a crise de 2008. Até 2007, a maioria das linhas de *swaps* eram as da então CMIE e até 2015 haviam chegado a 118, envolvendo 42 países (DENBEE, JUNG & PATERNO, 2016). Foram expandidas linhas de *swaps* entre bancos centrais de países avançados, criadas linhas entre emergentes e avançados e mesmo entre emergentes. Há *swaps* tanto em moedas “fortes” quanto em periféricas, como o renminbi e o won coreano. No imediato pós-crise, os EUA, por exemplo, disponibilizaram linhas de *swaps* para uma série de países, incluindo grandes emergentes (Brasil, Coreia do Sul e México). Segundo Duran (2015), como emissor da moeda central o Fed funcionou nessa ocasião como um prestador de última instância em âmbito global.

Em 2011, os bancos centrais dos EUA, Reino Unido, Canadá, Japão, Suíça e o Banco Central Europeu estabeleceram um acordo de *swaps* em dólares e moedas domésticas, sem limite de recursos. Em 2013, esse acordo foi

tornado permanente, mas as linhas com os emergentes e outras economias avançadas não foram renovadas conforme foram expirando (IMF, 2017). Atualmente, a China é o país com a rede mais ampla de linhas bilaterais de *swaps*, tendo acordos com 35 países (MCDOWELL, 2019), cujo valor total estimado é de US\$500 bilhões. Os acordos bilaterais de *swaps* também foram usados para conter instabilidades regionais, como foi o caso do Japão com Malásia, Singapura, entre outros, e dos países da Escandinávia com os países bálticos.

Até 2007, a maioria das linhas de *swaps* era as da então ICM e desde então o número subiu para 118, envolvendo 42 países e com um limite formal de US\$1,2 trilhões (*ibidem*). Tal valor não inclui as linhas estabelecidas pelos países desenvolvidos, uma vez que elas não têm limite formal, ou seja, o tamanho da rede de *swaps* vai muito além do valor descrito. Assim, a rede de *swaps* bilaterais erigida após a crise teria uma capacidade de alavancagem maior até do que a do próprio FMI (DURAN, 2015, p. 9). Para a autora, a criação da supracitada linha de *swaps* ilimitada entre BCs de economias avançadas mostra que “*At the centre of the monetary system, the IMF has been side lined in monetary cooperation*” (*ibidem*, p. 15).

Segundo James (2013), o longo tempo decorrido desde a última grande crise internacional (1929) havia reduzido a percepção acerca da importância da cooperação e coordenação de políticas, mas no imediato pós-crise a cooperação via linhas de *swaps* atingiu volumes sem precedentes e foram efetivas em mitigar a instabilidade financeira e lidar com a baixa liquidez internacional vigente.

2.3. Avaliando a GFSN

A partir de IMF (2017), pode-se fazer uma análise da adequação dos mecanismos da GFSN. Foram usados aqui quatro critérios: previsibilidade, rapidez, confiabilidade e custos políticos e econômicos. A previsibilidade diz respeito à garantia de que os recursos estarão disponíveis quando necessários e que os termos em que eles serão negociados são conhecidos. A

rapidez (velocidade) com que eles podem ser acessados é relevante porque pode ser um fator decisivo em momentos de crise. Se os recursos puderem ser usados enquanto durarem os choques e a renovação e extensão das linhas forem simples, eles terão confiabilidade. Por último, os custos econômicos e políticos (incluindo o estigma associado ao uso) têm que estar dentro do aceitável para que o mecanismo seja eficiente para a prevenção e contenção de crises. Pela tabela abaixo, é possível avaliar os diferentes mecanismos por esses critérios. Para todos os critérios, o valor 2 indica que o mecanismo é adequado; 1, que é limitado e 0, inadequado.

Quadro 1. Adequação da GFSN

	Reservas	Swaps	FMI	RFAs
Previsibilidade	2	1	2	1
Rapidez	2	2	1	0
Confiabilidade	1	1	1	1
Custos	0	2	0	1

Fonte: Adaptado a partir de IMF (2017).

Sobre os aspectos observados no quadro 1, os acordos de swaps têm como principais pontos positivos a rapidez e os custos. Sobre o último, como não há subscrição de capital, só há custo se os recursos forem efetivamente usados e mesmo assim seriam pouco acima dos de mercado (DENBEE, JUNG & PATERNO, 2016). Acerca da previsibilidade e confiabilidade, a limitação vem de serem acordos entre países, de forma que fatores políticos podem interferir e dificultar o acesso. Sobre o FMI, se a previsibilidade é uma segurança importante para os países, os altos custos políticos (estigma) fazem com que os países tenham grande relutância em recorrer a ele. Por último, os RFAs podem ser pouco eficientes quando o país precisa efetivamente acessar os recursos porque, como normalmente envolvem países de uma mesma região, questões políticas podem atrapalhar na hora de promover liberação de recursos. Além disso, sendo de uma mesma região, há a possibilidade de que eles estejam expostos aos mesmos choques externos (preços de *commodities*, política monetária de países centrais, etc.), gerando

uma sincronia perversa de elevadas necessidades de recursos e baixa disposição e capacidade de provisão de recursos (*ibidem*).

As reservas internacionais teriam como principais vantagens a previsibilidade e a rapidez, já que elas estão disponíveis imediatamente para seu possuidor e a decisão sobre o uso só cabe a ele. O ponto negativo seriam os custos, dados pelo diferencial das taxas domésticas e dos títulos usados para composição das reservas.

Dada a importância das reservas internacionais como mecanismo de defesa e o uso generalizado destas, é feita uma análise mais extensa sobre seus custos e benefícios. Analisando a utilização de reservas internacionais pelos PEs, Chamon e Magud (2019) defendem que a intervenção cambial por meio de variação nas reservas também pode ser útil tanto para países com taxa de câmbio fixo quanto flutuante, pois evitam que choques externos, em especial paradas súbitas nos fluxos de capitais, sejam absorvidos apenas por depreciações nas moedas. Mesmo com as acentuadas depreciações observadas em diversos países latino-americanos após a crise de 2008, os autores argumentam que não houve o mesmo impacto em termos de alta de inflação e tampouco contrações mais intensas, como ocorrera em crises anteriores.

A respeito da eficácia das reservas, estudos empíricos como os de Aizenman e Riera-Crichton (2006) encontraram uma relação positiva entre aumento das reservas internacionais e redução na volatilidade cambial. Já Daude, Yeyat e Nagengast (2016) encontraram evidências de que o uso de reservas foi eficiente para mover a taxa de câmbio para a direção desejada, embora as vendas de reservas tenham sido menos eficazes em conter depreciações do que as vendas em mitigar apreciações. Em uma análise sobre as pressões do mercado externo decorrente da crise de 2008 sobre os PEs, Aizenman e Hutchison (2012) concluíram que os países com maior relação entre passivos externos e PIB foram os mais afetados e os que possuíam maior relação dívida externa de curto prazo e reservas internacionais foram os que sofreram maior impacto sobre as taxas de câmbio.

Entre as limitações para o uso de reservas, a despeito de seus benefícios, estão os custos fiscais significativos aos países, como mencionado anteriormente. Já Chamon e Magud (2019) argumentam que o maior problema de elevados níveis de reserva está relacionado à questão do *moral hazard*. Isto ocorre porque agentes confiantes no elevado volume dos bancos centrais podem assumir posições mais arriscadas, expondo-se a dívidas externas de curto prazo, por exemplo.

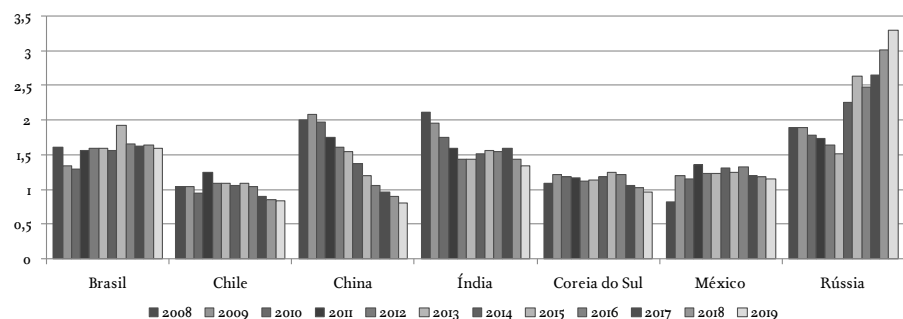
As vantagens e desvantagens da manutenção de elevados volume de reservas internacionais incitaram um amplo debate sobre qual seria o seu nível ótimo. Um indicador largamente utilizado pela literatura é o Guidotti-Grenspan-IMF. De acordo com ele, um país deve manter o nível de reservas internacionais equivalente ao total de endividamento de curto prazo. Jeanne e Rancière (2009) atualizam o indicador e encontram que uma relação ótima de reservas seria de 91% do endividamento externo de curto prazo ou 9,1% do PIB. Atualmente, tem sido utilizado com maior frequência para PEs uma estimação implementada pelo FMI denominada de *Assessing Reserve Adequacy* (ARA). O ARA é uma métrica mais ampla, que inclui exportações, possibilidade de liquidação de ativos domésticos, dívida externa de curto prazo e outros passivos externos relacionados aos fluxos de portfólio. São considerados patamares adequados entre 100% e 150% desse indicador, sendo que, quanto maior rigidez do regime cambial, mais próximo de 150% ele deve estar (IMF, 2015).

Ainda de acordo com Chamon e Magud (2019), os níveis para os *Latin American 5* (Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru) pareciam estar adequados, com exceção do Peru, o qual se encontra excessivamente alto. Já para as Economias Emergentes Asiáticas, a Malásia passou a estar abaixo do patamar considerado adequado após 2012 e Filipinas e Malásia encontram-se em patamares superiores ao necessário. Os demais estariam dentro dos patamares adequados.

Retomando aos países anteriormente tratados na evolução da taxa de câmbio e reservas, o gráfico 3 apresenta os movimentos com base no ARA médio de cada ano. De acordo com essa metodologia, os países anteriormente tratados

mantiveram desempenho semelhante após a crise de 2008, com exceção da Rússia e da China, sendo que o Brasil também apresentou uma alta moderada. Dada a rigidez do regime cambial, a China, que apresentava o indicador mais alto no pré-crise (2,08), passou a ser o único país que estaria mais longe da sua meta-alvo, próximo a 1,5, estando em 0,81 (na próxima seção discutiremos esse caso específico). Chile, Coreia do Sul e México têm se mantido próximos aos patamares considerados adequados e, pela trajetória de queda não ser acentuada, esse cenário ainda não se mostra preocupante. Porém cabe uma atenção ao caso chileno, o mais baixo dentre os três. O Brasil tem se mantido próximo ao teto de 1,5. Em todo o caso, nenhum desses países estaria com o nível de reservas exageradamente acentuado, exceção novamente à Rússia, com 3,29, e que tem tido uma estratégia agressiva de aumento das reservas, chegando ao patamar de 300%, o dobro do teto do adequado. Porém, aqui não cabe avaliar o custo do crescimento dessas em termos de diferencial de juros, pois grande parte desse crescimento se deu com base no ouro, que, ao término de 2018, representava 19% do total das reservas, próximo à parcela em dólares (22%) (BIRYUKOV, ROWLING & FEDORINOVA, 2019). Esse movimento de compra de ouro como reserva também tem sido seguido pela China (PAKIAM, 2019)¹⁴. Todavia, a discussão dessas estratégias foge ao escopo do presente trabalho.

Gráfico 3. Taxa de reserva pela métrica ARA do FMI - Países selecionados (2008-2019)



Fonte: Adaptado a partir de IMF (2017). Fonte: IMF – Ratio of reserve/ARA metric. Elaboração própria.

¹⁴ Embora o peso no total seja muito menor que no caso russo.

Retomando a questão mais geral da eficácia da GFSN, duas observações precisam ser mencionadas. Primeiramente, acerca de sua eficácia. Apesar de a GFSN ser uma rede extensa e envolver altos valores, em termos globais ela ainda seria falha devido a dois fatores principais. Um deles são os altos custos, especialmente no caso das reservas. O outro é decorrente de um desequilíbrio entre os países e regiões. Enquanto alguns estariam muito bem protegidos, até mais do que o necessário, como asiáticos, Oriente Médio e Norte da África, outros não teriam a proteção necessária, como a América Latina e a África subsaariana (SHAFIK, 2015). Além disso, segundo Duran (2015), não apenas o FMI, mas os próprios RAFs, já existentes ou novos, foram pouco acionados pelos PEs no enfrentamento dos problemas de balanço de pagamentos decorrentes da crise de 2008. As medidas unilaterais foram as mais usadas, especialmente as reservas internacionais. Esgotada essa primeira linha de defesa, esses países recorreram preferencialmente a acordos bilaterais *ad hoc* em detrimento do acesso formal a instituições regionais ou multilaterais (*ibidem*).

Em segundo lugar, questiona-se a capacidade da GFSN tornar o sistema efetivamente mais seguro. Aqui é defendido que essa rede tem como principal ponto positivo a redução dos impactos negativos do sistema, sem, contudo, alterar de forma substancial seu funcionamento. Mais especificamente, a GFSN reduz os efeitos negativos (crises de liquidez, depreciações cambiais etc.) da instabilidade dos fluxos de capitais advinda de um sistema hierárquico, assimétrico e de alta mobilidade de capitais, mas não altera de forma significativa nenhum desses elementos.

3. Gestão sobre os fluxos de capitais

Como observado na seção 2.3, nenhum dos instrumentos tratados mostra-se plenamente adequado ao enfrentamento de crises. O ponto em comum de todas essas medidas é que elas têm por objetivo mitigar as instabilidades dos fluxos de capitais. Nesse sentido, pode-se questionar a não utilização mais difundida de controles de capitais. Segundo Rodrik (2006), isso seria

decorrente de pressões dos agentes que operam nos mercados financeiros. Enquanto as técnicas de controles de capitais imporiam regras e limites às operações dos agentes, medidas como o acúmulo de reservas seriam amigáveis aos mercados financeiros e, portanto, de menor resistência. Essa perspectiva é corroborada por Steiner (2013), o qual argumenta que os elevados patamares das reservas internacionais têm sido utilizados em substituição às medidas de controle de capitais como prevenção para reversões súbitas dos fluxos de capitais. Dada a importância dessa questão, nesta seção, busca-se discutir brevemente que medidas são entendidas como controles de capitais e são apresentados trabalhos que discutem resultados de casos recentes de países que fizeram uso de tais instrumentos.

Em primeiro lugar, é necessário deixar claro que tipos de instrumentos podem ser usados para se proteger das instabilidades dos fluxos. Segundo IMF (2017), as medidas de gerenciamento de fluxos de capitais (CMFs na sigla em inglês) abrangem aquelas que distinguem os fluxos a partir da residência de origem/destino, as quais seriam as medidas mais especificamente de controles de capital, e as medidas que não fazem distinção pela residência e têm como principal objetivo limitar o risco sistêmico, as chamadas medidas macroprudenciais. Essas medidas de gestão de fluxos de capital visam, então, influenciar os fluxos por meio de: i) medidas que diferenciam transações com base na moeda, incluindo um subconjunto de medidas prudenciais; e ii) outras medidas que são tipicamente aplicadas no setor não financeiro (impostos sobre certos investimentos, por exemplo). O trecho abaixo ilustra bem a distinção:

As set out in IMF (2012b), the prime difference is the objective. CFMs are designed to limit capital flows. Macroprudential measures are prudential tools that are designed to limit systemic vulnerabilities. This can include vulnerabilities associated with capital inflows and exposure of the financial system to exchange rate shocks. While there can therefore be overlap, macroprudential measures do not seek to affect the strength of capital flows or the exchange rate per se. (IMF, 2013, p. 8)

Ou seja, dentro do objetivo mais geral de reduzir o risco sistêmico, as medidas macroprudenciais buscam mitigar os efeitos da alta mobilidade dos fluxos, enquanto os controles vão à raiz do problema, a mobilidade em si.

A distinção entre essas medidas também pode ser observada em Epstein, Grabel e Jomo (2004), que definem controles de capitais como sendo a intervenção no livre movimento de capitais. Já a regulação prudencial incidiria sobre o mercado financeiro doméstico, compreendendo a exigência de determinado padrão de adequação do capital, requisitos de informação, ou restrições nas capacidades de inovação financeira e limitações nos tipos e destinos de financiamento. Os autores constataram que, atuando em conjunto, tais medidas aumentam o potencial de sucesso.

No presente trabalho, embora entendamos que a regulamentação prudencial deva estar sempre presente, daremos prioridade à discussão das medidas de controle em si, quando for possível a separação, por se tratarem de medidas que visam reduzir a própria instabilidade dos fluxos financeiros, diferentemente das medidas prudenciais que teriam o sentido de minimizar os efeitos dessa instabilidade.

A importância de uma prática mais abrangente na gestão sobre os fluxos de capitais praticadas pela China pode ser observada na comparação do comportamento da taxa de câmbio chinesa com a de outros PEs. O renminbi foi a única moeda que não apresentou variação significativa na fase mais aguda da crise de 2008 e a que apresentou uma trajetória mais estável no período posterior (ver gráfico 1).

Em um momento de grande pressão para depreciação sobre as moedas dos PEs – a fase de especulação sobre o fim das PMNC –, esse país optou por flexibilizar certas medidas de controle cambiais. Isso ocorreu entre os anos de 2014 e 2016¹⁵. Nesse período, a China empenhou grande volume de reservas para tentar conter a depreciação de sua moeda, em torno de US\$ 1 trilhão, segundo Yongding (2019), movimento evidenciado no gráfico 2, o qual

¹⁵ *Annual Report On Exchange Arrangements and Exchange Restrictions (AREAER) 2015, 2016 e 2017.*

indica uma queda das reservas a partir de 2014, sendo que, no período analisado, os anos de 2014 e 2015 são os únicos em que há queda de reservas. Diante disso, o país optou pela retomada dos apertos de controle de capitais, principalmente no sentido de restrição de saída¹⁶. Como resultado dessas medidas e em combinação com o enfraquecimento do dólar, a China conseguiu conter a onda de depreciação de sua moeda.

Experiências bem-sucedidas com as práticas de gestão sobre os fluxos de capitais têm levado até mesmo autores com participações frequentes nos documentos do FMI a reconhecer sua importância, a exemplo de Ostry *et alii* (2010) e Qureshi *et alii* (2011). Até a visão institucional do órgão passou a tratar sobre a relevância das CFMs, como pode ser visto em IMF (2012). Nesses trabalhos, foram encontrados efeitos significativamente estatísticos das CFMs para evitar apreciação excessiva das moedas, conter a elevação de empréstimos externos nos momentos de alta dos ciclos *boom-burst*, dar maior grau de autonomia à política cambial, alongar a composição dos fluxos de capitais e tornar o país mais resiliente aos momentos de reversão de liquidez.

Os trabalhos anteriores fazem advertências de que as medidas de CFMs, notadamente a questão mais específica dos controles, devem ser adotadas com ressalvas devido aos seus prováveis custos, sendo que Qureshi *et alii* (2011) enfatizam os aspectos microeconômicos que tais controles poderiam ocasionar. Ostry *et alii* (2010), por sua vez, defendem o uso de controles de capitais, mas sempre com cautela. Segundo esses autores, os controles poderiam reduzir os impactos negativos de grandes influxos de capitais (como apreciação cambial e bolhas de crédito), mas deveriam ser usados somente depois de outras opções de política¹⁷. Essa visão, que considera controles como instrumentos de última instância, pode ser vista também no documento de 2012 (IMF, 2012). Nele, fica clara a posição de que medidas de

¹⁶ *Annual Report On Exchange Arrangements and Exchange Restrictions* (AREAER, 2017).

¹⁷ Sobretudo, política cambial (valorização da moeda), redução da taxa de juros e medidas de política fiscal.

controle de capitais devem ter caráter temporário, não devem ser utilizadas como substitutas de política macroeconômica e só em situações emergenciais¹⁸ devem ser usadas de forma isolada. As medidas macroprudenciais, por sua vez, teriam menores ressalvas.

Já o documento IMF (2016b) sintetiza a literatura sobre as CFMs após a adoção da visão institucional de 2012 do FMI e conclui que essa literatura tem tratado as CFMs como eficazes na redução das vulnerabilidades macroeconômicas e financeiras associadas aos fluxos de capitais. Contudo, o documento, tal qual o de 2012, argumenta ser difícil a distinção entre o impacto das CFMs e de outras políticas que são implementadas ao mesmo tempo. Ademais, a literatura empírica recente não teria abordado de forma específica questões centrais para a visão institucional, tais como impactos das CFMs sobre o volume e a composição dos fluxos, a erosão da eficácia das CFMs ao longo do tempo, a eficácia das medidas discriminatórias e não discriminatórias e os efeitos indiretos do uso dos CFMs.

O interessante nessa análise é que as ressalvas não são colocadas como pontos negativos das CMFs, mas apenas que necessitam de análises posteriores. Ademais, embora seja entendida ainda como algo benéfico para o desenvolvimento dos países, a liberalização total dos fluxos de capitais não poderia ser uma meta adequada para todos os países e períodos.

Artigos empíricos posteriores ao documento IMF (2016) também buscaram avaliar o uso de controles em PEs. No estudo de Ghosh, Ostry e Qureshi (2017) envolvendo 50 PEs entre 2005 e 2013, os autores encontram como medida de respostas das autoridades econômicas a elevação nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio, aperto de medidas macroprudenciais e implementação de controle de capitais; já políticas fiscais contracíclicas não foram observadas. Quanto aos controles de capital, os resultados obtidos indicam que PEs respondem às elevações nos influxos de capital apertando os controles de entrada. A maior rigidez para os fluxos de entrada se

¹⁸ Para evitar uma rápida depreciação cambial, por exemplo.

deu em especial como decorrência da intensificação dos investimentos em portfólio e outros investimentos. Todavia, os autores ainda encontraram que houve relaxamento dos controles sobre saída. Já Caporale *et alii* (2017) reforçam a importância da implementação de medidas de controle de capitais para estabilizar o mercado cambial em países cujos fluxos de capitais afetam a volatilidade da taxa de câmbio.

As perspectivas de adoção de controle sobre fluxos de capitais até aqui tratadas se referem a medidas individuais que os países poderiam implementar. No entanto, alguns autores, a exemplo de Giordani *et alii* (2017), entendem que o país que adote medidas restritivas quanto à entrada de capitais pode alcançar seus objetivos individuais, mas que esses fluxos poderiam ser direcionados para outros países com características semelhantes, que então poderiam passar por instabilidades. Como consequência, poderia haver uma resposta política no terceiro país. Os autores testaram esse argumento para um grupo de 78 países emergentes e em desenvolvimento para o período de 1995 a 2009. Os testes econométricos reforçaram parte do argumento: de fato o transbordamento para países próximos foi observado, contudo, não se verificou resposta política a esses movimentos. Portanto, medidas nesse sentido, além da necessidade de controles sobre entradas e saídas, deveriam ser adotadas conjuntamente por um grupo relevante de países, para evitar a chamada arbitragem regulatória. Com a difusão de amplos controles, a evasão seria mais difícil.

Considerações finais

As mudanças no SMI geradas pelo conjunto de medidas dentro do arcabouço da GFSN tornaram o sistema mais seguro para uma série de países, seja pelos mecanismos de autodefesa, seja pelos cooperativos. O acúmulo de reservas antes da crise de 2008 foi uma opção por um caminho de mudanças autônomas nas formas de integração dos PEs ao SMI. A maior resiliência na crise de 2008 de determinados países que promoveram essa integração mais cautelosa (alguns inclusive com controles de capitais) e

o alto crescimento em boa parte da década de 2000 fizeram com que eles ganhassem mais voz na governança do SMI. Além disso, esses países mostraram não apenas disposição, mas efetiva capacidade em contribuir com mudanças, a exemplo do aumento de suas contribuições (cotas) no FMI. Nesse sentido, as próprias medidas autônomas podem ter contribuído para a maior influência dos PEs nas medidas cooperativas.

Todavia, tanto as medidas individuais quanto o desenvolvimento da GFSN não provocam mudanças estruturais no sistema, apenas mitigam seus efeitos adversos. Para uma transformação mais estrutural, seria preciso agir sobre os fundamentos do sistema para que a GFSN fosse menos necessária. Entre esses elementos estariam a mobilidade de capitais e a divisa-chave. O uso de gestão sobre os fluxos de capitais em suas diferentes formas, como as medidas macroprudenciais e as mais específicas de controle, agindo tanto no controle de entrada quanto de saída, tornaria a instabilidade menor. Além disso, seriam desejáveis que medidas de cooperação não se limitassem aos aspectos de fornecimento de liquidez em situações de maior instabilidade, mas que também houvesse uma maior coordenação internacional em medidas de controle sobre os fluxos de capitais, nos moldes ao observado durante o período de Bretton Woods.

Mesmo instrumentos mais *market-friendly*, como um imposto global sobre transações financeiras internacionais, poderiam indicar um início mais promissor. Conforme discutido anteriormente, há diferentes possibilidades de combinação de medidas de gestão sobre os fluxos de capitais e poder-se-ia argumentar que o ideal seria a incorporação de um conjunto amplo de ferramentas de forma concomitante. Do mesmo modo, seria mais eficiente que os controles fossem usados de forma coordenada entre os países, a fim de reduzir a possibilidade de arbitragem regulatória e, assim, aumentar a eficiência dos mesmos.

No que se refere à divisa-chave, a principal opção seria o maior uso do DES, com o FMI tendo maior poder sobre sua criação, de forma que possa criar ativos de reserva internacional mais livremente. Ou seja, o gerenciamento

da liquidez internacional ficaria a cargo de uma instituição multilateral, que poderia agir de forma contracíclica, reduzindo a dependência da liquidez do sistema das políticas monetárias dos países desenvolvidos. Tal argumento não ignora o papel quase irrelevante do DES atualmente e que não há perspectivas de que isso se altere de forma significativa no curto ou médio prazo. Ademais, como salientado por Denbee, Jung e Paternò (2016), a elevação da importância das linhas de *swaps* na crise de 2008 em detrimento das linhas de crédito do FMI reforça ainda mais a centralidade do dólar e dos EUA no sistema. A mudança da divisa-chave em um SMI é um processo muito complexo, que foge do escopo deste artigo, ainda sim, é papel dos pesquisadores no tema apontar medidas que possam levar a um sistema mais estável e seguro.

Com o fim de Bretton Woods, o ressurgimento dos mercados financeiros globais fez com que elementos-chave do regime de governança fossem “privatizados”: *“Once banks and bonds had supplanted the IMF as the major sources of financing for a broad range of nations, the overall supply of liquidity effectively became hostage to the vagaries of international investment or sentiment (...)”* (COHEN, 2013, p. 7). Destarte, o impulso dado pela crise de 2008 à construção da GFSN pode representar uma mudança importante em direção a um sistema mais cooperativo. No entanto, faz-se necessário aprofundar medidas que mudem estruturalmente o sistema, retomando o protagonismo perdido para os mercados privados. Se, por um lado, as mudanças necessárias apontadas são politicamente muito complexas, sem medidas desse tipo os países teriam que despender esforços cada vez maiores em mecanismos cujos custos não são desprezíveis.

Referências

- AIZENMAN, J. & BINICI, M. "Exchange market pressure in OECD and emerging economies: Domestic vs. external factors and capital flows in the old and new normal", *Journal of International Money and Finance*, n. 66, pp. 65-87, 2016.
- AIZENMAN, J. & HUTCHISON, M. H. "Exchange Market Pressure and Absorption by International Reserves: Emerging Markets and Fear of Reserve Loss During the 2008-09 Crisis", *Journal of International Money and Finance*, n. 31, 5, pp. 1076-1091, 2012.
- AIZENMAN, J. & RIERA-CRITCHTON, D. "Real Exchange Rate and International Reserves in the Era of Growing Financial and Trade Integration". In: *NBER Working Papers*, n. 12363, National Bureau of Economic Research, Inc., 2006.
- ANAYA, P.; HACHULA, M. & OFFERMANN, C. J. "Spillovers of U.S. unconventional monetary policy to emerging markets: The role of capital flows", *Journal of International Money and Finance*, v. 73, pp. 275-295, 2017.
- BIRYUKOV, A.; ROWLING, R. & FEDORINOVA, Y. "Russia Is Dumping U.S. Dollars to Hoard Gold" In: *Bloomberg*, March 28, 2019.
- BRUNO, V. e SHIN, H. S. *Capital flows, cross-border banking and global liquidity*. NBER Working Paper Series, 2013
- CALVO, G. A. & REINHART, C. M. "Fear of Floating", *Quarterly Journal of Economics*, n. 117(2), pp. 379-408, May 2002.
- CAPORALE, M.; ALI, F. M.; SPAGNOLO, F. & SPAGNOLO, N. "International portfolio flows and exchange rate volatility in emerging Asian markets", *Journal of International Money and Finance*, n. 76, pp. 1-15, 2017.
- CHAMON, M. & MAGUD, N. E. "Why Intervene?". In: CHAMON, M.; HOFMAN, D.; MAGUD, N. E. & WERNER, A. *Foreign Exchange Intervention in Inflation Targeters in Latin America*. IMF, 2019.
- COHEN, B. "Global Turmoil: The International Monetary System Today", *The BRICS and Asia Currency Internationalization and International Monetary Reform. Paper No. 1.*, 2013.
- COMBES, J.-L.; KINDA, T. & PLANE, P. "Capital flows, exchange rate flexibility, and the real exchange rate", *Journal of Macroeconomics*, n. 34, pp. 1034-1043, 2012.
- DAUDE, C.; YEYATI, E. L. & NAGENGAST, A. J. "On the effectiveness of exchange rate interventions in emerging markets", *Journal of International Money and Finance*, n. 64, pp. 239-261, 2016.
- DE CONTI, B. M. *Políticas cambial e monetária: os dilemas enfrentados por países emissores de moedas periféricas*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2011.
- DENBEE, E.; JUNG, C. & PATERNO, F. "Stitching together the global financial safety net. Financial Stability Paper" In: *Bank Of England*, n. 36, 2016.
- DOW, S. "International liquidity preference and endogenous credit". In: DEPREZ, J. & HARVEY, J. *Foundations of International Economics Post Keynesian perspectives*. London: Routledge, 2001.
- DURAN, C. V. "The International Lender of Last Resort for Emerging Countries: A Bilateral Currency Swap?", *GEG Working Paper 2015/108*, 2015.
- EPSTEIN, G.; GRABEL, I. & JOMO, K. "Capital management techniques in developing countries: an assessment of experiences from the 1990s and lessons for the future", *G-24 Discussion Paper 27*, 2004.
- GHOSH, A. R.; OSTRY, J. D. & QURESHI, M. S. "Managing the Tide: How Do Emerging Markets Respond to Capital Flows?", *IMF Working Paper 17/60*, 2017.
- GIORDANI, P. E.; RUTA, M.; WEISFELD, H. & ZHU, L. "Capital flow deflection", *Journal of International Economics*, n. 105, 2017.

- IEO. *The role of the IMF as trusted advisor*. Washington DC: International Monetary Fund, 2013.
- IMF. *Annual Report On Exchange Arrangements and Exchange Restrictions*. Washington, DC: International Monetary Fund, vários anos.
- IMF. *Fourteenth General Review of Quotas—The Size of the Fund: Initial Considerations and The Chairman's Concluding Remarks*, March 12, 2010.
- IMF. *The liberalization and management of capital flows: an institutional view*, 2012. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2012/111412.pdf>. Acesso em 03/12/2012
- IMF. *Key aspects of macroprudential policy*, 2013
- IMF. "Review of Flexible Credit Line, The Precautionary and Liquidity Line, and The Rapid Financing Instrument", *IMF Policy Paper*, 2014a.
- IMF. "Quota formula—data update and further considerations", *IMF Policy paper*, 2014b.
- IMF. *Assessing Reserve Adequacy - Specific Proposals*, 2015.
- IMF. *Fifteenth General Review of Quotas - Report of the Executive Board to the Board of Governors*, November 2, 2016a.
- IMF. "Capital flows—review of experience with the institutional view", *IMF Policy Paper*. Press Release n. 16/573, 2016b.
- IMF. "Adequacy of the global financial safety net - considerations for fund toolkit reform.", *IMF Policy Paper*, 2017.
- IMF. "Fifteenth and Sixteenth General Reviews of Quotas. Report of the Executive Board to the Board of Governors", *Policy Paper* n. 20/007, 2020.
- IMF Data Mapper. *Ratio of reserve/ARA metric*, 2019.
- JAMES, H. "International Cooperation and Central Banks", *CIGI Essays on International Finance*, vol. 1, October, 2013.
- JEANNE, O. & RANCIÈRE, R. "The Optimal Level of International Reserves for Emerging Market Countries: a New Formula and Some Applications", *IMF Working Paper*, n. 06/229, 2009.
- KHOR, H.E. "Chiang Mai Initiative Multilateralization (CMIM): Progress and Challenges". Apresentação, 2017.
- KOEPKE, R. "Fed policy expectations and portfolio flows to emerging markets", *Journal of International Financial Markets, Institutions & Money*, 2018.
- MCDOWELL, D. "The (Ineffective) Financial Statecraft of China's Bilateral Swap Agreements", *Development and Change*, n. 50(1), pp. 122–143, 2019.
- MIHALIJEK, D. "Survey of central banks views on effects of intervention", *BIS Paper*, Basle: Bank of International Settlement, n. 24, 2005.
- OCAMPO, J. *Resetting the international Monetary (non) System*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- OSTRY, J. D.; HABERMEIER, K.; LAEVEN, L.; CHAMON, M.; QURESHI, M. & KOKENYNE, A. "Managing capital inflows: What tools to use?", *IMF Staff Discussion Note*, 2010.
- PAKIAM, R. "China Is on a Big Gold-Buying Spree". In: *Bloomberg*, April 8, 2019
- PRATES, D. M. *Crises financeiras dos países "emergentes": uma interpretação heterodoxa*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002.
- QURESHI et alii "Managing Capital Inflows: What Tools to Use? Managing Capital Inflows: The Role of Capital Controls and Prudential Policies", *Working Paper 17363*. Cambridge, MA 02138, 2011.
- REY, H. *Dilemma not Trilemma: The Global Financial Cycle and Monetary Policy Independence*. London Business School, CEPR and NBER, 2013.

RODRIG, D. "The Social Cost of Foreign Exchange Reserves", *International Economic Journal*, n. 20 (3), pp. 253–66, 2006.

SHAFIK, M. "Fixing the global financial safety net: lessons from central banking". In: *Bank Of England*, 2015.

STEINER, A. "How central banks prepare for financial crises – An empirical analysis of the effects of crises and globalisation on international reserves", *Journal of International Money and Finance*, n. 33, pp. 208–234, 2013

TILLMANN, P. "Unconventional monetary policy and the spillovers to emerging markets", *Journal of International Money and Finance*, n. 66, pp. 136-156, 2016.

WEISS, M.A. & PRATES, D. M. "Análise teórica e empírica dos determinantes dos fluxos de capitais financeiros para os países em desenvolvimento no contexto da globalização financeira", *Nova Economia*, v. 27, pp. 85-117, 2017.

WOODS, N. "Global Economic Governance After the 2008 Crisis: A New Action Plan for the Reform of Global Economic Governance", *GEG Working Paper 2014/89*, 2014.

YONGDING, Y. "Como liberar o renminbi". In: *Valor Econômico*, 08/03/2019.

MÁRIO DUAYER

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

VALOR COMO FORMA DE MEDIAÇÃO SOCIAL: INTERPRETAÇÃO DE MARX A PARTIR DE POSTONE

Recebido em 10/02/2020

Aprovado em 19/03/2020

VALOR COMO FORMA DE MEDIAÇÃO SOCIAL: INTERPRETAÇÃO DE MARX A PARTIR DE POSTONE

Resumo

O artigo trata da interpretação proposta por Postone da teoria crítica do valor de Marx. O cerne da exposição consiste na apresentação do valor enquanto forma de mediação social específica da sociabilidade do capital, uma forma de mediação indireta, o que implica a existência de um tipo específico de trabalho, que é a substância do valor – trabalho abstrato. Além disso, evidencia-se que essa sociabilidade indireta produz formas de dominação também específicas – dominação abstrata –, sem esquecer que valor também é forma específica de riqueza da sociedade capitalista – riqueza abstrata – e forma automediadora e modeladora da objetividade e subjetividade do mundo dos seres humanos.

Palavras-chave: valor; mediação Social; Marx; Postone.

Classificação JEL: B24, B51.

MÁRIO DUAYER

Professor Titular Aposentado da Faculdade de Economia da UFF, Coordenador do GEPOC-UFF.

E-mail: mddier@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5885-6037>

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, Professor Permanente do PPGE-UFF, Coordenador do GEPOC-UFF e membro do NIEP-MARX-UFF.

E-mail: phfaraujo@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>

Abstract

The article deals with the interpretation proposed by Postone of the critical value theory of Marx. The core of the exhibition is the presentation of value as a form of social mediation specific to the sociability of capital, a form of indirect mediation. This implies the existence of a specific type of work which is the substance of value – which is also specific abstract labor. In addition, it is evident that this indirect sociability produces forms of domination also specific – abstract domination –, without forgetting that value is also a specific form of wealth of capitalist society – abstract wealth – and an automatic and shaping form of the objectivity and subjectivity of the human kind world.

Keywords: value; social mediation; Marx; Postone.

Para justificar o presente trabalho é preciso antes de tudo sublinhar a importância da interpretação crítica proposta por Postone (2014). O autor defende que a reconstituição da dimensão crítica da análise de Marx tem por condição o exame crítico das interpretações correntes do pensamento marxiano qualificadas de modo genérico por ele como marxismo tradicional. Não surpreende, portanto, que sua obra tenha dado origem a reações muitas vezes ressentidas que, em virtude disso, leram de maneira enviesada o que a obra trazia de original e inovador. Daí a relevância que atribuímos ao presente trabalho, cujo objetivo consiste em apresentar de maneira sintética os elementos principais da construção teórica de Postone, na expectativa de dirimir dúvidas e equívocos e, ao mesmo tempo, mostrar como sua interpretação resgata a genuína dimensão crítica do pensamento maduro de Marx.

Apesar de se concentrar especificamente na contribuição de Postone para uma restauração da dimensão crítica do pensamento de Marx, antes disso, à guisa de introdução, o trabalho recorre a textos do próprio Marx que indicam a centralidade das categorias com base nas quais Postone constrói seu argumento e elabora sua crítica às interpretações correntes no interior do marxismo.

I. Considerações iniciais

Em seu grande rascunho investigativo preparativo para a redação de *O Capital*, os assim intitulados *Grundrisse*, Marx chama atenção para o caráter mercantil da sociedade capitalista, do nexos indireto, via troca, da sociabilidade. E afirma que o pressuposto histórico para essa mercantilização universal da vida social foi a dissolução de todas as formações sociais pré-capitalistas, nas quais o que imperava eram relações de dependência fixa, pessoal, na produção. A dissolução dessas formações sociais tem como resultado o fato de que todos os produtos e atividades tornam-se valores. Consumada tal dissolução, a atividade ou o produto do indivíduo funciona para ele como meio de acesso aos produtos e atividades de todos os outros

indivíduos. Nesse contexto, Marx nota que, para o indivíduo, “a transformação do produto em meio de vida para si próprio devem depender do consumo de todos os outros”. Em suma, o que Marx sublinha, nesse caso, é que a dependência recíproca universal dos produtores entre si “se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral” (2011, p. 104)¹.

Se os indivíduos, ao trocarem suas mercadorias, formam uma conexão social na condição de trabalhadores, pode-se depreender que na análise de Marx o trabalho opera como mediador social. O que significa dizer que a conexão social só pode se dar pelo trabalho, porque, como se pode inferir do texto, se o capitalismo se caracteriza pela troca generalizada, segue-se que ele já dissolveu “todas as relações fixas (históricas), de dependência pessoal dos produtores entre si” (*idem ibidem*). Por conseguinte, fica estabelecido já nos *Grundrisse* que a principal relação constitutiva da sociabilidade sob o capital é o trabalho, que é o nexos, o vínculo social fundamental entre os indivíduos.

Talvez não haja outra passagem de Marx que rivalize com essa no que diz respeito à ênfase no problema do estranhamento universal próprio da sociedade capitalista. Dessas breves considerações sobre o caráter mercantil da sociedade capitalista, Marx indica que a dependência recíproca e multilateral dos indivíduos enlaçados pela troca de mercadorias forma sua conexão

¹ Marx ironiza os economistas (e é bem verdade que sua ironia vale não somente para os economistas) ao recordar que eles compreendem essas circunstâncias aludindo ao puro individualismo abstrato. Segundo o qual “cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve, assim, sem sabê-lo ou desejá-lo, ao interesse privado de todos, ao interesse geral”. Marx salienta que, à medida que cada indivíduo persegue seu interesse privado, não necessariamente é realizada a totalidade dos interesses privados, ou seja, o interesse geral. Contra tal absurda dedução abstrata, diz Marx, seria possível deduzir justamente o oposto: que a afirmação do interesse privado de cada um constitui um obstáculo para a afirmação do interesse do outro, “e que desta *bellum omniun contra omnes*, em lugar de uma afirmação universal, resulta antes uma negação universal”. Mais interessante do que essa crítica puramente lógica é a crítica substantiva de Marx, de acordo com a qual o interesse privado é sempre um interesse socialmente determinado, “e que só pode ser alcançado dentro das condições postas pela sociedade e com os meios por ela proporcionados”. Em outras palavras, o interesse privado é um interesse que reproduz tais condições e meios sociais. Numa indicação da relevância da categoria do estranhamento, Marx arremata essas considerações notando que de fato se trata de interesse das pessoas privadas, mas que está dado por condições sociais *independentes* de todos e que determinam seu conteúdo, sua forma e seus meios de realização.

social – sociabilidade de “indivíduos mutuamente indiferentes”. Dado tal tipo de conexão social, o que os indivíduos produzem é meio de compra, valor, que se expressa no valor de troca, em última análise, no dinheiro. O valor é a expressão dessa conexão social específica. Se a atividade ou o produto de cada indivíduo é apenas meio de compra para si, fica claro que o poder que cada indivíduo “exerce sobre as atividades dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele” (*ibidem*, p. 105) como proprietário de dinheiro. Por essa razão, Marx pode concluir que o poder social do indivíduo e, portanto, o seu nexos com a sociedade, ele os traz no bolso².

Seria possível mostrar o mesmo ponto com outro argumento. Produção de valor é produção que articula impessoalmente os produtores diretos, ou seja, os trabalhadores. Todos os modos de produção pré-capitalistas baseavam a articulação dos trabalhadores e, por conseguinte, o modo de produção, em relações sociais diretas – de dominação e servidão etc. Portanto, para articular trabalhadores que não estabelecem qualquer relação sem a intervenção do capital, ou seja, cuja relação social é nenhuma sem a intervenção do capital, sem seu assalariamento, é preciso que tais relações pré-capitalistas tenham sido dissolvidas pela dupla expropriação – dos trabalhadores diretos de suas eventuais posses (direito de acesso à terra, instrumentos de trabalho etc.) e dos não-trabalhadores de seu monopólio das condições de produção (formas de propriedade não-mercantis). Somente com essa dupla expropriação pode a produção ser produção de valor, produção que articula trabalhadores “externamente”. Produção crescentemente social de trabalhadores não-sociais – *i.e.*, cuja sociabilidade se estrutura pelo trabalho, por meio do assalariamento ao capital.

Em inúmeros momentos o texto marxiano deixa patente a relação entre o caráter mercantil do capitalismo, a mediação pelo trabalho, em outras palavras, pelo valor, e o estranhamento. Numa das últimas passagens dos

² Nesse ponto Marx agrega uma observação que ressalta a peculiaridade da produção social sob o capital quando ele afirma que “a atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, e o produto da atividade, qualquer que seja sua qualidade particular, é o valor de troca, isto é, um universal em que toda individualidade, peculiaridade é negada e apagada”. (2011, p. 105)

Grundrisse, por exemplo, Marx trata de maneira explícita do estranhamento. Nesse contexto, Marx examina o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, qual seja, o crescimento necessário das condições objetivas do trabalho – trabalho objetivado – em relação ao trabalho vivo. Tal resultado, sob a ótica do capital, obscurece o fato de que “um dos momentos da atividade social, o trabalho objetivo, devém o corpo cada vez mais poderoso do outro momento, trabalho subjetivo” (*ibidem*, p. 705). Na verdade, nesse resultado as condições objetivas do trabalho ganham uma autonomia “cada vez mais colossal” em relação ao trabalho vivo. Com isso a riqueza social “se defronta com o trabalho como poder estranho, dominador, em proporções cada vez mais poderosas”. Marx trata aqui do processo de objetivação pelo trabalho, põe a ênfase não na objetivação, mas no fato de que o objetivado não pertence ao trabalhador, “mas às condições de produção personificadas, isto é, o capital, o enorme poder social objetivado que o próprio trabalho social contrapôs a si mesmo como um dos seus momentos” (*idem ibidem*).

No continuado esforço para ressaltar a importância da categoria do estranhamento na sua crítica da economia política, Marx sustenta que, dado o caráter mercantil da formação da vida social sob o capital, para os indivíduos, o caráter social de sua atividade, a forma social do seu produto e a sua participação na produção aparecem para eles como algo estranho, como uma coisa. Em lugar de se apresentarem para eles como sua conduta recíproca, os confronta como relações que os subordinam e cuja existência deles depende.

A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa. No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder pessoal em poder coisificado. (*ibidem*, p. 105)

Para não concentrar o comentário exclusivamente nos *Grundrisse*, é importante assinalar que as mesmas determinações da sociedade capitalista são capturadas em *O Capital*, em especial, mas não exclusivamente, na seção

primeira do Livro I. Ressaltando que sua estrutura é distinta da presente nos *Grundrisse*, e considerando que o objetivo nesse caso é distinto dos *Grundrisse*, *O Capital* apresenta um conjunto categorial mais preciso e articulado já que Marx tratava de expor, pelo desdobramento de suas categorias básicas, a estrutura e a dinâmica da sociabilidade posta pelo capital – valor em movimento de autoexpansão. É preciso sublinhar que o trabalho como categoria mediadora já está indicado, presente nos capítulos iniciais, muito embora Marx não use a expressão mediadora de maneira explícita. O mesmo se pode dizer do estranhamento claramente exposto no item 4 do capítulo 1 (“O fetichismo da mercadoria e o seu segredo”).

2. O trabalho abstrato

O enraizamento da interpretação de Postone (2014) no próprio Marx fica de início patente quando ele afirma que não analisa o capitalismo em termos de mercado e propriedade privada dos meios de produção. Em lugar disso, dá destaque à forma historicamente específica, impessoal, de interdependência entre os indivíduos e que se apresenta como se fosse objetiva. Dispensa maiores comentários o fato de que, assim procedendo, ele está se reportando ao que foi visto acima na análise dos *Grundrisse*. Como Marx, Postone mostra que essa forma de interdependência se concretiza em formas de relações sociais historicamente específicas e que se apresentam independentes das pessoas. Portanto, extraíndo essas inferências do caráter mercantil da sociedade capitalista, da mesma maneira que Marx, o autor pode concluir que o capitalismo representa uma forma de dominação social nova e crescentemente abstrata, forma essa que subordina as pessoas a imperativos e constrangimentos estruturais. Se, ainda com Marx, o autor tem razão em sua análise, e se o capital se caracteriza pela dominação abstrata, pode-se afirmar que a subordinação das pessoas não pode ser entendida em termos redutíveis à dominação concreta, por exemplo, dominação pessoal, de grupos, de classes etc. Em conformidade com essa reconceitualização das relações e formas de dominação próprias do capitalismo, o autor defende que

é possível elaborar uma teoria capaz de analisar as características sistêmicas da sociedade moderna, tais como “seu caráter historicamente dinâmico, seus processos de racionalização, sua forma particular de ‘crescimento econômico’, seu modo de produzir dominante” (POSTONE, 2014, p. 18). Tal reconceituação da análise do capitalismo feita por Marx é vista não como teoria das formas de dominação e exploração no interior da sociedade moderna, mas como teoria social crítica da própria natureza da modernidade.

Postone sustenta que o seu trato com a teoria crítica de Marx enfatiza a centralidade do trabalho para a vida social sob o capital, geralmente interpretada como o núcleo da teoria social marxiana. No entanto, Postone ressalta que, nas obras maduras de Marx, a categoria trabalho tem um significado distinto do que tem na interpretação corrente. Em outras palavras, em Marx a categoria trabalho é historicamente específica e não transistórica. O que significa afirmar que a ideia de que o trabalho constitui o mundo social e é fonte de toda riqueza não se aplica à sociedade em geral, mas à sociedade moderna ou capitalista. Em Marx o trabalho não é analisado como metabolismo do ser humano com a natureza, ou seja, não é analisado abstratamente como atividade teleológica para o atendimento de necessidades humanas em geral. Ao contrário, Marx descobre o caráter peculiar do trabalho na sociedade capitalista. Nessa sociedade, o trabalho constitui uma forma de mediação social historicamente específica e que se apresenta como objetiva.

Essa reconsideração da categoria trabalho na análise marxiana tem profundas consequências para uma interpretação adequada da formação social do capitalismo. Se o trabalho é uma forma de mediação social e constitui a sociedade, daí decorre que, na análise de Marx, a crítica à produção é central e possibilita a análise da moderna sociedade capitalista como uma “sociedade dinamicamente regulada e estruturada por uma forma historicamente específica de mediação social. Tal forma, embora socialmente constituída, tem um caráter abstrato, impessoal e que se apresenta como se fosse objetivo” (*ibidem*, p. 19). Segundo Postone, tal abordagem permite

fazer uma clara distinção entre perspectivas críticas no interior da tradição marxista. Por um lado, existe a posição que interpreta o pensamento marxiano como uma crítica ao capitalismo do ponto de vista do trabalho. Essa crítica se baseia numa concepção transistórica do trabalho, pois pressupõe que na vida social há uma tensão estrutural característica do capitalismo entre a propriedade privada e a esfera social constituída pelo trabalho. Nesse caso, portanto, o trabalho é a base da crítica ao capitalismo, é o ponto de partida de elaboração da crítica. Por outro lado, há a perspectiva crítica que concebe o pensamento marxiano como crítica ao trabalho no capitalismo e, de acordo com a qual, o trabalho no capitalismo é historicamente específico e impregna as estruturas sociais dessa sociedade. Nesse caso, portanto, o trabalho é o objeto da crítica elaborada por Marx.

Sustentar tal perspectiva, segundo Postone, tem por condição o exame crítico das interpretações correntes do pensamento de Marx, que o autor qualifica, de maneira genérica, como marxismo tradicional. Decerto, o principal problema dessas abordagens usuais é a sua estruturação com base em uma noção transistórica de trabalho. Se o trabalho é concebido de maneira transistórica, tem-se como corolário que é o modo de distribuição que caracteriza o capitalismo. Caso o caráter historicamente específico do trabalho no capitalismo não seja reconhecido, as forças produtivas não são objeto de discussão, sendo tomadas como dimensão puramente técnica. O modo de produzir não entra em discussão, sendo capturado de maneira eminentemente técnica, de maneira tal que a crítica tem que se circunscrever à forma como a riqueza social é distribuída. Nas palavras de Postone, se o trabalho é compreendido de modo transistórico, segue-se que, [o]

que varia historicamente é o seu modo de distribuição e administração sociais, em outras palavras, o trabalho e, conseqüentemente, o processo de produção são ‘forças de produção’ incrustadas em conjuntos variáveis de ‘relações de produção’ – que, supostamente, são extrínsecas ao trabalho e à produção. (*ibidem*, p. 148)

Sob essa ótica, a riqueza no capitalismo também não é específica e o valor não passa de uma categoria de mercado, ou seja, de equilíbrio econômico. Para o autor, a crítica dessas abordagens tem que restituir a especificidade histórica do trabalho e da riqueza material produzida por esse trabalho. Na formulação de Marx, o duplo caráter da mercadoria (valor de uso e valor) já subentende que a riqueza no capitalismo também tem um duplo caráter, ela é riqueza material e valor, sendo o valor a determinação histórica específica. Da mesma maneira, o trabalho que produz mercadoria tem duplo caráter, do que se infere que tal trabalho não pode ser reduzido a trabalho em geral.

Fica esclarecido, portanto, que nesse caso o valor é determinado como forma de riqueza historicamente específica. E que o valor, em lugar de ser meramente uma categoria de equilíbrio de mercado, constitui a relação social historicamente específica do capitalismo – na qualidade de categoria mediadora social. Com isso, Postone pode sublinhar que o processo de produção incorpora as relações de produção e não envolve simplesmente as forças produtivas. Por essa razão, interpretado corretamente, no quadro teórico de Marx o modo de produzir longe está de ser um processo meramente técnico, pois é plasmado “pelas formas objetivadas das relações sociais (valor, capital etc.)” (*idem ibidem*). Desse procedimento crítico é possível afirmar que a crítica marxiana é crítica do trabalho no capitalismo e, em consequência, não tem como ser reduzida à crítica da exploração do trabalho e do modo social de distribuição. Daí se pode concluir, igualmente, que a contradição básica do capitalismo não consiste em contradição entre esfera da produção e distribuição, mas é intrínseca à produção propriamente dita – isto é, produção da vida em seu conjunto.

Tendo em vista essas considerações, é possível abordar o problema da dominação e o seu contrário, o da liberdade. O reconhecimento da historicidade das formas sociais do capitalismo estende-se também ao problema da dominação: aqui a forma de dominação é específica. Nas formações pré-capitalistas, de acordo com Marx, relações de dominação se

baseavam em relações de dependência pessoal. O capitalismo, ao contrário, caracteriza-se por uma independência pessoal no interior de um sistema de dependência objetual (coisal). Tal dependência objetual (coisal) nada mais é do que as relações sociais que se independentizaram de indivíduos independentes (aparentemente) e a eles se opõem. O que marca o capitalismo é o modo peculiar de existência das relações sociais essenciais. Tais relações não são relações interpessoais manifestas, mas consistem em estruturas aparentemente independentes que se contrapõem aos indivíduos. Estruturas que se apresentam como esfera de necessidade impessoal e dependência objetual deixam patente que, no capitalismo, tem-se um sistema de dominação impessoal abstrata, que não parece social, mas coisal, objetual: as pessoas dependem das coisas e não de pessoas. Nos *Grundrisse* Marx destaca a forma peculiar de dominação no capitalismo: as pessoas são dominadas pela produção. A produção social que subsume os indivíduos existe fora deles como destino. Numa evidente indicação da falta de liberdade típica do capitalismo, os indivíduos não subsumem a produção, que não é gerida por eles como seu poder e riqueza em comum. Essa forma de dominação social no capitalismo, ou seja, em que os indivíduos estão subordinados à produção ou, o que dá na mesma, são dominados pelo trabalho social, permite concluir que não há como compreender a dominação social no capitalismo como dominação e controle dos muitos e do seu trabalho por poucos. Vale dizer, não é possível explicar a dominação social no capitalismo com base na categoria exploração. De acordo com Postone, no capitalismo “o trabalho social não é unicamente objeto da dominação e da exploração, mas é o fundamento essencial da dominação” (*ibidem*, p. 150). Dominação abstrata significa a dominação das pessoas por estruturas sociais aparentemente independentes, abstratas, mediadas pelo trabalho determinado por mercadoria. Com isso é possível afirmar, como faz Postone, que nas obras maduras de Marx tais formas de relações sociais constituem a concretização sócio-histórica consumada do estranhamento como dominação autogerada. E essas formas sociais subentendem uma lógica dinâmica que coage e compele os indivíduos.

Essas formas sociais ainda permitem sugerir que o capitalismo, apesar de ser uma sociedade de classes, não tem a dominação de classe como fundamento último da dominação social. Na verdade, a própria dominação de classe pressupõe uma forma de dominação superior– abstrata³. Para retomar a questão da liberdade vinculada ao problema da dominação, o autor chama atenção para a necessidade de

reconceituar as pré-condições fundamentais para a realização mais plena possível da liberdade humana geral. Tal realização envolve a superação de formas manifestas de dominação social e pessoal, bem como das estruturas de dominação abstratas. Haveria que analisar as estruturas de dominação abstrata como base fundamental da falta de liberdade no capitalismo e redeterminar as categorias marxianas como categorias críticas daquelas estruturas. Esse seria o primeiro passo para restabelecer a relação entre socialismo e liberdade, uma relação que se tornou problemática no marxismo tradicional. (*ibidem*, p. 151)

Para enfatizar a natureza historicamente específica da crítica de Marx, o autor chama atenção, antes de tudo, para o fato de que Marx explicitamente afirma que está iniciando a análise pela mercadoria pressupondo o capitalismo plenamente desenvolvido e, por extensão, trabalho assalariado e capital (já mencionado na introdução desse trabalho)⁴. Nesse particular, na verdade Marx é taxativo ao dizer que as circunstâncias sob as quais a maioria dos produtos, senão todos, assume a forma de mercadoria são as que “ocorre[m] sobre a base de um modo de produção específico, o modo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 244).

Se mercadoria é forma universal do produto, é crucial destacar não só o seu duplo caráter quanto o do trabalho que a produz: valor de uso, produto do trabalho concreto, particular; valor, objetivação do trabalho humano abstrato. Nesse momento o autor considera relevante salientar que o modo de apresentação de *O Capital* não é histórico como muitas vezes é considerado.

³ Para uma discussão a esse respeito, vide Araujo (2016a, 2016b, 2018a e 2018b).

⁴ Na verdade, como já foi explicado na Introdução, a produção generalizada de mercadorias tem de pressupor trabalho assalariado e, por conseguinte, capital.

Caso a progressão da análise da mercadoria ao dinheiro e deste ao capital fosse de fato histórica, Marx estaria descrevendo um desenvolvimento histórico imanente e, portanto, o caráter especificamente histórico da sua análise do capitalismo estaria perdido. De acordo com Postone, se *O Capital* expõe um desenvolvimento histórico-lógico que vai ao capital (na análise da forma valor), tal lógica é retrospectivamente aparente e de forma alguma imanente-necessária. Recorrendo-se a Bhaskar e Lukács, talvez esclareça mais o procedimento marxiano dizer que Marx não adota uma inferência indutiva, mas retrodutiva (Bhaskar), explanatório-causal. Ainda nesse particular, Postone defende que, para Marx, só existe uma lógica histórica imanente: a da formação social capitalista. Como sabemos, Lukács, por exemplo, discordaria dessa afirmação, pois para ele o desenvolvimento e complexificação do ser social é direcional, pressupõe o aumento da produtividade do trabalho social e envolve, portanto, uma certa lógica. Contudo, não se trata de uma lógica mecânica, linear, entendimento que concilia as posições dos dois autores. De toda forma, é importante não perder isso de vista, a ideia de lógica histórica imanente de Postone é muito fecunda para expressar a dinâmica do capital. Com isso, depreende-se que as formas sociais que a crítica da economia política de Marx captura categorialmente são historicamente determinadas. Se, como quer Marx, a forma valor do produto do trabalho é a mais abstrata e mais geral do modo de produção burguês, segue-se que tal modo de produção é tipo particular de produção social historicamente específica. Toda digressão de Postone tem por finalidade reafirmar que a análise da mercadoria pela qual Marx inicia a crítica é análise de forma social específica. Em sua opinião, Marx analisa a mercadoria – determinação inicial e mais geral da produção capitalista – como forma de prática estruturada e estruturante. Sendo forma geral e totalizante, “forma elementar” da formação capitalista, a mercadoria, ao ser investigada, deve revelar as determinações essenciais da análise marxiana do capitalismo, em especial as características específicas do trabalho.

Postone considera importante enfatizar a especificidade histórica das categorias valor e preço. Em primeiro lugar, ele observa que, na análise

marxiana, a mercadoria é forma social generalizada na sociedade capitalista, de modo que se pode acusar de equivocadas todas as interpretações que veem, nos primeiros capítulos do Livro I de *O Capital*, Marx apresentando um modelo de sociedade pré-capitalista onde há troca generalizada, livre concorrência, muito embora não haja capital, pertencendo aos trabalhadores o produto integral do seu trabalho. O comentário crítico tem o seu valor porque, embora hoje em dia ninguém defenda ostensivamente tal posição, ela subjaz muitas interpretações. Portanto, ao contrário do que essas interpretações subentendem, Marx em sua análise busca capturar o núcleo do capitalismo mediante as categorias mercadoria e valor. Na verdade, a própria ideia de um estágio pré-capitalista de produção simples de mercadorias é absurda. A rigor, pode-se dizer que é uma impossibilidade lógica. De fato, das duas uma: ou se imagina que os seres humanos emergiram indivíduos isolados e progressivamente se socializaram – alternativa tão ridícula que dispensa argumento –, ou se presume que a produção simples de mercadorias (isto é, de produtores isolados e independentes) emerge com a dissolução das muitas e variadas formas de sociedades antecedentes – suposição que sequer é capaz de explicar como esses trabalhadores isolados puderam superar em produtividade as diversas e variadas formas de trabalho socializado das variadas formas de sociedade que presumidamente superaram.

Ainda com relação à inexistência histórica de produtores independentes de mercadorias, é preciso insistir no caráter social da produção, ou seja, que a produção sempre tem caráter social. Por conseguinte, os organismos sociais de produção pré-capitalistas foram desapropriados e dissolvidos, dando origem a outro mecanismo social de produção, mais produtivo – por isso capaz de desapropriar/dissolver os demais. Em síntese, a história não transitou da sociedade para o atomismo. Ao contrário, o atomismo é que pressupõe uma forma histórica e específica de sociedade⁵. Tudo isso permite afirmar de maneira categórica que a lei do valor é válida unicamente para o capitalismo. E a teoria do valor, por essa razão, captura a

⁵Ver Marx (2011, pp. 104-105).

verdade da lei da apropriação da sociedade capitalista. Consequentemente, é possível afirmar que as categorias iniciais de *O Capital* são historicamente específicas, ou seja, apreendem as formas sociais próprias do capitalismo. Todavia, como essas categorias não parecem válidas para formas superiores e mais complexas de capital, trabalho assalariado, renda etc., muitos autores acusam a teoria de Marx de inconsistência. Por isso é preciso rebater essas críticas para sustentar a especificidade histórica das categorias. As críticas de inconsistência da teoria de Marx e da especificidade histórica concentram-se no chamado problema da transformação. Segundo reza a crítica (Böhm-Bawerk), há uma incompatibilidade entre os Livros I e III de *O Capital*: enquanto no Livro I as mercadorias se trocam por seus valores, no Livro III elas se trocam de acordo com seus preços, que divergem dos valores. Supostamente Marx se surpreende com essa discrepância flagrante na redação dos manuscritos preparatórios para o Livro III e propõe soluções consideradas logicamente incongruentes. Em oposição à alegação dos críticos, a divergência entre valores e preços já é sublinhada por Marx na redação do próprio Livro I, assim ele não teria como se surpreender ao perceber tal discrepância no tratamento do material preparatório do Livro III. Mais do que isso, os manuscritos do Livro III foram escritos antes da publicação do Livro I.

Com relação a esta questão, Postone argumenta, em primeiro lugar, que a intenção de Marx não seria a de operacionalizar a lei do valor, vale dizer, explicar o funcionamento do mercado. Em sua opinião, Marx tinha outro objetivo. A sua análise da relação valor \times preço não era encarada como um processo de aproximações sucessivas à realidade do capitalismo, como se as primeiras categorias estivessem “distantes” daquela realidade. Postone defende que, com o seu procedimento, Marx mostra que os fenômenos mais concretos (preços, lucros, rendas), apesar de contradizerem a validade das determinações fundamentais da formação social (valor e capital), são a rigor expressões dessas determinações⁶.

⁶ Sendo paradigmático o caso do mais-valor, que se manifesta concretamente nas formas de juros, lucro e renda.

O autor sustenta a sua interpretação valendo-se da diferença, própria da análise marxiana, entre fenômeno e essência. Sob essa ótica, os preços representam forma de aparência do valor, forma essa que vela a essência, como Marx sublinhou inúmeras vezes. O que permite a afirmação de Postone de que a categoria do valor nem é a primeira aproximação da realidade capitalista, nem é, como se viu, categoria válida para sociedades pré-capitalistas. Ao contrário, expressa “o nexos interno das conexões” da formação capitalista.

Tais considerações permitem o autor defender que o desdobramento da apresentação de *O Capital* não tem como ser visto como processo de aproximação “da realidade” capitalista. Postone ampara sua análise indicando que, no Prefácio do Livro III, Marx não diz que vai examinar um sistema capitalista plenamente desenvolvido. Tampouco afirma que vai apresentar um novo conjunto de aproximações capazes de capturar de maneira mais adequada a realidade capitalista. Em lugar disso, Marx indica que as várias formas de capital, tais como desenvolvidas no livro, aproximam-se progressivamente da forma que assumem “na *superfície* da sociedade, na ação recíproca de diferentes capitais e na consciência ordinária dos próprios agentes da produção” (MARX, 2017, p. 53; grifo nosso). Em suma, a análise do valor (Livro I) é análise da essência do capitalismo; análise do preço (Livro III) é análise de como tal essência se manifesta na sociedade. Em síntese, o autor sugere que o argumento de Marx tem duas dimensões. Na primeira dimensão as categorias desenvolvidas no Livro I – mercadoria, valor, capital, mais-valor – são categorias estruturais e estruturantes da sociedade capitalista. A segunda dimensão, baseada nessas categorias, busca elucidar a natureza fundamental dessa sociedade e suas leis de movimento – isto é, o processo de constante transformação do capitalismo, da produção e de todos os aspectos da vida social. Tal natureza da sociedade e de seu movimento não tem como ser elucidada com categorias de superfície (preço, lucro, etc.). Em conclusão, o autor considera que Marx desdobra as categorias estruturais do capitalismo para mostrar como os fenômenos que contradizem essas

categorias estruturais são, de fato, formas de sua aparência⁷. Por essa razão Marx pode mostrar como as leis de movimento da formação social analisadas no plano estrutural são veladas no plano fenomênico.

Na conclusão de sua análise o autor chama atenção para aspectos muito importantes dessa relação entre os dois planos analíticos do argumento de Marx. De acordo com ele, os níveis analíticos de valor e preço compreendem uma relação entre o que neles é apreendido, e que pode ser vista como uma teoria (incompleta) da recíproca “constituição de estruturas sociais profundas e ação e pensamentos cotidianos”. Tal processo:

é mediado por formas de aparência dessas estruturas profundas, e que constituem o contexto do pensamento e da ação cotidianos. Pensamento e ação cotidianos estão fundados nas formas manifestas das estruturas profundas e, por sua vez, reconstituem tais estruturas profundas. Essa teoria procura explicar como as “leis de movimento” do capitalismo são constituídas pelos indivíduos e prevalecem mesmo se os indivíduos não estão conscientes de sua existência. (POSTONE, 2014, p. 160)

É por referência a esse nexos entre os dois planos analíticos que Marx, em diferentes momentos de sua obra, afirma que as categorias da economia política, da economia vulgar e da consciência cotidiana se movimentam no plano fenomênico. E adiciona que são formas de consciência objetivas, empiricamente plausíveis no plano fenomênico, que jamais transpassam⁸.

Como a especificidade histórica das categorias, para Postone, é fundamental para a teoria madura de Marx, ele tem de advertir que escapa ao âmbito do livro tratar das questões dos primeiros escritos de Marx. No entanto, não deixa de salientar a presença nas obras tardias de temas e conceitos dos primeiros escritos, que inclusive permanecem centrais, como, por exemplo, a crítica da alienação. Porém, ressalta que somente nas obras tardias são plenamente desenvolvidos ou alterados os conceitos dos primeiros escritos.

⁷ Do ponto de vista do realismo crítico, esse procedimento poderia ser explicado como uma inferência explanatório-causal. O realismo crítico enfatiza a diferença entre fenômenos e as forças, os mecanismos, as estruturas que os produzem. Cf., por exemplo, Bhaskar (1977).

⁸ Cf. Duayer (2001, 2006 e 2015).

Para destacar o movimento de Marx em direção à especificidade histórica, Postone aproveita a sugestão de Nicolaus, tradutor dos *Grundrisse* para o inglês, e comenta a mudança operada no modo de apresentação de Marx. Como se sabe, na Introdução de 1857-1858, Marx inicia com categorias gerais a-históricas: produção, consumo etc. A Crítica de 1859 (MARX, 1986), entretanto, inaugura um novo começo ao iniciar pela mercadoria e, portanto, pelo valor. Começo este que já havia sido ensaiado nas páginas finais dos *Grundrisse*.

Tem razão Postone ao acentuar o caráter crucial dessa descoberta, a saber, a mercadoria como ponto de partida. Com a mercadoria, Marx encontrou a categoria a partir da qual pôde estruturar seu modo de apresentação. De fato, as categorias da formação capitalista apresentadas em *O capital* são desdobramento do novo ponto de partida, a mercadoria. A abordagem de Marx, portanto, experimenta uma mudança substantiva: passa de um ponto de partida trans-histórico para outro historicamente determinado. A relevância de tal descoberta explica-se porque, no quadro teórico de Marx, a mercadoria é categoria própria da forma de relações sociais historicamente específicas, forma objetual, forma de prática social estruturante e estruturada, à qual corresponde uma forma radicalmente nova, impessoal, anônima, de interdependência social.

Essa forma de relações sociais historicamente específicas é caracterizada por uma dualidade também historicamente específica: valor de uso e valor; trabalho concreto e trabalho abstrato. Tomando a mercadoria – forma dualística –, Marx procura dela desdobrar a estrutura dominante da sociedade capitalista como uma totalidade, a lógica imanente de seu desenvolvimento histórico, além dos elementos da experiência social imediata que velam a estrutura subjacente da sociedade. Em uma palavra, a mercadoria, na estrutura da crítica marxiana, é a categoria essencial no núcleo do capital, cujo desdobramento esclarece a natureza do capital e sua dinâmica intrínseca.

Postone considera que, com tal virada, Marx passa a historicizar as suas concepções trans-históricas anteriores de contradição social e de existência

de uma lógica histórica intrínseca⁹. Segundo ele, ao assumir a especificidade histórica de seu objeto, Marx concentra-se na contradição social e lógica historicamente específica do capitalismo, resultante da dualidade própria das formas sociais básicas do capitalismo como, por exemplo, mercadoria e capital. Todavia, não nos parece, como pretende mostrar Postone, que Marx, ao investigar a formação histórica específica do capitalismo, assuma que contradição social e lógica histórica são exclusivas do capitalismo. Ao sustentar que Marx rejeita a noção de uma lógica histórica imanente do ser social, Postone parece expressar o difundido preconceito contra qualquer posição ontológica, tida como a-histórica.

Em oposição total a Lukács e Bhaskar, por exemplo, que afirmam o caráter incontornável da ontologia em todo proferimento, científico ou não¹⁰, Postone parece admitir unicamente a dialética histórica de uma formação social, o capitalismo. Com isso, só seria lícito investigar como a dialética do capitalismo “abre” as possibilidades de alguns futuros para além de si mesmo. Esse seria o máximo de historicidade cientificamente – não metafisicamente, nos termos de Postone – descortinável. De certa forma, e involuntariamente, diríamos, Postone parece, com isso, defender uma espécie de historicidade discreta.

Tem-se aqui uma concepção de história ou de historicidade incompatível com a determinação essencial e historicamente específica do ser social, ser que, ao produzir suas condições de vida, por definição transforma-se continuamente. As variadas formas de vida social são a evidência da historicidade específica daí resultante. Parece-nos, portanto, que, ao assumir tal posição, Postone diverge de Marx e, por conseguinte, contradiz a si próprio. Investigar algum tipo de legalidade que rege essa historicidade específica,

⁹ Tal negação da historicidade do ser social é problemática em Postone. Pois negar a teleologia no plano da sociedade como um todo, como o faz Lukács em sua obra *Para uma ontologia do ser social*, não implica negar um desenvolvimento histórico direcional do ser social e defender, como o fazem os neopragmáticos, pós-estruturalistas e pós-modernos, a história como contingência absoluta. Esse problema aparece em outros momentos da exposição de Postone. A esse respeito, vide nota 13.

¹⁰ Para uma discussão aprofundada, ver Duayer (2015).

ou seja, fazer história, na opinião de Postone, envolve a postulação metafísica de uma lógica. Por contraste, Lukács procurou em sua *Ontologia* investigar as tendências de desenvolvimento do ser social e, sem postular qualquer metafísica, pôde demonstrar que, a despeito de consistir de um complexo de complexos muitas vezes heterogêneos, é possível detectar legalidades que operam no desenvolvimento complexo do ser social e que lhe conferem uma direção, uma lógica de desenvolvimento¹¹. Certamente, como deixa claro o argumento de Lukács, não se trata aqui da lógica de um movimento linear, automático e finalístico.

Ainda com respeito às digressões filosóficas e metodológicas de Postone, seria interessante examinar as conclusões que extrai da justa constatação de que a “relativização histórica do objeto de investigação” por parte de Marx implica necessariamente a relativização de sua própria teoria. Assim procedendo, afirma Postone, Marx inaugura uma crítica social de novo tipo, autorreflexiva, e que não pode desfrutar de um ponto de vista privilegiado, “transistórico ou transcendental”. Nesse sentido, ele observa justamente que, na concepção marxiana, nenhuma teoria possui “validade absoluta, transistórica” (POSTONE, 2014, p. 165). Como toda teoria é um produto social e, em consequência, histórico, é um truísmo afirmar que nenhuma teoria tem validade absoluta. Noção que não poderia escapar de um autor como Marx, que jamais reivindicou para si um “ponto de vista teórico privilegiado ou extrínseco”.

A validade histórica de uma teoria depende, além da continuada existência de seu objeto, do seu permanente confronto com teorias rivais, pois essa é a única maneira de manter sua validade social. Validade de teoria não é resultado da comparação da teoria com o mundo, mas a comparação de teorias sobre o mundo¹², que delas naturalmente independe. Todavia, daí não se infere, como quer Postone, que não se pode ter uma teoria, não absoluta,

¹¹ Cf. Lukács (2012, p. 341).

¹² Apesar de evidente, não custa recordar que sempre que temos o mundo, o temos mediado por algum discurso, cultura, etc.

da história do ser social, *post festum* e, mesmo assim, transcendental em relação à forma social na qual a teoria está situada e enraizada¹³.

Fixado em sua ideia de que ontologia é sinônimo de a-histórico, Postone prossegue seu argumento de que não foi outra a razão, *i.e.*, para não ser trans-histórico, que Marx construiu a sua “apresentação crítica da sociedade capitalista contemporânea de modo rigorosamente imanente, analisando a sociedade em seus próprios termos” (*ibidem*, p. 166). Ora, “em seus próprios termos” são os termos com os quais a sociedade pensa a si mesma. Por isso, a crítica nada mais é do que tomar a descrição do outro ponto de vista em seus (dele) próprios termos e, a partir daí, criticá-lo. No entanto, isso só pode ser feito se assumo ponto de vista transcendente (em relação ao criticado). Em outras palavras, a crítica imanente sempre pressupõe um ponto de vista crítico, outro ponto de vista. Que, aliás, pode ser regressivo inclusive (romântico).

Que o ponto de vista da crítica é imanente ao seu objeto, como observa Postone, parece-nos evidente, como esclarecido acima. E também que ele está fundado no caráter contraditório da sociedade capitalista e que aponta para a possibilidade de sua negação histórica. Mas nada disso anula o fato de que tal contradição possa ser compreendida como contradição entre potencialidades emergentes do ser social e práticas efetivas. Enfim, nada disso impede pensar na historicidade dialética do ser social, sempre apreendida *post festum*.

Essas considerações críticas não anulam nem reduzem de forma alguma a contribuição de Postone para a restauração da dimensão crítica do pensamento marxiano. Aliás, a sua equivocada postura antiontológica – embora nominal, conforme procuraremos mostrar oportunamente – não é obstáculo para compreender que o modo de apresentação de Marx não é lógico-dedutivo, *i.e.*, “não inicia com primeiros princípios indubitáveis dos quais todo o resto é derivado” (*idem ibidem*), o que, para ele, pressuporia

¹³ Sobre o inusitado dessa posição, que pressupõe que a humanidade (o ser social) tem de ter uma relação a-histórica com sua história, ver Duayer (2011).

uma perspectiva trans-histórica. Entretanto, ele não percebe que os “princípios indubitáveis” constituem os axiomas estruturantes de uma ontologia, não importam os protestos ao contrário da tradição positivista, que só pode ser criticada desde outra ontologia, não necessariamente trans-histórica. Nesse particular, a afirmação de que crítica efetiva é crítica ontológica talvez seja conclusão consensual dos debates no interior da filosofia da ciência, debate inspirado por autores como Kuhn, Lakatos, entre outros¹⁴.

Há outro aspecto relevante da interpretação de Postone sobre o modo de apresentação de Marx. De acordo com ele, o argumento

tem forma reflexiva muito peculiar. A mercadoria, ponto de partida, é posta como núcleo estruturante fundamental da formação social. Mas esse ponto de partida é validado retroativamente no desdobramento do argumento por sua habilidade em explicar sejam as tendências de desenvolvimento do capitalismo, sejam os fenômenos que aparentemente contradizem a validade das categorias. Em uma palavra, a categoria da mercadoria pressupõe a do capital – e é validada pelo poder e o rigor da análise do capitalismo para a qual serve de ponto de partida.¹⁵ (*ibidem*, pp. 166-167)

Curiosamente, em outra digressão metodológica, Postone contradiz sua afirmação anterior ao sugerir que os argumentos de Marx, na derivação da existência do valor, são apresentados de maneira dedutiva, artifício que Marx teria usado para desmistificar as formas de pensamento da realidade social criticada (*ibidem*, p. 168). Ora, ou a apresentação não é lógico-dedutiva, como fora afirmado antes, ou é dedutiva com o dubitável propósito de desmistificação.

Postone reafirma que, em sua interpretação, é essencial a afirmação de que a análise de Marx do caráter específico do trabalho no capitalismo está no centro de sua teoria crítica. Se a mercadoria é forma social dualista e se tal dualismo da forma social estruturante essencial está relacionado ao

¹⁴ Para uma exposição mais detalhada da questão, ver Duayer (2011 e 2015).

¹⁵ Esse é o tipo de inferência, à diferença tanto da indução como da dedução, que Bhaskar (1989 e 1997) denomina de retrodutivo.

duplo caráter do trabalho produtor de mercadoria, então é preciso analisar esse duplo caráter, em especial a sua determinação particular – trabalho abstrato.

Considerando a distinção marxiana entre trabalho concreto, útil e trabalho abstrato, Postone enfatiza que, em Marx, esse último se trata de uma categoria social, apesar da aparência da exposição de Marx poder dar a impressão de uma noção biológica ou naturalística. Na formulação marxiana o trabalho humano abstrato constitui a dimensão de valor das mercadorias na qualidade de sua substância social.

O trabalho humano abstrato, naturalmente, é categoria social historicamente determinada, tal como expresso por Marx ao afirmar que “a forma valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também a mais geral, do modo de produção burguês” (MARX, 2013, p. 155, nota 32). O que significa dizer, salienta Postone, que se trata de um tipo particular de produção social e, *ipso facto*, historicamente específico.

Tendo em vista, portanto, que trabalho humano abstrato não é simples definição fisiológica, o seu significado social e histórico tem de ser examinado. De acordo com Postone, é preciso mostrar que o trabalho humano abstrato tem um caráter social, mas, talvez mais importante do que isso, analisar as relações sociais historicamente específicas nas quais se baseia o valor para explicar por que tais relações parecem trans-históricas, naturais. Postone defende que, desse modo, a categoria de trabalho humano abstrato seria examinada como determinação primária e inicial subjacente ao “fetiche da mercadoria” na análise de Marx. No capitalismo, as relações sociais apresentam-se sob a forma de relação entre coisas e, portanto, parecem trans-históricas.

Ainda sobre o trabalho abstrato, Postone considera que Colletti compreendeu que a teoria do valor de Marx é idêntica à teoria do fetiche. Nesse caso, o que deve ser explicado é por que o produto do trabalho assume a forma de mercadoria e, portanto, o trabalho humano aparece como o valor das coisas. E o conceito de trabalho abstrato é essencial para tal explanação. Todavia,

para Colletti, diz Postone, a grande maioria dos marxistas não esclareceu a categoria de trabalho abstrato, comumente entendida como generalização mental dos vários tipos de trabalho concreto, e não a expressão de algo real. Assim interpretado, o valor seria construção puramente mental.

Postone afirma que Colletti se opõe a essa interpretação e, com o objetivo de demonstrar que trabalho abstrato expressa algo real, ele examina a fonte e a significância da abstração do trabalho. Com tal propósito, ele se concentra, de acordo com Postone, no processo de troca, em que, para trocar seus produtos, as pessoas têm de igualá-los, operação que envolve a abstração das diferenças físico-naturais dos vários produtos e, por conseguinte, dos vários trabalhos.

O argumento de Colletti, segundo Postone, tem paralelos com o seu, bem como o de Lukács, Rubin etc. Como ele, Colletti considera valor e trabalho abstrato como categorias históricas específicas. Todavia, diz Postone, ele não fundamenta sua descrição de trabalho alienado, e tampouco explora as implicações de sua própria interpretação. Não vai do exame do trabalho abstrato a uma crítica mais fundamental da interpretação marxista tradicional. Por isso, foi incapaz de desenvolver uma crítica à forma de produção e à centralidade do trabalho no capitalismo.

Para fazer isso, a autor pensa que Colletti teria que pôr em discussão a concepção de trabalho do marxismo tradicional e, dessa forma, ser capaz de compreender que, em Marx, a análise do trabalho no capitalismo consiste em uma análise de uma forma de mediação social historicamente específica. Tendo sido incapaz de perceber isso, sublinha Postone, Colletti manteve-se nos limites de uma crítica social do ponto de vista do trabalho.

Na conclusão dessas considerações, Postone insiste que o desafio para a teoria consiste em analisar a categoria do trabalho abstrato de modo a servir como fundamento para a crítica do modo de produção capitalista.

Para evitar um tratamento redutor da teoria de Marx como autor de uma ciência econômica, Postone sugere que é preciso tratar suas categorias

essenciais – como mercadoria, valor e trabalho abstrato – como categorias próprias de um tipo específico de interdependência social. Forma de dependência, portanto, característica de uma sociedade em que a mercadoria é forma geral do produto e, portanto, o valor é a forma geral da riqueza.

Tal como foi visto no início desse trabalho, essa forma de interdependência emerge historicamente e só se desenvolve de maneira plena quando a força de trabalho deveio mercadoria. Desenvolvimento esse que pressupõe, como também se viu, a continuada dissolução das formações sociais pré-capitalistas. Postone procura demonstrar que o trabalho é o princípio constitutivo de tal interdependência e, com isso, imagina poder esclarecer as determinações mais abstratas da sociedade capitalista.

A característica mais marcante da análise marxiana da sociedade capitalista, a saber, a dominação social abstrata, o autor considera capaz de esclarecer a partir das determinações iniciais da forma de riqueza, de trabalho e das relações sociais dessa formação social.

Para tratar com mais detalhes dessa forma específica de interdependência social, Postone recorda o fato de que o produto do trabalho que produz mercadorias opera como meio para aquisição dos produtos dos demais produtores, razão pela qual deve ser útil – para os outros. O produto, portanto, é mercadoria: valor de uso para os outros e meio de troca para o produtor. Ao duplo caráter da mercadoria corresponde a função dual do trabalho, que, por um lado, é trabalho específico que produz valores de uso para outros e, por outro, trabalho que serve como um meio de compra. O resultado desse duplo caráter de mercadorias e trabalho, específico dessa interdependência social, implica que inexistente relação intrínseca entre natureza do trabalho despendido e a do trabalho que ele adquire. Por essa razão, segue-se que o trabalho de cada produtor não tem sentido para ele já que é só meio para adquirir o produto do outro. Em consequência, generalizando, pode-se dizer que daí resulta o fato de que o trabalho total ou a produção social não tem sentido para os produtores, ou melhor, o seu sentido está perdido para os produtores. Postone contrasta esse tipo de interdependência social com

as formações sociais em que não predomina a produção de mercadorias. Nessas formações a distribuição social do trabalho e de seus produtos é efetuada mediante uma grande variedade de costumes, laços tradicionais, relações manifestas de poder ou “concebilmente decisões conscientes”. Nesse particular, aproveitando observação de Polanyi, Postone ressalta que nas sociedades pré-capitalistas a economia está enraizada nas relações sociais, ao passo que no capitalismo moderno ocorre o oposto: as relações sociais estão enraizadas na economia. O ponto a destacar nesse particular é que, diferentemente das sociedades não capitalistas, na sociedade em que a forma mercadoria é universal não são as relações sociais manifestas que determinam o tipo de acesso dos indivíduos aos bens produzidos. É o próprio trabalho – ou seus produtos – que substitui tais relações (visíveis, manifestas, abertas). Consequentemente, o próprio trabalho constitui uma mediação social, substituindo, assim, as relações sociais manifestas. Talvez se possa dizer que aqui reside um dos principais momentos da reinterpretação do pensamento de Marx elaborada por Postone, quando ele destaca que o trabalho determinado pela mercadoria, em lugar de ser mediado por relações sociais “abertas”, “reconhecíveis”, é mediado por estruturas que ele próprio constitui. No mesmo sentido, diz ele, no capitalismo o trabalho e seus produtos medeiam a si mesmos; são socialmente automediados. Pode-se sustentar que essa é uma forma de mediação única, que, na estrutura da formulação da teoria marxiana, diferencia de maneira suficiente a forma capitalista de todas as outras formas de vida social, precisamente o que permite caracterizá-las como não capitalistas.

No capitalismo é justamente essa função do trabalho como atividade social mediadora que Marx denomina de trabalho abstrato, distinto do trabalho como atividade teleológica produtora de valores de uso, metabolismo do ser social com a natureza – trabalho concreto. Em virtude dessa sua função social historicamente específica, não é possível identificar o trabalho abstrato com um tipo particular de trabalho, nem tampouco com o trabalho concreto em geral. Pode-se dizer, portanto, que no capitalismo o trabalho tem duas funções sociais: como trabalho abstrato consiste em função social

particular única do trabalho, exclusiva do capitalismo; como trabalho concreto é função social “normal” como trabalho produtivo. Para esclarecer ainda mais a particularidade do trabalho no capitalismo, Postone chama atenção para o fato de que o trabalho tem caráter social em todas as formações sociais. E especifica de maneira esclarecedora que nas sociedades não capitalistas as atividades laborativas

são sociais em virtude da matriz de relações sociais manifestas em que estão incorporadas. A referida matriz é o princípio constitutivo de tais sociedades. Os vários trabalhos ganham seu caráter social por meio dessas relações [...] [e] são impregnados de significado pelas relações sociais que são o seu contexto. (POSTONE, 2014, pp. 176-177)

Se, como mostrou Postone, no capitalismo o próprio trabalho é a mediação social que substitui aquela matriz de relações abertas, pode-se concluir que não são relações sociais manifestas, abertas, que conferem ao trabalho o seu caráter social. Em lugar disso, conforme assinala o autor, o trabalho, na medida em que medeia a si mesmo, “constitui uma estrutura social que substitui o sistema de relações sociais manifestas”, a par de conferir a si mesmo um caráter social. Em síntese, tais considerações permitem afirmar que o “trabalho funda o seu próprio caráter social no capitalismo por ser atividade socialmente mediadora. Nesse sentido, *o trabalho no capitalismo deve seu próprio fundamento social*” (p. 177; grifos do autor).

O trabalho determinado por mercadoria, específico da sociedade do capital, constitui uma totalidade, um tipo de todo social. Isso se explica por ser esse trabalho “uma mediação social autofundante” (*idem ibidem*). Observando a forma mercadoria é possível a compreensão da totalidade e da universalidade postas por esse trabalho. Toda mercadoria é particular (valor de uso) e geral (valor, mediação social); enquanto mediação social, é meio através do qual seu produtor participa da produção social, ou seja, é a objetivação da relação social indireta. Em suma, como o trabalho determinado por mercadoria e seus produtos (as mercadorias) não são reconhecidos como socialmente válidos por relações sociais diretas, abertas, eles têm que possuir a

dualidade de serem comprados por seu valor de uso e de serem vendidos por seu valor. O que exige que o trabalho produtor de mercadorias apresente um duplo caráter: trabalho útil, produtor de valores de uso, e trabalho abstrato, produtor de valor.

Postone adverte que o duplo caráter do trabalho no capitalismo só ocorre nessa sociabilidade. Evidentemente, em todas as formações sociais, capitalistas e pré-capitalistas, os diversos trabalhos concretos, úteis, nelas realizados são formas de trabalho em geral¹⁶. Todavia, ainda que todas as formas de trabalho desenvolvidas em todas essas formações sociais tenham em comum o fato de serem trabalho, no capitalismo o trabalho abstrato não pode ser entendido a partir do truísmo de que ele é o denominador comum de todos os trabalhos úteis realizados nessa formação social. Ocorre justamente o inverso: “é a função social do trabalho que o torna geral” (*ibidem*, p. 178), ou seja, a função social do trabalho determinado por mercadoria, ou seja, operar como objetivação dos laços sociais, determina o aspecto desse trabalho como trabalho abstrato, produtor de valor. A categoria trabalho abstrato, forjada por Marx, é a forma desse processo real de abstração que ocorre diariamente na sociedade do capital. Essa é uma sociedade na qual a produção de mercadoria é generalizada e, portanto, estruturadora da sociabilidade. Sociabilidade em queo trabalho de todos os produtores opera como meio, mediação para a obtenção dos produtos que cada produtor necessita e já não tem acesso por outros meios (relações de parentesco, de dominação pessoal ou direta) que não o próprio trabalho. Por isso, o trabalho abstrato surge e funciona como atividade mediadora. Ele é socialmente geral por ser a objetivação da mediação social e, dessa maneira, a própria mediação tem um caráter socialmente geral (*idem ibidem*).

¹⁶ Sobre trabalho em geral, vide a parte inicial da primeira seção do capítulo 5 do livro primeiro de *O Capital*. Em nosso entendimento, trabalho geral ou universal denota a característica própria da atividade humana de ter uma natureza finalística, teleológica. Já trabalho abstrato, tal como vem sendo conceituado até aqui, é essa atividade teleológica universal que no capitalismo tem a função específica de mediação social. Sobre essa questão ver Duayer e Araujo (2015).

Aqui precisamos realizar mais um esclarecimento. Sabemos que Marx inicia o livro primeiro de *O Capital* dizendo que a riqueza nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias. Pois bem, essa forma aparential da riqueza é dada pelos valores de uso dessa imensa coleção de mercadorias. Essa coleção de valores de uso, por sua vez, é produto do trabalho útil, concreto, de todos os produtores de mercadorias. Portanto, trata-se de uma coleção de trabalhos concretos na qual cada trabalho concreto particular é uma parte constitutiva da totalidade. Todavia, já sabemos que todo trabalho concreto individual realizado no interior da sociabilidade instaurada pelo capital constitui a mediação social específica dessa formação social. Desse modo, como cada trabalho individual funciona como mediação social, como laço social, tal como todos os outros trabalhos individuais (que são, todos eles, concretos e abstratos simultaneamente), a coleção de trabalhos abstratos não é a mera soma dos trabalhos abstratos individuais. Ao contrário, ela é

uma mediação social *geral* – em outras palavras, trabalho abstrato socialmente total. Assim, seus produtos constituem uma *mediação socialmente total: valor*. A mediação é geral não só porque liga todos os produtores, mas também porque seu caráter é geral – abstraído de toda especificidade material e de qualquer relação social particularmente manifesta. A mediação tem, então, a mesma qualidade geral no nível individual que tem no nível da sociedade como um todo. (*ibidem*, pp. 178-179; grifos do Autor)

Em síntese, o trabalho concreto do indivíduo, observado a partir da totalidade da sociedade, é particular e é parte dessa totalidade, que, tomada em seu aspecto qualitativo, é heterogênea. Esse trabalho individual tomado como trabalho abstrato é uma singularidade constitutiva “de uma mediação social geral”. Essa mediação social geral tomada em termos qualitativos é homogênea e “constitui uma *totalidade social*”. Por conseguinte, a totalidade social é a sociabilidade do capital, caracterizada por apresentar essa dualidade do concreto e do abstrato.

A forma mercadoria, para Postone, constitui relações sociais portadoras da dualidade de concreto e abstrato e envolve a instauração/ instituição/ corporificação de dois tipos distintos de generalidade. Ele assinala que já delineou a “natureza da dimensão social abstrata, que está enraizada na função do trabalho como atividade socialmente mediadora” (*ibidem*, p. 179) E evidenciou que nesse caso todas as formas de trabalho e todos os produtos desses trabalhos são tornados equivalentes. Em seguida, frisa que tal função do trabalho determinado por mercadoria estabelece “outra forma de comunidade entre tipos particulares de trabalho e de produtos de trabalho” (*idem ibidem*). Porque qualquer tipo “particular de trabalho pode funcionar como trabalho abstrato e todo produto de trabalho pode servir como mercadoria” (*idem ibidem*), tem-se que atividades e produtos que, em outras sociedades, podem não ser classificados como similares, o são no capitalismo, ou seja, como variedades de trabalho concreto ou valores de uso particulares. Em outros termos: a generalidade abstrata instaurada historicamente pelo trabalho abstrato assenta o trabalho concreto e o valor de uso como categorias gerais, “mas essa generalidade é a do todo heterogêneo, composto por particulares, e não a da totalidade homogênea” (*idem ibidem*). Postone defende que essa diferenciação entre as duas formas de generalidade (da totalidade homogênea e do todo heterogêneo) não pode ser esquecida ao considerarmos “a dialética das formas historicamente constituídas de generalidade e particularidade na sociedade capitalista” (*idem ibidem*).

Ainda que seja evidente, o autor destaca que a sociedade é engendrada por relações sociais e não por simples conjunto de indivíduos. E que, para a análise de Marx, o fundamental é a compreensão de que as relações sociais que caracterizam a sociedade do capital são muito diferentes das formas manifestas de relações sociais (relações de parentesco, de dominação pessoal ou direta) características das sociedades pré-capitalistas. As relações sociais nessas sociedades, além de serem manifestamente sociais, são qualitativamente particulares. Ou seja, não há uma relação social abstrata e homogênea que estruture, modele, todos os aspectos sociabilidade humana.

Na opinião de Postone, contudo, para Marx no capitalismo há algo diferente. Relações sociais abertas e diretas continuam a existir, todavia há um outro nível de inter-relação implícita que estrutura a sociedade do capital e que não pode ser compreendido apropriadamente tomando por centro da análise relações sociais manifestas entre as pessoas, grupos sociais ou classes sociais. Sem dúvida alguma a análise das classes e de suas lutas continua básica para a teoria crítica marxiana, entretanto, a elucidação das categorias valor, mais-valor e capital não pode devir em sua completude se as tomamos em termos de categorias de classe. Por esse motivo, o autor considera essencial destacar que: “[u]ma análise marxista que se mantém limitada a considerações de classe acarreta uma grave redução sociológica da crítica marxiana” (*ibidem*, p. 180, nota 87). Isso evidencia que, para ele, a teoria marxiana incorpora uma análise da exploração e da dominação de classe sem, no entanto, limitar-se à análise “da distribuição desigual da riqueza e do poder no capitalismo” (*ibidem*, p. 180), procurando desvelar a própria natureza da tessitura social, as suas formas específicas de riqueza (valor) e de dominação (impessoal, abstrata) as quais condicionam as relações de exploração e de classe.

O que produz a peculiaridade da tessitura social subjacente/ implícita do capitalismo é o trabalho determinado por mercadoria. Tal tessitura é constituída pela qualidade historicamente específica do trabalho no capitalismo, trabalho portador de um duplo caráter (produtor de valores de uso e de valor). Conseqüentemente, as relações sociais que são “específicas e características do capitalismo só existem por intermédio do trabalho (determinado por mercadoria)”. No entanto, já sabemos que trabalhar implica exteriorização e objetivação de capacidades e conhecimentos em produtos do trabalho, sendo isso próprio ao trabalho independentemente da formação social na qual ele é executado. Na sociedade do capital (e somente nela), ao lado dessa determinação do trabalho existe outra: o trabalho determinado por mercadoria é atividade socialmente mediadora, trabalho abstrato. No capitalismo a objetivação do trabalho concreto em valores de uso particulares e diversos é objetivação do trabalho como trabalho abstrato, o que

institui o laço social indireto entre o produtor individual e a totalidade dos produtores de mercadorias

Na interpretação de Postone, Marx nos mostra que o traço específico da sociedade do capital é que as relações sociais que caracterizam sua essência só existem de forma objetivada. Isso ocorre porque a sociabilidade do capital é constituída pelo trabalho abstrato (valor). Essas relações sociais apresentam um atributo objetivo e formal específico: elas não são manifestamente sociais e trazem por característica a dualidade contraditória do concreto e abstrato, do particular e do homogeneamente geral. O trabalho determinado por mercadoria institui relações sociais nas quais os laços sociais já não podem ser manifestos. Em lugar disso, engendra um âmbito de “relações sociais objetivadas que tem caráter aparentemente não social e objetivo e, como veremos, é separado do, e oposto ao agregado social de indivíduos e suas relações imediatas” (*ibidem*, p. 180). Portanto, como na sociedade do capital estamos no âmbito de relações sociais objetivadas, não podemos compreender adequadamente essa sociabilidade nos limitando às relações sociais concretas.

Às duas formas de trabalho (concreto, útil e abstrato), prossegue Postone, que se objetivam na mercadoria correspondem duas formas de riqueza social: valor e riqueza material. A riqueza material é dada pelo trabalho concreto, útil, específico, que gera produtos de qualidades e quantidades distintas. É uma forma de riqueza que evidencia a objetivação dos vários tipos distintos de trabalhos específicos, portanto, explicita a necessária “relação ativa entre a humanidade e a natureza” (*ibidem*, p. 181). Não obstante, considerada isoladamente, a riqueza material não cria a sociabilidade humana sob a lógica do capital e, tampouco, pode determinar as formas de distribuição do que foi produzido. Quando estamos diante de formações sociais nas quais a riqueza material é a forma dominante da riqueza social, temos relações sociais, manifestas, abertas, diretas.

Observando a forma de riqueza específica do capitalismo, o valor, Postone destaca que “ele é objetivação do trabalho abstrato” (*idem ibidem*). Significa

dizer que estamos diante de “uma forma autodistribuidora de riqueza”, pois a distribuição do produto produzido (mercadorias) é realizada pelo valor que lhe é inerente. Portanto, mais uma vez, evidencia-se que valor é categoria de mediação social. Nas palavras de Postone, valor é: “ao mesmo tempo uma forma de riqueza historicamente determinada, autodistribuidora e uma forma de relação social objetivada automediadora”. Destacando que a sua forma de mensuração é muito diferente da forma de medida da riqueza material, ele retoma o argumento de que o valor é uma categoria da totalidade social e, por essa razão, “é um momento individualizado da mediação social geral objetivada. Por existir em forma objetivada, essa mediação social tem caráter objetivo, não é abertamente social, é abstraída de toda particularidade e é independente das relações pessoais diretas” (*idem ibidem*). Dessa maneira, um nexos social na sociedade do capital é resultado da função do trabalho como mediação social. Portanto, o nexos social nessa formação “não depende de interações sociais imediatas, mas pode funcionar a uma distância espacial e temporal” (*idem ibidem*).

A mercadoria possui um duplo fator (valor de uso e valor) porque ela é a objetivação do duplo caráter do trabalho no capitalismo (trabalho concreto e trabalho abstrato – atividade socialmente mediadora). Segue-se daí que a mercadoria é o princípio estruturante da sociedade capitalista e, portanto, “a forma objetivada das relações das pessoas com a natureza e das pessoas entre si”. Por ser, além de produto, mediação social, a mercadoria

não é um valor de uso que *tem* valor, mas, como objetivação materializada do trabalho concreto e do trabalho abstrato, ela é um valor de uso que *é* um valor e, portanto, tem valor de troca. Mercadoria na sua duplicidade (concreto e abstrato, qualitativamente particular e qualitativamente geral-homogênea) é a expressão mais elementar do caráter fundamental do capitalismo. Como objeto, a mercadoria *tem* uma forma material, como mediação social, ela *é* uma forma social. (*idem ibidem*; grifos do Autor)

Antecipando alguns aspectos de uma teoria sócio-histórica de formas de subjetividade, Postone tenta referi-las à análise elaborada por Marx das

formas de prática estruturadas da sociedade como um todo. Segundo ele, o nível de análise das formas básicas de mediação social possibilita formular uma teoria que, não sendo funcionalista, não estabelece uma relação direta (sem mediações) entre pensamento e posição social e interesses sociais. Em tal teoria pensamento e subjetividade, de modo geral, seriam examinados a partir das “formas estruturadas de prática cotidianas que constituem o mundo social” (*ibidem*, p. 182). Sob essa ótica, alega o autor, até mesmo formas de pensamento distantes da prática social imediata, como por exemplo, a ciência e a filosofia, podem ter a sua constituição sociocultural fundamentada. Em suma, arremata o autor, “o próprio modo de pensar pode ser entendido em referência a formas sociais historicamente determinadas” (*idem ibidem*).

Postone faz um paralelo entre o Absoluto de Hegel – que funda a totalidade e, portanto, a si mesmo, operando como sujeito que é substância automovente – e a análise de Marx em *O Capital*. Aqui, ao apresentar estruturas e práticas da sociedade determinadas pela mercadoria, Marx nota que elas são o contexto em que emergem noções tais como aparência e essência, “a diferença entre aparência e essência, o conceito filosófico de substância e a dicotomia de sujeito e objeto, a noção de totalidade e no nível lógico da categoria capital, o desenvolvimento da dialética do sujeito-objeto idêntico” (*ibidem*, p. 183). Na análise do duplo caráter do trabalho no capitalismo – atividade produtiva e mediação social –, Marx vê tal trabalho como *causa sui* historicamente específica e não metafísica, precisamente porque tal trabalho medeia a si mesmo, funda socialmente a si mesmo. Tendo em vista que, para Marx, trabalho humano abstrato é referido com o termo filosófico “substância”, Postone sustenta que isso é assim porque o termo substância expressa uma totalidade social constituída pelo trabalho. Trata-se de uma totalidade porque é uma forma social constituída por uma “substância” geral e homogênea autofundante – o próprio trabalho. Com isso justifica-se a afirmação do autor de que a totalidade é autofundada, automediada e objetivada, existindo de maneira independente.

Novamente, em um paralelo com o pensamento hegeliano, para o autor as categorias marxianas apreendem a constituição de sujeito e objeto “com referência ao desdobramento de um sujeito-objeto idêntico”. Ele adverte, no entanto, que, em Marx, um sujeito objeto idêntico é compreendido em termos das formas categoriais das relações sociais sob o capital, que estão enraizadas no duplo caráter do trabalho determinado por mercadoria, específico do capitalismo. De acordo com essa interpretação, em lugar da totalidade hegeliana, absoluta e eterna, em Marx o que se tem é uma totalidade historicamente determinada. Trata-se nesse caso de uma *causa sui* realmente existente, mas que, por ser social, não é o ponto final de seu próprio desenvolvimento. Ao contrário do Absoluto de Hegel, que se reconcilia consigo e encerra a história, conclui seu desenvolvimento, o valor (trabalho abstrato) em expansão, por sua lógica, reconstitui permanentemente as condições de seu movimento autoexpansivo. Portanto, o desenvolvimento da totalidade por ele constituída é infinito. Em presença desse movimento sem fim, Postone pode concluir que a superação do capitalismo pressupõe não a realização da “substância”, mas da abolição da função do trabalho como mediação social e, por consequência, supressão da totalidade.

3. Considerações finais

Em resumo, Postone afirma que, apesar da obviedade de que o trabalho enquanto interação metabólica do homem com a natureza é condição da existência da espécie humana e, claro, de toda e qualquer sociedade humana, “o que determina uma sociedade é também a natureza das suas relações sociais” (*ibidem*, p. 184). E a determinação da sociedade do capital, para seguirmos com Marx, tem por característica incontornável que suas relações sociais fundamentais são engendradas pelo trabalho. Isso se explica em razão de que o trabalho, que em todas as formações sociais – o capitalismo incluído – objetiva-se em produtos materiais (valores de uso), no capitalismo também se objetiva nas relações sociais objetivadas. É o duplo caráter do trabalho determinado por mercadoria que arma uma esfera

social objetiva e aparentemente natural: uma totalidade que não é a mera soma das relações diretas e que (enquanto totalidade) se defronta com o “agregado de indivíduos e grupos como um Outro abstrato” (*idem ibidem*). O duplo caráter do trabalho determinado por mercadoria (que só existe enquanto forma generalizada no capitalismo) opera de tal modo, que a esfera do trabalho no capitalismo medeia relações sociais que, em formações pré-capitalistas, existem de formas manifestas, abertas, diretas. O trabalho, nessas circunstâncias específicas, instaura uma esfera social aparentemente objetiva, resultante do fato de que o trabalho aqui tem a particularidade de ser socialmente sintético, qualidade que o trabalho, nas formações sociais pré-capitalistas, não possui. Em síntese, destaca Postone que: “O trabalho como tal não constitui uma sociedade per se; mas o trabalho no capitalismo constitui de fato essa sociedade” (*idem ibidem*; grifo do autor).

Naturalmente, o desdobramento da reconstrução da teoria crítica de Marx, tal como elaborado por Postone, envolve o tratamento da relação entre valor e estranhamento/ alienação, entre valor e fetiche das mercadorias etc., ou seja, a análise do valor como forma de dominação abstrata e, portanto, forma específica de dominação da sociedade do capital. Temas esses que, devido à limitação da forma do presente artigo, serão objeto de outro trabalho.

Referências

- ARAUJO, P. H. F. “Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, pp. 114-141, 2018a.
- _____. “As categorias classes sociais e Estado no Livro Primeiro de O capital”. In: XXII Encontro Nacional de Economia Política, 2018, Niterói, *Anais do XXII ENEP*. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2018b.
- _____. “Marx: Capital, Estado e política: notas”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, pp. 37-62, 2016a.
- _____. “Notas Críticas ao artigo ‘Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’O capital’, por Bidet”, *Revista Verinotio*, v. 22, pp. 120-151, 2016b.
- BHASKAR, R. *Reclaiming Reality*. London:Verso, 1989, 218p.
- _____. *A Realist Theory of Science*. London:Verso, 1977, 284p.
- DUAYER, M. & ARAUJO, P. H. F. “Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone”, *Revista Em Pauta*, v. 13, pp. 15-36, 2015.
- DUAYER, M. “J.L. Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação”, *Margem Esquerda*, n. 24, pp. 86-110, junho de 2015.
- _____. “Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo”, *Margem Esquerda*, n. 17, pp. 88-99, 2011.
- _____. “Anti-realismo e absolutas crenças relativas”, *Margem Esquerda*, n. 8, pp. 109-130, 2006.
- _____. “Marx, verdade e discurso”, *Perspectiva*, v.19, n.1, pp.15-39, Florianópolis, jan./jun. 2001.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013, 845p.
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012, 436p.
- MARX, K. H. *O Capital: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017, 980p.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, 894p.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, 788p.
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural [Coleção Os Economistas], 1986, 242p.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014, 483p.

LYGIA SABBAG FARES

ANA LUÍZA MATOS DE OLIVEIRA

INCREASING INEQUALITY IN WORKING TIME: AN INTERNATIONAL TREND

Recebido em 20/02/2020

Aprovado em 26/05/2020

INCREASING INEQUALITY IN WORKING TIME: AN INTERNATIONAL TREND

Abstract

LYGIA SABBAG FARES

Professora no Brooklyn Institute for Social Research. Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi pesquisadora visitante na York University (Canadá). Mestre em Políticas do Trabalho e Globalização pela Universidade Kassel (Alemanha), especialização em Economia do Trabalho (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UNIBERO). Organizadora do grupo de Gênero do Young Scholars Initiative (YSI). Membro de um grupo multidisciplinar de pesquisa em estudos de desenvolvimento da Universidade de São Paulo (USP), e representante do Comitê de Jovens Acadêmicas da International Association for Feminist Economics (IAFFE).

E-mail: lygia@thebrooklyninstitute.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2936-3115>

ANA LUÍZA MATOS DE OLIVEIRA

Professora visitante da FLACSO - Brasil, consultora independente e pesquisadora. Economista pela Universidade Federal de Minas

Flexibilization of working time has been implemented in the last 30 years as a capital-driven phenomenon, deepening the unequal distribution of working time. It also has negative effects on women in terms of both productive and reproductive working time. This article discusses the flexibilization of working time and compares recent trends in different countries, including the USA, Canada, France, the UK and Brazil. It argues that working time inequalities are increasing and harming workers' lives. It also points out that it increases the exploitation of women and the gender gap.

Key words: working time; productive work; reproductive work; flexibility; inequality; gender.

JEL Codes: J16, J81, D63

AUMENTO DA DESIGUALDADE NO TEMPO DE TRABALHO: UMA TENDÊNCIA INTERNACIONAL

Gerais (UFMG), especialista em pensamento social latino-americano (Clacso), mestra e doutora em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integra o comitê de membros da International Association for Feminist Economics (IAFFE). Foi pesquisadora visitante do Zakir Husain Centre for Educational Studies (Jawaharlal Nehru University, Índia), do Lateinamerika-Institut (Freie Universität Berlin, Alemanha) e da Université de Genève (Suíça).

E-mail: almatosdeoliveira@gmail.com

ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-9623-3305>

Resumo

A flexibilização do tempo de trabalho implementada nos últimos 30 anos, impulsionada pelo capital, aprofunda a distribuição desigual do tempo de trabalho. Também tem efeitos negativos sobre as mulheres, tanto no tempo de trabalho produtivo quanto no reprodutivo. Este artigo discute a flexibilização do tempo de trabalho e compara tendências recentes em diferentes países, incluindo EUA, Canadá, França, Reino Unido e Brasil. Argumenta que as desigualdades no tempo de trabalho estão aumentando e prejudicando a vida dos trabalhadores. Também aponta que a flexibilização da jornada aumenta a exploração das mulheres e as desigualdades de gênero.

Palavras-chave: tempo de trabalho; trabalho produtivo; trabalho reprodutivo; flexibilidade; desigualdade; gênero.

Introduction

One of the aspects most discussed regarding inequality is income, which can be considered a limited approach (POCHMANN, 2015). Studies also take into account inequalities in access to social rights as a way to measure multidimensional inequalities (PNUD, 2014), how they vary in time (CAMPELLO, 2017) and how they interact with public policies (BICHIR, 2010). Finally, other approaches aim to understand the interactions between different social categories (such as class, race/color, gender, religion, nationality etc.) in explaining inequalities.

This paper argues that inequalities in the labor market cannot be completely understood if income is the only variable used as a measure. Therefore, it addresses inequalities in working time as an important dimension of social inequalities, considering class and gender perspectives. In this sense, it considers that the flexibilization of working time that has been implemented in the last 30 years is a capital-driven phenomenon which deepens the unequal distribution of working time. Additionally, it has negative effects on women in terms of both productive and reproductive working time.

The most recurrent forms of flexible working hours are working weekends, alternating shifts, hour banks and part-time work. However, due to the lack of quantitative data regarding flexibilization of working time, this article develops a methodology using hour bands data from 1981 or 1986 – depending on the data availability – to 2016, in order to demonstrate the redistributions of workers within the hour bands. Then it argues these redistributions are a result of the flexibilization of working time.

There are clear gendered implications to this increase as more companies demand more flexibility of working time while women are still attached to reproductive¹ labor, which, as will be discussed below, has a much more rigid schedule.

¹ Reproductive work is considered to be unpaid work in the forms of care and domestic work.

To investigate these questions, this article compares working time trends in developed countries (Canada, France, Germany, UK, USA) and Brazil using census data and bibliographic sources. It is structured in five sections: i) introduction; ii) literature review; iii) analysis of the redistribution of working hours; iv) the gender perspective, divided into productive and reproductive working time inequality and v) conclusions.

Literature review on working time and gender

Disputes about working time go back to the roots of capitalism. In Marxist terms the working day is composed of necessary labor-time and surplus labor-time. Therefore, the working day is a combination of a certain number of hours that reflects the time necessary for the worker to produce his/her wage and every extra hour is surplus-labor, the primary origin of the capitalist profit (MARX, 1990). Thus, the disputes about working time are fundamental to the capitalist system.

According to Sadi Dal Rosso (2000), working time has three dimensions: length, intensity and distribution. The dispute over the length of the working day was clearly the main matter after the II Industrial Revolution, when the limits of day and night were no longer strict limits due to the discovery of electrical energy, allowing up to 18 hours of work per day.

After World War II, the intensity of the working day could be increased due to the technological development of machinery and labor processes. Thus, the length of the working day could be reduced to 8 hours with this rapid intensification of productivity. Working time regulation was strengthened during the “Golden Age” (from mid 1940s to mid 1970s). This changed in the 1980’s as growing international competition and pressure to reduce production costs provoked the adaptation of an increased focus on imposition of “flexibility” as a strategic necessity.

After the 1980s, the increasing importance of the distribution dimension can be observed by looking at the various flextime working arrangements in use

today: compensation arrangements ranging from individual agreements, to hour banks, and the annualization of working time; the intensification of shift work even when it is not required by the type of industry (continuous) or basic services (health sector, police, fire workers); the increase in swing shifts (and the variety of arrangements within the category including 12x36 hours, 5x1 days, 8x2 days) and work on Sundays and holidays. New types of flexible contracts have also been created in terms of working time or contract duration, such as part-time² work, fixed-term contract, temporary work, zero hour contracts and on-call (GIBB, 2017).

The implementation of flexibilization can take place in different ways: reducing or eliminating negotiated or statutory labor rights or even allowing collective bargaining to reduce statutory labor rights, thus modifying or invalidating the norms that regulate work (*ibidem*). Due to limits of space and scope, the history of each country's changes to labor law and practices will not be discussed in detail here³. However, the clear international trend of increases in working time inequality remains.

Dedecca (1998) shows that, in the 1980s and 1990s, labor movements in some countries were willing to accept forms of working time flexibility in exchange for the reduction of the working day/week. From the 2000s on, flextime has increased, and any progress in the reduction of working hours has slowed down.

Gender, for the purpose of this paper, is defined as a social relation between sexes, culturally constructed. Therefore, this paper rejects biological (natural) explanations (SCOTT, 1995). This paper argues that a “sexual division of labor” (HIRATA, 2007) relegates roles connected to care⁴ – paid or not – to women (CARRASCO, 2014). These types of work are less socially valued in general. This does not happen by chance, but

² Up to 25 hours per week allowing wage reduction.

³ For more information, see Gibb(2017).

⁴ When entering the paid labor market, many women were inserted into fields related to domestic responsibilities, including education (teachers) and healthcare (nurses).

individuals' characteristics such as race and sex are used as discriminatory elements to justify the position of workers in the capitalist production system, which provides the camouflage it needs in order to ease social tensions (SAFFIOTI, 2013).

Based on this division, women over exploitation occurs in several ways, all of which are sources of extraction of more surplus value. First, it justifies reduced wages for women, as their remuneration would be complementary to the men's. Second, it offers women lower working hours, more precarious jobs and underemployed, which theoretically would give them the possibility of reconciling productive and reproductive labor. Third, by keeping them out of the labor market, given that the high opportunity cost resulting from the low remuneration of productive work and the relative high cost of domestic and care services outsourced to the market, and doing so, maintaining women as a reserve army, it exercises both the function of reducing the price of labor and available labor power when necessary. Fourth, by imposing free reproductive work on women, it fulfills two very important functions for the system: it subsidizes the reproduction of the labor force, thereby reducing wages and, at the same time, legitimizing the underutilization of this contingent of female workers by the capitalist system, avoiding exposing its contradictions (SAFFIOTI, 2013; GIBB, 2017).

Around the world, women spend two to ten times more time on unpaid care work than men due to discriminatory social institutions and stereotypes on gender roles (FERRANT, PESANDO & NOWACKA, 2014). Women who perform both paid and unpaid labor are double burdened (FEDERICI, 2017) and it also has significant impacts on their professional trajectories and in income (POLACHEK, 2014; GIBB & OLIVEIRA, 2015). The "motherhood gap" is a symptom that care work is very unevenly divided between men and women (DILLI, CARMICHAEL & RIJPMAN, 2019) and has consequences to women: being a mother has a negative impact in income in most countries in the world, while being a father usually has a positive impact in income (ILO, 2018).

Additionally, literature refers very often to the phenomena of the glass ceiling, which implies that gender (or other) disadvantages are stronger at the top of the hierarchy than at lower levels and that these disadvantages become worse later in a career path (COTTER, HERMSEN, OVADIA & VANNEMAN, 2001). In many countries, such as Brazil, women pursue higher educational levels than men but still have lower income and the wage differentials increase the higher the educational level is (OLIVEIRA, 2019).

The next section makes an effort in order to understand the phenomena of increasing inequality in working time. Right after, the article aims to comprehend its impact on women. It hopes to contribute to the literature by integrating the discussion of gender and flexibility of working time, especially analyzing Brazil in comparison with selected developed countries.

Increasing inequality in working time

Average annual working hours have historically decreased, as observed in Table 1: from the 1870 to 1979 it reduced by approximately 41% in Belgium and France, 43% in Austria and the Netherlands, 45% in the United Kingdom and United States and 50% in Sweden. The only exception is Germany (with an increase until the 1950's, followed by a decrease), which already starts from a much lower average than the other countries examined.

Table 1. Average annual hours actually worked per worker / per year – 1870-1979

Country	1870	1913	1938	1950	1970	1979
Austria	2935	2580	2312	1976	1848	1660
Belgium	2964	2605	2267	2283	1986	1747
France	2945	2588	1848	1989	1888	1727
Germany	1941	2584	2316	2316	1907	1719
Italy	2886	2536	1927	1917	1768	1566
Netherlands	2964	2605	2244	2208	1910	1679
Sweden	2945	2588	2204	1951	1660	1451
United Kingdom	2984	2624	2267	1958	1735	1617
United States	2964	2605	2062	1867	1707	1607

Source: Based on Silva, Terrazas, Proni & Pochmann (1999).

Table 1 shows the average annual hours worked per worker for the period 1870 – 1979 in Austria, Belgium, France, Germany, Italy, Netherlands, Sweden, United Kingdom and United States. From 1950 to 1979, considered the golden age of capitalism, the USA and France presented the lowest reductions of annual working time (by 260 and 262 hours), followed by Austria (316 hours), UK (341 hours), Italy (351 hours). The countries with the most impressive reductions were Sweden (500), the Netherlands (529), Belgium (536) and Germany⁵ (597).

Table 2 also shows an overall decrease in working hours; however, more modest than in the previous period. In 35 years' time (1981-2016) France and Germany lowered their annual working hours by 262 hours and 181, respectively. Canada reduced it by 80 hours, the USA by 17 hours and the UK increased it by 46 hours.

⁵ During and immediately after the two World Wars, Germany increased its working hours due to war and reconstruction efforts.

Table 2. Average annual hours actually worked per worker / per year - Dependent employment

Country	1981	1986	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Canada	1.793	1.783	1.760	1.783	1.764	1.743	1.706	1.713*
France	1.645	1.520	1.523	1.491	1.423	1.390	1.407	1.383
Germany	1.479	1.423	1.353	1.344	1.315	1.298
United Kingdom	1.648	1.702	1.695	1.696	1.683	1.644	1.621	1.694
United States	1.806	1.826	1.825	1.844	1.812	1.799	1.791	1.789

Source: OECD Stat

*Refers to 2015

Table 2 presents the average annual hours worked per worker, for the period 1981-2016 for Canada, France, Germany, United Kingdom and United States. This data reflects the average hours for these countries in those periods. When analyzed in isolation, this data may under represent what this paper claims to be a significant variable to explain the recent reduction in working hours. It is understood that the reduction in working hours demonstrated in Table 2 relates to a more flexible and unequal division of working time, which implies that there was an increase in the dispersion of working hours among workers rather than shorter hours for all. In other words, there are more workers working long hours and, at the same time, more working less hours. The following table helps to support this argument.

Table 3. Incidence of employment by typical weekly hours worked - Dependent employment - Annual

		1981	1986	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Country	Hour bands								
Canada	1 to 19 hours	8.4	9.4	10.1	9.9	8.9	8.8	9.5	9.1
	20 to 29 hours	5.7	7.0	7.8	8.7	8.9	8.9	9.2	9.1
	30 to 34 hours	4.1	4.6	5.2	5.9	6.5	6.7	7.0	7.4
	35 to 39 hours	22.9	22.1	21.8	20.3	24.2	24.0	24.9	24.9
	40 hours or more	58.9	57.0	55.1	55.1	51.5	51.6	49.4	49.4
France	1 to 19 hours	..	4.8	4.5	5.1	5.4	5.5	5.6	5.6
	20 to 29 hours	..	7.7	7.9	9.7	8.8	8.4	8.5	8.6
	30 to 34 hours	..	3.2	3.8	5.3	6.6	6.4	5.9	5.5
	35 to 39 hours	..	58.8	59.4	58.3	60.9	52.7	50.7	52.6
	40 hours or more	..	25.6	24.3	21.5	18.3	27.0	29.3	27.6
Germany	1 to 19 hours	..	3.2	4.8	7.1	10.0	12.6	12.8	11.9
	20 to 29 hours	..	7.5	6.8	7.9	8.7	9.6	9.9	10.5
	30 to 34 hours	..	1.8	2.5	3.3	3.7	5.2	5.8	6.9
	35 to 39 hours	..	17.0	45.4	42.9	38.6	27.1	21.8	21.7
	40 hours or more	..	70.4	40.5	38.9	39.0	45.5	49.6	49.1
United Kingdom	1 to 19 hours	..	12.3	13.1	13.8	12.3	12.3	12.8	11.4
	20 to 29 hours	..	8.4	8.5	9.4	10.4	10.8	11.4	11.7
	30 to 34 hours	..	3.8	3.8	4.2	4.6	5.3	6.1	6.7
	35 to 39 hours	..	26.8	27.1	23.0	24.3	26.2	25.7	25.1
	40 hours or more	..	48.6	47.5	49.7	48.4	45.5	43.9	45.1
United States	1 to 19 hours	6.9	6.7	6.5	5.7	5.2	5.1	5.3	5.0
	20 to 29 hours	7.4	8.1	8.2	8.2	7.5	7.5	8.1	7.9
	30 to 34 hours	3.9	4.3	4.6	4.6	4.4	4.5	5.3	4.7
	35 to 39 hours	7.9	7.6	7.4	6.8	6.1	6.4	7.0	6.3
	40 hours or more	73.8	73.4	73.4	74.7	76.8	76.6	74.3	76.1
Brazil	1 to 19 hours	3.5	4.0	4.3	5.2*
	20 to 29 hours	6.7	7.6	6.5	7.1*
	30 to 34 hours	5.7	5.7	5.6	6.2*
	35 to 39 hours	3.8	4.2	3.7	4.2*
	40 hours or more	80.3	78.4	80.0	77.3*

Source: OECD Stat

*Refers to 2015

Table 3 shows the incidence of employment by typical weekly hours worked divided into 5 hours bands, from 1 to 19 hours, from 20 to 29 hours, from 30 to 34 hours, from 35 to 39 hours and from 40 hours or more for dependent employment in the period 1981-2016 for Canada, France, Germany, United Kingdom, United States and Brazil.

The increase of workers in the first band (1 to 19 hours) in Germany is very significant, from 3.2% to 11.0% in the period 1986-2016 due to the increased use of what are known as mini-jobs⁶. Canada and France increased the ratio of workers in this band by less than 1%. The United Kingdom, which departs from a more expressive level of part-time employment of up to 19 hours, shows a small decrease (from 12.3% to 11.4%). The United States reduced this category by almost 2p.p. For Brazil, the available data starts in 2001 and it is possible to observe an increase of 1.7 p.p. of workers in the shorter hour band.

In the second hour band (20 to 29 hours), Canada presents a more significant change: from 5.7% of workers to 9.1%. The United Kingdom shows 3.3 p.p. increase of part-time work. In Germany the ratio of workers in this band grew by 3 p.p. France showed an increase of workers in this band in the 1990s (around 2 p.p.), then it went down (around 1 p.p.) relative to the entire period. The United States and Brazil present no significant change.

In the third band (30 to 34 hours) an increase in the period analyzed is observed in Germany (5.1 p.p.), Canada (3.3 p.p.) and the United Kingdom (2.9 p.p.). There was almost no change in the United States (0.8 p.p.) or Brazil (0.5 p.p.). France moved from a total of 3.2% in the 1980s to 6.6% in the early 2000s and, over the decade, only reached 5.5% of all workers in 2016.

Regarding the fourth band (35 to 39 hours) it is important to highlight some peculiarities. Germany concentrated 45.4% of its workers in this band in 1991. However, it falls to 42.9% in 1996 and continues to decrease to 38.6% in

⁶ It is a form of employment characterized as part-time and low-wage. According to the latest law, the monthly income for a mini-job is less than € 450, exempting workers from income tax.

2001, 27.1% in 2006, 21.8% in 2011 and 21.7% in 2016. This is explained by the fact that, in 1993, the German automobile industry reduced the working week to 36 hours and in 1995 this was extended to West Germany as a whole. In 2003 the German unions attempted to expand the 35-hour week to eastern Germany, but they were unsuccessful. In 2004, these same unions established a 38-hour working week nation wide while maintaining many specific opt-out clauses. This explains the declining proportion of workers in this hour band and reveals the reversal of important gains. France has a similar pattern, showing a decrease in the number of workers in this range from 58.8% to 50.9% between 1986 and 2011, then returning, in 2016, to 52.6% (the 2006 level). In the 1980s, France reduced working hours to 35 a week, which explains the high number of workers in this band until the beginning of 2000, where, similar to Germany, it is observed a decrease in the proportion of workers in this band (HERMANN, 2012). The United Kingdom reduced its work force in this band by 1.7 p.p., but maintained a significant portion of its workers – 25%– in this band. Canada increased the ratio of workers in this band from 22.9% to 24.9 %. In the United States only 7.9% of workers were in that hour range in 1985 and that number reduced to 6.3% in 2015. In Brazil, the portion of workers in this band is very low (around 4%) and there was no significant change.

In the last band (40 hours or more), there was an increase from 18.3% (2001) to 27.6% (2016) of workers in France and from 40.5%(1991) to 49.1% (2016) in Germany, which indicates a clear loss regarding previous efforts to reduce working time⁷. Approximately 75% of US workers work more than 40 hours per week staidly. In the United Kingdom, there is a small decrease of 48.6% to 45.1%. Data also shows that Canada decreased the proportion of workers in the 40 plus hours band, from 58.9% in 1981 to 49.4% in 2016. Brazil also decreased the ratio of workers in the 40-hour plus band. Brazil has some specificities that are addressed in more detail.

⁷ The reunification of Germany occurred in 1990. Previous data refers to the Federal Republic of Germany.

Table 4. Evolution of working time (number of hours typically worked per week - all jobs - ten or more years old) - Brazil: 1992-2013

Hours Band	1992	1995	1998	1999	2001	2003	2004	2008	2013
1 to 14 hours	5.8	6.1	6	6.3	6.1	6.6	6.3	6.2	6.1
15 to 39 hours	21.1	21.6	21.5	22.1	20.9	21.4	22.1	21.7	20.1
40 to 44 hours	31.3	31.7	30.9	31.7	32.1	32.3	33.6	38.8	45.4
45 hours plus	41.7	40.5	41.5	39.8	40.9	39.6	37.9	33.4	28.4
No declaration	0.1	0	0.1	0.1	0.1	0	0	–	–
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Source: PNAD-IBGE

*Refers to 2015

Table 4 displays the incidence of employment by typical weekly hours worked divided into 5 hours bands: from 1 to 14 hours, from 15 to 39 hours, from 40 to 44 hours, from 45 or more and no declaration for workers ten or more years old, all jobs, for the period 1992-2013 for Brazil. Table 4 shows that official Brazilian data is collected differently than in the OECD. The band division chosen by IBGE (Brazilian National Accounts Institute) unveils the reality regarding working time in the country more accurately. Working hours in Brazil are higher than in the selected countries; however, it decreased the ratio of workers in its top hour band, 45-hours or more, from 41.7% of in 1992 to 28.4% in 2013.

To continue addressing the changes in working time distribution among workers, we will now focus on the increase of part-time jobs. A significant growth of part-time work is clear in Table 5.

Table 5. Incidence of full-time / part-time (FTPT) employment - Dependent employment - Annual

		1981	1986	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Country	Series								
Canada	Full-time employment	85.9	83.6	82.1	81.4	82.2	82.3	81.4	81.7
	Part-time employment	14.1	16.4	17.9	18.6	17.8	17.7	18.6	18.3
France	Full-time employment	..	87.2	87.5	85.3	85.8	86.1	85.9	85.7
	Part-time employment	..	12.8	12.5	14.7	14.2	13.9	14.1	14.3
Germany	Full-time employment	..	89.3	88.4	85.0	81.3	77.8	77.3	77.6
	Part-time employment	..	10.7	11.6	15.0	18.7	22.2	22.7	22.4
United Kingdom	Full-time employment	..	79.2	78.4	76.9	77.2	76.9	75.8	76.9
	Part-time employment	..	20.8	21.6	23.1	22.8	23.1	24.2	23.1
United States	Full-time employment	85.6	85.2	85.3	86.1	87.2	87.4	86.6	87.1
	Part-time employment	14.4	14.8	14.7	13.9	12.8	12.6	13.4	12.9
Brazil	Full-time employment	89.8	88.4	89.2	87.7*
	Part-time employment	10.2	11.6	10.8	12.3*

Source: OECD Stat

*Refers to 2015

Table 5 shows the incidence of full-time and part-time employment for dependent employment in the period 1981-2016, for Canada, France, Germany, United Kingdom, United States and Brazil. Data reveals that, from 1980's and mid-1980 to 2016, there was an increase in the proportion of those working part-time jobs in all analyzed countries, except the United States. The UK, which already had 20.8% of workers on part-time contracts, increased the percentage to 23.1. In France it increased by 1.5, in Brazil by 2.1 and in Canada by 4.2. The most expressive change is observed in Germany, where the participation of workers with a part-time contract increased from 10.7% in 1981 to 22.4% in 2016. As mentioned previously, this is largely due the adoption of "mini-jobs" from 2003 on. According to Hermann (2012), more than 15% of the jobs in Germany are mini-jobs, and in sectors such as cleaning, almost half of workers have mini-jobs.

This evidence corroborates the thesis that part of the decrease in average annual working time results from an unequal redistribution of the work rather than a general decrease, especially when one considers that a significant minority of part-time jobs is involuntary. This is illustrated in Table 6.

Table 6. Share of involuntary part-time as % of part-time employment - Total employment - Annual

Country	1981	1986	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Canada	16.5	25.9	24.9	34.5	25.8	23.9	27.2	25.0
France	39.9	24.9	28.9	28.8	41.6
Germany	..	7.3	5.4	11.9	11.9	20.7	15.1	11.2
United Kingdom	..	10.1	8.0	12.6	9.0	8.5	17.3	14.3
United States	4.3	4.8	9.2	7.3

Source: OECD Stat

Table 6 shows the share of involuntary part-time as percentage of part-time employment incidence for total employment in the period 1981-2016, for Canada, France, Germany, United Kingdom and United States. The share of involuntary part-time workers is 41.6% in France, 25% in Canada, 14.3% in the UK, 11.2% in Germany and 7.3% in the USA. For these workers, this working arrangement was imposed, which probably means that their wages do not meet their needs. It is important to remember that the countries studied are considered high-income countries, and part-time contracts continue to provide at least partial access to social security, which means that this could be different if one verifies the same data for medium/low-income countries like Brazil (GIBB, 2017). Although working less hours is preferable according to a significant portion of workers, campaigns around the reduction of the working day are controversial within the labor movement. For example, analyzing Volkswagen workers, women tend to prefer reduction in working time, while men tend to prefer increase in wages and profit-sharing schemes (GIBB, 2017).

According to Table 7, in Germany, both “Employment/population ratio” and “Labor force participation rate” increased significantly. The unemployment rate trends also present an interesting change in pattern. From 4.5% in 1981, it grows to 10.3 in 2006, and from there to 2016 it drops back down to 4.1%, its lowest rate in the observed period. This decrease coincides with the increase in part-time jobs and can obviously relate to implementation and increase of “mini-jobs”. In the UK, unemployment decreased 11.2% from 1981 to 4.9%. However, as noted previously, in 2016 the rate of involuntary part-time work increased. Brazil

experienced a decrease in its usually high unemployment rate from 2001 (9.4%) to 2011 (6.7%); however, it went through a recession in 2015 and 2016 (ROSSI & MELLO, 2017), which took the unemployment rate back up to 9.6%.

Table 7. Employment, unemployment and labor force participation - Annual

		1981	1986	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Canada	Employment/ population ratio	60.1	59.7	59.7	58.5	61.1	62.8	61.7	61.1
	Labor force participation rate	65.0	66.1	66.6	64.7	65.9	67.0	66.7	65.7
	Unemployment rate	7.6	9.7	10.3	9.6	7.2	6.3	7.5	7.0
France	Employment/ population ratio	52.8	50.3	49.6	48.2	49.9	51.4	51.3	50.6
	Labor force participation rate	56.8	55.9	54.6	54.8	54.7	56.1	56.3	56.0
	Unemployment rate	7.0	10.1	9.0	12.1	8.8	8.4	8.8	9.8
Germany	Employment/ population ratio	53.1	51.9	55.8	52.3	53.0	52.9	56.6	66.2
	Labor force participation rate	55.6	55.5	59.1	57.4	57.5	59.0	60.1	69.1
	Unemployment rate	4.5	6.4	5.6	8.9	7.8	10.3	5.8	4.1
U n i t e d Kingdom	Employment/ population ratio	..	55.3	58.3	57.1	59.4	60.0	58.0	60.4
	Labor force participation rate	..	62.3	63.6	62.2	62.3	63.4	63.0	63.5
	Unemployment rate	..	11.2	8.4	8.1	4.7	5.4	7.8	4.9
U n i t e d States	Employment/ population ratio	59.0	60.7	61.7	63.2	63.7	63.1	58.4	59.7
	Labor force participation rate	63.9	65.3	66.2	66.8	66.8	66.2	64.1	62.8
	Unemployment rate	7.6	7.0	6.8	5.4	4.7	4.6	8.9	4.9
Brazil	Employment/ population ratio	60.7	63.2	61.7	58.6*
	Labor force participation rate	67.0	69.0	66.2	64.8*
	Unemployment rate	9.4	8.4	6.7	9.6*

Source: OECD Stat

*Refers to 2015

Table 7 shows employment, unemployment and labor force participation in the period 1981-2016 for Canada, France, Germany, United Kingdom, United States and Brazil. The data analyzed indicates a clear increase in unequal redistribution of working time over the last 35 years. This paper affirms that the reason behind this change is the flexibilization of working time implemented in the period as it is a capital-driven strategy to increase the use of labor time and pay strictly for the time used, minimizing idle hours and externalizing labor costs. Increased working time flexibility is connected to increased working time inequality and has negative impacts on workers, especially on women.

Gender perspective

In order to discuss working time inequality, it is crucial to integrate a gender perspective, as discussed before. The historically and culturally accepted sexual division of labor in our societies dictates that men engage in productive work (broadly defined as paid work), while women take primary responsibility for household work (unpaid). In a society that links power to money, reproductive labor is valued less than productive in both social and monetary terms.

Data shows that women, when entering the labor market, remain the responsible for household work, thus accumulating two roles in the maintenance of society and, as argued, being overexploited by capital. This division is key to the existence of different working hours for men and women as well as wage and social prestige differentials. The high/better-paid jobs are occupied by men. Women commonly have more precarious jobs, lower working hours and pay (TEIXEIRA, 2013). Also, when women are forced out of the labor market due to involuntary unemployment or the high opportunity cost engage in productive work, they serve capitalism as well.

This paper affirms that the increase in flexibility of working time exacerbates an already existing unequal sexual division of productive and reproductive labor, as it demonstrates in the following sections.

Productive working time inequality

Supporters of a flexible working time advocate that more flexible or shorter working hours would allow women to engage more in productive labor.

Table 8 indicates a growth in women's labor force participation while both employment and labor force participation rates for women remained lower than men's in the countries analyzed.

Table 8. Employment, unemployment and labor force participation - Men and women - Annual

Country	Series	1981		1986		1991		1996		2001		2006		2011		2016	
		M	W	M	W	M	W	M	W	M	W	M	W	M	W	M	W
Canada	Employment/ population ratio	72.8	47.7	69.5	50.2	66.9	52.8	65.0	52.1	66.8	55.7	67.6	58.1	65.7	57.8	64.9	57.5
	Labor force participation rate	78.4	52.0	76.8	55.7	75.0	58.4	72.2	57.5	72.3	59.8	72.3	61.9	71.4	62.2	70.3	61.3
	Unemployment rate	7.2	8.3	9.6	9.9	10.8	9.7	9.9	9.3	7.5	6.9	6.5	6.1	8.0	7.0	7.7	6.2
France	Employment/ population ratio	66.4	40.2	61.2	40.2	59.3	40.7	56.2	40.9	57.4	43.1	57.4	45.9	56.4	46.6	54.7	46.8
	Labor force participation rate	69.9	44.6	66.9	45.8	63.8	46.0	62.7	47.6	61.8	48.3	62.3	50.5	61.7	51.3	60.7	51.7
	Unemployment rate	5.0	10.0	8.5	12.3	7.0	11.6	10.3	14.2	7.1	10.7	7.9	9.1	8.5	9.1	10.0	9.5
Germany	Employment/ population ratio	69.2	38.8	67.1	38.3	68.4	44.3	62.5	42.8	61.1	45.4	59.6	46.7	62.6	51.0	70.4	62.0
	Labor force participation rate	71.9	41.1	71.2	41.4	71.6	47.7	68.2	47.4	66.3	49.3	66.4	52.0	66.6	54.0	73.7	64.4
	Unemployment rate	3.8	5.6	5.7	7.5	4.5	7.0	8.3	9.6	7.8	7.9	10.3	10.2	6.0	5.6	4.4	3.7
United Kingdom	Employment/ population ratio	66.4	45.1	67.9	49.3	64.7	50.2	66.7	52.6	66.6	53.8	63.7	52.6	65.8	55.2
	Labor force participation rate	75.2	50.4	74.8	53.2	71.6	53.5	70.4	54.9	70.7	56.6	69.6	56.7	69.3	58.0
	Unemployment rate	11.6	10.6	9.2	7.3	9.6	6.3	5.2	4.1	5.8	4.9	8.4	7.2	4.9	4.7
United States	Employment/ population ratio	71.3	48.0	71.0	51.4	70.4	53.7	70.9	56.0	70.9	57.0	70.1	56.6	63.9	53.2	65.8	54.1
	Labor force participation rate	77.0	52.1	76.2	55.3	75.8	57.4	74.9	59.3	74.4	59.8	73.5	59.4	70.5	58.1	69.2	56.8
	Unemployment rate	7.4	7.9	6.9	7.1	7.1	6.4	5.4	5.4	4.8	4.7	4.6	4.6	9.4	8.5	4.9	4.8
Brazil	Employment/ population ratio	74.9	47.7	75.9	51.7	74.5	50.0	70.2*	48.0*
	Labor force participation rate	81.0	54.1	81.0	58.0	78.3	55.0	76.2*	54.4*
	Unemployment rate	7.5	11.9	6.3	11.0	4.9	9.1	7.9*	11.7*

Source: OECD Stat

*Refers to 2015

Table 8 shows employment, unemployment and labor force participation by sex in the period 1981-2016 for Canada, France, Germany, United Kingdom, United States and Brazil. Table 8 indicates that the unemployment rate for women in Brazil is higher than for men. Women are also more vulnerable to informal labor (GIBB & OLIVEIRA, 2015).

The unequal distribution of productive working time can be observed in Table 9. In general, men's working time is very concentrated in the 40-hour plus band, while women's is more distributed across different time bands. Women's share of part-time employment is much higher than men's in all countries studied.

Table 9. Incidence of employment by usual weekly hours worked - Men and women - Dependent employment - Annual

Country	Hour bands	1981		1986		1991		1996		2001		2006		2011		2016	
		M	W	M	W	M	W	M	W	M	W	M	W	M	W	M	W
Canada	1 to 19 h	4.5	13.8	5.5	14.1	6.2	14.5	6.3	14.0	5.7	12.2	5.8	11.9	6.3	12.6	6.2	12.1
	20 to 29 h	2.3	10.3	3.0	11.9	3.6	12.3	4.3	13.6	4.5	13.6	4.8	13.3	5.3	13.1	5.5	12.8
	30 to 34 h	2.3	6.5	2.5	7.0	3.0	7.7	3.4	8.7	3.7	9.4	3.9	9.7	4.4	9.7	4.6	10.2
	35 to 39 h	16.2	32.3	15.9	29.8	15.5	28.7	13.9	27.4	18.2	30.6	18.0	30.1	18.8	31.0	19.4	30.6
	40 h +	74.7	37.1	73.1	37.1	71.6	36.8	72.1	36.4	67.9	34.1	67.5	35.0	65.1	33.6	64.2	34.3
France	1 to 19 h	1.8	8.5	1.6	8.0	2.0	8.6	2.0	9.1	2.2	9.1	2.4	8.9	2.7	8.6
	20 to 29 h	3.3	13.3	3.1	13.6	4.0	16.0	3.2	15.0	3.0	14.1	3.3	13.7	3.8	13.5
	30 to 34 h	1.5	5.3	1.2	6.8	1.7	9.3	2.9	10.7	2.8	10.3	2.5	9.3	2.2	8.8
	35 to 39 h	60.9	56.1	62.6	55.7	64.1	51.8	68.4	52.5	56.8	48.3	54.4	47.0	56.3	48.9
	40 h +	32.6	16.7	31.5	15.9	28.2	14.3	23.4	12.7	35.2	18.3	37.4	21.1	34.9	20.3
Germany	1 to 19 h	0.6	7.3	1.0	9.9	1.9	13.7	3.0	18.3	4.9	21.5	5.5	20.6	5.9	18.3
	20 to 29 h	0.7	18.1	0.8	14.8	1.4	16.1	1.8	17.0	2.4	17.8	2.5	17.9	2.9	18.8
	30 to 34 h	0.3	4.2	0.4	5.2	0.9	6.3	1.0	6.9	2.2	8.6	2.1	9.9	2.5	11.6
	35 to 39 h	19.5	13.1	52.4	36.0	48.7	35.4	44.2	31.8	30.6	23.0	24.5	19.0	24.0	19.2
	40 h +	78.9	57.3	45.4	34.0	47.1	28.4	49.9	26.0	59.9	29.1	65.4	32.6	64.8	32.1
United Kingdom	1 to 19 h	2.6	24.4	3.5	23.9	4.7	23.7	4.6	20.6	5.2	19.6	6.0	19.7	5.5	17.4
	20 to 29 h	1.7	16.9	1.7	16.3	2.5	16.9	3.1	18.3	3.8	18.0	4.5	18.4	5.1	18.4
	30 to 34 h	1.5	6.7	1.6	6.2	1.7	6.8	1.9	7.4	2.4	8.3	2.8	9.5	3.4	10.1
	35 to 39 h	24.5	29.7	24.9	29.6	20.5	25.7	22.6	26.0	25.4	27.0	25.6	25.9	25.1	25.0
	40 h +	69.7	22.3	68.3	23.9	70.6	27.0	67.8	27.7	63.2	27.1	61.0	26.5	60.9	29.1

United States	1 to 19 h	4.0	10.4	4.1	9.7	4.0	9.2	3.4	8.3	3.3	7.4	3.2	7.2	3.6	7.2	3.2	6.8
	20 to 29 h	4.2	11.4	4.7	11.9	5.1	11.6	4.9	11.8	4.7	10.6	4.6	10.6	5.4	11.0	5.3	10.8
	30 to 34 h	2.1	6.2	2.5	6.3	2.7	6.7	2.7	6.8	2.5	6.4	2.6	6.5	3.6	7.0	3.2	6.4
	35 to 39 h	4.3	12.2	4.4	11.2	4.4	10.6	4.1	9.7	3.5	8.9	3.9	9.2	4.5	9.6	4.1	8.7
	40 h +	85.4	59.8	84.4	60.9	83.9	62.0	85.0	63.4	86.0	66.7	85.8	66.5	82.9	65.2	84.2	67.4
Brazil	1 to 19 h	1.7	5.8	2.0	6.5	2.6	6.4	3.4*	7.3*
	20 to 29 h	3.2	11.5	4.0	12.2	3.5	10.2	4.1*	10.7*
	30 to 34 h	3.4	8.8	3.8	8.2	3.6	7.9	4.3*	8.4*
	35 to 39 h	3.0	5.0	3.4	5.3	3.0	4.6	3.6*	5.0*
	40 h +	88.8	68.9	86.8	67.7	87.3	70.9	84.6*	68.6*

Source: OECD Stat
*Refers to 2015

Table 9 shows the incidence of employment by typical weekly hours worked divided into 5 hours bands: from 1 to 19 hours, from 20 to 29 hours, from 30 to 34 hours, from 35 to 39 hours and from 40 hours or more by sex, for dependent employment in the period 1981-2016 for Canada, France, Germany, United Kingdom, United States and Brazil. From 1981/6 to 2016, in France, the UK and the USA, the proportion of women in the 40-hour plus band increased (respectively 6.32 p.p., 6.79 p.p. and 7.58 p.p.) and decreased in the 35 to 39-hour band in those same countries by 7.27 p.p., 4.69 p.p. and 3.56 p.p., respectively. This data runs counter to the idea that flexible working time would help women to reconcile productive and reproductive work.

During the same period, the proportion of men in the 40-hour plus band dropped significantly in the UK (8.82 p.p.), Canada (10.46 p.p.), Germany (14.15 p.p.), and in a much shorter time span (2001 to 2016) decreased 4.15 p.p. in Brazil. Additionally, women's participation in the 40-hour plus band dropped 25.25 p.p., and increased 6.09 p.p. in the 35-39-hour band, 7.44 p.p. in the 30 to 35-hour band and 11.07 p.p. in the 1 to 19-hour band in Germany. And, finally, despite the expressive increase in Germany and Brazil (1.47 p.p. from 2001 to 2016), in all remaining countries included in this study women's ratio in the 1 to 19-hour band diminished.

The unequal division of part-time work is one of the most striking components of gendered working time inequality. Table 10 highlights part-time work is mostly carried out by women. More than 75% of those working part-time in Germany, France and the United Kingdom and 65% in the United States, Canada and Brazil are performed by women.

Table 10. Incidence of FTPT employment - Common definition - Men and women - Dependent employment - Annual

Country	Series	1981		1986		1991		1996		2001		2006		2011		2016	
		M	W	M	W	M	W	M	W	M	W	M	W	M	W	M	W
Canada	Full-time	93.2	75.9	91.5	74.0	90.1	73.2	89.5	72.4	89.8	74.1	89.4	74.9	88.4	74.3	88.2	75.1
	Part-time (pt)	6.8	24.1	8.5	26.0	9.9	26.8	10.5	27.6	10.2	25.9	10.6	25.1	11.6	25.7	11.8	24.9
	Gender share of pt	28.2	71.8	28.6	71.4	28.9	71.1	29.6	70.4	29.6	70.4	30.3	69.7	31.4	68.6	32.4	67.6
France	Full-time	94.9	77.1	95.3	77.8	94.0	75.1	94.8	75.9	94.8	76.8	94.3	77.4	93.4	78.0
	Part-time	5.1	22.9	4.7	22.2	6.0	24.9	5.2	24.1	5.2	23.2	5.7	22.6	6.6	22.0
	Gender share of pt	22.6	77.4	20.7	79.3	22.0	78.0	19.3	80.7	19.3	80.7	20.4	79.6	22.9	77.1
Germany	Full-time	98.7	74.6	98.2	75.3	96.7	70.2	95.2	64.7	92.7	60.8	92.0	61.5	91.2	62.9
	Part-time	1.3	25.4	1.8	24.7	3.3	29.8	4.8	35.3	7.3	39.2	8.0	38.5	8.8	37.1
	Gender share of pt	7.1	92.9	8.7	91.3	12.4	87.6	14.0	86.0	17.4	82.6	18.4	81.6	20.4	79.6
United Kingdom	Full-time	95.7	58.7	94.8	59.8	92.8	59.4	92.4	61.1	91.0	62.4	89.5	61.9	89.4	64.1
	Part-time	4.3	41.3	5.2	40.2	7.2	40.6	7.6	38.9	9.0	37.6	10.5	38.1	10.6	35.9
	Gender share of pt	11.5	88.5	12.9	87.1	16.3	83.7	17.3	82.7	19.8	80.2	21.9	78.1	23.2	76.8
United States	Full-time	91.8	78.2	91.2	78.4	90.9	79.3	91.7	79.9	92.0	82.0	92.2	82.2	91.0	81.9	91.5	82.4
	Part-time	8.2	21.8	8.8	21.6	9.1	20.7	8.3	20.1	8.0	18.0	7.8	17.8	9.0	18.1	8.5	17.6
	Gender share of pt	31.2	68.8	31.4	68.6	32.3	67.7	31.1	68.9	32.5	67.5	32.2	67.8	34.4	65.6	34.2	65.8
Brazil	Full-time	95.1	82.7	93.9	81.3	93.9	83.4	92.5*	82.0*
	Part-time	4.9	17.3	6.1	18.7	6.1	16.6	7.5*	18.0*
	Gender share of pt	27.6	72.4	29.1	70.9	31.0	69.0	33.2*	66.8*

Source: OECD Stat

*Refers to 2015

Table 10 shows the incidence of full-time and part-time employment by sex and the gender share of part-time employment for dependent employment in the period 1981-2016 for Canada, France, Germany, United Kingdom, United States and Brazil. As noted before, there are more women than men working part-time. However, Table 11 displays women are more likely to choose part-time employment than men, since the share of involuntary part-timers as a percentage of part-time men is higher in all countries in our sample.

Table 11. Share of involuntary part-timers as % of part-time employment - Total employment - Annual

		1981	1986	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Country	Series								
Canada	Men	17.8	27.4	26.1	36.5	27.9	25.9	29.7	27.4
	Women	16.0	25.2	24.4	33.6	24.9	23.0	25.9	23.7
France	Men	52.3	35.9	31.9	30.0	43.7
	Women	37.1	22.7	28.2	28.5	41.1
Germany	Men	..	11.1	6.6	15.5	15.8	29.1	20.6	15.6
	Women	..	6.8	5.3	11.3	11.2	18.7	13.6	10.0
United	Men	..	25.6	15.8	25.4	17.8	15.6	30.3	23.4
Kingdom	Women	..	7.9	6.7	9.7	6.9	6.4	13.0	11.2
United	Men	5.2	5.7	10.4	8.7
States	Women	3.9	4.4	8.5	6.5

Source: OECD Stat

*Refers to 2015

Table 11 shows the share of involuntary part-timers as percentage of part-time employment by sex for total employment in the period 1981-2016 for Canada, France, Germany, United Kingdom and United States. The incidence of men involuntarily working part-time decreased between 1996 and 2011 and increased thereafter. The United Kingdom showed a significant increase between 2005 and 2010 and a small reduction in between 2011/2016. Involuntarily part-time work also increased in the United States, although less significantly between 2006/2011 and was maintained at roughly the

same level until 2016. The increase of men's involuntary part-time work in the analyzed period is an indicator of increasing precariousness.

Women's involuntary part-time work increased from 2006 onwards. It is also possible to observe increases in France, Italy, the United Kingdom and in the United States. In Germany there is a reversal to the 2001 rates.

This paper argues that the reasons why women are more inclined than men to choose a part-time job cannot be understood exclusively within the productive sphere, but rather that women choose to work less hours to reconcile productive and reproductive work.

Reproductive labor inequality

According to Teixeira (2013), reproductive labor is divided into: biological reproduction, referring to the procreation and care of children; reproduction of the labor force, associated with the daily maintenance of the labor force, including education, socialization and labor ideology; and social reproduction, which implies the transmission and access to control of economic resources from one generation to another through institutions, especially families. Reproductive labor is understood as unpaid labor carried out in the domestic sphere to reproduce the family or the work force, both care and domestic work. Daily tasks such as cleaning, washing dishes, washing clothes, buying and preparing food, taking care of children and the elderly, the emotional labor that involves conception and organization of household needs—all that plays a fundamental role in the reproduction of the workforce and thus can reduce the cost of wages for capitalists (MARX, 2010; OLIVEIRA, 2013). In this sense, unpaid reproductive work is essential for the reproduction of the capitalist system itself, despite this work has been systematically undervalued economically and socially.

Reproductive work is not paid nor even recognized as work, but the costs of labor reproduction are absorbed by women. If reproductive work was economically valued, it would increase the necessary labor time required

to remunerate the labor force, thus production costs would increase dramatically. Therefore, it can be affirmed that the reproductive work carried out almost exclusively by women sustains the maintenance of wages at current levels. In this sense, women's unpaid work subsidizes their families as well as employers because it reduces the cost of the labor required for production by allowing the reproduction of the labor force at a lower cost (IPEA, 2014; 2016).

Unlike productive working time, which has been substantially reduced with the introduction of labor-saving technologies, there has been no significant similar reduction in the demand for reproductive work, as it is labor-intensive. While the current labor market demands flexibility and total availability, reproductive work is highly rigid. Children's school hours, meal preparation, personal and home hygiene and care for the sick – all follow very inflexible schedules (GIBB, 2017).

ILO's (2016) Report "Women at work" compares time spent by men and women in productive and reproductive work. In developed countries men spend an average of 5:42 hours per day in paid work and 1:54 in unpaid work, while women spend 4:39 hours a day in paid work and 3:30 in unpaid work. In developing countries men spend 6:36 hours per day in paid work and 1:31 in unpaid work, while women spend 5:09 hours a day in paid work and 4:31 in unpaid work.

The volume of reproductive labor intensified from the 1980s onwards due to the reduction of social welfare policies linked to the implementation of neoliberal policies in all countries (FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013). Thus, the work of caring for children, the sick, and the elderly that was previously done by the state was passed on to women (NOBRE, 2004).

Table 12. Time spent in unpaid, paid and total work by sex - selected OECD countries

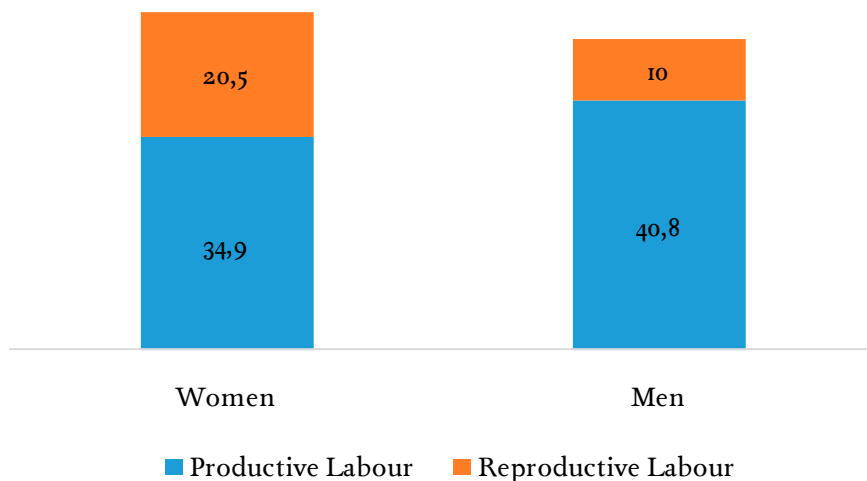
Time spent by sex - minutes per day				
Country	Sex	Unpaid work	Paid work	Total work (paid+unpaid)
Canada	M	159,6	341,4	501,0
	W	253,6	267,0	520,6
France	M	142,7	233,4	376,0
	W	232,5	172,5	405,0
Germany	M	163,8	281,6	445,4
	W	268,8	180,9	449,7
United Kingdom	M	140,6	297,2	437,9
	W	257,8	196,6	454,4
USA	M	148,6	322,4	471,0
	W	242,1	241,9	484,0
OECD	M	137,6	328,5	466,1
Average	W	271,7	215,3	487,0

Source: OECD

Table 12 exhibits the time spent in unpaid, paid and total work by sex for Canada, France, Germany, United Kingdom, United States and OECD average. Table 12 and Graph 1 show that in Canada, Germany, France, the UK and the USA, women work longer than men in both unpaid and total work. Women dedicate around 100 more hours per year than men in reproductive labor, while men only work more hours in paid work.

According to the IBGE (2015), in Brazil 51% of men with paid jobs declared having performed unpaid domestic work, while 91.9% of women with paid jobs also care for the house and other family members. Graph 1 shows that total working time for women with paid jobs was 55.1h per week (34.9h in paid labor and 20.5h in domestic labor), while men's was 50.5h per week (40.8h in paid labor and 10.0h in domestic labor).

Graph 1. Working time in productive and reproductive labor for men and women with paid jobs - Brazil, 2015



Source: IBGE

Graph 1 shows the time spent in productive and reproductive labor for men and women with paid jobs in Brazil in 2015. This picture has not changed very much in recent years. According to the IBGE (2018), in 2017 Brazilian women dedicated 20.5h per week to domestic labor, while men dedicated 10h. The conflict between productive and reproductive labor is intensifying in the current phase of capitalism because, on the one hand, women are entering the paid labor market (by choice or necessity) as companies demand more working time flexibility from both men and women, while, on the other hand, reproductive labor time is not flexible, has not decreased significantly nor has it been more equally shared between men and women.

The unequal sexual division of domestic labor directly impacts women's quality of life. They work longer hours, have less free time, generally have jobs with less social prestige, face many more challenges when pursuing a career, and receive lower wages. ILO (2016) estimated that, at the global level, the gender wage gap is 23%. This difference cannot be explained by age, education or working time. This same ILO study projected that

70 years are necessary to close the wage gap between men and women at the current rate of reduction.

It is understood that the flexibilization of working time imposed by capitalism in its current phase demands total availability of time for work, which harms women even further, since women can either fulfill this requirement and, therefore, take a double burden or, if they do not, they are more likely to get the most precarious jobs, or worse, to be unemployed. It reinforces the sexual division labor and contributes to maintenance of inequality between men and women.

Conclusion

Analyzing the hour bands data from 1981 to 2016, it was possible to observe the increasing inequality in working time among workers. The redistribution of those with paid jobs in the different hours' bands was significantly over the last 35 years. Therefore, it is possible to conclude that part of the decrease in average annual working time is due to an increasingly unequal redistribution of work, rather than a general decrease. Also, it is possible to affirm that the reason behind this change is that the flexibilization of working time has been implemented and intensified in the countries analyzed.

Flexibilization is a capital-driven strategy to increase the use of labor time and pay strictly for the time used, minimizing idle hours while externalizing costs. This strategy is consistent with advances of neoliberalism and a questioning of the welfare system or more social democratic arrangement.

Working time flexibility affects workers negatively, regardless of national boundaries, by creating a more unequal and competitive environment and reducing the possibility of workers' collective action.

Regarding gender, the increase in inequality of working time reinforces the uneven division of paid and unpaid work. Women are subject to more flexible schedules in their productive work, while their long and

rigid reproductive working hour schedules remained unchanged. Men did not increase the time worked in the reproductive sphere even in cases where their productive working time decreased. This thus contributes to the double burden women face and magnifies the role they play in the reproduction of the capitalist system, either by paid labor (generating surplus), or unpaid labor (reducing the cost of reproduction of the working force), and mitigating the real unemployment rates, as part of the potential feminine labor force excludes itself from the labor market.

Beyond the discussion on the effects of the polarization of working time for all workers, it is important to emphasize the need for public policies to tackle the gender differentials in this sphere for three reasons: i) to reduce the amount of time spent by women on reproductive work (such as daycare centers, full-time schools or long-term care institutions for the elderly); ii) to increase the valuing of reproductive work, which, as the data shows, is a recognized source of exploitation of women in the capitalist system and iii) to change the cultural status quo by incentivizing a more egalitarian sexual division of reproductive labor, including increasing paternity leaves, promoting public campaigns that reinforce the need to share reproductive labor and forbidding/discouraging the reinforcement of gender roles in the media, school system and other places where women are depicted as doing household work, while men perform productive work.

Bibliography

BICHIR, Renata Mirandola. “O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda”, *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 87, pp. 115-129, July 2010.

CAMPELLO, Tereza. *Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás*. São Paulo: CLACSO, FLACSO e Agenda Igualdade, 2017.

CARRASCO, Cristina. *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La oveja roja, 2014.

COTTER, David; HERMSEN, Joan; OVADIA, Seth & VANNEMAN, Reeve. “The glass ceiling effect”, *Social Forces*, v. 80, issue 2, pp. 655-681, December 2001.

DAL ROSSO, Sadi. “El tiempo de trabajo en América Latina y Caribe”. In: *Anales del III Congreso de ALAST*, Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, 3. Buenos Aires, 2000.

DEDECCA, Claudio Salvadori. “Reorganização das relações de trabalho no Brasil. A flexibilidade é a única alternativa?”. In: NETO, Antônio Moreira de & CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT (Instituto das Relações de Trabalho)/PUC-MG, 1998.

DILLI, Selin; CARMICHAEL, Sarah G. & RIJPMAN, Auke. “Introducing the historical gender equality index”, *Feminist Economics*, v. 25, n. 1, pp. 31–57, 2019.

FEDERICI, Silvia. “Notas sobre gênero em O Capital de Marx”, *Revista Democracia Socialista*, n. 6, São Paulo, Associação Caetés, outubro de 2017.

FERRANT, Gaëlle; PESANDO, Luca Maria & NOWACKA, Keiko. “Unpaid Care Work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes”, *OECD Development Centre*, December 2014.

FORNAZIER, Armando & OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. “O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos”, *Oikos*, v. 12, n. 10, pp. 87-111, 2013.

GIBB, Lygia Sabbag Fares & OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. “A desigualdade na distribuição do trabalho total no Brasil: a quem favorece?”, *Revista Pesquisa & Debate*, v. 26, n. 2 (48), pp. 87-104, São Paulo, setembro de 2015.

GIBB, Lygia Sabbag Fares. 2017. *A tendência de despadronização da jornada de trabalho: configuração no Brasil e impacto nas mulheres*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2017.

HERMANN, Christoph. *The Political Economy of Work Time: A theoretical, empirical, and historical account*. Tese de doutoramento. Universidade de Viena, 2012.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”, *CADERNOS de Pesquisa*, v. 37, n. 132, pp. 595-609, São Paulo, setembro/dezembro 2007.

ILO. *Women at Work Trends 2016*. International Labour Office, Geneva, 2016.

_____. *Global Wage Report 2018/2019*, 2018.

IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça - 4ª ed.* Instituto de Política Econômica Aplicada, Brasília: Ipea, 2011.

_____. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, n. 22. Instituto de Política Econômica Aplicada, Brasília: Ipea, 2014.

_____. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Instituto de Política Econômica Aplicada, 2015. Access in April 4 2017. <http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>

_____. *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Ipea, março de 2016.

MARX, Karl. *Capital*, v. I. England: Penguin, 1990.

_____. *Para a crítica da Economia Política: Manuscrito de 1861-1863 (Cadernos I a V) – Terceiro Capítulo. O capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

NOBRE, Miriam. "Trabalho doméstico e emprego doméstico". In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M. de; LIMA, M. E. B. & SOARES, V. *As relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, 2004.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. *Regulação estatal das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: uma crítica ao discurso da flexibilização e desregulamentação*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2013.

_____. *Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?* Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2019.

PNUD. *Human Development Report 2014*, 2014.

POCHMANN, Marcio. 2015. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

_____. *A grande sociedade – qual é o projeto de desenvolvimento para o Brasil do futuro?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

POLACHEK, Solomon Jun Xiang. "The Gender Pay Gap Across Countries: A Human Capital Approach", *IZA DP*, n. 8603, 2014.

ROSSI, Pedro & Guilherme MELLO. *Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha ré*. Nota do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – Instituto de Economia, Unicamp, n. 1, abril de 2017.

SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Ilmar Ferreira da; TERRAZAS, Marcelo; PRONI, Marcelo Weishaupt & POCHMANN, Marcio. "A jornada de trabalho no Brasil: o debate e as propostas". In: POSTHUMA, Anne Caroline. *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT, pp. 233-265.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. "O mercado de trabalho reitera relações desiguais que se constroem no âmbito das relações econômicas e sociais". In: FES (org.). *Classes? Que classes?* FPA, 105 a 124. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert, 2013.

ANTÔNIO ALBANO DE FREITAS

ALEXIS SALUDJIAN

EDUARDO COSTA PINTO

APONTAMENTOS ACERCA DA ORIGEM DO DEBATE
SOBRE HERANÇAS NA VISÃO DA ECONOMIA
POLÍTICA CLÁSSICA E DE MARX

Recebido em 09/03/2020

Aprovado em 16/06/2020

APONTAMENTOS ACERCA DA ORIGEM DO DEBATE SOBRE HERANÇAS NA VISÃO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA E DE MARX

Resumo

ANTÔNIO ALBANO DE FREITAS

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA).

Email: antonio.albanodefreitas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1473-8626>

ALEXIS SALUDJIAN

Professor do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA).

E-mail: saludjian@ie.ufrj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6115-1417>

EDUARDO COSTA PINTO

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA).

E-mail: eduardo.pinto@ie.ufrj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0617-1073>

A temática da herança na formação do patrimônio, e de sua influência na reprodução e concentração intergeracional da riqueza, tem ganhado destaque nos debates econômicos e políticos atuais. Contudo, boa parte dos envolvidos nessa querela contemporânea não conhece as origens dessa discussão. Diante disso, este artigo procura investigar a gênese do debate sobre heranças na perspectiva de importantes autores da Economia Política Clássica (parte constitutiva do liberalismo clássico) e na crítica elaborada por Karl Marx ao arcabouço liberal. Com tal intuito, em um primeiro momento discute-se o direito de herdar (legar) e sua tributação na tradição liberal clássica, sobretudo a partir de Adam Smith e Stuart Mill, buscando elementos de convergência desses pensadores com o debate liberal atual sobre a herança e sua tributação. Em seguida, é apresentada a perspectiva que se contrapõe às ideias da tradição liberal, indo além da questão da tributação sobre a herança, visto que, para esses autores radicais, sobretudo Karl Marx, o eixo central da transformação passaria, em verdade, pela abolição da herança e, acima de tudo, da propriedade privada.

Palavras-chave: heranças; História do Pensamento Econômico; desigualdade econômica intergeracional

Abstract

The inheritance issue in estate formation, and its influence on the reproduction and intergenerational concentration of wealth, has gained prominence in current economic and political debates. However, most of those involved in this contemporary quarrel do not know the origins of this debate. In this regard, this article aims to investigate the genesis of the debate about inheritances from the perspective of important authors of Classical Political Economy (a constitutive part of classical liberalism) and in the criticism elaborated by Karl Marx against the liberal framework. To this end, at first, we discuss the right to inherit (and bequeath) and its taxation in the classical liberal tradition, especially from the point of view of Adam Smith and Stuart Mill, looking for elements of convergence between these thinkers and the current liberal debate on inheritance and its taxation. Then, we analyze the perspective that opposes the ideas of the liberal tradition, going beyond inheritance taxation in that for these radical authors, especially Karl Marx, the key transformation point would be, in fact, the abolition of inheritances and, above all, private property.

Keywords: inheritance; History of Economic Thought; intergenerational economic inequality

JEL classification code: B12; B14; E24

I. Introdução

A temática da herança na formação do patrimônio tem ganhado destaque nos debates econômicos e políticos atuais, sobretudo após a crise de 2007/2008 e a constatação de que a concentração de rendimentos tem se acentuado no capitalismo contemporâneo. Tanto na eleição presidencial nos EUA (2020) quanto na França (2017), o aumento das desigualdades sociais e o aumento da riqueza/fortuna do 1% mais rico fez com que a discussão sobre a herança dos mais ricos fosse tema relevante da campanha eleitoral. Entretanto, poucos dos envolvidos nesse debate têm claro que as origens dessa questão estão na Economia Política Clássica e em sua principal crítica (a de Karl Marx).

Diante disso, este artigo procura investigar a gênese do debate sobre heranças na perspectiva de importantes autores da Economia Política Clássica (sobretudo Smith e Mill), a qual é parte constitutiva do liberalismo clássico, e na perspectiva da crítica da Economia Política de Marx.

Não se pretende aqui apresentar de maneira exaustiva o debate sobre heranças na teoria econômica ao longo da história, mas apenas mostrar elementos de convergência entre as ideias originárias da discussão sobre heranças (e sua tributação), e alguns dos debates atuais sobre essa temática.

Para tal intento, este artigo está dividido em mais três seções além desta introdução. Na segunda, discute-se o direito de herdar na tradição liberal clássica. As ideias e narrativa de autores clássicos, tais como Adam Smith e John Stuart Mill, são, portanto, investigadas. Além disso, discute-se como parte das ideias destes autores liberais estão presentes no debate atual. Na terceira seção é apresentada a perspectiva que se contrapõe às ideias da tradição liberal. Neste tópico, procura-se ir além da tributação sobre heranças, visto que, para esses autores radicais, sobretudo Karl Marx, o eixo central da transformação passaria pela abolição da herança e, acima de tudo, da propriedade privada. Cabe observar que na discussão sobre os autores radicais utilizamos um texto curto, pouco divulgado e debatido de Marx sobre

heranças, intitulado *The right of inheritance* e escrito em 1869. Por fim, na quarta seção, tecem-se algumas conclusões.

2. Sobre o direito de legar (herdar): a visão da Economia Política Clássica¹ como parte constitutiva da tradição liberal

A necessidade de legar e, sobretudo, o direito de legar nem sempre se fizeram presentes na história da humanidade. Em realidade, de acordo com Smith (2004), em quase todos os territórios pelos quais se têm registros, a sucessão testamentária foi introduzida muito depois da sucessão *ab intestato* (isto é, aquela sucessão sem testamento). Em suas *Lectures on Jurisprudence*, escritas entre 1762 e 1763, Adam Smith (1723-1790), por exemplo, aponta que na Tartária e em países da costa da África no século XVIII certas regras de sucessão aconteciam sem que a noção de um testamento estivesse presente nestas sociedades (SMITH, 2004)².

Entre os primeiros romanos, por sua vez, os testamentos eram desconhecidos, e foram, primeiramente, introduzidos pelas *Leges Duodecim Tabularum* (Leis das Doze Tábuas). Antes disso, aquele que não tivesse herdeiros não poderia legar o seu patrimônio. De maneira análoga, foi Sólon o autor da sucessão testamentária entre os atenienses (*ibidem*, p. 73).

Na Era dos caçadores não havia sucessão na medida em que não havia propriedade privada. Pequenos utensílios como arcos e outros itens eram enterrados juntamente com o falecido. Séculos mais tarde, na era dos pastores, crianças e familiares viviam juntos e os bens do chefe da família eram sustentados pelo trabalho conjunto de todos os membros da família. E embora o chefe de família tivesse o privilégio de alienar esses bens durante o seu tempo de vida, ele não o tinha no momento de sua morte. Todos

¹ Cabe observar que os termos “Economia Política Clássica” e “tradição liberal clássica” não são expressões intercambiáveis, mas, sim, que a Economia Política Clássica é parte constitutiva da tradição liberal clássica. Nesse sentido, a partir da tradição liberal, foram selecionados alguns economistas políticos clássicos como importantes precursores na discussão sobre heranças. Por não outra razão, autores tais como Locke, Hume, Bentham, dentre outros, não foram selecionados.

² O material de *Lectures on Jurisprudence* foi redigido pelos alunos de Adam Smith a partir de suas aulas ministradas na Universidade de Glasgow entre 1762 e 1763.

os membros da família tomavam posse de uma proporção igualitária, sem distinção relativa a sexo.

Foi a partir do momento em que a sociedade se tornou predominantemente agrícola que a ideia de propriedade teve ampla extensão. A propriedade da terra, por sinal, não passava na cabeça de caçadores e pastores. “*An Arab or a Tartar will drive his flocks over an immense country without supposing a single grain of sand in it his own*” (*ibidem*, p. 473). Nesse sentido, adesão, prescrição e sucessão foram extensões da ideia de propriedade que não ocorreriam a membros de uma sociedade pré-agrária. De acordo com Smith, muitas das normas de herança seriam estranhas e tenderam a gerar tortuosas justificativas dos filósofos do direito. Isto é, em muitas questões o autor escocês admite que as leis de propriedade responderam a circunstâncias, necessidades e tradições sociais e históricas, e não a leis básicas da natureza.

O debate sobre a herança, e sua abolição, é um tema fortemente presente em programas socialistas, desde as ideias de Gracchus Babeuf no último quarto do século XVIII até Marx e Engels, com *O Manifesto Comunista* em 1848. Entretanto, deve ser lembrado que esta proposição não é intrinsecamente socialista. Basta lembrar que a Revolução Estadunidense (1776) e a Revolução Francesa (1789) se valeram de princípios liberais, como a ética do trabalho e do esforço próprio, para atacar os privilégios hereditários recebidos pela aristocracia e a nobreza, sem se distanciar da defesa da propriedade privada.

Para a corrente liberal clássica, leis e uma legislação liberal seriam de suma importância para ditar as regras sociais e assegurar o direito individual e a propriedade privada. Em uma passagem de *Lectures on Jurisprudence* Adam Smith aponta que:

Laws and government may be considered in this and indeed in every case as a combination of the rich to oppress the poor, and preserve to themselves the inequality of the goods which would otherwise be soon destroyed by the attacks of the poor; who if not hindered by the government would soon reduce the others to an equality with themselves by open violence. (ibidem, p. 192)

E embora Adam Smith não tenha feito uma análise detalhada acerca da tributação de heranças e doações, o autor, como interpreta Samuel Fleischacker em seu livro *On Adam Smith's Wealth of Nations* (2004, p. 198), instigou seus leitores a, no mínimo, indagar por uma drástica redução no direito de herdar.

De acordo com Smith, a sucessão testamentária seria uma das maiores extensões do conceito de propriedade e “*there is no point more difficult to account for than the right we conceive men to have to dispose of their good safter their death*” (SMITH, 2004, p. 90).

O autor colocou a questão nos seguintes termos: se a pessoa que vem a falecer não transferiu sua propriedade antes da morte, como pode ela transferir depois do seu falecimento? Após a morte, o indivíduo não tem direito de propriedade. Então, como pode transferir este direito a outra pessoa? Para Adam Smith, tamanha era a dificuldade da questão, que chegou a conduzir o filósofo e jurista alemão Samuel Puffendorf a recorrer à imortalidade da alma no seu argumento (*ibidem*, p. 90).

Smith, todavia, esteve longe de ser um radical. Se, por um lado, o autor abordou o período da morte como algo bastante delicado, em que o respeito e a reverência, fariam com que se procurasse cumprir o desejo do falecido acima de tudo, por outro, sugeriu que a piedade em relação ao morto seria um princípio irracional e que não deveria ser tolerado eternamente (*ibidem*, p. 91). E embora o autor tenha se preocupado que um tributo sobre a transferência da propriedade do morto ao vivo pudesse dificultar financeiramente a vida do herdeiro (muitas vezes menor de idade ou já em condições precárias)³, Smith nunca deu a entender em seus escritos que o

³ Conforme Smith expõe, no capítulo II do livro V de sua obra *A riqueza das nações*: “*Para os filhos que vivem com o pai na mesma casa, sua morte raramente acarreta para eles um aumento de renda, senão que em muitos casos gera uma redução, devido à perda de sua atividade, de seu cargo ou de alguma renda vitalícia sobre bens, à qual eventualmente tinha direito. Seria cruel e opressivo o imposto que agravasse a perda sofrida pelos filhos, privando-os de alguma parte de sua herança.* Todavia, pode às vezes ser diferente o caso daqueles filhos que, na linguagem do Direito romano se denominam emancipados, e que na linguagem do Direito escocês são denominados egressos da família, isto é, que já receberam sua parte, constituíram sua própria família e são sustentados com fundos diferentes e independentes dos de seu pai. Qualquer parcela da sucessão paterna que adviesse a tais filhos constituiria um acréscimo real à fortuna deles, podendo, pois, possivelmente estar sujeitos a alguma taxa, sem que houvesse outro inconveniente além do que acarretam todos os impostos desse tipo” (SMITH, 1988, p. 126; grifos nossos).

imposto sobre propriedade fosse inerentemente injusto, ou que as pessoas tivessem o direito natural de passar os seus bens aos seus filhos, ou, ainda, que essas crianças tivessem qualquer direito natural em adquirir o que pertenceu aos seus pais.

O fato é que Smith pavimentou o caminho para que muitos de seus estudiosos e admiradores pudessem interrogar a legitimidade do direito de herdar de maneira mais convicta. Thomas Jefferson, por exemplo, um dos Founding Fathers dos EUA, e que certa vez classificara *A riqueza das nações* como o melhor livro existente de economia política⁴, questionando se todos os privilégios hereditários deveriam ser abolidos, afirmou: “*I suppose to be self evident, that the earth belongs in usufruct to the living: that the dead have neither powers nor rights over it. The portion occupied by any individual ceases to be his when himself ceases to be, and reverts to the society*”⁵. Tal frase poderia ser facilmente confundida com a seguinte passagem de Adam Smith: “*A power to dispose of estates for ever is manifestly absurd. The earth and the fulness of it belongs to every generation, and the preceding one can have no right to bind it up from posterity. Such extension of property is quite unnatural*” (SMITH, 2004, p. 479).

Thomas Paine, autoproclamado um discípulo de Smith, em seu livro *Rights of Man* [1791] e *Justiça agrária* [1797], também caminhou nessa direção. Para o autor, a propriedade fundiária seria uma afronta ao direito natural de cada geração em usufruir da terra. Apoiou, então, uma renda da terra – uma espécie de imposto sobre heranças – no momento de transmissão da propriedade, sendo este dinheiro coletado distribuído a todos os cidadãos com 21 anos de idade, como forma de

⁴ Frase de Thomas Jefferson em carta a Thomas Mann Randolph, em 30/05/1790. Carta disponível online em: <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-16-02-0264>

⁵ Frase de Thomas Jefferson em carta a James Madison em 06/09/1789. Disponível online em: <http://founders.archives.gov/?q=Correspondent%3A%22Madison%2C%20James%22%20Correspondent%3A%22Jefferson%2C%20Thomas%22&s=1111311111&r=294>

compensar a perda da sua herança natural pela introdução do sistema de propriedade fundiária⁶.

No escopo de um governo liberal, a tributação ideal tem influência, até os dias de hoje, dos quatro princípios delineados por Smith em *A riqueza das nações* (BATHIA, 2018). Dentre estes quatro princípios clássicos, dois merecem, aqui, ser destacados:

1) Os súditos de cada Estado devem contribuir para a manutenção do governo, na medida máxima possível, proporcionalmente às suas capacidades respectivas, isto é, em proporção com a renda de que desfrutam, sob a proteção do Estado. Na observância ou no não cumprimento dessa máxima consiste o que se denomina igualdade ou desigualdade da tributação.

2) O imposto que cada indivíduo está obrigado a pagar deve ser certo, e não arbitrário. A data do pagamento, a forma de pagar, o montante a pagar, tudo isso deve ser claro e simples para o contribuinte e para qualquer outra pessoa. Onde não é assim, toda pessoa sujeita ao imposto está exposta, em grau maior ou menor, ao poder do coletor, o qual pode agravar o imposto sobre qualquer contribuinte que lhe for antipático ou então extorquir, por medo de tal agravação, algum presente ou gratificação para si mesmo. A incerteza da tributação estimula a insolência e favorece a corrupção em uma categoria de pessoas que são impopulares, mesmo quando na realidade não forem nem insolentes nem corruptas. A certeza daquilo que cada indivíduo deve pagar é, em matéria de tributação, de tal relevância, que um grau muito elevado de desigualdade – como se deduz, acredito, da experiência de todas as nações – não representa, nem de longe, um mal tão grande quanto um grau muito pequeno de incerteza. (SMITH, 1988, pp. 99-100)

⁶ De acordo com Paine, toda pessoa, ao chegar à idade de 21 anos, deveria receber a quantia de quinze libras esterlinas. Lindert e Williamson (1983) estimam que essas quinze libras seriam equivalentes a cerca de metade dos rendimentos anuais de um trabalhador rural na Inglaterra e no País de Gales em 1797. Para uma descrição das ideias de Paine, ver a análise disponível no site da *U.S. Social Security Administration* sob o título de *Social Insurance History* (disponível online em: <https://www.ssa.gov/history/paine4.html>). Esse debate, ademais, ganhou um novo desdobramento com a publicação do último livro de Thomas Piketty, *Capital e ideologia* (2019). Nele, Piketty propõe que todo cidadão francês receba 120.000 Euros aos 25 anos de idade. O financiamento dessa medida far-se-ia pela tributação sobre fortunas e heranças, a qual veio a ser reduzida pelo governo do presidente Emmanuel Macron desde sua chegada à presidência francesa em maio de 2017.

Jean-Baptiste Say, autoproclamado o melhor divulgador de Adam Smith, chega a discutir rapidamente sobre heranças em um debate por cartas com Thomas Malthus⁷. Say vê na herança um risco de depreciação entre herdeiros para a riqueza acumulada por um capitalista após a sua morte, mas se preocupa mais, fiel ao seu liberalismo econômico, com qualquer tipo de tributação sobre heranças por parte do Estado.

Em verdade, esta já era uma preocupação presente em Adam Smith⁸, e que posteriormente fora reforçada também por David Ricardo. Assim como o autor escocês, Ricardo temia que um imposto sobre heranças reduzisse o estoque de capital do país, conseqüentemente afetando o emprego de mão-de obra (trabalho produtivo) e o processo de crescimento e acumulação de capital. Na passagem abaixo, de seu *Princípios de economia política e tributação*, de 1817, o economista britânico expõe sua visão detalhadamente:

Não há imposto que não tenda a reduzir o ímpeto da acumulação. Todos os impostos incidem sobre o capital ou sobre o rendimento. Se recaírem sobre o capital, eles reduzirão proporcionalmente o fundo cujo volume regula o crescimento das atividades produtivas de um país. Se incidirem no rendimento, eles reduzirão a acumulação ou forçarão os contribuintes a poupar o montante do imposto, realizando uma redução correspondente no seu anterior consumo improdutivo de bens de primeira necessidade e de luxo. Alguns impostos produzirão tais efeitos em grau muito maior do que outros; mas o grande defeito dos impostos não consiste tanto na seleção dos produtos sobre os quais incidem, como na magnitude total de seus efeitos considerados conjuntamente. Um imposto não é necessariamente um imposto sobre o capital por incidir sobre ele, nem sobre o rendimento por incidir sobre este. Se, sobre meu rendimento de 1000 libras por ano,

⁷ “Many accumulations are also stopped at the decease of the proprietor. An estate is divided amongst the heirs and legatees, whose situation is different from that of the deceased, and who often dissipate part of the inheritance instead of increasing it. That portion which the fiscal department seizes, is very sure to be dissipated, for the state does not employ it reproductively” (SAY, 1967, p. 41).

⁸ “Todas as taxas sobre a transferência de propriedade de qualquer espécie, na medida em que reduzem o valor-capital da referida propriedade, tendem a fazer diminuir os fundos destinados à manutenção de mão-de-obra produtiva. São todas as taxas mais ou menos improficuas, que aumentam a receita do soberano, o qual raramente mantém outra mão-de-obra que não a improdutiva; aliás, às custas do capital da população, que só mantém mão-de-obra-produtiva” (SMITH, 1988, p.129).

sou obrigado a pagar 100 libras, e se gastar somente as 900 libras restantes, o imposto recairá efetivamente sobre o meu rendimento; mas será um imposto sobre o capital se eu continuar a gastar 1000 libras. O capital de onde retiro o rendimento de 1000 libras pode equivaler a 10 mil. Um imposto de 1% sobre esse capital seria igual a 100 libras; mas o meu capital não seria afetado se, depois de pagar este imposto, me contentasse com uma despesa de 900 libras. O desejo que todo homem tem de manter sua posição social e conservar sua riqueza no nível mais elevado faz com que a maioria dos impostos seja paga com os rendimentos, quer sejam lançados sobre o capital quer sobre a renda. Portanto, à medida que aumentem os impostos ou cresçam as despesas governamentais, os desfrutos anuais da população devem diminuir, a menos que seja possível aumentar o capital e o rendimento na mesma proporção. A política governamental deve encorajar essa atitude da população e nunca lançar impostos que inevitavelmente atinjam o capital, pois, se isso acontecer, o fundo de manutenção do trabalho será enfraquecido, e em consequência a produção futura do país diminuirá. Na Inglaterra essa política tem sido negligenciada na tributação sobre as legitimações de testamentos, no imposto sobre heranças e em todos os impostos que afetam a transferência de propriedade dos mortos para os vivos. Se uma herança de 1000 libras estiver sujeita a um imposto de 100 libras, o herdeiro considerará sua herança como valendo apenas 900 libras, e não terá nenhum motivo especial para poupar as 100 libras de impostos de suas despesas, e assim o capital do país diminuirá. Mas, se ele recebesse realmente 1000 libras e fosse obrigado a pagar 100 libras como imposto sobre seus rendimentos, sobre o vinho, os cavalos ou sobre os empregados, a sua despesa provavelmente diminuiria, ou melhor, ela não aumentaria nesse montante e o capital do país não seria afetado. (RICARDO, 1996, pp. 110-111)

A partir dos princípios de Adam Smith, John Stuart Mill (1806-1873), outro bastião do liberalismo clássico, em seus *Princípios de economia política* (publicado em 1848), defendeu a igualdade como norma em matéria de tributação. De acordo com este último autor, se fosse imposto a uma pessoa uma tributação menor do que aquela que por justiça lhe caberia, uma outra pessoa teria que arcar com mais do que lhe tocava, e *coeteris paribus*, o alívio da primeira não seria um bem tão grande para ela, quanto seria um mal a maior pressão exercida sobre a segunda. Por tais razões, em Mill, a

igualdade de tributação, como máxima de política, significava igualdade de sacrifício (MILL, 1988, p. 146).

Partindo, portanto da máxima que se deve exigir sacrifícios iguais de todos, temos que perguntar agora se isso se consegue realmente, fazendo com que cada um contribua com a mesma percentagem sobre seus recursos financeiros. Muitos dizem que não, afirmando que a décima parte, em se tratando de uma *renda* pequena, representa um ônus maior do que 1/10, tirado de uma renda muito maior. [...] Com base na melhor análise que sou capaz de fazer desse problema, parece-me que a parte de verdade que essa doutrina encerra provém sobretudo da diferença entre um imposto que se pode pagar, em vez de gastar com artigos de luxo, e um imposto que incide, por menor que seja, sobre os artigos de primeira necessidade. [...] A maneira de reparar essas desigualdades de ônus, que parece ser a mais equitativa, é a recomendada por Bentham: isentar de tributo determinado mínimo de renda, suficiente para garantir o indispensável para a subsistência. Suponhamos que 50 libras por ano sejam suficientes para proporcionar ao número de pessoas normalmente sustentadas com uma única renda o necessário para viver com saúde, e a proteção contra o sofrimento corporal habitual, mas não comodidades ou luxos. Esse teria que ser então o citado mínimo, e as rendas que passassem disto deveriam pagar imposto não sobre o montante total, mas apenas sobre o que ultrapassasse esse mínimo. [...] Cada um pagaria então uma percentagem fixa não sobre o montante total dos seus rendimentos, mas sobre o supérfluo. Uma renda que não ultrapasse 50 libras não deveria ser tributada nem diretamente nem por meio de impostos sobre artigos de primeira necessidade. (*ibidem*, p.148)

Em se tratando de imposto de renda, portanto, Mill advogava uma isenção para valores até um mínimo que garantisse uma subsistência de vida, e a partir daí uma tributação via alíquota fixa, independentemente do tamanho da renda.

Em relação à herança, todavia, Stuart Mill tinha princípios peculiares e, até certo ponto, distintos aos seus referentes à renda. De antemão, é interessante notar que ele reconheceu a influência da herança na distribuição de recursos temporalmente. O que fica claro na seguinte passagem:

Se alguém alegar – como se pode efetivamente afirmar com verdade – que aqueles que herdaram as poupanças de outros desfrutaram de uma vantagem que possivelmente de maneira alguma mereceram, em relação às pessoas trabalhadoras cujos predecessores não lhes deixaram nada, direi o seguinte: não somente admito, mas até defendo vigorosamente, que essa vantagem imerecida deve ser limitada, na medida em que se conciliar com a justiça, àqueles que acharam conveniente dispor de suas poupanças dando-as a seus descendentes. (*ibidem*, p. 184)

Em termos gerais, o autor alegava a liberdade dos indivíduos de doar em testamento, porém limitada a duas coisas. Em primeiro lugar, caso houvesse descendentes incapazes de prover a si mesmos (e que, por consequência, constituiriam um peso ao Estado), deveria ser reservado, do valor da propriedade, em benefício deles, o equivalente a tudo aquilo que o Estado os disponibilizaria. Em segundo, a nenhuma pessoa deveria ser permitida receber mais do que um montante necessário para uma subsistência independente razoável. E em caso de falecimento sem a observância de testamento, toda a propriedade deveria ser retornada ao Estado, o qual deveria ser obrigado a destinar uma provisão razoável para os descendentes do falecido. Para o intelectual do século XIX, ademais, não deveria ser reconhecido direito algum a parentes em linha colateral, e a propriedade daqueles sem descendentes nem ascendentes, e que não tivessem realizado testamento, deveria ser de posse do Estado (*ibidem*, pp. 213-214).

Aqui um parêntese interessante, que sinaliza, tal como indicamos na introdução, a relevância dessa questão na atualidade, pois se Mill nunca estipulou o *quanto* deveria ser esse montante necessário para uma subsistência independente razoável, Haslett o fez. Haslett (1997, p. 216), em verdade, propôs uma quota de herança ao longo da vida, ao invés de um imposto sobre heranças. Essa quota seria estimada, para um dado país, numa quantia em torno do valor médio do patrimônio de todas as pessoas, no determinado país, que viessem a falecer com mais de 21 anos. No ano de 1997, por exemplo, Haslett sugeriu que essa quota fosse de US\$ 100.000 nos Estados Unidos. Uma referência alternativa para essa quota seria o valor médio do

patrimônio líquido de todos os indivíduos acima de 25 anos de um país. Para o caso do Brasil, como aproximação, poder-se-ia utilizar os dados disponibilizados pela Receita Federal como parâmetro. Em 2013, no universo dos declarantes de imposto de renda, o patrimônio líquido médio foi de R\$ 200.667,92. Ou seja, esse seria o valor limite permissível a uma pessoa adquirir por herança, legado ou doação.

Retornando ao arcabouço teórico de Stuart Mill, percebe-se, portanto, uma nítida distinção entre o direito de doação testamentária, parte do conceito de propriedade privada, e o direito à herança, que não faz parte do conceito de propriedade. A propriedade de alguma coisa implica que o indivíduo que a possui tem o direito de dá-la a qualquer outra pessoa, e a esta outra pessoa cabe o direito de recebê-la ou não. Esta outra pessoa, contudo, *a priori* não tem o direito de receber a herança independentemente da vontade do proprietário. “Que a propriedade de pessoas que não efetuaram transmissão dela durante sua vida passe, primeiro, a seus filhos, e na falta deles, aos parentes mais próximos, pode ou não ser um dispositivo adequado, mas de qualquer forma não é uma consequência do próprio princípio da propriedade privada” (MILL, 1988, p. 185)⁹.

Alguns autores, ao final do século XIX e ao longo do século XX, debateram a limitação do direito de legar. Nozick (1990), por exemplo, sugeriu que o direito de legar um item não fosse transferível, assim como o direito de votar não é transferível. Para esse autor, a transmissão deveria ser limitada a apenas um momento, e não poderia ser repetida, tendo em vista que não seria justo passar via herança aquilo que não se conquistou por esforço próprio. Eugenio Rignano [1901; 1923], analogamente, propôs limitar o direito de legar de acordo com a origem ou idade da propriedade envolvida, isto é, quanto maior o número de transferências que uma propriedade tivesse sofrido, menor seria o poder do proprietário em dispor dela por testamento. Isso porque a taxa de tributação da herança cobrada

⁹ Para maiores detalhes sobre como a herança foi vista na história do pensamento econômico, ver Erreygers (1997).

a cada transferência da propriedade aumentaria de acordo com o número de transferências, e após um número limitado de transferências alcançaria 100%. Assim, distinguir-se-iam a poupança própria do falecido (zero de transferências), os bens e o dinheiro pelos quais o falecido herdou de outras pessoas e que advieram da própria poupança dessas outras pessoas (uma transferência), os bens e o dinheiro dos quais o falecido herdou e que advieram de outras pessoas também por meio de herança (duas transferências) e assim sucessivamente. O industrial belga Ernest Solvay [1897] também propôs algo similar, isto é, que o imposto sobre heranças se tornasse progressivo com o número de gerações entre o criador original da propriedade e o seu atual proprietário. Pioneiramente, François Huet [1853], na sua ideia de socialismo cristão, propunha mudar os direitos de propriedade de acordo com a distinção entre a propriedade criada e a propriedade herdada. A propriedade que tivesse sido acumulada pelo próprio proprietário poderia ser legada livremente. Porém, a propriedade herdada deveria ser confiscada pelo Estado quando o proprietário falecesse (ERREYGERS, 1997). A intenção do autor era que tudo que fosse confiscado pelo Estado, em um dado ano, fosse distribuído entre os jovens de uma certa idade, de modo que dispusessem de uma quantia básica de riqueza no início de suas carreiras, tal como a proposta de Piketty (2019) em seu último livro.

Voltemos novamente a Stuart Mill, o qual afirmava que a acepção do conceito de propriedade, ao longo do tempo, mudou totalmente da concepção que se tem hoje (em sua época). Na antiguidade, diz o autor, a passagem de propriedade de uma pessoa falecida a seus filhos, e parentes mais próximos, dava-se de maneira tão natural que nem surgia a ideia de outro concorrer a ela, sendo o legado testamentário, por exemplo, raramente necessário e/ou reconhecido. Isso porque os herdeiros costumavam estar presentes no lugar (na posse) – já eram de alguma forma condôminos da propriedade do falecido etc. A definição de propriedade, em síntese, estava muito mais ligada à família do que a um indivíduo. Acontece que essa tradição, objeto mais de sentimento do que de raciocínio, implicou uma influência tamanha na mente das pessoas que se criou a ideia de um direito inerente dos filhos às

posses de seu ascendente – direito que nem o próprio ascendente teria poder de anular. Na terminologia moderna, no entanto, a propriedade estaria inerente a indivíduos e não mais a famílias. Isto é, filhos, quando adultos, não sucedem à fortuna dos pais, e se participam dos recursos pecuniários dos pais é por exclusiva vontade destes, sendo permitido, inclusive, o poder dos pais em deserdar seus filhos e deixar suas posses a estranhos (MILL, 1988, pp. 185-186).

Um ponto ímpar na análise de Mill referia-se à prescrição de uma propriedade, ao direito de propriedade. Para o autor, mesmo em situações de aquisição ilegítima, decorrido um tempo razoável sem contestação, dever-se-ia legitimar o direito pleno àqueles que a usufruísem no período atual. Assim, afirma o autor:

Sem dúvida, segundo o conceito fundamental de propriedade, não se deve tratar como propriedade nada que tenha sido adquirido mediante força ou fraude, ou de que alguém se tenha apropriado ignorando a existência de um direito anterior, pertencente a alguma outra pessoa; entretanto, é necessário, para a segurança dos proprietários legítimos, que não sejam molestados com acusações de aquisição ilegítima quando pelo decurso do tempo, as testemunhas devem ter falecido ou então ter sido perdidas de vista, e não for mais possível esclarecer a natureza real da transação. A posse que não foi legalmente contestada dentro de um razoável número de anos deve ser – como o é pelas leis de todas as nações – um título de propriedade plena. Mesmo nos casos em que a aquisição tenha sido ilegítima, a desapropriação, depois de passar uma geração, dos que são provavelmente donos de boa-fé, ressuscitando assim um direito que por muito tempo não foi reclamado, geralmente constituiria uma injustiça maior – e quase sempre um dano privado e público maior – do que deixar de reparar a injustiça original. (*ibidem*, p. 184)

Trata-se de um posicionamento, em certa medida, pragmático do autor, o qual apresentou várias obras “reformistas” sobre a questão do Estado e do bem-estar social ao final de sua vida, a fim de manter em ordem o estado de direito, função primordial na visão do capitalismo liberal clássico.

Logicamente, no entanto, tal estrutura entra em colisão com autores como Marx, como veremos na terceira parte deste artigo, o qual enxergava na acumulação primitiva¹⁰ uma característica importante do desenvolvimento capitalista e na propriedade privada dos meios de produção uma relação fundamental no complexo sistema de classes e camadas sociais. Mas não apenas. Basta destacar a conhecida passagem de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, publicado em 1755, para problematizar o sentido da propriedade em Mill.

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer “isto é meu”, e encontrou pessoas bastante simples para acreditá-lo, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!”. Parece, porém, que as coisas já tinham chegado ao ponto de não mais poder ficar como estavam, porque essa ideia de propriedade, dependendo muito de ideias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de repente no espírito humano. Foi preciso fazer muitos progressos, adquirir muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de idade em idade, antes de chegar a esse último termo do estado de natureza. (ROUSSEAU, 1999, p. 87)

Não obstante tal controvérsia, é importante não perder de vista a relação de Mill com a tributação de heranças, pois se é verdade que o autor aconselha um imposto com alíquotas fixas para a tributação da *renda* (um imposto

¹⁰ No capítulo XXIV do livro *O Capital*, Marx (1983) desenvolve o termo acumulação primitiva para designar o processo histórico real através do qual a classe operária sem propriedades e a classe capitalista foram criadas. Contestando a escola liberal clássica, a qual afirmava que o capital era criado pela abstinência, como fonte original da acumulação, Marx dizia que a abstinência só poderia levar à acumulação do capital se já existissem relações capitalistas de produção. Sendo assim, as origens do capitalismo encontravam-se na transformação das relações de produção, principalmente no campo, e para essa mudança desempenharam, de fato, papel fundamental a conquista, a escravização, o roubo, o assassinato etc. Portanto, medidas pouco civilizadas, muitas vezes utilizando-se da violência, foram fundamentais, como, por exemplo, no regime de cercamento dos campos, na expulsão das populações agrárias, nas colônias, nas cruzadas de extermínio, na escravização e no sepultamento da população aborígine nas minas, no saque das Índias Orientais e na transformação da África em campo de caça de escravos.

proporcional), no caso de legados e heranças ele admite, no mínimo, a conveniência de se utilizar alíquotas progressivas. Na extensa, porém essencial, passagem abaixo, Stuart Mill esclarece o núcleo de seu pensamento:

Tanto na Inglaterra como na Europa continental, tem-se defendido um imposto gradual sobre a propriedade (o imposto progressivo), com base no fundamento declarado de que o Estado deve utilizar o instrumento da tributação como meio de suavizar as desigualdades de riqueza. Tenho o mesmo desejo que qualquer outro de que se empreguem meios para diminuir essas desigualdades, mas não de forma a aliviar o perdulário à custa daqueles que são prudentes. Taxar as rendas mais altas em uma percentagem maior do que as rendas menores significa impor um tributo à iniciativa e à parcimônia, impor uma penalidade a pessoas por terem trabalhado mais duro e economizado mais do que seus vizinhos. O que se deve restringir, para o bem público, não são as fortunas ganhas merecidamente com o trabalho, mas as que não são ganhas com o trabalho. Uma legislação justa e sábia se absteria de incentivar a dissipação daquilo que se ganhou com o trabalho honesto, incentivando, sim a poupar o que se ganhou dessa forma. A imparcialidade entre concorrentes consistiria em procurar fazer com que todos eles possam começar com as mesmas chances, e não em impor um peso às pessoas ativas, para diminuir a distância entre elas e as vagarosas ou menos diligentes. Sem dúvida, muitos fracassam, embora façam esforços maiores do que aqueles que atingem sucesso com esforços menores – não por diferença de mérito, mas por diferença de oportunidades; entretanto, caso se fizesse tudo aquilo que um bom governo poderia fazer, por meio da instrução e das leis, para diminuir essa desigualdade de oportunidades, as diferenças de fortuna decorrentes dos méritos das próprias pessoas não poderiam com justiça gerar melindres. *Em relação às grandes fortunas adquiridas por doação ou herança, o poder de legá-las em testamento é um daqueles privilégios inerentes à propriedade que o governo tem o poder de regulamentar, visando ao bem público; aliás, já sugeri, como um dos modos possíveis para limitar a acumulação de grandes fortunas nas mãos daqueles que não as ganharam com o trabalho próprio, uma limitação do montante que se deveria permitir a toda pessoa adquirir por doação, legado ou herança.* Independentemente disso, bem como da proposta de Bentham de que se deve abolir a herança em linha colateral em caso de não ser legada

por testamento – devendo essa propriedade caber ao Estado –, *entendo que as heranças e legados que excederem determinado montante são itens altamente adequados para tributação; entendo também que a receita proveniente dessas fontes deve ser tão grande quanto possível, sem dar origem à sonegação, por meio de doação entre vivos ou ocultamento de propriedade, impossível de impedir adequadamente. Quanto ao princípio da tributação progressiva, isto é, de cobrar uma percentagem maior sobre uma quantia maior, embora sua aplicação seja, em meu entender, contestável, ela me parece justa e conveniente quando se trata de impostos sobre legados e heranças.* (MILL, 1988, pp. 149-150; grifos nossos)

O norteamento liberal clássico, então, se por um lado assegura o direito à propriedade privada (em contraposição à expropriação), por outro, trata de limitar, sobretudo via tributação, o poder de transmissão da riqueza entre gerações. Dentre os economistas contemporâneos, Thomas Piketty, no seu livro *O Capital no século XXI*, apresenta uma passagem que se aproxima dessa visão. Ainda que o autor francês se utilize do instrumental teórico neoclássico (cronologicamente posterior e com marco analítico distinto), convém destacar o seguinte trecho, quando Piketty descreve por que, ao longo do período entreguerras, os países avançados começaram a validar alíquotas máximas relativas ao imposto sobre heranças de 70-80%:

No fim das contas, trata-se de acabar com esse tipo de renda ou de patrimônio, julgados pelo legislador como socialmente excessivos e estéreis para a economia, ou no mínimo de tornar muito custoso mantê-lo em tal nível a fim de desencorajar fortemente sua perpetuação. Ao mesmo tempo, não se trata de uma interdição absoluta ou de uma expropriação. O imposto progressivo constitui sempre um método mais ou menos liberal para se reduzir as desigualdades, pois respeita a livre concorrência e a propriedade privada, enquanto modifica os incentivos privados, às vezes radicalmente, mas sempre de modo previsível e contínuo, segundo regras fixadas com antecedência e debatidas de maneira democrática, no contexto de um Estado de direito. O imposto progressivo exprime de certa forma um compromisso

ideal entre justiça social e liberdade individual. (PIKETTY, 2014, p. 492)¹¹

O economista britânico Anthony Atkinson, em seu último livro, denominado *Desigualdade: o que pode ser feito*, também se aproxima dessa visão, quando afirma que:

A herança é tipicamente vista como um dos mecanismos pelo qual os mais ricos podem preservar sua posição no topo da distribuição, mas não há nada de errado com ela intrinsecamente. O problema é que a herança é muito desigual. Se todos herdassem a mesma quantia, as condições de igualdade seriam niveladas. Um passo nessa direção é garantir que todos recebam uma herança mínima [...]. (ATKINSON, 2015, pp. 210-211)

Atkinson propõe, então, uma tributação progressiva sobre o imposto de heranças com alíquotas marginais máximas podendo superar 65%. Na formulação do autor, pensada sobretudo para o caso do Reino Unido, a arrecadação com o imposto sucessório permitiria financiar a cada jovem que atingisse 18 anos uma dotação inicial de capital da ordem de £10 mil.

Feitas essas considerações, partir-se-á para a análise de abordagens mais radicais no que tange a essa relação entre abolição da herança, direito à propriedade privada e tributação.

3. Perspectiva radical: pela abolição da herança e, acima de tudo, da propriedade privada

Dentre as perspectivas mais radicais, a abolição da herança foi descrita, por exemplo, n' *O Manifesto Comunista* escrito por Marx e Engels e publicado em 1848. Ali, os autores propunham como primeira etapa da revolução operária a progressiva centralização dos instrumentos de produção nas mãos do Estado.

¹¹ Embora Piketty (2014) coloque de volta ao centro do debate elementos históricos e distributivos, e que na passagem mencionada acima possa se arrolar que o autor perpassa elementos que foram levantados pelos economistas políticos clássicos, não se pode perder de vista que Piketty se baseia em pressupostos neoclássicos, tais como a adoção de uma função de produção agregada neoclássica, dentre outros. Foge ao escopo deste artigo, contudo, apontar as insuficiências e incoerências teóricas de Piketty. Para uma crítica ao trabalho deste último, a partir de uma abordagem marxista, ver Varoufakis (2014) e Marques e Leite (2016).

[...] a primeira etapa da revolução operária é erguer o proletariado à posição de classe dominante, à conquista da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, centralizando os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rápido possível o total das forças produtivas.

Naturalmente, no princípio isso só poderá realizar-se por uma violação despótica dos direitos de propriedade e das relações burguesas de produção, isto é, por medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas, acarretarão novas modificações na antiga ordem social e serão indispensáveis para transformar radicalmente o modo de produção.

É claro que tais medidas assumirão formas diferentes nos diversos países.

Nos países mais adiantados, no entanto, as seguintes medidas poderão ser postas em prática.

- 1) Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado.
- 2) Imposto fortemente progressivo.
- 3) *Abolição do direito de herança* [...]. (MARX & ENGELS, 2003, pp. 45-46; grifos nossos).

A abolição do direito à herança como proposição, com efeito, já se encontrava nos movimentos radicais muito antes de 1848. Em verdade, ela está umbilicalmente relacionada às raízes históricas dos movimentos que mais tarde se desvendaria fazer parte da gênese do que veio a se chamar de movimento socialista moderno (isto é, a partir da segunda metade do século XIX). Dentre esses, pode-se citar aqui: o movimento radical conhecido como *os diggers*, liderado por Gerrard Winstanley, que emergiu no período da Guerra Civil Inglesa (1642-1652), os grandes socialistas “utópicos” ingleses e franceses (Owen, Fourier, Saint-Simon etc.) e até mesmo os cartistas ingleses das décadas de 1830 e 1840.

Outro destacado precursor e que advogava pelo fim da herança foi Gracchus Babeuf e sua Conspiração dos Iguais. Nascido em 1760 e guilhotinado aos 37 anos, Babeuf ganhou voz como revolucionário e importância política a partir de sua insatisfação com os rumos da Revolução Francesa. Escrevendo para o jornal *Le Tribun du peuple*¹², afirmou (no que intitulou de *Manifesto dos Plebeus*): “*we shall prove that heredity by families is no less great a horror; that it isolates all the members of the association, and makes each household into a little republic, which cannot fail to conspire against the greater republic, thus consecrating inequality*”(apud BIRCHALL, 1997, p. 170). E numa espécie de decreto defendeu que odireito à herança fosse abolido: “*The right of inheritance ab intestat or by will is abolished; all property currently owned by individuals will be taken over by the national community on their deaths*” (*ibidem*, p. 173)¹³.

Nos escritos de Marx e Engels, diga-se de passagem, existem cerca de trinta referências às ideias de Babeuf e ao movimento denominado *babouvism*, que dele se sucedeu. Em 1845, em Londres, em um Festival de Nações, Engels, citando o discurso de um líder cartista, destacou as diferenças entre o jacobinismo e Babeuf, por exemplo:

*The best proof of the real character of Robespierre is to be found in the universal regret felt for his loss by the honest democrats who survived him. Babeuf was one of these, the originator of the famous conspiracy known by his name. That conspiracy had for its object the establishment of a veritable republic, in which the selfishness of individualism should be known no more; in which private property and money, the foundation and root of all wrong and evil, should cease to be; and in which the happiness of all should be based upon the common labour and equal enjoyments of all*¹⁴. (ENGELS, 1845, s/p.)

¹² *Le Tribun du Peuple*, n.º. 35, pp.102-106.

¹³ Buonarroti, P. *Conspiration pour l'égalité dite de Babeuf* (Paris, 1957), II volume; primeiramente publicado em Bruxelas, 1828.

¹⁴ Discurso proferido em Londres em 22 de setembro de 1845 na ocasião de formação de uma sociedade internacional de Democratas Fraternalis. A sociedade reunia representantes cartistas de esquerda, trabalhadores e artesãos alemães – membros da Liga dos Justos – e emigrantes revolucionários de outras nacionalidades. Discurso na íntegra disponível online em: <http://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1845/12/01.htm>

O *babouvism*, portanto, fez parte do contexto político no qual Marx e Engels ainda jovens formaram suas teorias. E de acordo com Birchall (1997), um dos maiores estudiosos das ideias de Babeuf, tanto Marx como Engels o consideraram como um componente de seus legados. Em *A sagrada família* [1844], por exemplo, citam Babeuf como parte da origem da tradição comunista:

the French Revolution brought forth ideas which led beyond the ideas of the entire old world system. The revolutionary movement which began in 1789 in Cercle social, which in the middle of its course had as its chief representatives Leclerc and Roux and which finally was temporarily defeated with Babeuf's conspiracy, brought forth the communist idea which Babeuf's friend Buonarroti re-introduced into France after the Revolution of 1830. (MARX & ENGELS, 1956, p. 161)

Entre outubro e novembro de 1847, isto é, um pouco antes de ser lançado *O Manifesto Comunista*, Engels lançou *The principles of Communism*. Nele, Engels, quando se pergunta sobre o curso da revolução¹⁶, também pontua que:

Democracy would be wholly valueless to the proletariat if it were not immediately used as a means for putting through measures directed against private property and ensuring the livelihood of the proletariat. The main measures, emerging as the necessary result of existing relations, are the following:

¹⁵ Nesse sentido, ver o website deste autor. Em especial, o texto *Neither Jacobin nor Utopian: Marx, Engels and Babeuf*, no qual Birchall investiga os limites e o alcance pelo qual Marx e Engels tinham das ideias de Babeuf. Disponível online em: http://grimanddim.org/historical-writings/neither-jacobin-nor-utopian-marx-engels-and-babeuf/#_edn3

¹⁶ Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels relaciona a monogamia à transmissão de heranças e à propriedade privada. Diz ele assim: “A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos deste homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso era necessária a monogamia da mulher, mas não a do homem; tanto assim que a monogamia daquela não constituiu o menor empecilho à poligamia, oculta ou descarada, deste. Mas a revolução social iminente, transformando pelo menos a imensa maioria das riquezas duradouras hereditárias – os meios de produção – em propriedade social, reduzirá ao mínimo todas essas preocupações de transmissão por herança. E agora cabe a pergunta: tendo surgido de causas econômicas, a monogamia desaparecerá quando desaparecerem essas causas?” (ENGELS, 1982, p. 82).

(i) *Limitation of private property through progressive taxation, heavy inheritance taxes, abolition of inheritance through collateral lines (brothers, nephews, etc.) forced loans, etc.* (ENGELS, 1847, s/p.)¹⁷.

É interessante notar, contudo, que cerca de 20 anos mais tarde, precisamente em agosto de 1869, Marx escreveu um texto pouco discutido, intitulado *The right of inheritance*, em que, ao nosso ver, demonstra rigor e coerência com o seu arcabouço teórico. Na publicação, o autor distinguiu a base material da sociedade capitalista, pautada na propriedade privada dos meios de produção, e a sua superestrutura jurídica, que possibilitaria que leis de herança prevalecessem enquanto houvesse a propriedade privada. Diz Marx assim:

The right of inheritance is only of social import insofar as it leaves to the heir the power which the deceased wielded during his lifetime -- viz., the power of transferring to himself, by means of his property, the produce of other people's labor. For instance, land gives the living proprietor the power to transfer to himself, under the name of rent, without any equivalent, the produce of other people's labor. Capital gives him the power to do the same under the name of profit and interest. The property in public funds gives him the power to live without labor upon other people's labor etc.

Inheritance does not create that power of transferring the produce of one man's labor into another man's pocket -- it only relates to the change in individuals who yield that power. Like all other civil legislation, the laws of inheritance are not the cause, but the effect, the juridical consequence of the existing economical organization of society, based upon private property in the means of production; [...] Suppose the means of production transformed from private into social prosperity, then the right of inheritance (so far as it is of any social importance) would die of itself, because a man only leaves after his death what he possessed during his lifetime. Our great aim must, therefore, be to supersede those institutions which give to some people, during their lifetime, the economical power of transferring to themselves the fruits of labor of the many. [...] The disappearance of the right of inheritance will be the natural result of a

¹⁷ Engels, novembro de 1847. Documento disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1847/11/prin-com.htm>

social change superseding private property in the means of production; but the abolition of the right of inheritance can never be the starting point of such a social transformation. (MARX, 1869, s/p.).

Por tais razões que Marx enxergava ser um erro estratégico defender a abolição da herança como um ponto inicial na revolução social, na medida em que este esforço desviaria o foco da classe trabalhadora em extinguir a relação capital-trabalho (via supressão da propriedade privada). Sendo assim, o autor acreditava que mudanças nas leis de herança poderiam contribuir apenas como medidas de transição em lugares onde a organização econômica ainda não tivesse se transformado, mas que já apresentasse uma massa trabalhadora suficientemente fortalecida para angariar mudanças progressivamente mais radicais na sociedade. Nas palavras de Marx:

In treating of the laws of inheritance, we necessarily suppose that private property in the means of production continues to exist. If it did no longer exist among the living, it could not be transferred from them, and by them, after their death. All measures, in regard to the right of inheritance, can therefore only relate to a state of social transition, where, on the one hand, the present economical base of society is not yet transformed, but where, on the other hand, the working masses have gathered strength enough to enforce transitory measures calculated to bring about an ultimate radical change of society.

Considered from this standpoint, changes of the laws of inheritance form only part of a great many other transitory measures tending to the same end.

These transitory measures, as to inheritance, can only be:

a. Extension of the inheritance duties already existing in many states, and the application of the funds hence derived to purposes of social emancipation.

b. Limitation of the testamentary right of inheritance, which -- as distinguished from the intestate or family right of inheritance -- appears as arbitrary and superstitious exaggeration even of the principles of private property themselves. (ibidem)

Para Marx, portanto, e os precursores do socialismo, a abolição da herança perderia sentido uma vez que a propriedade privada fosse suprimida¹⁸. Enquanto isso não tivesse ocorrido, em caráter transitório, seria legítimo aprofundar a tributação sobre heranças e limitar o direito a elas. Longe de ser um debate puramente teórico, os desdobramentos em termos de estratégia política dessa discussão são eminentemente atuais¹⁹.

Não obstante as diferenças entre a visão liberal clássica e a perspectiva radical, é interessante notar que ambas guardam na sua linguagem e retórica elementos em comum acordo, tais como o de divisão de classes, de valor excedente, valor trabalho etc.

Contudo, com o início da revolução marginalista, por volta de 1870, esse vocabulário é completamente modificado. A partir de então, a economia política passa a ser entendida como ciência econômica e o conceito de classes cai em desuso para dar lugar ao indivíduo. Nesse arcabouço, o indivíduo se confunde com o *homo economicus*, maximizador da sua utilidade, em que o valor econômico de um bem adviria justamente da utilidade marginal.

¹⁸ Na sociedade capitalista, “a concorrência baseada no monopólio da propriedade privada acompanha um modo de produção que parece ser governado por uma *lei natural*, não pela vontade das pessoas envolvidas” (MÉSZÁROS, 2006, p. 133; grifos no original). Tal “lei natural” submete os homens à acumulação compulsiva de capital sob a coação econômica exercida pelo mercado. Não apenas não pode mais o homem realizar suas necessidades sem abdicar de seu trabalho e transformá-lo em mercadoria estranha, como também deve fazê-lo de forma continuamente ampliada, deve sempre transformá-lo em capital. Um dos efeitos mais claros e imediatos da presença da propriedade privada, como relação de propriedade específica presente na regulação da produção, é, certamente, a cisão da sociedade entre duas classes específicas: a “dos *proprietários* e [a] dos *trabalhadores sem propriedade*” (MARX, 2004, p. 79; grifos no original). Dado que o fruto do trabalho coletivo da sociedade é apropriado de forma privada por seus membros, e uma vez que se faz necessária a troca de mercadorias para inserir-se legitimamente na apropriação da produção social, resta como única opção aos trabalhadores, os quais não possuem meios com os quais gerar sua própria produção, venderem-se, na condição de possuidores de trabalho em potencial, àqueles interessados em fazer uso de sua força de trabalho para produzir mercadorias. Com a expansão da sociedade capitalista, o homem não apenas perde a capacidade de reconhecer seu trabalho como parte fundamental de si e de atuar de forma consciente, mas também passa a ser controlado de forma estranhada por sua própria atividade produtiva, encarando-a como ser externo, estranho e hostil, e a ter as suas carências definidas pelas necessidades de expansão do capital. Alcança-se, desta forma, um patamar superior da alienação humana, em que tudo aparece como externo e cujas origens são desconhecidas. Com isso, o pleno desenvolvimento do ser humano (baseado no processo de superação das barreiras e determinações naturais impostas ao homem de forma a possibilitar a liberação de energia, de potencial criativo, a atividades que o satisfaça para além das necessidades físicas de autopreservação) torna-se distante (*ibidem*).

¹⁹ Ver, por exemplo, o debate de janeiro de 2020 entre dois intelectuais franceses, Frédéric Lordon e Thomas Piketty, sobre essa temática (poder, propriedade, riqueza e herança), disponível *online* em: <https://youtu.be/dDY3aczW0d0>.

Essa mudança de abordagem, que conduz ao crescimento da teoria neoclássica, abre espaço para que a partir do terceiro quarto do século XX se desenvolvam, então, diferentes modelos de herança - com suposições éticas e motivações distintas para que se doe um patrimônio (MASSON & PESTIEAU, 1997). A análise desses modelos de herança neoclássicos, todavia, demandaria outro artigo.

4. Considerações finais

O objetivo desse artigo foi trazer elementos relevantes da discussão de autores da Economia Política Clássica para poder colocar em perspectiva a abordagem crítica de Marx sobre heranças, num texto de sua autoria pouco divulgado e discutido.

Convém ressaltar que esse debate, em vez de ser fechado a considerações teóricas, volta a colocar a essência da economia política e sua crítica no centro da análise.

Os autores clássicos trouxeram elementos de discussão sobre heranças e a sua tributação (ou não) que permitem entender várias das questões trazidas por autores contemporâneos.

As desigualdades na época clássica da primeira Revolução Industrial, ao final do século XVIII, não têm a mesma proporção nem o mesmo significado político do que às do início desse século XXI. A capacidade de criar riqueza do sistema capitalista no início deste século é incomparável àquela de 250 anos atrás, assim como sua capacidade em gerar desigualdades e pobreza.

Marx estudou a lógica e a essência da dinâmica da acumulação capitalista, e as considerações discutidas na sua obra *O Capital* deixam claras as contradições inerentes a esse sistema econômico-político-social. As considerações de Marx sobre heranças, seu significado no capitalismo e a estratégia política de luta para uma socialização diferente trazem elementos relevantes para um debate que tem se tornado atualmente cada vez maior e necessário.

Referências

ATKINSON, Anthony. *Desigualdade: o que pode ser feito?* São Paulo: Leya, 2015.

BATHIA, H. L. *Public Finance*. 29th edition. New Delhi: University of Delhi, Vikas Publishing House PVT, 2018.

BIRCHALL, Ian. *The spectre of Babeuf*. London: Palgrave Macmillan UK, 1997.

ENGELS, Friedrich. *Discurso no Festival de Nações*, Londres, 22 de setembro de 1845. Discurso na íntegra disponível online em: <http://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1845/12/01.htm>.

_____. *The principles of Communism*. 1847. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1847/11/prin-com.htm>.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 8ª edição. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ERREYGERS, Guido. "Views on Inheritance in the History of Economic Thought". In: ERREYGERS & VANDELDELDE (eds.). *Is inheritance legitimate? Ethical and economic aspects of wealth transfers*. New York: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 1997.

FLEISCHACKER, Samuel. *On Adam Smith's Wealth of Nations*. A Philosophical Companion. United Kingdom: Princeton University Press, 2004.

HASLETT, D.W. "A Reply to Bracewell-Milnes". In: ERREYGERS & VANDELDELDE (eds.). *Is inheritance legitimate? Ethical and economic aspects of wealth transfers*. New York: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 1997.

LINDERT, Peter H. & WILLIAMSON, Jeffrey G. "English workers' living standards during the Industrial Revolution: a new look", *Economic History Review*, Economic History Society, vol. 36(1), pp. 1-25, 02. 1983.

MARQUES, Rosa Maria & LEITE, Marcel. "Notas críticas sobre Ocapital no século XXI de Thomas Piketty", *Revista de Economia Política*, vol. 36, n. 4, São Paulo, out/dez 2016.

MARX, K. *The right of inheritance*. First published in the pamphlet Report of the Fourth Annual Congress of the International Working Men's Association, held at Basle, Switzerland, agosto de 1869. Disponível online em: <https://www.marxists.org/history/international/iwma/documents/1869/inheritance-report.htm#:~:text=the%20General%20Council,-The%20right%20of%20inheritance,Council%20on%20August%203%2C%201869%3B&text=Inheritance%20does%20not%20create%20that,individuals%20who%20yield%20that%20power>.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *The holy family or critique of critical critique*. Moscow: Foreign Languages Publishing House. 1956.

_____. *O Manifesto Comunista*. Instituto José Luís & Rosa Sundermann, 2003.

MASSON, A. & PESTIEAU, P. "Bequests Motives and Models of Inheritance: a survey of the literature". In: ERREYGERS & VANDELDELDE (eds.). *Is inheritance legitimate? Ethical and economic aspects of wealth transfers*. New York: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 1997.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MILL, John Stuart. *Princípios de economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.

NOZICK, R. *The Examined Life*. New York: Touchstone, 1990.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *Capital e Ideologia*. Tradução Daniel Fuentes. Bilbao: Editora Deusto, 2019.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, vol. II. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

SAY, Jean-Baptiste. *Letters to Mr. Malthus on Several Subjects of Political Economy and on the Cause of the Stagnation of Commerce*. Translated by John Richter [1821]. Reprints of Economic Classics. New York: Augustus M. Kelley, 1967.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*. Tradução de Luís João Baraúna. 3ª Edição, vol. III. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os Economistas).

_____. *Lectures on Jurisprudence*. Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith (1981-1987) Vol.V: Lectures on Jurisprudence. Edição online publicada pela Liberty Fund sob licença da Oxford University Press. 2004.

VAROUFAKIS, Yanis. "Egalitarianism's latest foe: a critical review of Thomas Piketty's Capital in the Twenty-First Century", *Real-World Economics Review*, n. 69, 2014.

EDUARDO DA MOTTA E ALBUQUERQUE

UNEVEN AND COMBINED DEVELOPMENT AS A
METHODOLOGICAL TOOL: A DYNAMIC APPROACH AFTER A
DIALOGUE BETWEEN KONDRATIEV AND TROTSKY(*)

Recebido em 06/04/2020

Aprovado em 29/06/2020

UNEVEN AND COMBINED DEVELOPMENT AS A METHODOLOGICAL TOOL: A DYNAMIC APPROACH AFTER A DIALOGUE BETWEEN KONDRATIEV AND TROTSKY(*)

Abstract

This paper suggests that Trotsky's elaboration on uneven and combined development can be a methodological tool to understand contemporary capitalism. A dialogue with Kondratiev is a starting point, as each new technological revolution creates a new level of unevenness. Technological revolutions also transform channels through which combination takes place. As both *unevenness* and *combination* change over time, it is possible to have a dynamic approach to the process of uneven and combined development. This dynamic approach is a methodology to investigate how new amalgams between modern and archaic forms shape varieties of capitalism at the periphery and transform the global dynamic of capitalism.

Keywords: technological revolutions; center-periphery divide; varieties of capitalism; expansion of global capitalism

JEL CLASSIFICATION: O30, o43, P50

(5 July 2020)

EDUARDO DA
MOTTA E ALBU-
QUERQUE

Autor do livro *Agenda Rosdolsky* (publicado pela Editora UFMG em 2012). Professor titular do Departamento de Ciências Econômicas e do Cedeplar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: [http://albuquerque@cedeplar.ufmg.br](mailto:albuquerque@cedeplar.ufmg.br).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1591-875X>.

* Paper presented at UNEVEN AND COMBINED DEVELOPMENT FOR THE 21ST CENTURY: A CONFERENCE (Glasgow, 5-7 September 2019, session "The View from the Global South: Then and Now", 6 September 2019). I would like to thank students that attended two disciplines at Face-UFMG: in 2017, "Revoluções tecnológicas e a dinâmica centro-periferia" (ECN010 TC3) and, in 2018, "Variedades de capitalismo na periferia" (ECN063 TC). I would like to thank financial support from CNPq (Grants 401054/2016-0 and 307787/2018-4) and from SENAI (Ordem de Serviço 510000011, Projeto IPEAD 159). I also would like to thank the referees and the editor from *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* for their useful comments and suggestions on an earlier version of this paper. The usual reminder holds.

Introduction

Triggered by the British Industrial Revolution, the global expansion of capitalism is not a smooth process, it is not a sequential and repeated appearance of replicas of original institutional formations. Instead, the process of expansion of global capitalism structures different institutional arrangements that characterize current capitalism.

A snapshot of the global economy shows at the center of global capitalism very different institutional arrangements, based on different innovation systems (NELSON, 1993) or on different welfare systems (ESPING-ANDERSON, 1990). At the periphery there are different forms of capitalism, with very specific economic dynamics: Latin America (FURTADO, 1970), South Africa (FINE *et alii*, 1996), Middle East and North of Africa – MENA – (ACHCAR, 2013), India (DRÈZE & SEN, 2002), China (NAUGHTON, 2007) and Russia (DJANKOV, 2015) show how heterogeneity at the periphery is a key feature of global capitalism (RIBEIRO *et alii*, 2015)¹.

This heterogeneity might be rooted in the process of the expansion of capitalism. The British Industrial Revolution provoked impacts throughout the whole global economy. Marx (1867) articulates the British Industrial Revolution with a “new and international division of labour” (*ibidem*, p. 579) that “converts one part of the globe into a chiefly agricultural field of production for supplying the other part, which remains a pre-eminently industrial field” (*ibidem*, p. 580). This new international division of labor shows the impact of the British Industrial Revolution on the reconfiguration of global economy between a center and a periphery (FURTADO, 1987).

¹ This identification of heterogeneity as a feature of capitalism at the periphery does not imply that there is homogeneity within capitalism at the center. Structural heterogeneity is present in industrial and economic sectors in developed countries, as inequality is part of its structural conditions. However, as the center heterogeneity does not involve pre-capitalist economic forms or their residues, heterogeneity is limited to institutions, economic forms and features from capitalist relations. I would like to thank one referee of this journal for making this point.

The *big bang* triggered by the British Industrial Revolution (PEREZ, 2010, p. 190) took place in a world populated by different societies and different historical backgrounds: India, China, Africa, new countries like USA, Canada, Australia and in Latin America.

This process was captured by Trotsky's (1930, chapter 1) elaboration on uneven and combined development. The initial result of those new pressures coming from more advanced countries – “the whip of external necessity” – is a process that brings together “a combination of separate stages, an *amalgam* of archaic with most modern forms” (TROTSKY, 1930, p. 25)². Trotsky was focusing on the “peculiarities of Russian development”, but this insight can be further extended to all backward countries. This amalgam, a result from a combination of archaic and modern forms, is not homogeneous. There is a gradient of levels of backwardness, a temporal order showing when each society was summoned to participate in the global economy: “second, third or tenth” moments (*ibidem*, p. 25)³.

The impact of the Industrial Revolution at the periphery is not limited to a reconfiguration of the center-periphery divide (FURTADO, 1987), but also to a creation of a heterogeneous periphery from the start: different amalgams, different combinations of archaic and modern forms – heterogeneity within regions and among countries. This heterogeneity is a consequence of the nature of the society and the economy that received the “whip of external necessity”. Those societies and historical formations received the impacts of those shock waves initiated by the Industrial Revolution in different ways, depending upon the degree and form of their previous integration in this emerging global economy, their level of development, their previous role in the international division of labor, their perceptions of the changes

² The presence of archaic forms in those amalgams at the periphery is a difference vis-à-vis the heterogeneity at the center.

³ This insight from Trotsky might have inspired Gerschenkron's well-known concept of “gradation of economic backwardness” (GERSCHENKRON, 1952; SELWIN, 2007; LINDEN, 2012).

taking place in Western Europe and their resources to deal with this new revolutionary change⁴.

Therefore, the British Industrial Revolution transformed the global economy, inaugurated a new international division of labor, reconfigured the center-periphery divide and generated many different amalgams between the new industrial era and the old established societies at the periphery.

However, this global scenario – a center and a heterogeneous periphery – is just the starting point of a new global dynamics. Since the first technological revolution – the British Industrial Revolution – this global system generated five other technological revolutions (PEREZ, 2010, for the first five technological revolutions; the invention of the World Wide Web in 1991 might be the starting point of a sixth). Each of those new technological revolutions had a *big bang* that triggered new waves that shocked the whole world. But those impacts had a peculiar dynamics, as each new technological revolution impacted countries as amalgams of modern and archaic forms generated by previous *big bangs*. Societies transformed by the impact of previous technological revolutions came again under pressure of the “whip of external necessity” triggered by newer technological revolutions.

⁴ Regions of India were British Colonies since the XVIIIth Century and the initial impact of the Industrial Revolution destroyed its position as the “textile workshop of the world” (DARWIN, 2007, p. 193), changing her role in the international division of labor, “an astonishing reversal”, with India becoming an importer of British cotton manufactures (ibidem, p. 196). The nature of the initial articulation of industrial capital and Indian social formation is described by Raychaudhuri (1983). China’s traditional economy (MYERS & WANG, 2002) had a later and different initial impact, stronger after the military defeat in the Opium Wars (1840s) and the Treaty System (FAIRBANK, 1978) that established localized and limited entry points – “Treaty ports” – for an introduction of modern capitalism in China (BERGÈRE, 1983, p. 724). The delayed and slow perception of local elites about the impact of Industrial Revolution also shapes China’s initial inclusion in the global economy (KUO & LIU, 1978). Russia had a strong state that intervened in the process of industrialization – “[c]apitalism seemed to be an offspring of the State” (TROTSKY, 1906, chapter 1, p. 4). Japan, isolated and following the Opium Wars and their consequences, was transformed by a political revolution – in 1868 – that reorganized the state and initiated industrial development (OHKAWA & KOHAMA, 1989, pp. 250-260). Latin America and South Africa were integrated to the global economy as suppliers of agricultural and mineral resources. Those different initial impacts and different forms of assimilation of the Industrial Revolution shaped different amalgams that molded the economic paths followed by those countries during the XXth Century.

The process of uneven and combined development might have a dynamics that is affected in both sides of its development – both *unevenness* and *combination* change over time.

On the one hand, *unevenness* is not static.

Kondratiev (1926a, 1926b, 1928) suggests how technological innovations are among starting points to new “cycles” of capitalist development, processes that lead to permanent transformation at the center. Kondratiev contribution was later elaborated by J. A. Schumpeter (1939), E. Mandel (1972) and C. Freeman and F. Louçã (2001), among others. Unevenness is permanently introduced and renewed in the global system by “successive industrial revolutions” (FREEMAN & LOUÇÃ, 2001, pp. 137-370), by a sequence of technological revolutions.

On the other hand, *combination* also changes.

First, the forms of combination change over time, through new forms of internationalization. Initially, at the time of the British Industrial Revolution, foreign trade and colonial adventures were the main connectors of different countries in different stages of development. As the succession of technological revolutions reshaped economies again and again, new forms of internationalization emerged, as the transnational corporations and the World Wide Web show. Those new connections between different countries change the ways that unevenness can be combined. Those new connections, changes in the combined side of the process, also present new possibilities for new features of contemporary capitalism: how the periphery affects current transformation of global capitalism (MARQUES, 2014).

Second, different amalgams arise, as those technological revolutions trigger processes of diffusion of new technologies and limited catch up processes that change the economy and the society in backward countries, again and again. At the periphery, those renewed changes – new spurts of global unevenness – mean new amalgams of old and inherited forms with

new forms generated by more recent technological revolutions. However, those inherited forms were generated by older technological revolutions, which impacted previous social and economic structures. Now they are shaken by a new technological revolution at the center that transforms a previous “peculiar combination of different stages”. Today, this “peculiar combination of different stages” might show, at the periphery, a combination of technologies from the last six technological revolutions overlapped with even more traditional forms of society. To understand this specific overlapping is an important research topic for investigations of contemporary capitalism at the periphery.

The objective of this paper is to explore how the uneven and combined development may be a methodological tool to investigate contemporary capitalism. A dynamic view of uneven and combined development is a prerequisite for this methodological contribution. The first section organizes a dialogue between Kondratiev and Trotsky as a first step for this dynamic approach, focusing in their debates about the role of the inclusion of new regions for capitalism. The second section is built upon this dialogue, as an interpretation of capitalism permanently reshaped by technological revolutions shows how new levels of unevenness are created over time. The third section deals with changes in combination, discussed as a two-sided component of Trotsky’s concept. The fourth section investigates the contemporary phase of post-www capitalism from the point of view of uneven and combined development. The last section concludes this paper summarizing why uneven and combined development may be a methodological tool for investigations of contemporary capitalism.

I. Kondratiev and Trotsky: technological revolutions and the process of uneven and combined development

The elaboration of the concept of uneven and combined development evolved mainly through three books: *Results and prospects* (TROTSKY, 1906), *1905* (TROTSKY, 1907) and *The History of Russian Revolution* (TROTSKY, 1930). This theoretical development is a well-studied topic and Knei-Paz (1978, especially chapter 3) tracks Trotsky's elaboration process. The end result is a very sophisticated and condensed exposition in the first chapter of *The History of Russian Revolution*: a nine-dimensional concept that summarizes the peculiarities and specificities of development of global capitalism to include backward regions⁶.

How and why Trotsky sharpened his views on uneven and combined development might be a subject of a very interesting research agenda. Every informed reader knows what happens between 1906 and 1930 in Trotsky's life – all those epoch-making events might have contributed to a more accurate view of world's events.

However, between those two phases there was a series of debates that may have gone unnoticed by important writers as I. Deutscher and Knei-Paz, but it is important for the argument of this paper: in the 1920s there were debates between Trotsky and Kondratiev, regarding the long term dynamics of global capitalism. Notes on those debates are available in Day (1976), Barnett (1994), Louçã (1999, pp. 181-185) and Mustafin (2018, pp. 7-8).

⁵ A review of existing studies is not a goal of this paper. One starting point to gather the wealth of studies and debates may be the list of writings prepared by the website *Uneven and combined development* (<https://unevenandcombineddevelopment.wordpress.com/writings/>).

⁶ Those nine dimensions may be summarised as follows: 1) diffusion of capitalism does not follow one single model; 2) uneven development, pushed by advances at the leading capitalist countries; 3) combined development, accelerated by the rise of capitalist relations and the expansionist drive of their dynamics; 4) by assimilating advances generated at the center, backward countries create very specific combinations of modern and archaic forms, condensed in amalgams that may show specific varieties of capitalism at the periphery; 5) this amalgam is not a dualist juxtaposition of modern and archaic forms, but an integrated form; 6) privilege of backwardness, for the opportunity to skip intermediate stages; 7) possibility of forging ahead (USA and Germany "outstripping" UK) and hegemonic transitions; 8) possibility of strengthening of regressive social forms; 9) late industrialization with very peculiar sequence, not repeating the sequence in developed countries (TROTSKY, 1930, chapter 1).

Those debates may have contributed to improve Trotsky's elaboration on uneven and combined development.

Those debates between Trotsky and Kondratiev have many different issues, but there is one specific issue that should be highlighted: the inclusion of new regions and countries and its role in the expansion of capitalism.

In June 1923 Trotsky had studied Kondratiev's work (DAY, 1976, p. 71) – at that time Kondratiev had published his first book: *The world economy and its conjunctures during and after the war* (KONDRATIEV, 1922). According to Barnett (1998, p. 105), this was the first time that Kondratiev exposed his views on long cycles of the conjuncture. Kondratiev's elaboration on long cycles of 50 years was important to investigate the crisis of 1920-1921 (KONDRATIEV, 1922, p. 289) and its perspectives: he mentions two long cycles between 1789 and 1896 (*idem ibidem*) and a third cycle that began in 1896, with “two complete and one incomplete minor cycles” (*ibidem*, p. 290).

Trotsky presented the reports on the global conjuncture in the Third (1921) and Fourth (1922) Congresses of the Third International (DEUTSCHER, 1959, pp. 73; 76), therefore his interest in Kondratiev's analysis of the crisis of 1921-1922. Trotsky refers explicitly and critically to his elaboration:

[a]s regards the large segments of the capitalist curve of development (fifty years) which Professor Kondratiev incautiously proposes to designate also as cycles, their character and duration are determined not by the internal interplay of capitalist forces but by those external conditions through whose channel capitalist development flows. The acquisition by capitalism of new countries and continents, the discovery of new natural resources, and, in the wake of these, such major facts of 'superstructural' order as wars and revolutions, determine the character and the replacement of ascending, stagnating or declining epochs of capitalist development. (TROTSKY, 1923)

R. Day (1978, p. 77) and Mustafin (2018, p. 8) mention a meeting that took place in 18 January 1926, that both Kondratiev and Trotsky were present. According to R. Day, among other topics, Trotsky returned to the issue of long cycles and their causes, stressing that they are not consequences of the

internal dynamic of the system, but from external causes such as “opening of new continents, colonies and markets for capitalist activity” (DAY, 1978, p. 78).

There are no transcripts of Kondratiev’s answer, but R. Day mentions another round of debates, in 6 February 1926, at the Institute of Economics of the Russian Association of Social Sciences research institutes (MAKASHEVA *et alii*, 1998, volume 1, p. 24). In that opportunity, Kondratiev commented Trotsky’s paper (KONDRATIEV, 1926b, p. 28) as one analysis that recognizes long cycles of the conjuncture. Kondratiev presents a more grounded vision of long cycles, induced by “1- changes in technology; 2- wars and revolutions; 3- the involvement of new territories in the orbit of the world economy; 4- fluctuations in gold mining” (p. 49). Dealing with the “involvement of new countries”, Kondratiev articulates this expansion with the “need of new materials and raw materials” (p. 50) and with the upward phase that “by quickening the pace of economic dynamics of capitalist countries, makes it necessary and possible to exploit new countries and new markets and new raw materials” (p. 51).

Later in the debate, Bogdanov (MAKASHEVA *et alii*, 1998, volume 1, pp. 116-117) commented Kondratiev’s implicit answer to Trotsky – “the opening of new markets” as a “factor determining the oscillation of the curve of capitalist development” –, which received a new answer from Kondratiev (*ibidem*, pp. 142-143), stressing the economic prerequisites for the inclusion of new countries in the world market system⁷.

⁷ As an example of the feedbacks between technological change, economic factors and inclusion of new regions in the global economy, the case of Middle East and North Africa’s “variant of capitalism” (ACHCAR, 2013) may be presented. The peculiarities of development of MENA would become clear later than other regions (as suggested in the Introduction): during inter-war years “the steady rise in their output of oil” increased the importance of the region for the British Empire (DARWIN, 2009, p. 470). This process is linked to “the spectacular growth of automobile industry” in the US between 1910 and 1930 (ROSENBERG, 1998, p. 180): “After 1920 the history of chemical engineering simply became inseparable from the history of petroleum refining”. Those technological changes and the new role for oil inaugurated “antagonism of the Great Powers” in the region (ACHCAR, 2013, p. 97) and a new role in the international division of labor: an oil-supplying region. A long term process established in the MENA a “specific variant” of capitalism (*ibidem*, p. 67): “patrimonial regimes” (*ibidem*, p. 78). In this variety of capitalism “[t]he primary form of state rent ...is mining rent - oil, gas, minerals” (*ibidem*, p. 72).

Kondratiev's remarks may have stimulated Trotsky to broaden his elaboration on how those new countries and territories were included, pushing him to think beyond the Russian case. The reference of the gradient of backwardness in his elaboration of the 1930s may be one of the consequences of new reflections – “without this law, to be taken of course, in its whole material content, it is impossible to understand the history of Russia, and indeed of any country of the second, third or tenth cultural class” (TROTSKY, 1930, p. 25).

Beyond the potential mutual influence of those debates, a dialogue between Kondratiev and Trotsky may broaden the methodological scope of the concept of uneven and combined development. Kondratiev in 1926 stressed the role of “changes in technology” as a cause of long cycles. More specifically, Kondratiev (1926b, pp. 38) associates each long cycle with “far-reaching changes in manufacturing techniques and capacity (which, in turn, are preceded by significant technical inventions and discoveries). He listed those changes in relation to each long cycle: 1) in the first cycle “the industrial revolution affected almost all the main industrial sectors: spinning and weaving, the chemical industry, the metallurgic industry, and so on” (*ibidem*, p. 39); 2) the second long cycle was “preceded by a series of technical inventions”, among them “significant improvement of the steam engine (1824), the invention of the turbine (1824-1827), [...] the construction of the harvester reaping-machine (1831), [...] the invention of electromagnetic telegraphy (1832)” (*idem ibidem*); 3) “the rising third wave” was preceded by “Gramme’s DC dynamo (1875), [...] the gas engine (1876), DC power transmission (1877), electric telephone (1877), Thomas’s method for producing steel (1878), [...] petrol engines (1885)...” (*ibidem*, p. 40).⁸

How can this succession of major technological changes be articulated with Trotsky’s uneven and combined development? “A backward country

⁸ Each of those three cycles is connected, by Kondratiev, with expansion of the involvement of new countries, as “[t]he start of long cycles usually coincides with the broadening of the orbit of world economic relationships” (*ibidem*, p. 41): USA in the first cycle (*ibidem*, p. 39), “strengthening of the role of the USA” in the second (*ibidem*, p. 40), “Australia, Argentina, Chile and Canada” in the third (*ibidem*, p. 41).

assimilates the material and intellectual conquests of the advanced countries” (TROTSKY, 1930, p. 24). Those material and intellectual conquests change over time, and in 1905 Trotsky shows at least three different technological phases: “Russian manufactures to supply the army”, an army created by the Petrine state, started a process in which “new branches of industry were frequently imported from abroad (TROTSKY, 1907, chapter 2, p. 1). Later, “during the first half of nineteenth century the textile industry broke the circle of serf labor and state regimentation” (*ibidem*, p. 2). Then, “[t]he first railway (between Moscow and Petersburg) was opened in 1851” (*idem ibidem*).

Manufactures, textile industry, railway – a backward country like Russia is assimilating “material and intellectual conquests of the advanced countries” (Trotsky) following a developmental pattern dictated by “major technological changes” (Kondratiev). Those major technological changes are a source of uneven development. Their assimilation establishes the possibility of combined development – modern and archaic forms amalgamated in peculiar economic and social conditions. The upswing of long cycles provides energy – and new technologies, especially in transport and communication – to include new regions in global capitalism. But this inclusion is not a repetition of previous paths.

This dialogue between Kondratiev and Trotsky, therefore, might provide basis for a dynamic view of the uneven and combined development – unevenness and combination change over time.

2. Unevenness recreated: technological revolutions, new and wider gaps

One dimension of the uneven and combined development is the possibility of hegemonic transitions: “The fact that Germany and the United States have now economically outstripped England was made possible by the very backwardness of their capitalist development” (TROTSKY, 1930, p. 24).

This process of “forging ahead” was discussed earlier by Trotsky (1926): “[t]hese last years, the economic axis of the world has been radically displaced. The relations between the USA and Europe have become drastically altered.... The new relation of roles of nations is determined by the new relation between their respective wealths”.

In this speech, Trotsky presents a very insightful evaluation on the “power of American capital, to which nothing in the past can compare”. In two paragraphs Trotsky summarizes the evolution of capitalism and “social organization of labor” in the United States, from the discovery in the “near the close of the 15th Century” to “the conveyor line, which furnishes the transport within the factory and whose supreme model is the Ford organization”. Those two paragraphs illustrate a sentence in *The History of Russian Revolution*: “The European colonists in America did not begin history all over again from the beginning” (TROTSKY, 1930, p. 24).

In an insight that later will be documented and elaborated by scholars like Nathan Rosenberg (1972, p. 25), Trotsky analyses the role of labor scarcity in the United States for the definition of trajectories of technical innovation and for the drive towards the “mechanization of labor” – a different technological path vis-à-vis Europe. Trotsky highlights, therefore, the “conveyor belt”: Ford’s factory and model.

This new technological change – the conveyor belt – reshapes the uneven and combined development, since, as Trotsky suggests in *Europe and America*, it will serve as “the instructor. In a very short time a young peasant from southern Europe, the Balkans or the Ukraine is transformed into an industrial worker”. In other words, the young peasants from less developed parts of Europe will not face outdated technologies from England, but the more developed technologies created in the new leading country of global capitalism.

Furthermore, what Trotsky is describing here is exactly an emerging technology, that would be a key technological innovation related to the

fourth long wave – Perez (2010, p. 190) identifies Ford’s model T as the *big bang* of the fourth long wave.

In *Europe and America* Trotsky describes the new role of the United States, their achievements in new sectors and in labor productivity: “Serial production as well as standardization is bound to American technology: that is mass production”. The United States provides a new benchmark for this comparison in *The History of Russian Revolution*: Trotsky (1930, p. 28) compares “national income per capita” of Russia with the USA, and stresses that the “basic criterion of the economic level of a nation is the productivity of labor”.

Those reflections on *Europe and America* were prepared in 1925, therefore before the second round of debates with Kondratiev. Trotsky describes signs of emerging technologies, documenting new technological changes. Those changes affect one side of his elaboration on uneven and combined development, as each new major technological change creates new source of unevenness – or new material and intellectual conquests of humankind that may later be assimilated by backward countries. Between Trotsky’s initial writings on uneven and combined development and his fuller concept in *The History of Russian Revolution* (in 1930) there were important insights on the role of new major innovations in the metamorphoses of capitalism (FURTADO, 2002).

This dynamics of technological change in capitalism has been investigated by Schumpeter (1939), Mandel (1972), Freeman and Louçã (2001) and Perez (2010), documenting the endless technological changes produced by capitalist dynamics. Those investigations, that adopted the concept of long waves instead of Kondratiev’s long cycles, led to a scheme prepared by Perez (2010, p. 190) that summarizes five technological revolutions with five *big bangs* that reshaped global capitalism, a process that started with the British Industrial Revolution. Probably, in terms of the long waves approach, it is possible to mention a new *big bang*, triggered by the invention of the World Wide Web (www).

Long waves are subjected to strong skepticism and criticism, but this line of investigation contributed to a consensus regarding the succession of major technological changes in capitalist dynamics. Each major technological change means a new peak that widens unevenness. Unevenness is created and recreated by this permanent dynamics of technological innovation.

Probably, the technological dynamics is more turbulent than a scheme presented by Perez would suggest. Ribeiro *et alii* (2017, pp. 295-296), using a Fourier transform to decompose the cyclical movements of the rate of profit in the United States, find a combination of cycles in that dynamics: cycles of 23-, 20-, 70- and 35-year-long as the most important. This dynamics may be related to a more turbulent emergence of *general purpose technologies* (ROSENBERG, 1998; BRESNAHAN, 2010). This approach may be a better way to present those technologies related to those long cycles listed by Kondratiev (1926b, pp. 39-40) and those technologies and forms of production developed in the United States listed by Trotsky (1926).

General purpose technologies (GPTs) would suggest a more turbulent technological dynamics, with a more frequent creation of major new technologies that are source of unevenness. Each of those new GPTs, new sources of unevenness, would create new challenges and opportunities to backward countries: new “material and intellectual conquests” to be assimilated.

However, this sequence of major new technologies adds another dimension to the uneven and combined development, since the level of backwardness changes over time. Each new major new technology means

⁸ Essa nota foi definida como 450 pontos (próxima à média do exame) e nota da redação diferente de zero.

⁹ Apesar disso, de acordo com Castellano (2016), entre 2010 e o primeiro semestre de 2015, 92% dos contratos foram realizados por alunos com até 2,5 s.m., não tendo essa limitação por renda, portanto, impactado de forma tão significativa a faixa de público do programa.

¹⁰ Para detalhes de seu funcionamento interno, ver Ministério da Fazenda *et alii* (2017).

¹¹ O FNDE retém à CCG 5,6%, ou 6,2% dos 90% do valor do financiamento estudantil devido às IES privadas (MINISTÉRIO DA FAZENDA *et alii*, 2017).

a wider gap between advanced and backward countries: it increases the size of the leaps that backward countries might and can make. It means a longer sequence of intermediate stages that could be skipped. But, already in *The History of Russian Revolution*, Trotsky (1930, p. 25) warned that “the possibility of skipping over intermediate steps is of course by no means absolute. Its degree is determined in the long run by the economic and cultural capacities of the country”: each new major technological change in advanced countries demands stronger “economic and cultural capacities” from backward countries.

Each technological revolution also disrupts domestic and global economies in a way that opens “windows of opportunity” for catch up processes (PEREZ & SOETE, 1988). This disruption is part of processes like those that pushed Germany and the United States to have “economically outstripped England”.

If unevenness is created and recreated all the time, the process of uneven and combined development is dynamically reshaped all the time.

3. Combined development: a two-sided dynamics

Unevenness brings pressure, external pressure for backward regions and countries. In *Results and prospects* Trotsky introduces the “peculiarities of Russian historical development” stressing that Russia “had not remained isolated and under the influence of inner tendencies only”. On the contrary, Russia was “under the influence, even under the pressure, of its social-historical milieu” (TROTSKY, 1906, chapter 1, p. 2).

The emergence and consolidation of capitalism is a turning point. In 1905 Trotsky writes that “[d]uring pre-capitalist epoch, the influence of Europe on Russian economy was, of necessity, limited. [...] But when capitalist relations became predominant in Europe [...] the situation changed utterly” (TROTSKY, 1907, chapter 1, p. 3). In *The History of Russian Revolution* Trotsky highlights the new dynamics inaugurated by a new mode of production:

“[a] certain repetition of cultural stages in ever new settlements was in fact bound up with the provincial and episodic character of that whole process. Capitalism means, however, an overcoming of those conditions. It prepares and in a certain sense realizes the universality and permanence of man’s development” (TROTSKY, 1930, p. 24).

The inspiration for this may be Marx and Engels’ *Manifesto*,⁹ that have shown Trotsky how the “development of capitalism has so closely knit all sections of our planet, both ‘civilized’ and ‘uncivilized’” (TROTSKY, 1937).

Unevenness, in capitalism defined by technological revolutions, has mutual feedbacks with combination. But combined development has two sides.

On the one hand, there are the connections that articulate advanced and backward countries: new technologies mean new forms of combination of uneven development. New technologies of transport and communication, new organizational forms of capitalist institutions multiply the channels through which different stages of development meet in societies and economies. New technologies change the ways through which the “whips of external necessity” materialize, create new channels for “drawing together of the different stages of the journey”.

On the other hand, there is a form through which backward countries assimilate the last material and intellectual conquests; it is a combination of different phases of development in one single entity – amalgams. Modern and archaic combined in social formations, varieties of capitalism at the periphery. At the periphery, combined development has one international side and one domestic side.

⁹ “Modern industry has established the world market [...]. In place of the old local and national seclusion and self-sufficiency, we have intercourse in every direction, universal inter-dependence of nations” (MARX & ENGELS, 1848).

3.1. An international dynamics: new connections

Combination, as a source of pressure from more advanced capitalism, changes over time. Trotsky, in 1905, shows those initial changes, comparing two moments of Russian history: one moment when “economic contacts with Europe were still limited to the importation of craftsmen and machines”, and another when “free foreign capital, in its race for a high level of profits, flung itself upon Russia’s territory” (1907, chapter 2, p. 4). In *The History of the Russian Revolution* the role of foreign capital is further explained:

Heavy industry (metal, coal, oil) was almost wholly under the control of foreign finance capital, which had created for itself an auxiliary and intermediate system of banks in Russia. Light industry was following the same road. Foreigners owned in general about 40 per cent of all the stock capital of Russia, but in the leading branches of industry that percentage was still higher. (TROTSKY, 1930, p. 29)

In *The History of the Russian Revolution* Trotsky describes the presence of European foreign capital in pre-1917 Russia. In *Europe and America* Trotsky identifies the rise of USA and a new global dynamics. The role of technological change is clear, as Trotsky stresses that while the coal industry was the keystone of English capitalism, in the United States capitalism “still advances the productive forces”. More stable than European capitalism, its expansive dynamics is stronger, “[c]onsequently, as time goes on, America’s need to expand grows greater and greater; that is, she must invest her surplus resources in Latin America, Europe, Asia, Australia, Africa” (TROTSKY, 1926)¹⁰. This could be a third moment in the dynamics of combination: the main source of foreign capital has moved to a new center, and its reach is broader now – qualitative and quantitative changes.

Those comparisons illustrate three different moments in the mechanics of capitalist expansion: expansion through foreign trade, expansion through

¹⁰ Panitch and Gindin (2012, pp. 49-52) describe the middle 1920s economic conjuncture in the USA as a prelude to the “project for a global capitalism”: USA’s hegemony would transform the motive forces for a global capitalism.

foreign capital investments from Europe and through foreign capital investments from America. Inclusion of new regions and countries in global capitalism was an important subject in the debates between Kondratiev and Trotsky during the 1920s, but they did not elaborate about potential changes within this expansionary process.

Capitalist development in the United States presented new technological and organizational features, as Chandler (1977) describes, the most important the evolution of the modern multidivisional firms. Multidivisional firms were starting point of a later institutional innovation: the modern multinational firm (HYMER, 1960; DUNNING & LUNDAN, 2008). The emergence of the modern multinational firm is related to other technological changes – “aeronautical and electronic revolutions” (HYMER, 1970, p. 443) – and other institutional changes, as foreign direct investment stimulates the growth of international finance (HYMER, 1972, p. 91)¹¹.

The rise of the modern transnational corporation and the revolutionary changes in technologies of transport, information and communication mean new sources of combined development, new sources of external pressure and external-driven change on backward economies.

Those developments change the international side of combined development, which is articulated with changes in the international division of labor. In a short summary of those changes, at least 5 stages can be suggested: 1) international trade and colonial expansion (TROTSKY, 1907, chapter 2, p. 4); 2) flows of foreign capital (TROTSKY, 1930, p. 29); 3) the emergence of modern transnational corporation (HYMER, 1966); 4) transformation of transnational corporations in global economic systems (CANTWELL, 2009) and the emergence of global innovation networks (ERNST, 1997); 5) rudiments of an international innovation system (BRITTO *et alii*, 2013). Alongside with those changes, the new hegemonic

¹¹ The rise of transnational corporations has consequences for increased heterogeneity of capitalism at the periphery. Amsden organizes a typology of countries at the “rest” that includes how the country deals with foreign direct investment: there are “independents” and “integrationists” (AMSDEN, 2001, p. 201).

country after the Second World War, the USA, had a strong state operating as a manager for global capitalism (PANITCH & GINDIN, 2012), a political force for combined development.

In sum: the number of channels through which different countries and regions may be connected increases over time and the number of connections also grows. International sources of combined development expand.

3.2. Dynamics within backward countries: new amalgams

As the technological revolutions succeed, they become a source of processes of falling behind in backward countries, and they may be one of the sources of the persistence of middle-income traps during the XXth Century. Each technological revolution or each GPT introduced in a leading country widens the gap between advanced and backward countries.

But each new technological revolution updates the stock of material and intellectual conquests potentially assimilable by backward countries.

A dynamic approach to changes in the uneven side of Trotsky's concept opens room for a dynamic view on types of amalgams that can be generated by "a drawing together of the different stages of the journey, a combining of the separate steps". Each new *big bang* will spread from the leading country and will face backward countries that are not anymore organized according to pre-Industrial Revolution traditional structures, but backward countries with social organizations that are amalgams of assimilation of previous technological revolutions combined with archaic forms.

This approach shows four different processes.

First, there are new technologies available – since the beginning of the XXth Century, electricity, combustion engines, computers, www, and mobile phones. Those new technologies may reshape one country's landscape, but while a backward country completes, at least partially, a catch-up in one technology, a more modern one demands a new catch-up.

Second, new technological revolutions, generating new modern forms, face previous amalgams generated by previous combination of different stages. The juxtaposition of modern and archaic forms has a specific dynamics that changes both sides of the combination. Furtado (1987) suggests a polarity modernization-marginalization as a structural feature of underdevelopment, an approach that helps to investigate this dynamic, as both poles – modernization and marginalization – change after each technological revolution.

Third, as the assimilation of intellectual and material conquests of humankind depends on domestic capabilities in backward countries – elaborated more generally as absorptive capabilities (COHEN & LEVINTHAL, 1989) –, other source of differentiation among backward countries is their different capabilities to take advantage of those new technologies and of windows of opportunity.

Fourth, this dynamics uncovers how underdevelopment has various lock-ins that trap the economic path of countries at the periphery in trajectories that preserve or widen the gap vis-à-vis developed countries. Catch-up processes show how to escape those traps and how organized processes of skipping intermediate stages are possible: Japan (OHKAWA & KOHAMA, 1989), South Korea (AMSDEN, 1989; LEE, 2013) and Taiwan (WADE, 1990) are XXth Century examples of this possibility.

The mosaic of forms to generate new amalgams opens room for a big variety of different social organizations, expanding the heterogeneity of capitalism at the periphery. This means more nuclei of capitalist accumulation at the periphery, which increases the varieties of capitalism and multiplies the complications for the management of the global system.

4. Uneven and combined development in a post-WWW capitalism

The *big bang* triggered by the invention of the World Wide Web began to reshape a global economy reorganized by the previous five technological revolutions. After the re-inclusion of China (late 1970s),¹² Russia and other countries of East Europe (late 1980s), there are now multiple nuclei of capital accumulation spread through the whole world – different amalgams, different varieties of capitalism. The revolution of information and communication and the WWW consolidate the transnational firm as basic microeconomic unit of the system.

The WWW opened a new continent for capital accumulation. This new continent is already occupied by new firms and by incumbent firms of high-tech sectors that were able to restructure to compete in the new digital space: they are the leading firms (Google, Facebook, Microsoft, IBM, Baidu, Tencent, Amazon etc.). The inventions related to how to navigate in the exponentially expanding WWW were almost simultaneous, and led to the creation of two firms in two different countries – Google (USA) and Baidu (China)¹³ –, an expression of a new international context, of current changes in the geopolitical scenario. In this case, China could “skip intermediate stages” and jump to a new sector emerging after the invention of WWW – the industry of search engines.

Each new technological revolution creates a new level of unevenness, widening the gap vis-à-vis backward countries¹⁴. New firms, new

¹² Davidson (2006, p.216) indicates 1978 as the year when “uneven and combined development resumed”.

¹³ See US Patent 5,920,859 (filed 5 February 1997), with Yanhong as inventor, later founder of Baidu, and US Patent 6,285,999 (filed 9 January 1998), with Page as inventor, later founder of Google (GREENSTEIN, 2015, p. 369).

¹⁴ There are new indicators for capturing those new inequalities: level of internet use, mobile phone users etc.

capabilities and new challenges are put forward to backward regions. This new level of unevenness puts new pressure on all backward countries – in fact, puts pressure in all countries, even developed countries that were not in the leading positions of this new *big bang*.

Unevenness comes together with new possibilities of combined development, new amalgams – the list of uses of digital technologies by traditional sectors of backward economies is long. One illustration comes from *The Economist*, articulating illiteracy in Africa and diffusion of new technology invented in 2009 – WhatsApp: “In the West it is common for people to use multiple platforms such as Facebook and Twitter but in African countries, where money is tighter and internet connections patchy, WhatsApp is an efficient one-stop-shop. The ability to leave audio notes makes it popular among illiterate people” (July 20, 2019). The title of this article is very illustrative: “mobile phones” (last technological revolution) “are more common than access to electricity” (third technological revolution)¹⁵.

The WWW establishes a new level of combination, in its international dimension, as new resources for connections between different nations and regions, a new height for Marx’s “intercourse in every direction, universal inter-dependence of nations”. The WWW is related to new forms of organization of transnational corporations (CANTWELL, 2009), of global value chains (UNCTAD, 2013) and an intensification in the international knowledge flows (RIBEIRO *et alii*, 2018; BRITTO *et alii*, 2019) that interconnect and tension different national systems of innovation.

The growth in interconnectedness of the whole system is an important structural change in current global capitalism. But this does not mean a homogeneous form of capitalism spreading globally. The WWW and the dynamics of capital accumulation in this digital continent have generated similar problems as older industries: high industrial concentration, but

¹⁵ <https://www.economist.com/graphic-detail/2017/11/08/in-much-of-sub-saharan-africa-mobile-phones-are-more-common-than-access-to-electricity>

now concentration in global markets: according to *The Economist* - Special Report: Fixing the internet (June 30, 2018, p. 11), Google's global market share in search is 91%; Apple, 45% of web traffic on smartphones; Facebook, 66% of social media; and Amazon, 37% of online retail.

This strong tool for combination is also a strong creator of unevenness. Therefore, instead of a more homogeneous global capitalism, it might be developing a new set of different varieties of capitalism after the new juxtaposition of modern digital technologies and previous social formations generated by the five earlier technological revolutions.

The post-WWW capitalism is witnessing a myriad of emerging new technologies (OECD, 2016, p. 79) that presuppose the digital world to develop: artificial intelligence, machine learning, flexible automation, big data etc. Using the conclusions of Frey and Osborne (2017), there was a flood of forecasts about the future of labor and about how nations will be impacted by those potential new technologies (MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2017; OECD, 2017; WORLD BANK, 2016): they forecast a more differentiated global capitalism, given the unequal impact of future robotization in different countries. Frey (2019, pp. 320-331) presents a more balanced interpretation of those conclusions¹⁶, but his analysis includes institutional and technological variables that open room for a more heterogeneous world.

For the periphery, the emergence of the WWW may be a source of new opportunities, beyond the room opened by disruptive technologies for new firms and backward countries. Now there are six layers of different technological ages. Those six layers represent different feasible combinations of different technologies that may broaden options for backward countries to choose how to upgrade their economic position. As new branches of production are created, they offer different stairways to development (LEE & MALERBA, 2017). Regions and countries may choose even to reorganize

¹⁶ For a statement about misunderstandings of Frey's analysis, see "An accidental doom-monger" (The Economist, June 29, 2019)

old sectors using new technologies – new forms of producing clothes, to deal with remains of the first technological revolution. Backward countries have a large portfolio of alternative paths for sectorial catch-up that can lead to choices based on their existing strengths as starting points for “skipping intermediate steps”.

Finally, there are changes in the international division of labor stimulated by the WWW. One type of reorganization of international division of labor can be seen in statistics such as the distribution of app (Android) developers across the world – firms in advanced countries mobilize developers from many different countries¹⁷. Growth in the global mobility of labor, including of more educated people (GEUNA, 2017; KERR *et alii*, 2016), connected with new opportunities for relocation of economic activities, opens room for other forms of combined development, that include advanced countries. Furthermore, there is a *boomerang effect* (MARQUES, 2014): developments at the periphery are impacting the current reconfiguration of global capitalism, probably influenced by the WWW¹⁸. This boomerang effect might be related to some ideas put forward by E. Said: “[b]oth London and Paris have large immigrant populations from former colonies, which themselves have a large residue of British and French culture in their daily life” (SAID, 1993, p. 15). There is “network of interdependent histories” (*ibidem*, p. 19) on the “North-South relationship” (*ibidem*, p. 17). The WWW might intensify and accelerate the “overlapping territories”, the “intertwinement of histories” (*ibidem*, chapter 1).

¹⁷ <https://www.statista.com/statistics/271988/android-app-developer-country/>

¹⁸ This boomerang effect, with new impacts of the periphery upon the center, may be one new source of heterogeneity within developed countries.

5. Uneven and combined development as a methodological tool for contemporary research

Contemporary capitalism is a heterogeneous system, with a broad periphery heterogeneously composed by different varieties of capitalism. Those varieties of capitalism are amalgams created by the combination of modern forms generated by six different technological revolutions that impacted previous traditional societies and have been transforming those societies and those amalgams again and again.

How to investigate those changes and other incoming changes derived from new technologies emerging now and diffusing sometime in the future? Uneven and combined development is a methodological tool for this investigation because it has a dynamics. This dynamics might be derived from the integration between Trotsky's concept and Kondratiev's insights of systematic technological change. Each new technological revolution, or each new GPT, created new levels of unevenness that start, repeatedly, exerting new external pressures on backward countries, feeding processes that create new amalgams between existing social formations and more modern forms. Technological revolutions also change the channels for combination, multiplying channels that break seclusion and feed interdependence – combined development assumes new forms and broader impacts. The process of inclusion of new countries and regions in global capitalism is far more complete today than during the debates between Kondratiev and Trotsky in the 1920s. A dynamic view of the uneven and combined development suggests that it is still operating, with new forms given the spread of nuclei of capital accumulation throughout the whole world.

In sum: dynamically, the results of uneven and combined process until now help the understanding of this process operating today – and globally reshaping the economic system. There are the expansion of global capitalism, other processes of hegemonic transition, new varieties of capitalism, including forms derived from a transition from non-capitalist

economies (command economies as Stalinism and Maoism) towards new varieties of capitalism, possibilities of combination of new technologies with regressive social forms, possibilities of planned and organized processes of skipping intermediate stages and many unforeseen and unpredictable processes and new challenges.

One specific feature of economic dynamics at the periphery is the almost universal presence of traps and lock-ins that block development and feed process of falling behind. The literature of middle income trap (reviewed by DIAS, 2018) is an indicator of this global problem. The use of uneven and combined development as a methodological tool may help the investigation of this phenomenon because it gives the researchers ways to look to different aspects of this process. First, technological revolutions and new GPTs create new levels of unevenness, widening gaps with backward countries and triggering process of falling behind despite domestic policies of those countries at the periphery. Second, historical roots established by previous amalgams formed by the combination of modern forms with archaic forms may be the source of those lock-ins: previous income concentration in Latin American countries and South Africa or residues of the caste system in India are integrated in resulting amalgams that define a path that repeats itself over time, always blocking or limiting the inclusion of larger parts of their populations in the economy, squashing the expansion of domestic economies. Those amalgams will be impacted by new technological revolutions but the new outcomes can preserve the paths that in the past have blocked catch-up processes. Finally, technological revolutions at the center open opportunities to backward countries to build new sequences in the process of development, tailoring specific combinations of all available technologies to their absorptive capabilities.

References

- ACHCAR, G. *The people want: a radical exploration of the Arab uprising*. London: Saqi Books, 2013.
- AMSDEN, A. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York/Oxford: Oxford University, 1989.
- _____. *The rise of "the rest": challenges to the West from late-industrializing economies*. Oxford: Oxford University, 2001.
- BARNETT, V. "Trotsky, Kondratiev, and long waves", *Journal of Trotsky Studies*, n. 2, pp. 1-16, 1994.
- _____. *Kondratiev and the dynamics of economic development: long cycles and industrial growth in historical context*. Hampshire: Macmillan Press Ltd, 1998.
- BERGÈRE, M. C. "The Chinese bourgeoisie". In: FAIRBANK, J. (ed.) *The Cambridge History of China*. Volume 12. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, pp. 721-825.
- BRESNAHAN, T. "General purpose technologies". In: HALL, B. & ROSENBERG, N. (eds.) *Handbook of the economics of innovation*. Volume II. Amsterdam: North Holland, 2010, pp. 761-791.
- BRITTO, G.; CAMARGO, O. S.; KRUSS, G. & ALBUQUERQUE, E. "Global interactions between firms and universities", *Innovation and Development*, v. 3, pp. 71-87, 2013.
- BRITTO, J. N.; RIBEIRO, L. C. & ALBUQUERQUE, E. *Networks of international patent citations: pattern of growth, self-organization and change*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG (Texto para Discussão 605), 2019.
- CANTWELL, J. "Innovation and information technology in the MNE". In: RUGMAN, A. M. (ed.) *The Oxford Handbook of International Business*. Oxford: Oxford University Press (Second Edition), 2009, pp. 417-446.
- CHANDLER JR., A. *The Visible Hand - The Managerial Revolution in America Business*. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1977.
- COHEN, W. & LEVINTHAL, D. A. "Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation", *Administrative Science Quarterly*, 35, pp. 128-152, 1990.
- DARWIN, J. *The Empire project: the rise and fall of the British World-System, 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DAVIDSON, N. "China: unevenness, combination, revolution?". In: DUNCAN, H. & RADICE, H. (eds.) *100 years of permanent revolution: Results and Prospects*. London: Pluto Press, 2006, pp. 211-229.
- DAY, R. "The theory of long cycle: Kondratiev, Trotsky, Mandel", *New Left Review*, n. 99 (September-October), pp. 67-82, 1976.
- DEUTSCHER, I. *Trotsky - o profeta desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1968), 1959.
- DIAS, J. P. *Armadilha da renda média: teoria, indicadores e a experiência recente do Brasil*. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas, – FACE-UFMG, Belo Horizonte, 2018.
- DJANKOV, S. "Russia's economy under Putin: from crony capitalism to state capitalism", *Policy Brief* 15-18. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2015.
- DRÈZE, J. & SEN, A. *India: development and participation*. Oxford: Oxford University, 2002.
- DUNNING, J. & LUNDAN, S. *Multinational enterprises and the global economy*. Cheltenham: Edward Elgar (Second edition), 2008.
- ERNST, D. *Innovation offshoring: Asia's emerging role in Global Innovation Networks*. Honolulu: East-West Center, 2006.
- ESPING-ANDERSON, G. *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity, 1990.

- FAIRBANK, J. "The creation of the treaty system". In: FAIRBANK, J. (ed.) *The Cambridge History of China*. Volume 10. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, pp. 213-263.
- FINE, B. & RUSTOMJEE, Z. *The political economy of South Africa: from minerals-energy complex to industrialisation*. London: Westview, 1996.
- FREEMAN, C. & LOUÇÃ, F. *As time goes by: from the industrial revolutions to the information revolution*. Oxford: Oxford University, 2001.
- FREY, C. *The technology trap: capital, labor and power in the age of automation*. Princeton: Princeton University Press, 2019.
- FREY, C. B. & OSBORNE, M.A. "The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?", *Technological Forecasting & Social Change*, v. 114, pp. 254-280, 2017.
- FURTADO, C.. *Economic Development of Latin America: historical background and contemporary problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- _____. "Underdevelopment: to conform or to reform", In: MEIER, G. (ed.) *Pioneers of development*. Second Series. Oxford: Oxford University/World Bank, 1987.
- _____. *Metamorfoses do capitalismo*. Rio de Janeiro: Discurso na Universidade Federal do Rio de Janeiro no recebimento do título de Doutor Honoris Causa, 2002. (available at: <http://www.redcel-sofurtado.edu.mx>).
- GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Harvard University, (1962) 1952.
- _____. *Europe in the Russian mirror: four lectures in economic history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- GEUNA, A. (ed.) *Global mobility of research scientists*. Amsterdam: Elsevier, 2017.
- GREENSTEIN, S. *How the internet became commercial: innovation, privatization and the birth of a new network*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- HYMER, S. *The International Operations of National Firms: A study of direct foreign investment*. Cambridge: MIT Press (1976), 1960.
- _____. "The efficiency (contradictions) of multinational corporations", *American Economic Review*, v. 60, n. 2, pp. 441-448, 1970.
- _____. "The Internationalization of Capital", *Journal of Economic Issues*, v. 6, n. 1, pp. 91-111, 1972.
- KERR, S. P.; KERR, W.; ÖZDEN, Ç. & PARSONS, C. "Global talent flows", *Journal of Economic Perspectives*, v. 30, n. 4, pp. 83-106, 2016.
- KING, L. P. & SZELÉNYI, I. "Post-communist economic systems". In: SMELSER, N. & SWEDBERG, R. (eds.) *The handbook of economic sociology*. Princeton/New York: Princeton University Press/Russel Sage Foundation (Second Edition), 2005, pp. 205-229.
- KNEI-PAZ, B. *The social and political thought of Leon Trotsky*. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- KONDRATIEV, N. D. *The world economy and its conjunctures during and after the war*. Moscow: International Kondratiev Foundation (2004), 1922.
- _____. "The Long Waves in Economic Life", *Review of Economic Statistics*, v. 17, n. 35, pp. 105-115 (1935), 1926a.
- _____. "Long cycles of economic conjuncture". In: MAKASHEVA, N.; SAMUELS, W. & BARNETT, V. (eds.) *The works of Nikolai D. Kondratiev*. London: Pickering and Chato (1998), 1926b, pp. 25-60.
- _____. "La dynamique des prix des produits industriels et agricoles". In: FONTVIELLE, L. (ed.) *Les grands cycles de la conjuncture*. Paris: Economica (1992) 1928, pp. 377-492.

- KUO, T. & LIU, K. "Self-strengthening: the pursuit of Western technology". In: FAIRBANK, J. (ed.) *The Cambridge History of China*. Volume 10. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, pp. 491-542.
- LEE, K. *Schumpeterian analysis of economic catch up: knowledge, path-creation, and the middle-income trap*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- LEE, K. & MALERBA, F. "Catch-up cycles and changes in industrial leadership: windows of opportunity and responses of firms and countries in the evolution of sectoral systems", *Research Policy*, v. 46, pp. 338-351, 2017.
- LINDEN, M. "Gerschenkron's secret: a research note", *Critique*, v. 40, n. 4, pp. 553-562, 2012.
- LOUÇÃ, F. "Nikolai Kondratiev and the early consensus and discussions about history and statistics", *History of Political Economy*, v. 31, n. 1, pp. 169-205, 1999.
- MAKASHEVA, N.; SAMUELS, W. & BARNETT, V. (eds.) *The works of Nikolai D. Kondratiev*. London: Pickering and Chato, 1998.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, (1982) 1972.
- MARQUES, S. F. *Mudanças na divagem centro-periferia e o efeito bumerangue: o impacto da periferia na reconfiguração sistêmica do capitalismo no século XXI*. Tese (Doutorado em Economia) – Ce-deplar, UFMG, Belo Horizonte, 2014.
- MARX, K. *Capital*. Volume I. London: Penguin Books (1976), 1867.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto* (available at <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/communist-manifesto/index.htm>), 1848. Access in May 20 2019.
- MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. *A future that works: automation, employment and productivity*. Brussels/San Francisco/Shanghai: McKinsey Global Institute, 2017.
- MYERS, R. & WANG, Y. "Economic developments 1644-1800" In: PETERSON, W. (ed.) *The Cambridge History of China*. Volume 9, Part 1: The Ch'ing Empire to 1800. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 563-646,
- NAUGHTON, B. *The Chinese economy: transitions and growth*. Cambridge/London: The MIT Press, 2007.
- NELSON, R. (ed.) *National innovation systems: a comparative analysis*. New York, Oxford: Oxford University, 1993.
- OECD. *Interconnected economies: benefiting from global value chains*. Paris: OECD, 2013.
- _____. *OECD Science, Technology and Industry Outlook 2016*. Paris: OECD Publishing, 2016. (disponível em http://dx.doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2016-en)
- _____. *The next production revolution: implications for governments and business*. Paris: OECD, 2017.
- OHKAWA, K. & KOHAMA, H. *Lectures on developing economics: Japan's experience and its relevance*. Tokyo: University of Tokyo, 1989.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. London: Verso, 2012.
- PEREZ, C. "Technological revolutions and techno-economic paradigms", *Cambridge Journal of Economics*, v. 34, n. 1, pp. 185-202, 2010.
- PEREZ, C. & SOETE, L. "Catching up in technology: entry barriers and windows of opportunity" In: DOSI, G.; FREEMAN, C. & NELSON, R. et alii. (eds.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988, pp. 458-479.
- RAYCHAUDHURI, T. "The mid-eighteenth background" In: KUMAR, D. (ed.) *The Cambridge Economic History of India*. Volume 2 - c. 1757-2003. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, pp. 3-35.

- RIBEIRO, L. C. & ALBUQUERQUE, E. *The role of periphery in the current transition towards a new phase of capitalism: introductory questions on the changes of the centre-periphery divide*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG (Texto para Discussão 517), 2015.
- RIBEIRO, L. C.; DEUS, L. G.; LOUREIRO, P. M. & ALBUQUERQUE, E. M. "Profits and fractal properties: notes on Marx, countertendencies and simulation models", *Review of Political Economy*, v. 29, n. 2, pp. 282-306, 2017.
- RIBEIRO, L. C.; RAPINI, M. S.; SILVA, L. A. & ALBUQUERQUE, E. "Growth patterns of the network of international collaboration in science", *Scientometrics*, v. 114, pp. 159-179, 2018.
- ROSENBERG, N. *Technology and American economic growth*. Armonk: M. E. Sharpe, 1972.
- _____. "Chemical engineering as a General Purpose Technology". In: HELPMAN, E (ed.). *General Purpose Technologies and economic growth*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1998, pp. 167-192.
- SAID, E. W. *Culture and imperialism*. New York: Vintage Books, 1993.
- SCHUMPETER, J. *Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. Philadelphia: Porcupine, (1989) 1939.
- SELWYN, B. "Trotsky, Gerschenkron and the political economy of late capitalist development", *Economy and Society*, v. 40, n. 3, pp. 421-450, 2011.
- TROTSKY, L. *Results and prospects*. (available at <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/tpr/rp-index.htm>), 1906. Access in June 20 2019.
- _____. *1905* (available at <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1907/1905/index.htm>), 1907. Access in May 22 2019.
- _____. "The curve of capitalist development" (available at <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1923/04/capdevel.htm>), 1923. Access in May 20 2019.
- _____. "Europe and America" (available at <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1926/02/europe.htm>), 1926. Access in June 16 2019.
- _____. *A história da Revolução Russa*. Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1978), 1930.
- _____. "Ninety years of the Communist Manifesto" (available at <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1937/10/90manifesto.htm>), 1937. Access in June 7 2019.
- WADE, R. *Governing the market: economy theory and the role of government in East Asian industrialization*. Princeton: Princeton University, 1990.
- WORLD BANK. *Digital dividends: World Development Report 2016*. Washington: World Bank, 2016.

ÁQUILAS MENDES
LEONARDO CARNUT

CRISE DO CAPITAL, ESTADO E NEOFASCISMO: BOLSONARO, SAÚDE PÚBLICA E ATENÇÃO PRIMÁRIA

Recebido em 20/05/2020

Aprovado em 30/06/2020

CRISE DO CAPITAL, ESTADO E NEOFASCISMO: BOLSONARO, SAÚDE PÚBLICA E ATENÇÃO PRIMÁRIA

Resumo

O objetivo deste artigo é realizar uma análise crítica das medidas do governo Bolsonaro na saúde pública, especialmente no que se refere à criação do novo modelo de alocação de recursos federais à Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS). A análise evidencia a relação entre essas medidas, a crise contemporânea do capital e a natureza do Estado brasileiro, cuja escalada do fechamento do regime político (de legitimidade restrita) tem tido como apoio a ascensão do neofascismo, tanto como organização das massas como característica inerente de medidas de cunho ultraliberal. O artigo está disposto em duas partes. A primeira aborda a relação entre crise, Estado, regime político restrito e neofascismo no capitalismo dependente brasileiro, e a segunda parte discute o enfrentamento que a saúde pública vem sofrendo pelo governo Bolsonaro, por meio da rejeição do princípio constitucional do SUS universal, a partir do modelo implantado de financiamento da atenção primária à saúde.

Palavras-chave: neofascismo; Estado; crise; financiamento em saúde; Atenção Primária à Saúde

ÁQUILAS MENDES

Professor Associado da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP) e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: aquilasmendes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5632-4333>

LEONARDO CARNUT

Professor Adjunto do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Saúde (UNIFESP) e colaborador do Programa de Formação Interdisciplinar em Saúde (USP).

E-mail: leonardo.carnut@unifesp.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6415-6977>

Abstract

The objective of this article is to carry out a critical analysis of Bolsonaro government's measures on public health, especially with regard to the creation of the new model of Unified Health System (SUS) federal resources allocation to Primary Health Care (PHC). The analysis shows the relationship between these measures, the contemporary capital crisis and the nature of the Brazilian State, whose escalation of the closure of the political regime (of restricted legitimacy) has been supported by the rise of neo-fascism, both as an organization of the masses and as an inherent characteristic of ultraliberal measures. The article has two parts. The first addresses the relationship between crisis, State, restricted political regime and neo-fascism in Brazilian dependent capitalism, and the second part discusses the confrontation that public health has been suffering by the Bolsonaro government, through the rejection of the constitutional principle of universal SUS, starting from the implemented model of financing primary health care.

Keywords: neo-fascism; state; crisis; health financing; Primary Health Care

Introdução

Em função da crise de longa duração do capitalismo (nova decadência capitalista) (BEINSTEIN, 2019), o Brasil tem sofrido diversas ofensivas do capital na bem sucedida tentativa de desconstruir os direitos sociais, dentre eles, o direito à saúde nesse país. Em que pese a derrocada do direito à saúde desde o início dos governos neoliberais (com Fernando Henrique Cardoso), e posteriormente com os governos de centro-esquerda Lula-Dilma (que não garantiram a centralidade da agenda federal à saúde pública), o golpe institucional de 2016 foi um “tiro de misericórdia” nas ações e nos serviços de saúde pública, encontrando respaldo na neofascistização do cenário político-social.

A Emenda Constitucional n. 95/2016 é a face mais vil da demolição dos direitos sociais e, entre os quais, está o direito à saúde. Ela congela o gasto público primário em 20 anos, medida sem precedente em nenhum país do capitalismo ocidental, o que revela a face das medidas golpistas da extrema-direita. Estas estão em associação com os interesses fascizantes de extermínio da classe trabalhadora com as propostas de contrarreformas aprovadas: a trabalhista, a previdenciária e a administrativa, sem contar os reiterados ataques ao direito à educação, especialmente à educação superior pública. Este cenário de guerra encontra seu terreno político no governo neofascista de Jair Bolsonaro e seu alinhamento de precisão cirúrgica aos interesses do imperialismo, especialmente estadunidense, ao alinhavar suas medidas aos interesses econômicos e geopolíticos desta potência (MELO, 2019).

As palavras de Trotsky na crítica sobre o fascismo, situadas historicamente, devem servir de reflexão para o quadro que se instalou no capitalismo contemporâneo em crise, sobretudo no contexto brasileiro de Bolsonaro: “a burguesia em declínio é incapaz de se manter no poder pelos meios e métodos do Estado parlamentar que criou. Recorre ao fascismo como arma de autodefesa, pelo menos nos momentos mais críticos (TROTSKY, 1932, p. 3; tradução nossa). No caso do projeto neofascista de Bolsonaro, em plena

crise econômica brasileira, a estratégia tem sido a de arregimentar as massas para o seu apoio. Conforme Gramsci (2007) assinalava em sua época, ao “macaquearem” mobilizações de rua mimetizando a organização política da esquerda, os fascistas esbravejam ao apito do seu mito. Dentre os mais recentes acontecimentos que sintetizam esse fenômeno – atualmente compreendido por neofascismo – temos: as manifestações realizadas à porta do Congresso Nacional em favor do seu fechamento, as manifestações de apoio a Bolsonaro quando da demissão do Ministro da Justiça Sérgio Moro (reconhecidamente parcial na prisão política de Lula) e as diversas coletivas de imprensa do presidente que reúnem bolsonaristas realizando saudações nazistas. Especialmente em relação à saúde, assistimos ao lastimável ataque verbal e físico de apoiadores de Bolsonaro a enfermeiras e enfermeiros que denunciavam as mortes da categoria por falta de condições de trabalho no enfrentamento ao novo coronavírus e, ainda, à insistente pauta anticiência em que ativistas ecoam o uso da cloroquina (medicamento sem evidência científica até o momento) no tratamento do covid-19.

Por mais que a conjuntura esteja tão hostil que nos impeça de ver além do que a aparência nos reserva, buscamos atentar que a dinâmica golpe-decadência-neofascismo não vem apenas agora depositando suas nefastas intenções no Sistema Único de Saúde (SUS), mas sim, já em período anterior, seguindo o trilho do ultraconservadorismo e focando onde realmente interessa para os negócios mais atuais do capital fictício: a Atenção Primária à Saúde. Não obstante, este nível de atenção à saúde, essencial para garantir sistemas de saúde universais e baseados no equilíbrio entre necessidades-tecnologia-investimento, não vem ocupando os debates nos noticiários e nem sequer vem sendo pautado pelos próprios trabalhadores do sistema de saúde.

Na saúde, a escalada de medidas destrutivas, seja pela asfixia financeira do SUS com a EC-95, seja na defesa, pelo governo Bolsonaro, da desvinculação dos recursos orçamentários alocados à saúde (por meio da proposta da PEC do Pacto Federativo n. 188/2019), não tem sido suficiente para que

o setor retome a acumulação capitalista. Assiste-se, recentemente, a medida demolidora que busca ir ao cerne do sistema, ou seja, garantir o forte ataque ao princípio constitucional do SUS universal por meio de um novo modelo de alocação dos recursos federais para a Atenção Primária à Saúde, estabelecendo uma neofocalização¹ de sua atenção para a população pobre, submetendo-se às propostas do Banco Mundial.

Compreendemos que os embates contra o SUS e, recentemente, o seu nível de Atenção Primária à Saúde, devem ser lidos na totalidade da dinâmica capitalista em sua fase contemporânea, na qual a relação entre a forma-valor e a forma-jurídica do Estado capitalista encontra-se na mais pura organicidade para destituir o conteúdo do direito à saúde e usá-lo para fins de rearranjo do processo de acumulação (MENDES & CARNUT, 2018; 2019). É sob esta análise que provocaremos reflexão sobre a imbricada relação existente entre a crise do direito à saúde e a reconfiguração do Estado capitalista brasileiro, manifestando-se por um regime político de legitimidade restrita, que ganha intensidade após o golpe institucional de 2016, especialmente com o governo Bolsonaro.

Em meio às incertezas que assolam o cenário atual, o capítulo da atenção primária à saúde precisa reviver no horizonte de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores no nosso país, e, portanto, isso justifica o porquê merecer ser mais bem discutido. Assim, entendemos que é necessário delimitar o âmbito de nossa reflexão neste artigo, restringindo-a à temática de uma área que vem sofrendo intensos ataques, mas pouco abordada nos estudos críticos mais recentes, como a do direito à saúde e o papel da atenção primária na conjuntura recente.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é realizar uma análise crítica das medidas do governo Bolsonaro com relação à saúde pública, especialmente

¹ Dados demonstram que a focalização da atenção primária à saúde já existe nos grandes centros urbanos (capitais dos estados, conurbações e grandes metrópoles), pois não há a expansão da APS em todos os territórios, incluídos os mais ricos (o que caracterizaria a universalização do serviço). O que a proposta de alocação de recursos para APS pretende fazer é uma focalização de novo tipo (neofocalização), ao destinar recurso em função apenas dos mais vulneráveis nos territórios adstritos (uma “focalização por dentro”).

no que se refere à criação do novo modelo de alocação de recursos federais à Atenção Primária à Saúde (APS) do SUS. A análise evidencia a relação entre essas medidas, a crise contemporânea do capital e a natureza do Estado brasileiro, cuja escalada do fechamento do regime político (de legitimidade restrita) tem tido como apoio a ascensão do neofascismo, com políticas ultraliberais.

O artigo está estruturado em duas partes. A primeira aborda a relação entre crise, Estado, regime político restrito e neofascismo no capitalismo dependente brasileiro, e a segunda parte discute a ultramercantilização que a saúde pública vem sofrendo pelo governo Bolsonaro, por meio da rejeição do princípio constitucional do SUS universal, a partir do modelo implantado de financiamento da atenção primária à saúde.

I. Crise, Estado, regime político restrito e neofascismo

O mundo do capital vem experimentando uma crise de sobreacumulação e superprodução desde os anos 1970 e que vem se prolongando por quase meio século. Essa crise revela-se, por um lado, pela queda da taxa de lucro, tal como indicado pela lei tendencial de Marx (2017) e, por outro, pelo aumento significativo do capital fictício, ocupando o centro das relações econômicas e sociais (CHESNAIS, 2016). No período mais recente, essa crise vem sendo acompanhada pela ascensão dos nacionalismos de direita, intensificando a política neoliberal dominante. Isso ajudou a levar ao poder figuras como Trump, que desestabilizaram ainda mais a política e a economia (CHOONARA, 2019). Adicione-se a isso a intensificação de regimes políticos de legitimidade restrita como no Brasil, que, após o golpe de 2016, encontrou no neofascismo um cenário fecundo para que o governo Bolsonaro chegasse ao poder.

O comportamento político do governo Bolsonaro, atribuído por parte da literatura ao seu caráter neofascista, inscreve-se dentro de uma lógica e no quadro de uma crise capitalista sem precedentes.

Vários importantes autores marxistas, como Roberts (2016; 2018), Kliman (2012; 2015) e Callinicos (2010; 2014), associam a compreensão da crise contemporânea do capital, nos últimos 50 anos, a uma crise de sobreacumulação e superprodução, tendo como fundamento a lei tendencial da queda da taxa de lucro, o que torna a abordagem de Marx incontornável². Entendem esses autores que essa crise se articula a duas principais tendências: a tendência de queda da taxa de lucro nas economias capitalistas, tal como previsto pela “Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro”, denominada por Marx (2017); e, como resposta a essa tendência, o crescimento vertiginoso da valorização financeira, em que o capital fictício passa a ocupar a liderança na dinâmica do capitalismo nesse período, apropriando-se, por exemplo, dos fundos públicos.

Para Roberts (2016; 2018), as economias capitalistas vêm experimentando um período de “longa depressão”, desde 2007/2008³. A partir desse período, essas economias combinam baixo investimento e reduzido crescimento da produtividade, em decorrência de uma menor lucratividade dos setores produtivos e uma aceleração da especulação financeira. O resultado disso é demonstrado, década após década, com o decréscimo da taxa média de crescimento anual do PIB global, sendo 2,58% nos anos 2000, e 2,40%, entre 2011 e 2013 (SMITH, 2019).

Esse padrão declinante é percebido com intensidade no Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) divulgado pelo IBGE para o ano de 2019 apontou crescimento de 1,1% para a economia brasileira. Apesar de ser o terceiro ano consecutivo de crescimento após a profunda recessão de 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,3%), o dado não deixa de ser decepcionante, frente as expectativas que

² Marx, ao se referir à crise capitalista, orienta-nos que a dinâmica do capitalismo sempre se desenvolve acumulando contradições que periodicamente levam a crises (MARX, 2013). Na realidade, ao longo dos três volumes de *O Capital*, essa ideia-chave é sistematicamente reiterada, à medida que ele vai expondo a contradição do movimento do modo de produção capitalista, iniciando com sua argumentação desde o primeiro capítulo sobre “A Mercadoria”, no Livro 1, estendendo-a até o final do Livro 3.

³ Roberts (2016), ao se referir à “longa depressão”, adverte-nos que houve três dessas depressões na história do capitalismo: 1873-1897, 1929-1946 e 2008 até a atualidade. Segundo esse autor, geralmente, é no setor financeiro que a crise se inicia, entretanto, o problema no setor produtivo deve ser a principal causa.

havia no início do ano de 2,5% e também por ser inferior ao já irrisório crescimento verificado em 2017 (1,3%) e 2018 (1,3%) (DEPE, 2019).

Por sua vez, a massiva expansão econômica da China antes de 2008 não foi retomada no período posterior e diminuiu para cerca de 6% ao ano, sendo a menor taxa desde 1992 (CHOONARA, 2019). Seu *boom* anterior foi construído com uma combinação de fatores, principalmente exportações de bens manufaturados, níveis maciços de investimento de capital e salários baixos. Ainda que os salários tenham subido lentamente após o *crash* de 2007-2008, o investimento e o crescimento da produtividade caíram, e as exportações, já atingidas pela crise, enfrentam mais pressões da guerra comercial EUA-China (*ibidem*).

Na análise da crise contemporânea, Kliman (2012) especifica o comportamento da taxa de lucro no setor corporativo das empresas industriais e financeiras norte-americanas, indicando uma redução de pouco mais de 20%, em 1950, para uma taxa inferior a 7% em 1982, mantendo-se nessa posição até os anos 2000. Por sua vez, esse autor argumenta que a existência da pequena recuperação da taxa de lucro após a década de 1980, ainda que inferior ao patamar verificado nos primeiros anos do pós-II Guerra, foi decorrente das políticas econômicas neoliberais. Essas buscaram propiciar novas possibilidades de valorização, levando à diminuição dos salários dos trabalhadores, impondo condições de trabalho ainda bem mais precárias e elevando a pressão sobre os desmontes dos direitos sociais nos países.

Ainda, Kliman (2015) chama a atenção que a tendência da queda da taxa de lucro, ao provocar uma desaceleração da economia, incentiva a “superprodução” e a especulação, ao mesmo tempo desembocando numa crise financeira como causa imediata da última recessão. A causalidade entre lucratividade e especulação apoia-se no fato de que os capitalistas buscam manter a taxa média de lucro para fazer frente às suas dívidas. Ao se arriscarem a novos empreendimentos com vistas a um lucro extra, eles atuam em mercados especulativos de alto risco, o que, somado à queda da rentabilidade, gera uma crise financeira.

Callinicos (2014) insiste na ideia de que podemos encontrar nos três volumes de *O Capital* não uma articulada e completa teoria da crise, mas uma

concepção multidimensional das crises econômicas, que podem ser agrupadas em três categorias⁴. Contudo, ressaltamos aqui a terceira categoria, que se relaciona à causalidade das crises associando a lei da tendência de queda da taxa de lucro e o ciclo de bolhas e pânico nos mercados financeiros, sintonizada com a forma mais fetichizada do capital. Nessa perspectiva, torna-se fundamental acrescentarmos a segunda tendência da acumulação capitalista nos últimos 50 anos: o agigantamento da acumulação financeira por meio do vertiginoso crescimento do capital fictício, seja na forma de títulos públicos, de ações negociadas no mercado secundário, seja na de derivativos de todos os tipos (CHESNAIS, 2016). Para se ter uma ideia, esse autor apresenta que, entre 1980-2014, os ativos financeiros globais aumentaram significativamente, passando de quase 12 trilhões de dólares a 294 trilhões, respectivamente.

O fraco ritmo do crescimento do PIB mundial contrasta tanto com a intensidade da exploração do trabalho nas fábricas dos países industrializados e não-industrializados, como com o montante do que é considerado dinheiro movendo-se incessantemente pelo sistema financeiro mundial (*ibidem*). O resultado disso é que a lógica de valorização fictícia, assegurada em última instância pelos Estados, via emissão de títulos da dívida pública, vem se expandindo, com crescimento substantivo do pagamento do serviço desta dívida. Por sua vez, para se contrapor a esse quadro, a classe dominante vem intensificando a barbárie com o alargamento da expropriação dos direitos sociais⁵ da classe trabalhadora no mundo (BOSCHETTI, 2018) por meio de

⁴ Segundo Callinicos (2014), a primeira categoria refere-se a fatores que possibilitam a erupção de crises, resultantes da troca de mercadorias, do moderno sistema de crédito de capitais e das condições de troca [reprodução ampliada] entre os dois principais departamentos de produção [bens de produção e bens de consumo]. A segunda categoria reúne fatores que condicionam o surgimento de desequilíbrios decorrentes das interações entre flutuações nas taxas de salários e no tamanho do exército industrial de reserva, em conjunto com a rotação do capital fixo.

⁵ As expropriações constituem processos constantes e condição da formação e expansão da base social do capital, sendo uma relação dialética determinada entre expropriação e base social (BOSCHETTI, 2018). Boschetti (*ibidem*) apoia-se em Fontes (2018) para melhor compreender esse processo de expropriação. Para Fontes (*ibidem*), a “expropriação primária original”, que ocorreu com as massas camponesas que possuíam a terra, não se restringiu, apenas, à etapa da acumulação primitiva, mas também está presente e se intensifica no capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, para comentar os processos contemporâneos de subsunção do trabalho ao capital que decorreram da denominada expropriação primária, Fontes as denomina como “expropriações secundárias”. Essas últimas não dizem respeito à perda da propriedade dos meios de produção, mas se relacionam aos processos econômicos e sociais que agudizam a disponibilização do trabalhador para o mercado, criando novas formas de acumulação e extração de mais-valor, como por exemplo, a mercantilização que ocorre em bens públicos, na saúde e na educação. Para Fontes (*ibidem*, p. 33), essas expropriações contemporâneas assumem o mesmo padrão anterior, à medida que arrancam dos seres sociais suas condições de existência e as convertem em capital.

contrarreformas e ajustes fiscais permanentes, percebido, com muita intensidade, no Brasil do governo neofascista de Bolsonaro.

É importante salientarmos que a interação dessas duas tendências causais que explicam a crise contemporânea se articula com a forma política, ou o Estado, uma vez que ela mesma é parte integrante das relações capitalistas de produção, de maneira a assegurar a forma-valor do capital. É nessa perspectiva que podemos compreender a natureza da crise do capitalismo contemporâneo, a crise da forma-mercadoria, no que diz respeito à acumulação e à valorização do valor (forma-valor) (MASCARO, 2018).

Segundo o enfoque da escola da derivação do Estado⁶, a sociedade apresenta-se em duas esferas *aparentemente* autônomas: o econômico e o político. A questão que se coloca não é “derivar” o político do econômico, mas explicar porque, no modo de produção capitalista, as relações sociais aparecem simultaneamente sob formas econômicas – mercadoria, valor, dinheiro, capital – e sob a forma Estado. Na realidade, a sucessão das categorias “mercadoria / valor / dinheiro” não pode se encerrar na categoria “capital”. Ao se limitar à categoria “capital”, essa dedução lógica não permite apreender em sua totalidade as causas do movimento real da sociabilidade capitalista.

Trata-se de perceber o Estado (suas leis, por exemplo) como constitutivo da relação de troca e, ainda mais, da relação de produção. O capital não pode ser concebido se se omite a categoria “Estado”. A categoria “capital” ultrapassa a si mesma, e o Estado não pode ser compreendido sem se recorrer às categorias que o antecedem. Por sua vez, sem a categoria Estado, a categoria capital não pode ser concebida. O Estado é deduzido, isto é, derivado da lógica do movimento do capital (PACHUKANIS, 2017).

Dessa forma, entre o Estado e o capital existe uma relação interna e fundamental expressa na superfície da sociedade como uma relação de exterioridade e contingência (GONZÁLEZ, 2015). Esta relação dialética – unidade e separação – que caracteriza a relação entre o Estado e o capital encontra

⁶ A escola da derivação do Estado opõe-se às interpretações de Gramsci, de Poulantzas e inclusive do enfoque centrado na abordagem do capitalismo monopolista de Estado do Partido Comunista Francês. Para essas diferenças, de forma sintética, ver González (2015). Para a compreensão das características mais gerais e as diferentes abordagens da escola da derivação, ver Caldas (2015) e Bonnet e Piva (2017).

raízes na natureza das relações sociais capitalistas, devendo ser derivada dessas. Nessa linha de compreensão, Mascaro (2018) afirma que o Estado se constitui aparelho necessário à reprodução do capital, garantindo a troca das mercadorias, isto é, na sua forma-valor, e a exploração da força de trabalho, na sua forma assalariada. Desse modo, para esse autor, o Estado não é burguês por intenção de seus agentes, mas, sim, pela sua forma social.

Nesta perspectiva, González (2015) argumenta que o Estado é concebido como uma categoria da crítica marxista da economia política, cuja análise deve ser realizada com a contribuição das diversas categorias e do método presente em *O Capital* de Marx, como bem o faz Pachukanis (2017). Essa abordagem não se limita a uma visão economicista do Estado e da política, mas, ao contrário, trata de superar o caráter ilusório da “particularização” do Estado, como se este fosse um ente neutro e acima da sociedade capitalista, criando a falsa ideia de garantia de igualdade aos “sujeitos de direitos” (PACHUKANIS, 2017). Nesse particular aspecto, Mascaro (2018) argumenta criticamente o caráter ideal do direito pela própria esquerda, ao entender que é impossível o capitalismo instituir o direito como aspecto benéfico perene, posto que integra a relação estrutural entre ele e a reprodução do capital. Tal reflexão adquire força, especialmente, no capitalismo contemporâneo em crise, em que se presencia, pela dinâmica do capital, a destruição dos direitos sociais, em geral, e da saúde, em particular, isto é, sua crise da forma-direito, como se discutirá na segunda seção deste artigo. Sem dúvida, com base em Pachukanis (2017), trata-se de uma ilusão pensar que todos os cidadãos são “sujeitos de direitos”, principalmente na dinâmica e determinação atual do Estado social capitalista.

Após ter sido feita uma caracterização mais geral do Estado capitalista, podemos refletir de forma mais direta sobre o Estado no capitalismo dependente, como no caso do Brasil. Antes de tudo, sugere-se que a análise do nosso país circunscreva-se à natureza do Estado nos países latino-americanos de capitalismo dependente, como denomina a Teoria Marxista da Dependência (TMD), em que suas economias se encontram reforçadas pela

necessária intensificação da transferência de valor como intercâmbio desigual para os países imperialistas, tendo a superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação (MARINI, 2005)⁷. É possível dizer que essa concepção da TMD é ainda agravada pela atual crise.

Nesse sentido, não é possível apenas deduzir o Estado nesses países à sucessão das categorias (mercadoria / valor / dinheiro / capital), como argumentam Mathias e Salama (1983), seguindo a visão da escola da derivação do Estado. Para esses autores, deve-se considerar fundamental entender esses países na totalidade da lógica da acumulação capitalista, isto é, seu papel na divisão internacional do trabalho em relação ao próprio processo de reprodução do capital – como de certa feita também afirmamos teóricos da Teoria Marxista da Dependência (LUCE, 2018) – e na base das suas formações econômico-sociais.

Mathias e Salama (1983) avançam na análise para além das categorias constitutivas da sociabilidade capitalista, introduzindo a categoria “mercado mundial”, isto é, em suas palavras, a inserção dos países subdesenvolvidos⁸ na “economia mundial constituída”, de forma a enriquecer ainda mais a perspectiva da lógica de derivação do Estado do movimento do capital. A maior intensidade da luta de classes nesses países, diante de uma relação

⁷ Para uma melhor compreensão sobre o conjunto das ideias da Teoria Marxista de Dependência, por meio de seus principais teóricos originários, como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, ver Luce (2018). Osório (2018), ao escrever a apresentação, argumenta de forma sintética que o capitalismo dependente se posiciona em lugar contraditório no sistema mundial capitalista, porque: “por um lado, se apresenta como um reservatório fundamental de valor e mais-valia, amortecendo a queda da taxa de lucro e as crises capitalistas. Por outro lado, o capitalismo dependente latino-americano constitui um elo fraco da corrente imperialista, o que torna possível que a atualidade da revolução se faça presente de maneira regular na região. Esta dupla e contraditória condição constitui também nossa barbárie contemporânea” (OSÓRIO, 2018).

⁸ Para a Teoria Marxista da Dependência, que sintetiza o encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo de Lênin, criaram-se categorias originais para responder a explicação dos processos e tendências específicos no âmbito da totalidade integrada e diferenciada que é o capitalismo mundial, especialmente nos países da América Latina, que devem ser melhor denominados como países de capitalismo dependente. Isto porque esses países transferem valor como intercâmbio desigual. Luce (2018, p. 11) assevera que: “o desenvolvimento desigual abordado pela TMD se apoia no desdobramento histórico da lei do valor e na diferenciação das formações econômico-sociais, no contexto de formação do mercado mundial e da integração dos sistemas de produção, dando passo a fenômenos históricos específicos. Daí advêm leis tendenciais específicas à economia dependente, descobertas originalmente pela TMD e que são expressão agudizada das leis gerais do capital, sob tendências negativamente determinadas enquanto momento predominante”.

imperialista entre nações, necessita de regimes políticos de “legitimidades restritas” para que se garanta a manutenção da condição subordinada dentro da divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, uma relação de dependência. Desse modo, os autores argumentam que o regime político constitui a forma de manifestação do Estado.

Mathias e Salama (1983) chamam a atenção para o fato de que, nos países subdesenvolvidos, o estado de exceção é a democracia, enquanto o estado normal refere-se aos regimes políticos de legitimidade restrita. Esta situação se expressa de maneira totalmente contrária nos países capitalistas desenvolvidos, em que o estado de exceção é a ditadura e o normal é a democracia (burguesa). Ao argumentarem por um papel particular do Estado na difusão das relações mercantis na América Latina, evitam a compreensão de seu papel pelas teorias mecanicistas e deterministas. Para Mathias e Salama, é fundamental compreender a distinção entre o Estado e sua forma – o regime político –, evitando que se reduza o Estado a um sujeito.

No âmbito da Teoria Marxista da Dependência, Osório (2017) aprofunda a compreensão da categoria no padrão de reprodução do capital identificando seus padrões históricos na América Latina, aportando novas formulações para a teoria do Estado, em torno das especificidades do Estado dependente. Em uma linha de reflexão similar à de Mathias e Salama (1983), Osório argumenta que, no contexto do sistema interestatal mundial, o Estado dependente configura-se como um *Estado subsoberano*, em que o poder estatal se subordina a outros poderes estatais, como se pode perceber na incorporação de políticas neoliberais de cortes drásticos de recursos e ajustes fiscais permanentes, intensificados no contexto da crise contemporânea do capital.

Osório (2017, p. 47) acrescenta dizendo: “também implica a presença de um poder que opera descentrado em respeito à sociedade no qual se constitui, nutrido por modalidades de reprodução que culminam em mercados exteriores”. O autor admite a heterogeneidade econômica e estatal que o capitalismo conforma no nível do sistema mundial. Além disso, Osório ressalta

outra característica importante: a particularidade do Estado dependente em manter o predomínio da superexploração, sob diversas formas, torna os conflitos sociais mais agudos e enfraquece as relações que geram sentido de comunidade. Nesse sentido, Osório (2017, p. 48) afirma que tal característica constitui “uma das principais razões pelas quais, na história política dos Estados latino-americanos, verifica-se a tendência ao predomínio de diversas formas autoritárias”. E, também, lembra-nos sobre a “dificuldade destes Estados em assentar-se de maneira mais duradoura em formas democráticas” (*idem ibidem*). Em síntese, não se trata de ausência de desenvolvimento político nos países latino-americanos, mas do resultado das formas particulares de reprodução do capitalismo dependente.

Na reflexão sobre o Brasil, seu posicionamento subordinado na economia mundial acaba por forçar seu Estado capitalista a se manifestar, de forma muito frequente, por meio de um regime político de legitimidade restrita, numa relação entre crise de hegemonia, bonapartismo e democracia blindada aos setores populares, conforme adverte Demier (2017). Sob essa perspectiva, para esse autor, pode-se admitir que, a partir da segunda metade dos anos 1980, a construção de uma democracia liberal no nosso país, que contou com o apoio da ditadura militar bonapartista, presente no período anterior, constituía um regime de dominação político-social de caráter largamente restrito (blindado às reivindicações populares) e com execução de contrarreformas (DEMIER, 2017).

A análise empreendida até aqui evidencia a relação entre a crise contemporânea do capital e seu imbricamento com o Estado no nosso país de capitalismo dependente, onde se assiste à escalada de um regime político de legitimidade restrita. Esse quadro acirra-se com a ascensão de políticas ultraliberais e neofascistas.

Nessa perspectiva, convém aclarar algumas características da categoria “neofascismo”, que ganha expressão, especialmente, na conjuntura latino-americana e brasileira. Entende-se que a categoria neofascismo contribui

para reconhecer o fenômeno vivido no Brasil, particularmente com a eleição de Bolsonaro (2018).

De acordo com Caldeira-Neto (2016), o neofascismo não seria uma questão restrita aos países de capitalismo avançado. É possível perceber a constituição autoritária de ditaduras civis e militares também no Cone Sul, em que suas manifestações devem ser lidas em “chaves” distintas, especialmente tendo assento na dinâmica “imperialismo-dependência”. Para não nos estermos sobre as características do neofascismo de forma geral, priorizamos o seu tratamento no Brasil recente.

O discurso de Bolsonaro dispõe de características ideológicas que podem localizá-lo no campo de um fascismo de novo tipo, dado que remete a elementos forjados do fascismo do entreguerras – considerando a definição genérica sobre fascismo de Griffin (2018) –, revivendo-os de forma reatualizada. É possível encontrar nele um discurso que, diante de uma crise de tamanha envergadura em todo o mundo, incluindo o Brasil, promete um “processo de renascimento nacional” – palingênese (MELO, 2019). Se no fascismo histórico de Mussolini era aclamada a regeneração da glória do Império Romano, e no discurso de Hitler apelava-se para um mítico passado dos alemães, o discurso bolsonarista cultua os “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira, negando seu caráter ditatorial.

Além disso, a natureza da ideologia nacionalista de Bolsonaro materializa-se por vários aspectos. Ao se observar o caráter típico dos fascismos nos países de capitalismo dependente, como o do Brasil, percebe-se a insistência de discursos que se aliam às posições do imperialismo norte-americano, ganhando intensidade no bolsonarismo. É notório que o atual governo cede às pretensões do imperialismo liderado por Trump ao conceder a base militar de Alcântara, no Maranhão, bem como ao promover a abertura do mercado brasileiro à competição do capitalismo norte-americano (MELO, 2019). Também presenciamos a insistência do pleito de Bolsonaro a que os cidadãos brasileiros cantem o hino nacional uma vez por semana, como

forma de “respeito à pátria”, considerando, por sua vez, aqueles que não o fizeram como desleais à “nação”.

De forma sintética e direta, Melo (2019, p. 7) argumenta que “Bolsonaro é um fascista”. Além de apresentar uma personalidade fascista, atua como um fascista, de acordo com uma ideologia fascista, sendo xenófobo, preconceituoso, machista e militarista. Além disso, o autor nos alerta para o fato de que Bolsonaro defende um movimento de mobilização dos setores médios e subalternos, reunidos por um grande ressentimento social, que encontra referência na análise de Moraes (1988) sobre o neofascismo brasileiro. E ainda que ele não tenha sido um candidato de uma direita tradicional, nem um personagem carismático-catalizador de um partido de massas, conta com o apoio da extrema-direita brasileira, de grupos “neonazis”, de setores do aparelho de repressão do Estado (das polícias militares a parcelas das Forças Armadas), do fundamentalismo religioso e, claro, do mercado (MELO, 2019).

Não se trata de um presidente “louco”, mas de alguém que adota as características fundamentais do fascismo como movimento, buscando assegurar a existência de um partido. Sua forma de atuação e seu governo parecem comprometidos em estimular a mobilização de massas. Recentemente, Bolsonaro, em reunião fechada com sua base militar, articulava uma mobilização que defendesse o “fechamento do Congresso” (FORUM, 2020) sem nenhum pudor para tal ação.

Por fim, de maneira ainda geral, deve-se mencionar que Bolsonaro e seu governo mobilizam o “Movimento Escola Sem Partido”, com características fascistas, a fim de ganhar mais adeptos. Mobiliza-se a partir de uma reacionária teoria da conspiração de teor obscurantista, visando um movimento popular contra a escola pública e favorável ao fundamentalismo religioso e macarthista (MELO, 2019). Acrescido a isso, os bolsonaristas utilizam como método diversos procedimentos voltados para aniquilar o Estado de direito, contando com significativas parcelas fascistizadas do aparelho do Estado, buscando inclusive criminalizar os educadores brasileiros.

Assim, trata-se de reconhecer que o neofascismo de Bolsonaro é um impulso importante à mudança do regime político, sendo este central no processo de destrave da crise de acumulação do capital, como no caso do capitalismo dependente brasileiro. Percebe-se a presença, cada vez mais marcante, de um regime de alta restrição, desejando-se a face bárbara do capital em crise (SALAMA, 2015). Mas, claro, isso não é anunciado pelo capital (e nem ele ousaria revelar). Isto tudo aparece na sociedade como novas formas de fascismo (BEINSTEIN, 2019) ou, como vem sendo denominado na literatura internacional, “neofascismo”⁹ (BULL, 2012).

2. Bolsonaro e a demolição da saúde pública: o caso do novo modelo de alocação de recursos federais à atenção primária à saúde

Compreendemos, pela análise realizada na primeira parte deste artigo, a ligação do capitalismo financeirizado (CHESNAIS, 2016), a inserção dependente (MARINI, 2005) e o neofascismo no Brasil (MELO, 2019) como uma possibilidade de mudança no regime político. Esse quadro permite avanços na pauta burguesa internacional e nacional no sentido de destravar o processo de acumulação rumo a novas formas de expropriação dos direitos sociais e da saúde.

Cabe lembrar que o setor da saúde, em tempos de capitalismo monopolista (Estado Social nos países europeus) (BOSCHETTI, 2016), tinha uma função específica que hoje mudou. No intervalo dos “Anos Dourados” do capitalismo (1945-1975), o setor da saúde tinha uma função bem definida. Para a classe trabalhadora era visto como uma forma de organizá-la para que esta tivesse acesso à promoção, prevenção e recuperação da saúde, evitando deixar o posto de produção vago, além de servir como um mecanismo para ‘salvar’ dinheiro (pela criação dos sistemas nacionais públicos), deixando-os com reservas para consumir em outros setores econômicos. Para a burguesia, era

⁹ Para uma maior compreensão do neofascismo como objeto, ver Carnut (2019) e também de sua discussão sobre o neofascismo de Bolsonaro, ver Cislighi e Demier (2019).

uma forma de ter um excelente comprador em larga escala (o Estado), que movimentava o complexo econômico-industrial da saúde e tinha no Estado seu principal fiduciário (*ibidem*).

Já nos tempos contemporâneos, após a crise despontada a partir dos anos 1970 e o avanço do neoliberalismo para se contrapor à queda da taxa de lucro (ROBERTS, 2018), que se demonstrava como mais uma crise que assolaria o capitalismo – de fato eclodindo em 2008 – (CALLINICOS, 2010), o setor saúde teve que desempenhar outro papel para subservir o modo de produção capitalista, remodelando suas funções, tornando-se um nicho de acumulação importante na expansão dos negócios capitalistas.

Isso cresceu especialmente no avanço das formas estritamente privadas de prestação de serviços de saúde, na década de 1960, com o avanço dos planos e seguros privados de saúde no mundo (CHESNAIS, 2016). Mas uma resistência havia quando se tratava dos sistemas de saúde de caráter nacional e universal (públicos), pauta de longa discussão e acúmulo de forças sociais importantes, assim como resistências da classe trabalhadora e de intelectuais na construção desses sistemas (KRÜGER, 2014).

Na tentativa de reorganizar os sistemas de saúde com base na universalidade, mas sem desconsiderar a economicidade necessária a uma provisão planejada (STARFIELD, 2002), o enfrentamento era feito tendo como base dois elementos: a) o documento *Saúde para todos no ano 2000*, fruto da Conferência que gerou a Declaração de Alma-Ata, realizada na antiga URSS (atual Cazaquistão), forjando o conceito de Atenção Primária à Saúde (APS) e, também, b) as experiências concretas vivenciadas em sistemas de saúde socializados, que provavam que uma atenção à saúde mais próxima à comunidade, que leve em consideração seus saberes, na lógica da promoção da saúde e que use tecnologias leves na construção do cuidado, resolvia em torno de 85% dos problemas de saúde de um território. Essa é a saída que já estava em curso na China (com os “Médicos de Pés-descaços”) e no Sistema de Saúde do Canadá (Relatório Lalonde) (MENDES, CARNUT & GUERRA, 2018).

É nesse sentido que a Atenção Primária à Saúde (APS) nasceu¹⁰, constituindo-se como uma forma de enfrentamento e luta por uma saúde para todos os povos e que, de certo, expressaria a melhor forma de construir justiça social assegurando o direito à saúde como o mais importante de todos. Contudo, mesmo reconhecendo esse importantíssimo avanço, o capitalismo, já em fase contemporânea de dominância do capital fictício, precisava avançar sobre os sistemas nacionais de saúde, experimentando formas de apropriar-se das políticas públicas em novas maneiras de expropriação, das quais os direitos sociais são o alvo primordial (BOSCHETTI, 2018), e, claro, em todas as formas concretas de provisão de serviços que podem ser objeto de exploração capitalista.

Ora, dentre os serviços que são mais fáceis de penetrar, ou seja, que se apresentam rentáveis ao capital em sistemas de saúde ditos ‘nacionais’, estão aqueles em que a incorporação tecnológica é maior. Assim, os serviços de atenção terciária e secundária (alta e média complexidade – ou seja, serviços hospitalares e especializados) se apresentaram como um nicho em potencial em um primeiro momento de construção dos sistemas de saúde em países latino-americanos, deixando a atenção primária aos cuidados da administração pública. Este avanço da privatização dos serviços de saúde na média e alta complexidade vem se concretizando a passos largos, conforme demonstram os dados de Miranda (2017), contudo, com a Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016 no Brasil, a conjuntura mudou.

A EC-95, ao congelar o gasto público em saúde por 20 anos¹¹, exige do capital sua readaptação. Assim, com o mercado de planos de saúde em desaceleração¹², com o impedimento constitucional de expansão da incorporação

¹⁰ O conceito de Atenção Primária à Saúde (APS) era dotado de uma radicalidade importante no momento de sua concepção. Em sua gênese, o conceito é derivado do auge da discussão dos anos 1970 sobre a determinação econômico-social da saúde, de cunho marxista, que resgatava a crítica ao modelo biomédico de atenção à saúde e à limitada capacidade do setor de saúde em resolver seus problemas quando não está fortemente articulado, em uma chave totalizante, com outros setores sociais. Para mais detalhes sobre como esta radicalidade arrefeceu, ver Mendes, Carnut e Guerra (2018).

¹¹ É possível verificar que, a partir da EC-95, com a passagem do subfinanciamento histórico para o processo de desfinanciamento, o SUS já perdeu cerca de R\$ 22,5 bilhões, acumulados nos últimos quatro anos desde sua implantação, intensificando sua asfixia financeira (FUNCIA, 2020).

¹² A desaceleração do mercado de planos e seguros privados de saúde vem sendo sentida desde a crise de 2008 (FENASAÚDE, 2016), quando o governo Dilma lançou pacotes de subsídios para as empresas de plano de saúde, para além da renúncia fiscal do imposto de renda de pessoa física para este tipo de prestação de serviço.

tecnológica¹³ na média e alta complexidade do sistema público, com o esgotamento da gestão terceirizada, inclusive na atenção primária, nos grandes centros urbanos do Brasil (como Rio de Janeiro e São Paulo), o novo nicho de acumulação de capital em larga escala no sistema de saúde se dá, nesta conjuntura, prioritariamente na atenção primária *em todo o país*. Por isso, ter adiante desta empreitada um governo federal que leve a cabo este projeto, requer, para além das lógicas formais da democracia burguesa, medidas de dominação política fascizantes diante da resistência que o capital encontrará.

É assim que este projeto de desmonte da APS vem se desenvolvendo. A rigor, suas intencionalidades já estavam delineadas no documento do Banco Mundial (2017) *Um ajuste justo*. Nesse relatório, o Banco Mundial (BM) afirma dados tais quais: a) o problema da sustentabilidade fiscal no Brasil, com recomendações como [...] “a política do governo deveria manter seu foco na redução do déficit primário (que, por sua vez, permitiria a redução das taxas de juros, dos pagamentos de juros e do déficit nominal)”;

b) em relação ao PIB, o diagnóstico do BM foi que o Brasil gasta em saúde tanto quanto a média entre os países da OCDE e mais do que os seus parceiros, mas a maior parte de tais gastos ocorre fora do setor público;

c) ainda sobre o PIB, o BM afirmou que o Brasil gasta com saúde (relativo ao PIB) valores similares aos seus parceiros da OCDE, porém a maior parte desse gasto é realizado pelo setor privado e que, a princípio, a redução dos gastos não é a única estratégia para restaurar o equilíbrio fiscal, mas é uma condição necessária;

d) o BM conclui em seu relatório que o Brasil “gasta muito com saúde pública”;

e) ressalta o seu grau de “fraco desempenho”, especificando, aqui, o “atendimento primário”, justificando-se no argumento de que a maior parte dos municípios é caracterizada por alta produtividade e baixo desempenho, ao passo que, nos atendimentos secundário e terciário, a maioria apresenta baixa produtividade e baixo desempenho, afirmando:

¹³ A principal incorporação tecnológica no setor de saúde, especialmente na média e alta complexidade do sistema, dá-se pelos medicamentos, sendo a indústria farmacêutica a mais poderosa, do ponto de vista econômico, no setor (GADELHA, 2003).

“sendo mais eficiente, o Brasil poderia oferecer mais serviços no nível de atenção primária”.

Ora, em que pese esta ofensiva do Banco Mundial especificamente à APS no Brasil, conforme demonstrado anteriormente, e ainda todo esforço em realizar a crítica a esses dados que apontam uma análise que desconsidera diversos elementos teórico-metodológicos sobre a realidade do SUS (MENDES & CARNUT, 2019), é pertinente lembrar que o Estado capitalista brasileiro, com seus legisladores, como crianças bem aplicadas em pavimentar o caminho da destruição, já estava fazendo a “tarefa de casa”. Não obstante, o vácuo legal, tão criticado pelos sanitaristas na organização jurídica do SUS, findou por ganhar expressões formais de gerencialismo, ainda em 2011, com a promulgação do Decreto 7.508/2011. Esse decreto é o primeiro (seis anos antes do Relatório do Banco Mundial/2017) a citar a “avaliação de desempenho” dos sistemas de saúde como forma de alocar recursos (CARNUT & MASSERAN, 2017).

É importante reavivar na memória que a discussão sobre desempenho nos sistemas de saúde ao redor do mundo não é nova e data dos anos 2000, através do Relatório Mundial de Saúde, que foi o responsável por delinear os argumentos sobre o desenvolvimento de medidas capazes de capturar o desempenho dos sistemas de saúde, já recebendo severas críticas naquele momento (FRENK, 2010). Contudo, a ideia mais alinhada aos desejos burgueses em explorar a APS encontra-se na avaliação de desempenho do *indivíduo* (no caso do trabalhador da saúde), que encontrará terreno social fértil para fincar seu ancoradouro normativo após a eleição de Bolsonaro.

Certamente, o impacto do Relatório do Banco Mundial (2017) chegaria ao Brasil no momento oportuno para a burguesia local. Não tardou muito para que sua equipe¹⁴ pautasse este documento em uma reunião extraordinária

¹⁴ O principal ator-veículo deste projeto é o antigo Secretário de Saúde de Porto Alegre Erno Harzheim. Harzheim é médico e filiado à área da medicina preventiva e social. Na perspectiva de acelerar a normatização do novo modelo de financiamento, em 13 de novembro de 2019, Harzheim, já dirigente da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS), reuniu atores como Peter Smith, professor da University of York, do Reino Unido, Robert Janett, Assistant Professor da Harvard University, Estados Unidos, e Edson Araújo, Economista Sênior e conselheiro do Banco Mundial, para avançar na promulgação do modelo (informação extraída do sítio do Ministério da Saúde).

na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados em Brasília. Assim, na audiência pública de 4 de abril de 2019, denominada “Apresentação do Relatório do Banco Mundial (2019) *Proposta de Reforma do Sistema Único de Saúde Brasileiro*”¹⁵, o documento apresenta praticamente o conteúdo do novo modelo de alocação de recursos federais para APS, em consonância com o que foi apresentado no relatório do BM de 2017, e que será analisado a seguir.

É necessário frisar que, antes mesmo do foco recair na APS, o SUS vinha passando por um contínuo processo de subfinanciamento desde os governos de FHC e dos chamados governos progressistas Lula-Dilma, assistindo, com o golpe institucional de 2016 (MENDES & CARNUT, 2020), a um processo crescente e contínuo de desfinanciamento por meio da EC-95. Ainda no governo ilegítimo de Michel Temer¹⁶, configurou-se um quadro de aniquilamento “a conta gotas” das tentativas de construção de um sistema de saúde universal tal qual o SUS é preconizado pela Constituição Federal de 1988. Empolgados com o cenário de terra arrasada que o golpe permitiu, a proposta de “desvinculação orçamentária” encontrou eco e passou a ser apresentada por Paulo Guedes, ministro da Economia de Jair Messias Bolsonaro, adquirindo materialidade na PEC 188/2019, integrante do “Plano Mais Brasil”. Não é difícil imaginar que, se com a frágil vinculação de 15% da Receita Corrente Líquida (base congelada pela EC-95) já assistimos ao processo de desfinanciamento do SUS, uma possível aprovação da “desvinculação” será a barbárie e a morte da saúde pública. É essencial considerar

¹⁵ Este debate foi transmitido ao vivo e espectadores poderiam participar *online*. Dentre os principais atores do governo federal estavam presentes Alexandre Padilha (PT – ex-ministro da Saúde), Adriana Ventura (Partido Novo), Pedro Westfalen (PP), Luiz Ovando (PSL), Flavio Nogueira (PDT), Santini (PTB), Jorge Solla (PT), Tereza Nelma (REDE), Luizinho (PP), Heleno Rodrigues Corrêa Filho (CEBES- vice-presidente), Mauro Junqueira (Conasems), Leonardo Vilela (Conass-Goiás), Carlos Ferraz (TCU), João Gabbardo (Secretaria Executiva – Ministério da Saúde) e Edson Araújo (economista/Banco Mundial). Em que pese algumas críticas ao documento, o clima geral da reunião parecia mais um encontro para chancelar a proposta do que um ato de resistência em si.

¹⁶ No governo Michel Temer, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) passou por uma reformulação, sendo reeditada pela portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que ficou conhecida como “nova” PNAB/2017. A PNAB 2017 já apresentava diversos elementos normativos de descaracterização do conceito de atenção primária, que expressavam o enxugamento de suas funções como ordenadora do cuidado. Para maiores detalhes, ver a análise crítica dessa portaria realizada por Morosini, Fonseca e Lima (2018).

este fato, a ponto de não parecer suficiente a ação orquestrada do capital na APS em todo o Brasil.

Todos esses fatores justificam uma teia de acontecimentos que revela o avanço da onda conservadora (CISLAGHI & DEMIER, 2019), agora exercendo sua força política na subsunção da APS ao seu projeto. Neste caminho, o auge do avanço deste conservadorismo, que em termos analíticos podemos classificá-lo como neofascistizante (MELO, 2019) na saúde, concretizou-se com a Portaria do Ministério da Saúde n. 2.979/2019, intitulada ironicamente como *Programa Previne Brasil*¹⁷, que estabelece o novo modelo de alocação dos recursos federais à APS (BRASIL, 2019a).

Essa Portaria destitui por completo toda lógica da atenção primária à saúde e da universalidade do sistema, descaracterizando sua orientação ao cuidado e ratificando os elementos de mercado que servem para o capital se reproduzir nesse nível de atenção. O novo modelo de financiamento dessa portaria define a combinação de um conjunto de critérios, agrupados em três componentes: 1) capitação ponderada, 2) pagamento por desempenho 3) incentivos a programas específicos / estratégicos.

Dentre os principais elementos de mercado que esta portaria¹⁸ dispõe, o primeiro componente (capitação ponderada) reduz o financiamento, antes

¹⁷ Ironicamente por dois motivos: a) por se tratar de um retrocesso científico e político-social, pelo fato de tornar a *prevenção* o foco das ações quando se tem um acúmulo histórico-científico na superação da perspectiva preventivista na saúde em direção à *promoção da saúde*. Vale lembrar o pioneirismo da Saúde Coletiva brasileira (por meio do clássico “O Dilema Preventivista” de Sérgio Arouca) na denúncia da cooptação do discurso e da prática preventiva (especialmente a individual) pelo capital, e b) porque, em última instância, este programa não valoriza ações de prevenção (especialmente as coletivas), podendo, porventura, ser mais uma das “mentiras planejadas” que compõem o arcabouço da ideologia neofascista do governo Bolsonaro.

¹⁸ Esta portaria é fruto de um slide que representantes da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (APS) do Ministério da Saúde (antiga Secretaria de Atenção Básica à Saúde) apresentaram em evento organizado pela Fiocruz (RJ) na perspectiva de angariar adeptos na intelectualidade para a defesa desse projeto. Sem muito sucesso, a maior parte dos enunciados desses slides se transformou nos artigos da portaria, e devido à resistência essa portaria não passou pela análise do Conselho Nacional de Saúde – exigência das normativas legais do SUS –, cuja função seria pautar o debate sobre seus artigos. Sem seguir os trâmites normativos para aprovação, a portaria foi publicada (MENDES & CARNUT, 2019). Os principais atores que se posicionaram publicamente a favor da mudança no financiamento da APS, além da própria Secretaria de Atenção Primária à Saúde do MS, foram o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e a Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade (SBMFC) (REDE APS, 2019).

realizado na forma *per capita* conforme a população total do município, por meio do Piso de Atenção Básica (PAB) Fixo, sendo agora direcionado à “pessoa” cadastrada na Unidade de Saúde da Família, considerando sua vulnerabilidade econômica, isto é, a proporção de pessoas cadastradas nas Equipes de Saúde da Família (ESF) e que recebam benefício financeiro do Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou benefício previdenciário no valor máximo de dois salários-mínimos. Trata-se de captação ponderada, porque após priorizar o cadastramento de pessoas vulneráveis, pondera-se por um primeiro ajuste demográfico (repassados valores superiores para pessoas cadastradas nas ESF com até 5 anos e a partir de 65 anos de idade) e, em seguida, por um ajuste de tamanho e distância municipal (tipologia rural-urbana dos municípios, conforme estudo do IBGE).

Na realidade, busca-se a valorização da “pessoa” (indivíduo) cadastrada, identificando a “pessoa” mais pobre. Relaciona-se essa prioridade à ideia de alcançar maior eficiência dos serviços, focalizando-os. Não se invoca o coletivo nem a população em geral, como os princípios de um sistema universal de saúde exigem (universalidade do acesso). Ao contrário, e sob um termo capcioso, já amplamente anunciado pelos arautos do capital na saúde internacional, convoca-se a Cobertura Universal da Saúde – (CUS)¹⁹ sob o seguinte argumento: como os recursos são escassos, deve-se garantir cobertura universal da saúde para populações específicas, as mais “pobres”. Essa é a questão conceitual chave da nova proposta de

¹⁹ A ideia originária do termo “Cobertura Universal da Saúde (CUS)” deve ser tributada ao Relatório da Organização Mundial da Saúde (2010), intitulado “Financiamento dos Sistemas de Saúde: o caminho para a cobertura universal”. Para se aproximar da cobertura universal, o país deveria estender a cobertura a mais pessoas, oferecer mais serviços, e pagar uma proporção maior dos custos. Como o Relatório chama atenção para a crise financeira que o mundo vem experimentando, com diminuição de recursos financeiros, a noção do CUS remete ao caminho contrário, isto é, focar em segmentos da população tendo em vista os recursos escassos. No entanto, no Brasil, os recursos não são escassos, à medida que grande parte dos recursos do orçamento público é drenada para o pagamento de juros e amortização da dívida, acrescidos da Desvinculação de Receitas da União (DRU), desde 1994 até 2023 (EC-93), retirando 30% do total das receitas do orçamento da seguridade social, que integra a saúde, além do congelamento de recursos pela EC-95. Nesta perspectiva, pode-se dizer que a Cobertura Universal da Saúde é diferente conceitualmente do Sistema Universal de Saúde. Para uma discussão mais detalhada sobre as diferenças entre CUS e Sistemas Universais de Saúde, ver Giovanella *et alii* (2018).

financiamento que segue as diretrizes do Relatório do BM (2019), conforme recomendação n.3 – “expandir e fortalecer a cobertura da APS”. Tal recomendação – sugestão acatada pela proposta do MS –, apresentada no Relatório, deve ser alcançada por meio da “racionalização da prestação de serviços da APS” (MENDES & CARNUT, 2019).

Entende-se, inclusive, que essa concepção de APS, anunciada pelo novo modelo proposto pelo MS, sob orientação do BM, é restrita. Insiste-se na flexibilização da forma como a APS deve ser operacionalizada, limitando-se a um caráter residual (individual) e assistencialista que não assegura em toda sua amplitude as diversas atividades preconizadas para uma APS, de acordo com a forma idealizada em seus documentos iniciais (MENDES, CARNUT & GUERRA, 2018). Essa concepção vem no bojo do processo de aprofundamento da privatização da saúde no país, num contexto de restrição de direitos sociais pelos governos federais, desde o golpe de 2016 e intensificada pelo governo Bolsonaro, diametralmente oposta à possibilidade de consolidar a APS como um potente ordenador do sistema de saúde, concretizando os princípios de universalidade, integralidade e equidade do SUS.

Sob essa visão restrita de Atenção Primária à Saúde que adota o governo federal, compreende-se que não se deve analisar o novo financiamento da APS sem perder de vista o conjunto de medidas que vem sendo anunciado nesse campo: a) a Medida Provisória n. 890, que cria a Agência para o Desenvolvimento da APS (ADAPS) (MIRANDA, 2019), com atribuição de prestação direta da APS por meio da contratação de prestadores privados; b) o Programa Médicos pelo Brasil, que rompe com a exigência de residência médica; e c) a Consulta Pública para carteira de serviços da APS, com a definição da proposta da lista de serviços básicos para a construção de uma classificação taxonômica preliminar padronizada. Essa carteira de serviços cria uma lista com um rol de procedimentos e o número de “pessoas” cadastradas a ser coberto pelas unidades de saúde (pagamento por capitação, conforme estabelecido com o novo financiamento) e constitui instrumento necessário para o estabelecimento de contratos com qualquer

prestador, seja público ou, especialmente, privado, como prefere a proposta desse governo. Todas essas medidas alinham-se à concepção mercantilizada do SUS que vem sendo preconizada pelo governo Bolsonaro, flagrantemente declarada quando os dirigentes do MS pronunciam, em reuniões públicas, que a “universalidade é coisa do século XX”, portanto, “ultrapassada” (MENDES & CARNUT, 2019).

Já na exposição das motivações do Novo financiamento da APS, a portaria 2.979/2019 é clara. Suas prerrogativas consideram que, na “contrarreforma” do atual mecanismo de transferências federais da atenção primária, o governo federal apresentará três objetivos a serem alcançados: a) estimular o aumento da cobertura (cadastro) da APS, principalmente entre as populações vulneráveis; b) ressaltar resultados em saúde da população, por meio da valorização do desempenho; c) incentivar avanços na capacidade instalada, organização dos serviços de APS e ações de promoção e prevenção (MENDES & CARNUT, 2019).

É perceptível que o novo modelo de financiamento prioriza a lógica de valorizar maiores recursos financeiros para a ampliação operacional do SUS, por meio de uma atenção associada ao cadastramento dos “indivíduos” mais pobres, diferenciando-os dos cidadãos como um todo. Em termos claros, trata-se de uma nova focalização (neofocalização), ideia já bem difundida e insistentemente repetida toda vez que o argumento da “eficiência” reemerge. Esse, sem dúvida, constitui a recomendação n. 8 do Relatório do BM (2019), em que se anuncia: “definir um pacote de benefícios a ser coberto pelo SUS” – destinado prioritariamente aos pobres.

É pertinente alertar que a inspiração desse modelo, especialmente o componente 1 de *capitação ponderada*, advém prioritariamente da proposta de alocação de recursos desenvolvida no sistema de saúde inglês (SMITH, 2008), aperfeiçoada por mais de 40 anos, conhecido como *Resource Allocation Working Party (RAWP)*. Essas medidas elaboradas pelo novo modelo de financiamento da APS no SUS desconsideram o histórico de aperfeiçoamento dessa medida e foca nas implementações finais ocorridas na Inglaterra a

partir de 2008 – sob a forte presença de políticas econômicas austeras –, com a “alocação de recursos baseada em pessoas”, por meio de pagamentos de capitação individual por idade e sexo, e ajustando-os a outros indicadores disponíveis sobre recebimento de auxílios ou de diagnóstico prévio de doenças.

É importante atentar que os estudos relativos ao *RAWP* e sua adaptabilidade a outros contextos, conforme Porto *et alii* (2007), já apontavam limitações importantes, como, por exemplo, a característica das desigualdades no Brasil. Além disso, é prudente salientar que o processo de “refino” da equidade apresentado no desenvolvimento desta metodologia tem mais ligação com a incorporação de elementos de mercado no sistema inglês do que, necessariamente, com a preocupação de delimitar melhor a vulnerabilidade dos grupos sociais, focando-se nos indivíduos, e portanto, trabalhando com a “priorização” e não com a “equidade”.

Como se não bastasse esse problema, adiciona-se ao novo modelo a requentada pauta do “*desempenho*” – componente 2 da proposta em que os recursos serão repassados mediante essa métrica – que em última instância visa, por indicadores de processo, principalmente, e por indicadores de resultado (pouco relacionados na proposta), condicionar/moldar o comportamento produtivo dos profissionais de saúde. Tal componente está relacionado à recomendação n.9 do Relatório do BM (2019), em que se afirma: “reformular o pagamento aos prestadores para premiar qualidade, resultados e produtividade”. E continua: “dentro do SUS os mecanismos de pagamento são pouco utilizados como instrumentos de política para influenciar ações prioritárias e, em muito menor medida, para incentivar desempenho”.

De acordo com a Portaria do novo modelo, é o município que deve alcançar alguns “indicadores de desempenho”. Ora, não há transparência na discussão referente aos indicadores relacionados a essa mensuração dos resultados e, claro, muito menos a respeito dos parâmetros sobre o desempenho, mesmo após ter sido publicada a portaria relacionando os indicadores, Portaria n. 3.222 de 10 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019b).

É sabido que, quando se trata de discussões sobre o desempenho e suas formas de incentivo financeiro, uma forma de fazer o condicionamento ao mais-trabalho funcionar efetivamente é usar a ideia da “métrica”, ou seja, mesmo se o desempenho não for alcançado (de uma maneira geral ele é atribuído para não ser alcançado), uma fração de recursos em função da defasagem é repassada. Isso fica evidente quando, na proposta, os responsáveis apontam que “valores ponderados correspondentes à dificuldade de alcance do indicador” serão repassados através de “metas graduais que consideram o estágio atual da equipe”.

É essencial lembrar que a lógica de organizar os serviços em função do desempenho é, sempre, garantir uma “recompensa” financeira para quem atinge uma meta atribuída, na maioria das vezes de forma arbitrária (portanto, pouco participativa). A lógica do desempenho visa, ainda, gerar um controle interno do profissional pela busca individual pelo alcance da meta, e, claro, não há forma mais convincente de fazê-lo do que ajustar uma remuneração variável ao seu salário em função desse desempenho (CARNUT & NARVAI, 2016).

No que tange à capacidade instalada dos serviços, é mais uma vez a cansada ideia de incentivar as regiões de saúde mais desenvolvidas (“ilhas de excelência”) deixando à míngua as regiões de difícil acesso, os sistemas loco-regionais com pouca capacidade instalada (que escoam muitos pacientes de média e alta complexidade para os grandes centros) e, ainda, não desenvolvendo os vazios assistenciais, importantíssimos no que se refere à economia de escala. Afinal, na tensão entre escala e acesso, o acesso sempre deve ser a prioridade (*ibidem*).

Ainda referente ao novo modelo do financiamento para a APS, é introduzido o terceiro componente “*incentivos às ações específicas e estratégicas*”. Mais uma vez, há o reforço das ações restritas à prestação direta de serviços, como: informatização e formação e residência médica e multiprofissional, além dos programas para a Saúde Bucal, Promoção da Saúde (saúde na escola e academia de saúde) e especificidades (consultório na rua, equipes

ribeirinhas UBS fluviais). Mesmo considerando a importância de algumas dessas ações, restringe-se, mais uma vez, às ações individuais de prevenção e de promoção, esquecendo-se das mais potentes, que são as ações de vigilância em saúde nos territórios.

Na realidade, a grande prioridade desse terceiro componente refere-se ao *Programa Saúde na Hora* – criado pelo atual governo e correspondente a mais de 50% dos recursos do total desse componente. Esse programa integra incentivos para a valorização da expansão do horário das Unidades de Saúde da Família que funcionarem 60h ou 75h, com pelo menos 11h ininterruptas e com possibilidade de funcionar aos finais de semana. Nada se comenta sobre a melhoria das condições do trabalhador de saúde, em destaque a remuneração e a carreira. Parece que a aposta do novo modelo premiará a intensificação da superexploração da força de trabalho em saúde.

Em síntese, o componente três mantém a lógica histórica de transferências de recursos federais a programas incentivados pelo MS, muitas vezes afastados das necessidades de saúde dos municípios. Essa lógica iniciou-se com a Norma do MS, intitulada NOB/96, por meio do Piso da Atenção Básica (PAB) Variável e foi ganhando, cada vez mais, maior atenção pelos governos federais (MENDES, CARNUT & GUERRA, 2018).

Ao permanecer a vinculação das transferências federais a programas específicos, mantém-se o MS como agente definidor da política de saúde no território nacional. Portanto, ratifica-se a lógica fragmentada de pensar a atenção primária. O governo federal continuará inventando uma política e exigindo que os municípios e estados a adotem, recebendo, assim, incentivos financeiros.

Os retrocessos do novo modelo de alocação dos recursos federais à APS podem ser materializados por alguns aspectos. O primeiro refere-se à ausência da adoção de critérios de necessidades de saúde, conforme preconiza a Lei 141/2012 (BRASIL, 2012). Isso porque o rateio de recursos, estabelecido por essa lei, constitui novidade na trajetória histórica das formas de distribuição de recursos para os entes estaduais e municipais, uma vez que considera

especialmente o critério de “necessidades de saúde” da população, medidas pelas dimensões demográfica, socioeconômica, epidemiológica e geográfica (art.17). O texto da lei refere-se às necessidades de saúde da população como um todo e não apenas àquela cadastrada, com destaque para a mais vulnerável, como justifica o novo modelo. Além disso, é importante mencionar que a proposta da Lei 141 está voltada para uma lógica de repasse global, envolvendo uma alocação de recursos que contemple todos os níveis de atenção à saúde e não apenas o foco em um nível de atenção à saúde, como a atenção primária. Portanto, esse novo modelo de financiamento não atende de forma plena o preconizado pela lei, ele se distancia dela.

Em segundo lugar, o novo modelo termina com o incentivo financeiro intitulado Piso da Atenção Básica (PAB) Fixo, implantado desde 1996. Esse piso assegurava a alocação de recursos, de forma global aos municípios, mediante um per capita calculado pelo conjunto da população, permitindo que os mesmos pudessem assegurar a execução das ações e serviços planejados para a APS. Com o seu término, os municípios passam a permanecer na incerteza de recursos, sobretudo pela diminuição dos mesmos em plena crise econômica atual e com as implicações da EC-95.

Em terceiro lugar, o novo modelo cancelou o incentivo financeiro destinado ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB) ao criar o componente 1, *capitação ponderada*. Isto foi efetivamente evidenciado com a posterior promulgação da Nota Técnica nº 3/2020, do Departamento de Saúde da Família, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do MS. Essa ratifica a morte do Nasf. Ao seguir totalmente os ditames das propostas neosseletivas para a saúde, e restrita a uma cesta básica de serviços, sugeridas pelo relatório do Banco Mundial (2019), destrói a base do modelo multiprofissional na APS, criado em 2008, para apoiar os profissionais na concepção de integralidade das ações e do caráter de um SUS universal (MENDES & CARNUT, 2020a).

Ainda que o financiamento do Nasf tenha os recursos municipais como a principal fonte, o reconhecido poder histórico do MS em induzir políticas

por meio do financiamento federal, quando findado, acaba provocando o efeito esperado: estimula-se a desestruturação da política, e, nesse caso, do NASF, sendo de forma mais intensa o término do modelo multiprofissional na Saúde da Família (*ibidem*).

Essa medida encaixa-se perfeitamente na prática do governo Bolsonaro de destruir o SUS. Insistimos: esse evento não deve causar perplexidade a muitos analistas, já que se trata de mais uma prática neofascista que se refere à radicalização da exploração de recursos humanos através de um “gerencialismo atomizante” (CARNUT, 2020). Em outras palavras, trata-se da ação de superintensificação do trabalho individual por meio do controle da produção via técnicas administrativas que inculcam no trabalhador um autocontrole de si. Tudo leva a crer que este é o pavimento (técnico-gerencial) necessário para o avanço da privatização da gestão (via OSs) na atenção primária *em todo o país* (já que grande parte desses serviços no Brasil ainda se encontra sob administração pública direta) (MENDES & CARNUT, 2018). Trata-se, em última instância, de preparar este nível de atenção como o novo *locus* de acumulação de capital no sistema de saúde.

Tanto é verdade que o pavimento já foi assentado e, seus obreiros, já dispensados²⁰. No calor da crise sanitária vivenciada pelo novo coronavírus, e sob todas as ações que negam a ciência ou a utilizam para o benefício do destrave da acumulação capitalista, o direito à saúde e, em especial, a atenção primária, sofrem do desmonte e do descrédito. Em meio à crise de tal envergadura, a atenção primária à saúde não tem sido nem lembrada e nem revalorizada. Sua capilaridade, contexto comunitário, competência cultural e alcance nos mais remotos rincões deste país (que certamente poderiam ajudar, ainda que sem o financiamento adequado e direcionado à universalidade) não têm sido sequer alvo de comentários (nem da mídia, nem da população, nem, inclusive, da academia).

²⁰ Em 30 de abril de 2020, Harzheim, o secretário de Atenção Primária à Saúde do MS, foi exonerado e, em manobra administrativa de reorientação de DAS no Ministério da Saúde, sua função foi assumida pelo General Antônio Élcio Franco Filho, que passou a coordenar, como secretário-executivo adjunto, a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (GI, 2020). A rigor, pelo menos do ponto de vista administrativo, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde está vazia.

A militarização da Atenção Primária à Saúde no MS acena para o cenário que se avizinha. Destruir este nível de atenção é o objetivo final para aqueles que querem destituir o SUS de seu caráter universal (ainda que incompleto na prática) e retroceder às formas de intervenção em saúde que remontam ao mais nefasto passado militar. Não é coincidência que o esvaziamento social da atenção primária segue curso e ganha adeptos inclusive no âmbito daqueles que se dizem sanitaristas, aliando-se à “esterilização” política do debate sobre o financiamento em saúde. De fato, não há neutralidade e a história cobrará o preço da escolha de cada um.

Considerações finais

O acirramento do quadro de demolição dos direitos sociais, em geral, e da saúde, em particular, conforme discutido neste artigo, decorrente do regime político de legitimidade restrita pelo neofascismo de Bolsonaro, demonstra a violência exponencial na expropriação dos direitos sociais e do direito à saúde da classe trabalhadora.

Com o subfinanciamento histórico do SUS e seu processo de desfinanciamento pela EC-95, a introdução de novo modelo de financiamento à atenção primária à saúde, de forma neofocalizada e neosseletiva para a população mais pobre, significa restringir mais ainda os recursos para o SUS, em consonância com as exigências do capital em crise e de dominância do capital fictício, com vistas a romper com seu princípio constitucional de universalidade do acesso.

A intenção é manter um sistema para pobres com poucos recursos, sem atrapalhar as estratégias desse movimento do capital no setor, e ajudar na apropriação privada dos recursos públicos, em sintonia com a sua meta de expropriação do direito à saúde como um todo. Assim, a aproximação com a compreensão desse ambiente de barbárie capitalista fortalece a possibilidade de enfrentá-lo, especialmente dentro do quadro do neofascismo vivente, sendo a saúde um dos locais de expressão dessa forma de dominação política.

Referências

- BANCO MUNDIAL. *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Novembro, 2017. Acesso em 02/09/2019. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>
- _____. BIRD/AID. (02/07/2019). *Propostas de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro*. 2019. Acesso em 02/09/2019. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/545231536093524589/Propostas-de-Reformas-doSUS.pdf>
- BEINSTEIN, J. “Neofascismo e Decadência: o planeta burguês à deriva”. Acesso em 10/08/2019. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/neofascismo-e-decadencia-o-planeta-burgues-deriva>
- BONNET, A & PIVA, A. (compiladores). *Estado y Capital: el debate alemán sobre la derivación del Estado*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.
- BOSCHETTI, Ivanete. “O sentido de Estado social capitalista”. In: BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016, cap. I e pp. 122-137.
- _____. “Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho”. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018. Cap. 4, pp. 131-165.
- BRASIL. *Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012*. Regulamenta o parágrafo 3º da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e outras providências. Diário Oficial da União, 14 de Janeiro de 2012. Acesso em 19/02/2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm
- _____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019*. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, 2019a. Acesso em 19/02/2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>
- _____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil, 2019b. Acesso em 19/02/2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-3.222-de-10-de-dezembro-de-2019-232670481>
- BULL, A. C. “Neo-fascism”. In: BOSWORTH, R. J. B. (ed.) *The Oxford Handbook of Fascism*. Print Publication Date: October 2010. Subject: History, Modern History (1701 to 1945). Online Publication. Date: September 2012.
- CALDAS, Camilo O. *A teoria da derivação do Estado e do direito*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CALDEIRA-NETO, O. “Frente Nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil”, *Faces de Clio*, v. 2, pp. 20-36, Juiz de Fora (MG), 2016.
- CALLINICOS, Alex. *Bonfire of Illusions*. New York: John Wiley, 2010.
- _____. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CARNUT, Leonardo. “Neofascismo como objeto de estudo: contribuições e caminhos para elucidar este fenômeno”, *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 41, n. 1, pp. 81-108, Londrina (PR), 2020.
- CARNUT, Leonardo & MASSERAN, Jorge Alberto Mamede. “Entre a filosofia jurídica e a saúde coletiva: o conceito de desempenho no decreto n. 7.508/2011 vis-à-vis a integralidade da assistência à luz do pós-positivismo”, *Revista de Direito Sanitário*, v. 18, p. 37, São Paulo, 2017.
- CARNUT, Leonardo & NARVAI, Paulo Capel. “Avaliação de desempenho de sistemas de saúde e gerencialismo na gestão pública brasileira”, *Saúde e Sociedade*, v. 25, pp. 290-305, São Paulo, 2016.
- CHESNAIS, François. *Finance capital today*. London: Historical Materialism Series, 2016.

CHOONARA, Joseph. “Economic warnings”, *Socialist Review*, n.450, october 2019. Acesso em 19/02/2020. Disponível em: <http://socialistreview.org.uk/450/economic-warnings>

CISLAGHI, Juliana F. & DEMIER, Felipe (orgs.). *O neofascismo no poder (ano 1): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2019.

DEMIER, Felipe. “Da ditadura bonapartista à democracia blindada”. In: MATTOS, Marcelo B. (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, cap. 3, pp. 67-101.

_____. “Quando a burguesia opta pela força: Considerações de Trotsky sobre bonapartismo e fascismo”. In: *Esquerda Online*, 26 de setembro de 2018a. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/09/26/quando-a-burguesia-opta-pela-forca-consideracoes-de-trotsky-sobre-bonapartismo-e-fascismo/>

_____. “O bonapartismo no poder e o fascismo à espreita: Trotsky e a falência da democracia liberal na França dos anos 1930”, *Esquerda Online*, 4 de outubro de 2018b. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/10/04/o-bonapartismo-no-poder-e-o-fascismo-a-espreita-trotsky-e-a-falencia-da-democracia-liberal-na-franca-dos-anos-1930/>

DEPE. *Boletim - Depe*. Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica. Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política Departamento de Economia – PUC-SP, ano V, número 25, dezembro de 2019.

FENASAÚDE. *Receitas e despesas dos planos de saúde em ritmo de desaceleração*. Maio de 2016. Acesso em 08/03/2020. Disponível em: <http://fenasaude.org.br/noticias/receitas-e-despesas-dos-planos-de-saude-em-ritmo-de-desaceleracao.html>

FOLHA DE S. PAULO. *Jesus, fake news e laranjas dão tom politizado a enredos do Carnaval de 2020*. Janeiro de 2020. Acesso em 26/02/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/jesus-fake-news-e-laranjas-dao-tom-politizado-a-enredos-do-carnaval-carioca.shtml>

FONTES, Virgínia. “A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade”. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018, cap. 1, pp. 12-61.

FORUM. “Bolsonaro dispara vídeo no WhatsApp convocando para ato contra o Congresso”. Acesso em 26/02/2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-dispara-video-no-whatsapp->

FRENK, Julio. “The global health system: strengthening National Health Systems as the next step for global process”, *PLOS Medicine*. v. 7, n. 1, 2010.

FUNCIA, F. “Bolsonaro não dá dinheiro à Saúde para combater o coronavírus” In: *Vi o Mundo*. 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/blogdasaude/francisco-funcia-ate-quando-o-governo-bolsonaro-vai-usar-a-tatica-da-retranca-para-financiar-o-combate-ao-coronavirus.html>

G1. “Governo exonera secretário de Atenção Primária à Saúde” Acesso em: 17/05/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/30/governo-exonera-secretario-de-atencao-primaria-a-saude-e-nomeia-militar-para-o-cargo.ghtml>

GADELHA, Carlos Augusto Garbois. “Complexo Industrial da Saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde”, *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n.2, pp. 521-535, Rio de Janeiro, 2003.

GIOVANELLA, Ligia et alii. “Sistema universal de saúde e cobertura universal: desvendando pressupostos e estratégias”, *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23 n.6, pp. 1763-1776, Rio de Janeiro, 2018.

GONZÁLEZ, José Luis Solís. “L’État comme catégorie de l’économie politique”. In: ARTOUS, Antoine et alii *Nature et forme de l’État capitaliste: analyses marxistes contemporaines*. Paris; Québec: Editions Syllepse; MÉditeur, 2015. p. 93-123.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRIFFIN, Roger. *Fascism: an introduction to comparative fascist studies*. Medford, Massachusetts: Polity Press, 2018.

KLIMAN, Andrew. *The failure of capitalist production*. London: Pluto, 2012.

_____. “The great recession and Marx’s crisis theory”, *American Journal of Economics and Sociology*, v. 74, n. 2, pp. 236-277, 2015.

KRÜGER, Tânia Regina. “SUS: da perda da radicalidade democrática ao novo desenvolvimentismo”, *Revista Katálysis*, v. 17, n. 2, pp. 218-226, Florianópolis, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da Dependência, 1973”. In: TRANSPADINI, Roberta & STEDILE, João (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *O Capital: contribuição à crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Allyson L. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATHIAS, Gilberto & SALAMA, Pierre. *O Estado superdesenvolvido: ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MELO, Demian. “Bolsonaro, fascismo e neofascismo”. In: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019 - Marxismo sem tabus – enfrentando opressões*. Organização: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Niterói, agosto de 2019. Acesso em 19/12/2019. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC19/MC191.pdf>

MENDES, Áquilas & CARNUT, Leonardo. “A saúde pública continua na mira do austero Banco Mundial”, v. *Revista Domingueira da Saúde*, pp. 4 - 14, Campinas (SP), 23 de novembro de 2017. Acesso em 08/03/2020. Disponível em: <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-027-dezembro-2017>

_____. “Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira”, *Saúde e Sociedade*, v. 27, pp. 1105-1119, 2018.

_____. “Novo modelo de financiamento para qual atenção primária à saúde?”, *Revista Domingueira da Saúde*, pp. 1-8, Campinas (SP), 21 de outubro de 2019. Acesso em 08/03/2020. Disponível em: <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-36-outubro-2019>

_____. “Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento”, *SER Social*, v.22, n. 46, Brasília, jan/jun, 2020a.

_____. “NASF, porrete e bolsonarismo”, *Revista Domingueira da Saúde*, pp. 1-6, 6 de fevereiro de 2020b. Acesso em 08/03/2020. Disponível em: <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-06-fevereiro-2020-edicao-especial>

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo & GUERRA, Lúcia Dias da Silva. “Reflexões acerca do financiamento federal da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde”, *Saúde em Debate*, v. 42, pp. 224-243, Rio de Janeiro, 2018.

MIRANDA, Alcides Silva. “‘Médicos pelo Brasil’: simulacro reciclado e agenciamento empresarial”. In: ABRASCO, 2019. Acesso em 20/10/2019. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/sistemas-de-saude/medicos_brasil_bolsonaro_alcides_miranda/42108/

MORAES, R. C. C. “Neoliberalismo e neofascismo: es lo mismo pero no es igual?”, *Crítica Marxista*, v.1, n.7, pp. 121-126, São Paulo: Xamã, 1998.

MOROSINI, Márcia Valéria Guimarães Cardoso; FONSECA, Angélica Ferreira & LIMA, Luciana Dias de. "Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde", *Saúde em Debate*, v. 42, n. 116, pp. 11-24, Rio de Janeiro, 2018.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Financiamento dos Sistemas de Saúde: o caminho para a cobertura universal*. Relatório Mundial da Saúde. Organização Mundial da Saúde, 2010. Acesso em 19/01/2020. Disponível em: https://www.who.int/whr/2010/whr10_pt.pdf?ua=1

OSÓRIO, Jaime. "Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente", *Temporalis*, ano 17, n. 34, pp. 25-51, Brasília, jul/dez 2017.

_____. "Apresentação". In: LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PACHUKANIS, Évgueni. *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929)*. São Paulo: Sundermann, 2017.

PORTO, Silvia; MARTINS, Mônica; TRAVASSOS, Claudia & VIACAVA, Francisco. "Avaliação de uma metodologia de alocação de recursos financeiros no setor saúde para aplicação no Brasil", *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 6, pp. 1393-1404, Rio de Janeiro, 2007.

REDE APS. "Discussões e posicionamentos sobre a Portaria nº 2.979 para o novo financiamento da APS". Acesso em 08/03/2020. Disponível em: <https://redeaps.org.br/2020/02/17/discussoes-e-posicionamentos-sobre-a-portaria-no-2-979-para-o-novo-financiamento-da-aps/>

ROBERTS, Michael. *The long depression: how it happened, why it happened, and what happens next*. Chicago: Haymarket Books, 2016.

_____. *Marx 200: a review of Marx's economics 200 years after his birth*. London: Lulu.com, 2018.

SALAMA, Pierre. "L'État et ses particularités dans les pays émergents latino-américains: une approche théorique à partir de l'école de la dérivation". In: ARTOUS, Antoine et alii. *Nature et forme de l'État capitaliste: analyses marxistes contemporaines*. Paris; Québec: Editions Syllepse; M'Éditeur, 2015, pp. 125-152.

SMITH, Murray E. G. *Invisible Leviathan: Marx's Law of Value in the Twilight of Capitalism*. Chicago: Haymarket Books, 2019.

SMITH, Peter C. "Resource allocation and purchasing in the health sector: the English experience", *Bull World Health Organ*, v. 86, n. 11, pp. 884-8, UK, 2008.

STARFIELD, Barbara. *Atenção primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia*. Brasília: Unesco, 2002.

TROTSKY, Leon. "O único caminho". 14 de setembro de 1932. Acesso em 15/10/2019. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1932/septiembre/14.htm>

RESENHA

KARL MARX E O NASCIMENTO DA SOCIEDADE MODERNA: BIOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO DE SUA OBRA, VOLUME I (1818-1841).

HEINRICH, MICHAEL - São Paulo: Boitempo, 2018. 472 pp.

Recebido em 22/12/2019
Aprovado em 05/03/2020

Existem várias biografias de Karl Marx escritas ao longo da história. Não surpreende, já que a obra de Marx continua influenciando o debate econômico, político e filosófico em todo mundo. Michael Heinrich não esconde sua simpatia pelo filósofo e economista cujos 200 anos de nascimento foram comemorados em 2018. Em *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra*, Heinrich propõe-se a esclarecer o cenário histórico em que Marx foi desenvolvendo sua obra. Trata-se do primeiro volume – dos três prometidos pelo autor –, que abarca o período entre 1818 e 1841.

A biografia é composta de três capítulos, além de um prefácio, uma introdução e um apêndice em que é discutida a metodologia da escrita biográfica. A edição brasileira ainda contém dois anexos que agradarão o leitor: o primeiro apresenta a redação final de conclusão do ensino médio de Marx, “Considerações de um rapaz acerca da escolha de uma profissão”, e a segunda, uma carta que Marx enviou ao seu pai, de Berlim, em novembro de 1837.

No prefácio Heinrich deixa clara a importância do biografado para o entendimento do capitalismo:

Marx não trata de uma forma histórica específica do capitalismo, mas de estruturas fundamentalmente importantes para qualquer forma assumida pelo capitalismo. Nesse sentido, a análise de Marx – independente da avaliação que se faça de seus resultados específicos – ainda é pertinente; ela trata, afinal, de questões que também são relevantes para as sociedades contemporâneas. (p. 23)

MARCELO FERNANDES

Professor Associado do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER/UFRRJ).

E-mail: mapefern@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4550-8564>

Durante a obra o autor vai dialogando com outras biografias de Marx e, assim, com a vantagem de que o trabalho da MEGA-2 vem disponibilizando textos inéditos, ajudando a desfazer confusões e mitos. Além disso, Heinrich entra em polêmicas interessantes.

No primeiro capítulo Heinrich trata da juventude de Marx, e busca identificar aqueles que mais teriam influência sobre seu desenvolvimento intelectual. Trata-se de alguém que ainda jovem e sem experiência profissional já causava poderosa impressão. Moses Hess (1812-1875), numa passagem muito conhecida, fala de Marx como “o único e verdadeiro filósofo vivo que em breve, onde quer que apareça publicamente, [...] chamará a atenção da Alemanha.” (p. 37). Uma combinação, segundo Hess, de Rousseau, Voltaire, Holbach, Lessing, Heine e Hegel reunidos em uma pessoa. Com 24 anos Marx tornou-se redator chefe da *Gazeta Renana*, o jornal que era o porta-voz da burguesia liberal renana. Disso Heinrich saca a pergunta que ainda não será respondida neste volume: como Marx conseguiu, desde cedo, causar tamanho impacto?

Heinrich faz uma descrição a respeito da situação dos judeus no século XVIII e começo do século XIX. Esta servirá para analisar os efeitos, sobre o jovem Marx, da conversão do pai, Heinrich Marx, ao protestantismo. O autor lembra as condições duras em que os judeus viviam, como privações quanto à escolha da profissão, já que uma série de profissões artesanais lhes era negada. A Revolução Francesa, ao garantir igualdade perante a lei, iniciou uma mudança importante – primeiramente na França, porém logo se espalharia para outros territórios da Europa no decorrer das vitórias francesas. Parte abrangente da igualdade legal dos judeus foi revogada nos territórios alemães com a derrota de Napoleão. Como estava proibida a entrada de judeus no funcionalismo, o futuro de Heinrich Marx era incerto. A única alternativa seria o batismo na religião protestante, mais de acordo com a orientação racionalista do pai. Segundo o autor, não se saberia ao certo o quão difícil foi essa decisão. O que se sabe é que tentou adiar a escolha, embora ele não parecesse ter um vínculo tão forte com a religião judaica.

Além do pai, o sogro, Ludwig von Westphalen, teria também estimulado intelectualmente o jovem Marx. Ele teria sido o primeiro a apresentar a Marx as teorias de Saint-Simon, do qual era um aficionado.

Heinrich também faz uma descrição detalhada no período em que o jovem Marx esteve no ginásio. Analisa o pensamento e as aulas daqueles professores que teriam chamado a atenção de Marx. Nesse período o autor destaca a redação final do ensino médio feita por Marx. Publicada pela primeira vez em 1925, a redação teria dado origem a numerosas interpretações. Segundo Heinrich, de fato, a redação destaca-se “por uma série de particularidades em termos de conteúdo” (p. 123). Marx escreveu várias vezes a palavra “divindade” na redação, o que evidenciaria que ele ainda era religioso nesta época. Numa passagem Marx coloca que “Nem sempre podemos assumir a posição para a qual cremos ter sido vocacionados; nossas relações na sociedade já começam, até certo ponto, antes mesmo de estarmos em posição de determiná-las”. O autor lembra que vários biógrafos viram nesta passagem a origem do materialismo histórico no jovem Marx. Mas uma explicação mais simples, segundo Heinrich, é que tal passagem “reflete as experiências do pai de Karl” (p. 125), que teria crescido em condições materiais sem sofisticação.

No segundo capítulo Heinrich trata da partida de Marx para Universidade de Bonn, afim de estudar direito, e da sua ida para Berlim. O autor mostra que, apesar de estudar direito e ter adquirido uma base jurídica sólida, Marx não frequentaria apenas os cursos desse campo. Parte interessante da obra é a discussão sobre a controvérsia acerca da influência de Hegel sobre Marx. Heinrich critica as biografias de Marx que “[...] traçam uma imagem bastante grosseira de Hegel” (p. 185) – isto é, ora como um idealista que captou o desenvolvimento dialético da natureza, da história e da sociedade, ora como um metafísico distante da ciência, que enxergava a sociedade unicamente por meio de modelos abstratos. A importância de Hegel sobre Marx seria interpretada de diversas formas. Enquanto uns acreditariam que Hegel foi um impulso para suas investigações, outros entendem que Marx teria caído nas elucubrações não científicas de Hegel.

Ainda no capítulo 2 o autor faz uma importante análise a respeito dos experimentos literários do Marx e de sua passagem à filosofia hegeliana. Heinrich tenta mostrar que a desistência de Marx de se tornar um poeta não se deveu a sua falta de talento que ele mesmo teria percebido, conforme algumas biografias divulgaram ao longo dos anos. De acordo com Heinrich, a desistência seria de outra natureza, e que poderia ser encontrada em cartas de Marx à Jenny e ao seu pai em 1836 e 1837, respectivamente. Nessas cartas Marx censurava sua criação literária por serem “puramente idealistas”, mas não no sentido filosófico e, sim, no sentido coloquial daquilo que deveria ser. Nesse sentido, Heinrich sugere que Marx tenha se atraído pela crítica de Hegel ao romantismo e essa crítica tê-lo-ia sensibilizado.

No terceiro capítulo Heinrich discute o começo do “jovem hegelianismo” e os projetos de dissertação de Marx. Nesse período houve na Prússia uma série de controvérsias a respeito da crítica à religião com um forte teor político. Heinrich lembra que na Prússia do século XIX a religião tinha uma relevância no cotidiano da população muito maior do que nos dias de hoje. A grande maioria da população pertencia a alguma igreja e a própria Prússia considerava-se um “Estado cristão” e o protestantismo era considerado o seu alicerce. Conforme Heinrich, desse debate surgiram conflitos importantes entre os hegelianos. Bruno Bauer, que teria sido o melhor amigo de Marx nesse período e com qual teria proximidades em questões teóricas, ter-se-ia destacado nesse debate.

Conforme Heinrich, a intervenção a favor do cristianismo feita por Hegel seria ao mesmo tempo uma crítica à forma tradicional do cristianismo. Isso gerou hostilidades tanto do lado dos cristãos ortodoxos inconformados com a crítica, quanto, mais tarde, do lado dos críticos da religião, que o acusariam de ter sido demasiadamente tolerante com a religião. De qualquer forma, a crítica de Hegel exerceria influência profunda sobre a geração seguinte de críticos da religião, entre eles David Friedrich Strauß, que, após a publicação da sua obra *A Vida de Jesus*, teria estabelecido a divisão da escola hegeliana entre hegelianos de direita e esquerda, que, por sua vez,

foi indicada com outra divisão: “jovens” e “velhos” hegelianos. Os velhos foram considerados os conservadores (direita) e os jovens, os progressistas (esquerda). Heinrich argumenta que essas separações só funcionariam com grandes generalizações porque entre os “velhos” havia autores claramente de esquerda. E Strauß, por exemplo, sempre incluído entre os “novos”, teria postura bem moderada em termos políticos. Logo seria exagerado sustentar que “a escola hegeliana teria se dividido em duas escolas hostilmente antagônicas” (p. 338).

Quanto aos estudos filosóficos-religiosos do jovem Marx, Heinrich afirma que a redação final demonstraria que ele ainda acreditava em Deus. E no prefácio da sua tese de doutorado (março de 1841), já apresentaria uma posição indiscutivelmente ateuista. Mas a série de referências bíblicas sobre seus escritos demonstra a importância dos estudos filosóficos-religiosos, embora Marx nunca os tenha publicado.

Por último, Heinrich faz uma análise dos projetos de Marx que originaram a tese. A questão para o autor é porque Marx, depois de três ou quatro anos na Universidade, demoraria tanto para escrever sua tese, pois “[...] na primeira metade do século XIX escrevia-se uma tese de doutorado em alguns meses” (p. 365). Heinrich aponta que um dos motivos seria porque Marx não teria se dedicado exclusivamente à tese, tendo estudado temas filosófico-religiosos e planejado a publicação de artigos e de um livro sobre hermesianismo. Outro motivo seria a tentativa de Marx abordar o tema, Epicuro, de forma muito mais profunda do que era comum na época. Seria durante a preparação da tese que Marx discutiria, por exemplo, a existência de Deus, chegando a conclusões semelhantes às de Feuerbach.

Heinrich recorda que já foram escritas pelo menos 30 grandes biografias sobre Marx. Este primeiro volume da biografia realmente tem tudo para se figurar entre as melhores biografias já escritas. O leitor certamente ficará ansioso para ter em mãos os outros dois volumes, que esperamos não tardem a ser lançados.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS E RESENHAS

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista. Registra-se que é necessário preencher e anexar o [Termo de Originalidade](#) digitalmente no sistema no ato da submissão.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja as cegas (verificar item 8 das [Diretrizes para Autores](#)).
8. Informações sobre identificação de autores, como ORCID, e-mail, instituição/afiliação e biografia são obrigatórios no ato da submissão nas informações dos autores. Não serão publicados artigos sem estas informações.

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A [Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política \(RSEP\)](#) publica artigos inéditos e originais, em português, inglês ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)), que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver em [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram às normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, será enviado para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 8. Também é necessário transferir como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Os autores e coautores deverão obedecer ao **interstício** de 1 (um) ano para publicar artigos novamente na Revista.

6. Os autores deverão ter titulação mínima de mestrado para publicarem na revista como autores principais. Serão aceitos artigos de mestrandos e graduandos somente como co-autores.

7. Para as submissões é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu Autor, encontra-se o link “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho. Lembre-se de que, além de anexar os arquivos referentes ao texto do artigo, deve-se enviar o [Termo de Originalidade](#).

8. **Assegurando a avaliação pelos pares cega:** Para garantir a integridade da avaliação por pares cega para a submissão a esta Revista, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores seja conhecida um ao outro. Isto envolve os autores, editores e revisores (que carregam documentos como parte de sua revisão) verificando se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e as propriedades do arquivo :

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, com o literal “ Autor” e ano usada nas referências e notas de rodapé, em vez do nome dos autores, título do artigo, etc
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removidas das propriedades do arquivo (ver no menu Arquivo no Word), clicando sobre o seguinte, começando com Arquivo no menu principal do aplicativo da Microsoft: Arquivo > Salvar como > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Segurança > Remover informações pessoais das propriedades do arquivo ao salvar > Salvar.
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

9. Para submeter os manuscritos, é necessário a utilização da seguinte formatação:

- Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

- Fonte: times new roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.
- Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para resenhas o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Incluir neste limite as notas (ao final da página), referências, gráficos e ilustrações.
- Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968, p. 297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, Veblen, entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal de Fluminense

Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225

www.sep.org.br – sep@sep.org.br

www.revistasep.org.br

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar email para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXV Encontro Nacional de Economia Política

As contradições do capitalismo contemporâneo e a virada conservadora

Universidade Federal da Bahia, Evento Virtual, 10 a 13 de novembro de 2020



APOIO



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

